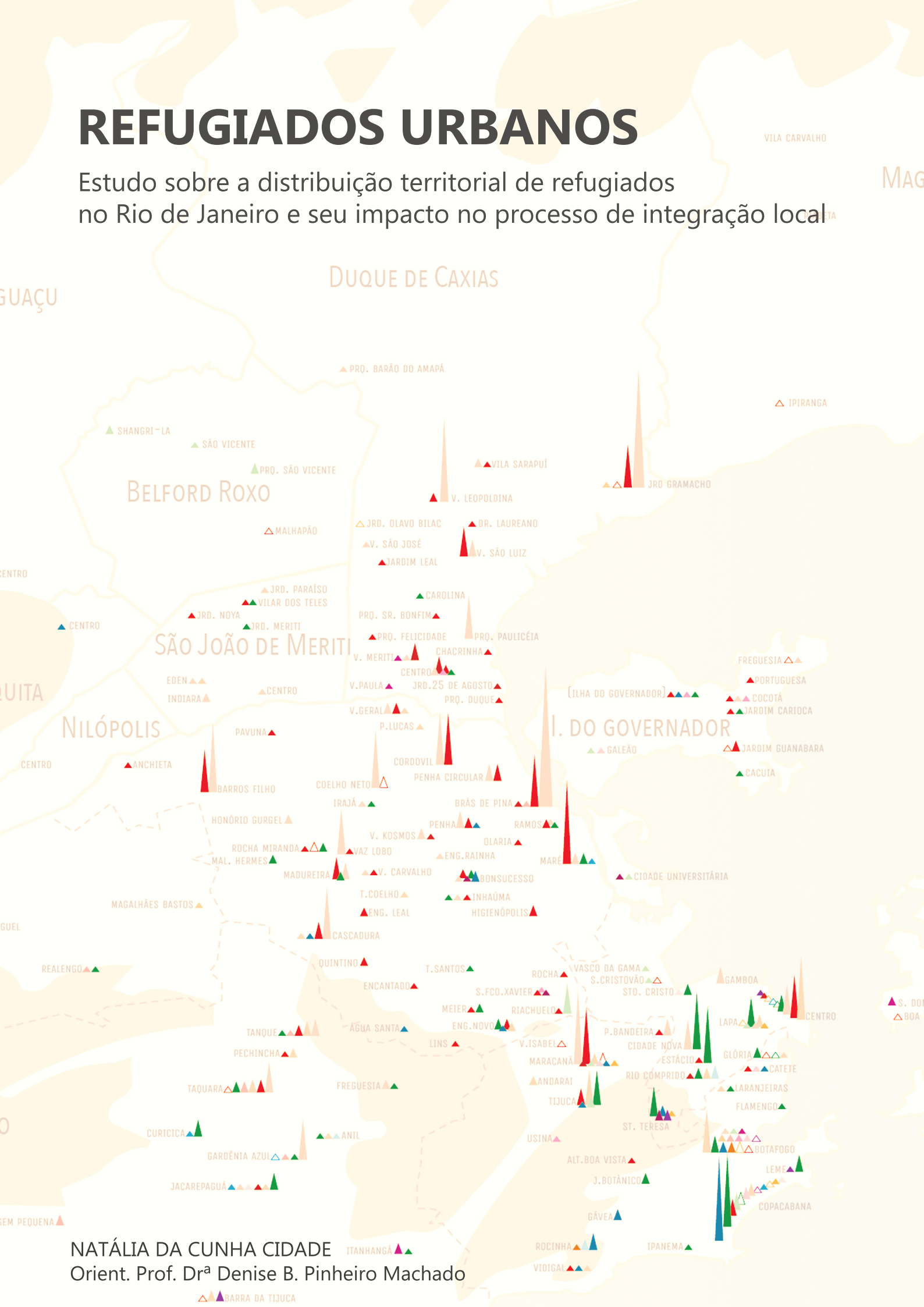


# REFUGIADOS URBANOS

Estudo sobre a distribuição territorial de refugiados no Rio de Janeiro e seu impacto no processo de integração local



NATÁLIA DA CUNHA CIDADE  
Orient. Prof. Dr<sup>a</sup> Denise B. Pinheiro Machado

▲▲▲BARRA DA TIJUCA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO

**NATÁLIA DA CUNHA CIDADE**

## **REFUGIADOS URBANOS**

ESTUDO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DE REFUGIADOS NO RIO  
DE JANEIRO E SEU IMPACTO NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LOCAL

RIO DE JANEIRO  
2018

Natália da Cunha Cidade

**REFUGIADOS URBANOS: ESTUDO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO  
TERRITORIAL DE REFUGIADOS NO RIO DE JANEIRO E SEU  
IMPACTO NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LOCAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo,  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,  
Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
como requisito parcial à obtenção do título  
de Mestre em Urbanismo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Barcellos Pinheiro Machado

Rio de Janeiro  
2018

## CIP - Catalogação na Publicação

C568r      Cidade, Natália da Cunha  
            Refugiados Urbanos: estudo sobre a distribuição territorial de refugiados no Rio de Janeiro e seu impacto no processo de integração local / Natália da Cunha Cidade. -- Rio de Janeiro, 2018.  
            282 f.

            Orientadora: Denise Barcellos Pinheiro Machado.  
            Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2018.

            1. refugiados urbanos. 2. direito à cidade. 3. território. 4. mapeamento. 5. integração local. I. Pinheiro Machado, Denise Barcellos, orient. II. Título.

Natália da Cunha Cidade

**REFUGIADOS URBANOS: ESTUDO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO  
TERRITORIAL DE REFUGIADOS NO RIO DE JANEIRO E SEU  
IMPACTO NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LOCAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo,  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,  
Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
como requisito parcial à obtenção do título  
de Mestre em Urbanismo.

Aprovada em:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Barcellos Pinheiro Machado (orientadora)  
PROURB / Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Ribeiro de Almeida da Silva Bessa  
PROURB / Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marize Bastos da Cunha  
Escola Nacional de Saúde Pública / Fiocruz

---

Prof. Dr. João Guilherme C. M. L. Granja Xavier da Silva  
Escola Nacional de Administração Pública

*Às e aos filhas e filhos da terra, e que aqui  
chegam. A vocês, que nos ensinam sobre si,  
sobre nós seres humanos. Sobre nossa  
ancestralidade comum e nossas diferenças;  
sobre a potência da tenuidade das fronteiras,  
sobre este planeta em que vivemos e o que  
podemos construir juntos.*

## AGRADECIMENTOS

Dizem que o mestrado é um processo longo, intenso e solitário – era isso o que eu esperava. De fato, foi longo e intenso, mas de longe foi solitário, e é isso o que fez dele tão prazeroso, rico e alegre. Tenho a certeza de que ele só foi possível pela enorme rede de pessoas que participaram ativamente na construção deste trabalho, estando junto de forma tão generosa e inspiradora. Por isso, deixo aqui um enorme e sincero agradecimento a algumas pessoas muito especiais, que direta ou indiretamente contribuíram para a existência desta dissertação e que, por isso, estão em sua essência.

A Denise Pinheiro Machado, minha orientadora, pelas contribuições, objetividade, carinho e aposta na pesquisa, e suporte ao longo desse longo, esforçado, porém delicioso processo. Sua confiança em mim e na proposta, e as portas e possibilidades que me abriu foram fundamentais no curso desta pesquisa. Não só eu, mas o programa e a faculdade são testemunhas da sua dedicação, energia e força para a manutenção e existência desse espaço de construção de conhecimento.

As membras da banca de qualificação, Eliane Bessa e Rosângela Cavallazzi, e aos membros que se juntaram para a defesa, por aceitarem ser parte deste processo e pelas contribuições que trouxeram e vierem a trazer aqui.

A CAPES e a FAPERJ por oferecer o suporte financeiro necessário ao desenvolvimento desta pesquisa.

No âmbito dessa pesquisa, agradeço especialmente a três pessoas de grande importância para que eu pudesse seguir por esse caminho e concluir com enorme alegria e satisfação uma etapa deste processo que só se inicia. A João Guilherme Granja, por me estimular a aceitar e encarar o desafio do tema, por acreditar neste projeto e por escutá-lo; pelas trocas intelectuais e pelas enormes e fecundas contribuições e por todo o suporte que uma novata no assunto demandou. A Júlia Sá Earp pelo estímulo, entrega e alegria em fazer deste trabalho, pelo acolhimento em casa, pelas frutíferas trocas e pela incrível parceria na elaboração das oficinas e dos mais lindos mapas que eu poderia esperar. A Marize Bastos da Cunha, que acompanhou com carinho e atenção esse processo, para além de trocas intelectuais, pela referência que é, por me ensinar há tanto sobre resistência, resiliência, construir junto; por me ensinar a escrever de dentro e pela sua infinita biblioteca; por ser o exemplo vivo de que academia e campo são indissociáveis,

e é nisso que reside a força e beleza de ambos. Pelas carinhosas e ricas contribuições. Sem vocês, sem sua presença, energia, generosidade, carinho e dedicação, certamente essa vasta pesquisa não poderia ter tomado os rumos que tomou.

A todas e todos que, direta ou indiretamente participaram dessa caminhada. A Maria Júlia Ciarlini, Bruno Juliani e Natalie Faustino pelo cuidado, paciência e comprometimento no longo, cansativo, porém riquíssimo processo de levantamento dos formulários. A Aryadne Bittencourt, pela atenção, aposta e por me abrir as portas da Cáritas em primeira instância; a Aline Thuller por todo o suporte em manter esse canal aberto e por tudo o que germinou a partir dele. A Cáritas RJ pela oportunidade da parceria, e por toda sua equipe, pela acolhida ao longo de sete meses, e todo o suporte que isso demandou. A André Zuzarte pelas frutíferas conversas, sugestões e encontros sobre refugiados e cidade. A toda a equipe da Oficina Estético Política com pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio no Brasil, do LEP, pela oportunidade da experiência e por viver o tema também pela via da corporeidade. Às amigas Clara, Livia e Mariana e ao tio Francisco pelas cuidadosas e excelentes sugestões para revisão final do texto.

A toda a equipe do PROURB-UFRJ. Ao corpo técnico, pela atenção, disponibilidade e suporte. As minhas professoras e professores pelo espaço de diálogo, seu partilhar de conhecimento, e por me apresentarem a essa etapa da caminhada acadêmica. Agradeço também ao professor Hélio Póvoa Neto, do IPPUR, pela atenção e compartilhamento de seu vasto repertório no tema. Às e aos meus colegas e curso, pelos inumeráveis momentos, debates, trocas, e pela partilha e fortalecimento nas dores e amores que essa trajetória exige. Em especial às amigas Bel, pela parceria e amizade constante nessa caminhada e em tantas outras, e Alice pelo compartilhar da experiência. A Carol e Letícia pela carinhosa ajuda na elaboração dos mapas, a Mônica, Tati e André pelas conversas.

A Felipe Moulin, por me apontar um caminho para este tema. A Dani Vilela pelo suporte técnico com os mapas, sempre na leveza dos vinhos e conversas. A Lino pelo acolhimento em casa na produção dos mapas, pela paciência, cafés, almoços e ricas conversas e referências compartilhadas. A Iazana (e ao Terceira Margem), pela enorme parceria, por me ensinar tanto sobre a potência de corpos de mundo, a pensar territórios, por reconhecer e acreditar na importância da transformação material e imaterial.



As minhas mestras e mestre da vida, por me ensinarem a aprender de dentro e de fora, a pensar no e com o mundo, e pela generosidade na partilha de seus saberes e de si. A da dança, Maira Mattar, por ensinar as múltiplas linguagens e expressões do feminino, o encontro com a ancestralidade, ser movimento, acolher o espelho e a imensidão do que se pode ser. A da dança, Débora Campos, por trazer ferramentas de reconhecimento e vivacidade das tantas Áfricas que nos habitam. A da arquitetura e do urbanismo, Margareth Pereira, por ensinar que “nada é natural” e sobre o espírito que vive em cada corpo, seja de seres vivos ou construídos, existente no mundo. O do taoísmo, Gabriel Nieto, por ensinar a sinceridade enquanto intenção primeira; a acolher e reconhecer a natureza das coisas e estar a serviço do que se apresenta; a desatar os nós e diluir os dualismos; a trabalhar do descanso e descansar no trabalho. Que continuemos a perpetuar esses saberes.

À minha família, em toda sua extensão, de laços e sangue e encontros, em especial a Maile, Marina, Gabi, Rebecca, Luisa, Laura, Núbia, Claudinha, Maria Eugênia, Alexandre, Inácia, Marcelo, Kito, Carmô, Jair (em memória), Joca e Tim. Pela escuta carinhosa no curso de construção deste projeto e do momento de vida que o acompanhou. Pela presença, alegria, cuidado, conversas e crescimento cotidiano, por mostrarem a grandeza de que juntas e juntos somos muito mais fortes e inteiros.

Às minhas irmãs, Isadora e Beatriz, pela amizade, pelo amor, por ensinarem a arte da partilha. Aos meus pais, Mônica e Geraldo (em memória), por serem a âncora, por todo amor, presença, confiança, suporte constante e generosidade. Pela integridade do que são. Por despertarem a curiosidade e o amor pelo mundo, o desejo de viver nele e, acima de tudo, por mostrarem que não estou sozinha aqui – e que isso diz muito.

Por fim, um enorme agradecimento às pessoas em situação de refúgio, fruto primordial deste trabalho e para quem ele é dedicado. Em especial aos queridos que contribuíram diretamente a esta pesquisa e que, pela possibilidade do encontro próximo, me permitiram entrar no tema e a mudar meu olhar e presença. Aos entrevistados, Charly, Mireille e Adel; aos e às participantes da oficina de cartografia afetiva, e a Mariama. A todos e todas, gratidão enorme por poder fazê-lo com e para vocês, pela oportunidade de vos ter conosco e pelo tanto que vocês nos ensinam sobre o que nos une.

*“Há que se lamentar e se reverenciar – todos os dias – o martírio dos tumbeiros, fazer do tronco do castigo o totem da humanidade e louvar a todos os quilombolas, de ontem e de hoje, que me ensinaram a amar a terra e celebrar a vitória da vida sobre a morte (...). É só assim que a gente afaga o tempo, serpenteia a dor e apascenta, entre um tombo e outro, o olhar sobre a belezura do que pode ser o mundo. ”*

Luiz Antônio Simas  
Pedrinhas Miudinhas (2013)

## RESUMO

Esta pesquisa visa contribuir para o aprofundamento do tema dos refugiados urbanos a partir do campo do urbanismo, enfocando-os como sujeitos no espaço urbano, tanto em escala global, quanto local, na dinâmica socioterritorial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A investigação ancora-se na integração social de refugiados a partir da perspectiva territorial, pela ótica do *direito à cidade* em relação com o *direito a ter direitos*, e os impactos das políticas públicas voltadas para esta questão em países de acolhimento, como é o caso do Brasil. Tendo em vista a situação de invisibilidade e provisoriade em que são categorizados, buscaram-se recursos de visibilização da presença das pessoas em situação de refúgio no referido território, como um primeiro passo a se pensar possíveis caminhos e soluções.

Apresenta como contribuição a elaboração de mapas de distribuição territorial de solicitantes de refúgio no Rio de Janeiro entre 1984 e 2017, em recortes temporais que permitam uma análise de suas estratégias de inserção territorial em consonância com a ocorrência de conflitos em escala global. Para tal, foi feito um levantamento de informações com base nos formulários de solicitação de refúgio arquivados na Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (CARJ) e desenvolvida uma metodologia de análise e categorização dos dados, de modo a espacializá-los. Se soma a esta abordagem, o processo de oficinas de mapeamento participativo feitas com pessoas refugiadas, trazendo a perspectiva pessoal de suas vivências no espaço urbano, sugerindo outra escala e ótica de apreensão espacial da questão. Como marcos teóricos embaixadores da discussão, trazemos a abordagem dos processos históricos que dizem respeito à constituição dos refugiados como sujeitos no espaço urbano e a realidade socioterritorial em que inserem no contexto estudado.

**Palavras-chave:** refugiados urbanos; direito à cidade; território; mapeamento; integração local.

## ABSTRACT

This research aims to contribute to the deepening of the topic of urban refugees from the perspective of the urbanism, focusing on refugees in the urban space, both on a global and local scale, in the socio-territorial dynamics of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro. The investigation is anchored in the social integration of refugees from the territorial perspective, from the point of view of the *right to the city* in relation to the *right to have rights*, and the impacts of public policies aimed at this issue in host countries, as is the case of Brazil. Given the situation of invisibility and temporariness in which they are categorized, resources were sought to make the presence of refugees visible in that territory, as a first step to thinking about possible paths and solutions.

It presents as contribution, the development of territorial distribution maps of asylum seekers in Rio de Janeiro between 1984 and 2017, in temporal cuts that allow an analysis of their strategies of territorial insertion in line with the occurrence of conflicts on a global scale. To do so, data analysis was carried out, based on the forms of request for refuge filed in Caritas Archdiocesan of Rio de Janeiro (CARJ) and developed a methodology of analysis and categorization of the data, in order to spatialize them. In addition to this approach, the process of participatory mapping workshops made with refugees, bringing the personal perspective of their experiences in the urban space, suggesting another scale and perspective of spatial apprehension of this issue. As theoretical frameworks underlying the discussion, we bring the approach of historical processes that relate to the constitution of refugees as subjects in the urban space and the socio-territorial reality in which they fit in the studied context.

**Keywords:** Urban refugees; right to the city; territory; mapping; local integration.

## Lista de figuras

- Figura 1: Quadro de eixos temáticos com diretrizes/objetivos, ações, ..... pag.67  
produtos, responsáveis e prazo/prioridade. Plano estadual de políticas  
de atenção aos refugiados no Rio de Janeiro, trecho concernente à moradia
- Figura 2: Quadro com local de residência da população migrante da área ..... pag.85  
metropolitana do Rio de Janeiro por tempo de residência – 1960
- Figura 3: Tabela com evolução do número total de refugiados ..... pag.117  
reconhecidos no Brasil por região de origem (1994 a 1996)
- Figura 4: Tabela com número total de refugiados reconhecidos ..... pag.117  
no Brasil por região de origem, até 31 de maio de 1997
- Figura 5: Tabela com solicitações de refúgio – Brasil: dezembro ..... pag.117  
de 1998 a fevereiro de 2005
- Figura 6: gráfico com refugiados reconhecidos: principais ..... pag.118  
nacionalidades, antes da criação do CONARE – Brasil (até 1998)
- Figura 7: gráfico refúgio no Brasil via elegibilidade: principais ..... pag.118  
nacionalidades (1998-2006).
- Figura 8: tabela com número de refugiados no Brasil até junho ..... pag.119  
de 2008, por país de origem.
- Figura 9: tabela com número de refugiados no Rio de Janeiro ..... pag.119  
até junho de 2007
- Figura 10: Solicitações de refúgio por ano (2010 e 2017), ..... pag.120  
desconsiderando haitianos e venezuelanos
- Figura 11: Trecho da planilha de levantamento de dados ..... pag.147  
para mapeamento, versão final, após a sistematização dos dados.  
Categorias: código Cáritas, RNE/número protocolo, status reconhecimento,  
ano reconhecimento (para reconhecidos) /solicitação (para solicitantes), sexo,  
país nascimento/nacionalidade (quando a pessoa tiver naturalidade e  
nacionalidade de países distintos), ano nascimento
- Figura 12: Trecho da planilha de levantamento de dados ..... pag.147  
para mapeamento, versão final, após a sistematização dos dados.  
Categorias: primeira, segunda e terceira língua, quantos idiomas fala,  
estado civil, religião, etnia, se tem contato na cidade de residência
- Figura 13: Trecho da planilha de levantamento de dados ..... pag.148  
para mapeamento, versão final, após a sistematização dos dados.  
Categorias: endereço mais antigo declarado (rua, complemento,  
bairro, município), endereço mais recente declarado (rua, complemento)
- Figura 14: Trecho da planilha de levantamento de dados ..... pag. 148  
para mapeamento, versão final, após a sistematização dos dados.  
Categorias: endereço mais recente declarado (bairro, município),

ano do endereço mais recente declarado, se foi acolhido por conterrâneo, número de pessoas morando na casa, grau de escolaridade.

Figura 15: Trecho da planilha de levantamento de dados ..... pag.149 para mapeamento, versão final, após a sistematização dos dados.

Categorias: profissão anterior/recente, ano reportado de chegada no Brasil, cidade chegada, estado, ano chegada no município de residência, município de residência, estado.

Figura 16: Trecho da planilha de levantamento de dados ..... pag.149 para mapeamento, versão final, após a sistematização dos dados.

Categorias: número de acompanhantes (pessoas que chegaram junto ao Brasil, familiares ou amigos), se veio acompanhado (a), se tem familiar reconhecido já estabelecido no território, se tem familiar que pretende solicitar refúgio no Brasil.

Figura 17: Trecho da planilha de levantamento de dados ..... pag.150 para mapeamento, versão final, após a sistematização dos dados.

Categorias: quantos familiares permaneceram no país de origem, se foi reconhecido (a) antes, se solicitou refúgio antes, motivo da solicitação, se teve tratamento médico, outras observações (necessárias para a análise dos dados).

Figura 18: Localização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro ..... pag.152 no Estado do Rio de Janeiro.

Figura 19: Subdivisão do município do Rio de Janeiro em ..... pag.159 Áreas de Planejamento na base dos mapas de distribuição territorial de pessoas em situação de refúgio.

Figura 20: Sobreposição da base criada para os mapas desta pesquisa, ..... pag.160 a partir da base da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com a base da prefeitura contendo os bairros e distritos.

Figura 21: Feltron Annual Report, 2011. Experiência em Nova York ..... pag.161

Figura 22: Escala gráfica criada para os quantitativos de pessoas ..... pag.162

Figura 23: Gráfico com variação do registro de solicitantes ..... pag.163 de refúgio: quantidade x período

Figura 24: Trecho da planilha com o total de nacionalidades ..... pag.165 dos solicitantes de refúgio analisados.

Figura 25: Definição de escalas de cores para os continentes e países ..... pag.165

Figura 26: Trecho da planilha referente ao mapa 1995 – 1999 ..... pag.166

Figura 27: Quadro com relação de municípios e bairros ..... pag.176 como primeiro registro de solicitantes de refúgio

Figura 28: Gráfico com tipo de acolhimento de solicitantes ..... pag.177 de refúgio no Rio de Janeiro registrados entre 1984 e 2017.

Figura 29: quadro com solicitantes acolhidos por abrigo no RJ ..... pag.178

Figura 30: quadro com solicitantes acolhidos por inst. religiosa no RJ ..... pag.178

Figura 31: quadro com solicitantes acolhidos por brasileiros no RJ .....	pag.178
Figura 32: quadro com solicitantes acolhidos por refugiados .....	pag.179
(solicitantes ou reconhecidos); em geral, conterrâneos.	
Figuras 33 e 34: Imagem da estrutura das oficinas de cartografia afetiva .....	pag.189
com refugiados – oficinas 1 e 2.	
Figura 35: Imagem da estrutura das oficinas de cartografia afetiva .....	pag.190
com refugiados – oficina 3	
Figura 36: Imagem da camada político-administrativa (APs) .....	pag.191
feita em papel vegetal sobre mapa físico do município do Rio de Janeiro e adjacências.	
Figura 37: Imagem da camada geofísica feita em papel vegetal .....	pag.192
sobre mapa físico do município do Rio de Janeiro e adjacências.	
Figura 38: Imagem da camada de malha viária feita em papel vegetal .....	pag.192
sobre mapa físico do município do Rio de Janeiro e adjacências.	
Figura 39: imagem da oficina 1- reconhecimento no território .....	pag.194
Figuras 40 e 41: imagens da oficina 1- reconhecimento .....	pag.194
no território	
Figura 42: imagem dos ícones de atividades para elaboração dos mapas .....	pag.196
Figura 43: imagem da oficina 2 - elaboração dos mapas .....	pag.197
Figuras 44, 45 e 46: imagens da oficina 2 - elaboração dos mapas .....	pag.198
Figura 47: fotografia de Sebastião Salgado, Êxodos .....	pag.214

## Lista de mapas

Mapa 1: Município do Rio de Janeiro: zoneamento industrial em 1969 .....	pag.82
Mapa 2: Distribuição as favelas em 1948/1950 no município do Rio de Janeiro. ....	pag.83
Mapa 3: Distribuição das favelas no município do Rio de Janeiro em 1960 .....	pag.85
Mapa 4: Mapa de nacionalidades nº1 – Pold Street a Twelfth Halsted .....	pag.110
Street to Jeffersons, Chicago. (Hull House maps and papers, 1895)	
Mapa 5: Região metropolitana do Rio de Janeiro, 2014 .....	pag.111
Mapa 6: Mapa do Complexo da Maré .....	pag.113
Mapa 7: Subdivisão do município do Rio de Janeiro em .....	pag.159
Áreas de Planejamento (APs), e Regiões Administrativas (RAs) e bairros	
Mapa 8: Solicitantes de refúgio na Região Metropolitana .....	pag.168
do Rio de Janeiro – chegada entre 1984 e 1989	
Mapa 9: Solicitantes de refúgio na Região Metropolitana .....	pag.169
do Rio de Janeiro – chegada entre 1990 e 1994	
Mapa 10: Solicitantes de refúgio na Região Metropolitana .....	pag.170
do Rio de Janeiro – chegada entre 1995 e 1999	
Mapa 11: Solicitantes de refúgio na Região Metropolitana .....	pag.171
do Rio de Janeiro – chegada entre 2000 e 2004	
Mapa 12: Solicitantes de refúgio na Região Metropolitana .....	pag.172
do Rio de Janeiro – chegada entre 2005 e 2009	
Mapa 13: Solicitantes de refúgio na Região Metropolitana .....	pag.173
do Rio de Janeiro – chegada entre 2010 e 2014	
Mapa 14: Solicitantes de refúgio na Região Metropolitana .....	pag.174
do Rio de Janeiro – chegada entre 2015 e 2017	
Mapa 15: Mapa realizado com vizinhos e vizinhas do complexo .....	pag.187
habitacional Nonoalco-Tlatelolco situado no DF, México, 2012 (Iconoclasistas).	
Mapa 16: Mapa do emprego precário, especulação imobiliária .....	pag.187
e poluição em Córdoba, decorrente de dois workshops realizados em 2008 e 2010 (Iconoclasistas).	
Mapas 17 e 18: mapas produzidos ao longo da oficina 2 .....	pag.200
Mapas 19 e 20: mapas produzidos ao longo da oficina 2 .....	pag.201
Mapa 21: mapa produzido ao longo da oficina 2 .....	pag.202



## **Lista de siglas e abreviaturas**

ACNUR/UNHCR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

CARJ – Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro

CASP - Cáritas Arquidiocesana de São Paulo

COMIGRAR – Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio

CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados

CRAI – Centro de Referência e Atendimento a Imigrantes

DPF – Departamento da Polícia Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMDH – Instituto Migrações e Direitos Humanos

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MEC – Ministério da Educação

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MJC – Ministério da Justiça e Cidadania

MRE/Itamaraty – Ministério das Relações Exteriores

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MS – Ministério da Saúde

ONU/UN – Organização das Nações Unidas

PAM – Plano de Ação México

SEASDH - Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>19</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO 1. Constituição do refugiado enquanto sujeito no espaço.....</b>	<b>33</b>
<b>nos séculos XX e XXI</b>	
1.1. O reflexo do outro: território e refugio .....	34
1.2. Movimentos populacionais e construção do refugiado como sujeito político, social e territorial .....	41
1.3. Tempos atuais: a emergência de cidades globais e novas relações fronteiriças .....	52
1.4. Instrumentos jurídicos e institucionais .....	55
1.5. Soluções duradouras e integração local: uma proposta .....	63
<b>CAPÍTULO 2. Inserção em um contexto urbano desigual: .....</b>	<b>69</b>
<b>uma relação de permanente transitoriedade</b>	
2.1. Urbanização, fluxos e micropolíticas .....	72
2.2. Metropolização no Brasil: entre centros e margens .....	74
2.3. Territórios de fronteiras .....	87
2.4. Refugiados urbanos e territórios segregados .....	98
<b>CAPÍTULO 3. Refugiados no Rio de Janeiro – caracterização e distribuição ....</b>	<b>102</b>
<b>territorial: construção de bases metodológicas</b>	
3.1. Visibilizar: direito à cidade e direito a ter direitos .....	105
3.2. Mapeamento: a produção de ferramentas para análise e ação .....	108
3.3. População refugiada no Brasil e no Rio de Janeiro – anos 1990 a 2017 .....	115
3.4. Os desafios da visibilidade: conhecendo pontos de vista .....	122
<b>CAPÍTULO 4. Metodologia: análise dos formulários, .....</b>	<b>134</b>
<b>elaboração de banco de dados e produção dos mapas</b>	
4.1. Levantamento Cáritas RJ .....	136
4.2. Elaboração dos mapas: os dados ganham forma .....	150
4.3. Análise geral dos mapas e formas de acolhimento .....	175

<b>CAPÍTULO 5. Tecendo tramas urbanas: narrativas, diálogos.....</b>	<b>181</b>
<b>e experiências dos refugiados na cidade</b>	
5.1. Oficinas de mapeamento participativo .....	185
5.2. Práticas urbanas .....	204
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>208</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>215</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>221</b>

## APRESENTAÇÃO

Apesar de temas que envolvem conflitos, desastres, forças da natureza e forças humanas há muito me interessarem e motivarem grande parte de meus temas de pesquisa e trabalho, foi a clareza sobre a relação que existe entre pessoas e territórios que deu o vigor para o desenvolvimento dessa pesquisa. Uma constatação, seguida de uma pergunta brotaram enquanto eu me envolvia com o tema do refúgio.

Os filhos desta terra receberam durante anos, décadas, séculos, os filhos de outras terras em condições subumanas, de privação de liberdade, de exploração e de invisibilização de suas culturas, práticas e forças. Simultaneamente, fizeram o mesmo com os filhos dessa terra que chamamos de nossa. Por que insistimos em repetir os mesmos erros? Por que insistimos em receber os filhos de outras terras em condições tão similares, atualizadas no mundo contemporâneo, mas similares em essência? Ainda não entendemos a oportunidade que estamos tendo de corrigir erros históricos de nossas posturas como pessoas e como sociedade, de aprender a acolher o que nos chega reconhecendo a soma, a força e a transformação?

Como sociedades formadas por imigrantes podem não os acolher agora? Isso revela muito sobre negação da própria ancestralidade e uma forma de olhar para o futuro. O movimento é algo natural a qualquer espécie viva; é uma das nossas maiores potências. Como querer estancar o que é fluxo, impedir a oxigenação de organismos vivos? Sejamos água, e deixemos que os outros também o sejam. Faço minhas as palavras do compositor Jorge Drexler, que em sua música *Movimiento*, diz o seguinte:

Estamos vivos porque estamos em movimento.  
Nunca estamos quietos  
Somos transumantes, somos  
Pais, filhos, netos e bisnetos de imigrantes

Esse trabalho nasce, então, da curiosidade, do mergulho em uma profunda investigação sobre esses porquês. Quais caminhos viemos trilhando como sociedades e como humanidade, que nos levaram a esse ponto, de negação da ancestralidade e de crença na estanqueidade? Da curiosidade nasce um desejo de mergulho em territórios que podem nos contar um pouco dessa história.

Compartilho aqui um tanto do que me foi contado a respeito disso em múltiplas formas e linguagens: pela observação, diálogos, leituras, músicas, danças, filmes, construções, sonhos e intuições. Dessa alquimia, busco pensar como nós, ao acessar nossas forças criativas e o que de mais humano nos habita, podemos juntos ser atores de subversão das lógicas que nós mesmos insistimos em reproduzir. Como desatar nós que nós mesmos criamos e que aprisionam a nós e aos outros?

As fronteiras que nos separam só existem se escolhemos tê-las e mais do que um pretenso altruísmo, que se limita a reconhecer o outro como outro, se pode ampliar o olhar e reconhecer o outro como parte de si. Como já diria o mestre Lao Tse: “Como pode um só liberar a muitos? Primeiro liberando seu próprio ser. Não o faz se elevando, mas se rebaixando. Se rebaixa ao que é simples, modesto e verdadeiro” (Hua Hu Ching, poema 77).

O mais curioso é que a negação dessa ancestralidade, do que nasce aqui e do que aqui chegou, não impediu que os fluxos acontecessem, que a expressão de uma rica e vasta cultura surgisse. E se reconhecêssemos que boa parte dos pilares que compõem nossa cultura são originários de outras terras, carregam em sua existência fecundidade e movimento, mistério e realidade, como seríamos? É preciso perceber que territórios e decisões humanas são tanto capazes de inibir essas expressões, como potencializar sua existência, nos diferentes modos de ser e viver. E que isso não é só um serviço pelo próximo, mas responde também a um anseio que fica quando se nega, e conseqüentemente, se desconhece uma parte de si – uma pessoa, ou uma sociedade – e o tanto que isso nos enfraquece e aprisiona.

Acolher o que está fora para reconhecer o que está dentro. Reconhecendo o dentro, há mais espaço disponível para o que chega. Escolhendo olhar, vemos o quão tênues são as fronteiras que nos separam, o tanto que nos une; vemos a beleza e a força que residem na tenuidade desses limites, onde culturas e territórios se encontram e tornam-se assim mais potentes.

Sugiro um olhar para esta temática através dos caminhos que essas percepções sugerem e faço um convite ao esvaziamento. Dos saberes, modelos e concepções que não permitem que espaço se crie, e que circule o que está vivo. Permitamos que circule o que habita dentro de cada ser, que saia o que aprisiona e que entre o que chega.

# Introdução

*Os espelhos estão cheios de gente.  
Os invisíveis nos veem.  
Os esquecidos lembram de nós.  
Quando nos vemos, os vemos.  
Quando nos vamos, se vão?*

Eduardo Galeano  
Espelhos (2008)

Esta investigação tem como objetivo aprofundar a discussão acerca da temática dos refugiados urbanos – pessoas em situação de refúgio que vivem em cidades - a partir do campo do urbanismo. Busca enfocá-los como sujeitos no espaço urbano, tanto em escala global, quanto local, na dinâmica socioterritorial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, considerando que a fim de pensar sobre como vindo acontecendo a integração social de refugiados, é fundamental considerar contextos urbanos e suas especificidades.

Trazemos como referência a discussão teórico-metodológica já iniciada por outros campos disciplinares presentes no debate, e a experiência prática da sociedade civil na assistência aos refugiados e solicitantes, no caso do Rio de Janeiro, a Cáritas Arquidiocesana.<sup>1</sup> Considerando o diálogo possível de atores e saberes diversos, complementares e essenciais a esta discussão, entende-se como fundamental nesta abordagem a produção de subsídios ao estudo da temática sob a ótica espacial, de forma a ampliar não só ao debate acadêmico, mas também a interlocução com políticas intersetoriais.

Segundo a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, da Organização das Nações Unidas (ONU), são refugiadas as pessoas que se encontram fora do seu país por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possam (ou não queiram) voltar para casa.<sup>2</sup>

Questões étnicas, culturais e religiosas, desigualdades socioeconômicas, altos níveis de pobreza e miséria e, sobretudo, instabilidade política estão no cerne dos fatores que levam às migrações de refugiados. A reflexão acerca da temática dos refugiados transcende as barreiras dos Estados-nação, e, para além de se estender aos cinco continentes, as necessidades de respostas contêm inúmeras especificidades. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)<sup>3</sup>, temos hoje no mundo o maior número de deslocados já registrado desde a Segunda Guerra

---

<sup>1</sup> A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (CARJ), através do Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio, atua nas frentes: acolhimento, proteção legal e integração local. No que diz respeito ao abrigo, é importante ressaltar que a Cáritas não dispõe de um espaço que funcione como abrigo, ela atua no agenciamento de encaminhar as pessoa que não tem nenhuma alternativa de moradia, para abrigos no Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Definição do status de refugiado pelo artigo 1º da Convenção de 1951 das Nações Unidas, relativa ao Estatuto dos Refugiados.

<sup>3</sup> Dados levantados pela ACNUR (Agência da ONU para Refugiados. UNHCR Global Trends Forced Displacement in 2017. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/globaltrends2017/>> Acesso em 20/11/18.

Mundial: 25.4 milhões de refugiados, 40 milhões de deslocados internos<sup>4</sup> e 3.1 milhões de solicitantes de refúgio<sup>5</sup>, totalizando 68.5 milhões de deslocados devido a perseguições e conflitos.

Olhando para o tema por uma perspectiva socioterritorial e política, identificamos: grupos de pessoas originárias ou nacionais de um determinado território que entendem seus direitos humanos fundamentais foram violados, e por isso buscam abrigo, refúgio, em outro território. O problema que já é grave torna-se um problema maior ainda por outro fator político: o enrijecimento de fronteiras para essas pessoas e tantas outras, migrantes que não necessariamente se deslocam pelos motivos que categorizam uma pessoa como refugiada, mas que buscam reconstruir suas vidas em outro país.

No momento em que fronteiras são fechadas, pessoas que reconhecem a necessidade de abandonar seu país de origem por sentirem que sua vida está em risco e são impedidas de entrar em outro país, esse se torna um problema ainda mais grave. É grave porque são pessoas, são milhões, têm vidas, projetos, histórias, como qualquer outra pessoa de qualquer outro lugar. E nesse momento, não há lugar para elas, não há “território disponível”.

O fato é que todos os territórios do planeta pertencem a alguma jurisdição, com leis e interesses vinculados a eles. São regidos por políticas que são determinadas por sociedades, que têm culturas, lógicas de pensar, de agir, de se relacionar. Por essa ótica, a determinação de que essas pessoas ficarão fora de nossas fronteiras é nossa enquanto sociedade, é uma decisão coletiva, da qual não podemos nos abster.

Até 2017 aproximadamente 58% dos 25.4 milhões de refugiados viviam em cidades<sup>6</sup>, constituindo os chamados refugiados urbanos. Apesar de as áreas urbanas serem consideradas locais legítimos para essas pessoas reconstruírem suas vidas e gozarem de seus direitos, o ACNUR reconhece as dificuldades que podem surgir em situações onde um número significativo de refugiados fixa residência em tais áreas. Tais movimentos podem gerar considerável pressão em recursos e serviços que são ainda privados às

---

<sup>4</sup> Ou refugiados internos, conhecidos como IDP (internally displaced people) são pessoas que foram obrigadas a saírem de suas casas devido a um deslocamento forçado, mas, diferente dos refugiados, não cruzaram uma fronteira internacional para buscar abrigo. Permanecem no seu país.

<sup>5</sup> Pessoas que aguardam uma decisão sobre sua solicitação de refúgio.

<sup>6</sup> Dados levantados pela ACNUR (Agência da ONU para Refugiados. UNHCR Global Trends Forced Displacement in 2017. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/globaltrends2017/>> Acesso em 20/11/18.



necessidades de algumas faixas da população<sup>7</sup> (United Nations High Commissioner for Refugees, 2009).

A solução espacial apresentada para tratar de um problema consequente de situações de violência, como conflitos internos, internacionais ou regionais, perseguições em decorrência de regimes políticos repressivos, entre outras violações de direitos humanos, já foi interpretada como emergencial. Nos debates entre ACNUR e governanças de países de acolhimento para pessoas em situação de refúgio, o que se busca agora são soluções duradouras<sup>8</sup>, que visem colocar em prática soluções para a difusão das chamadas ‘boas práticas’, que permitam uma melhor integração local.

O ACNUR aponta dois como os principais objetivos de sua política de refugiados para áreas urbanas: garantir que as cidades sejam reconhecidas como locais legítimos para os refugiados residirem e gozarem dos direitos que lhes são assegurados, e maximizar os espaços de proteção disponíveis para os refugiados urbanos e as organizações humanitárias que os deem suporte. Dessa forma, é importante observar que as medidas protetivas vão para além dos mecanismos jurídicos, estendendo-se ao espaço de acolhimento.

No entanto, como Marfleet (2007) aponta, os Estados, agências e pesquisadores geralmente têm pouca informação a respeito dos refugiados urbanos. Em referência a Hansen, ele indica que no caso de pessoas em situação de refúgio que vivem em campos, há uma supervisão, um monitoramento pelo governo local e agências internacionais. No entanto, as populações desse grupo que vivem em cidades são “dispersas, não contabilizadas e não gerenciadas” e, no jargão das ONGs internacionais, são “grupos ‘espontâneos’ ou refugiados ‘auto-estabelecidos’ (2007, p.40).

No Brasil foram registrados 10.145 refugiados com status reconhecido até 2016<sup>9</sup>, em um total de 82 nacionalidades, havendo um aumento de quase 260% no número de reconhecimentos em seis anos – em 2010 o número era de 3.904 refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro. Em relação às solicitações de refúgio, o aumento é ainda mais expressivo: em 2010, o número de solicitações chegou a 966, enquanto em 2015 chegou

---

<sup>8</sup> Termo adotado ao longo da criação do Plano de Ação México (PAM), que enfocava em uma ação regional em matéria de proteção e propõe a adoção de medidas para a questão dos refugiados.

<sup>9</sup> Dados levantados pelo CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados) – SNJ, Governo Federal. Refúgio em números, 3ª edição. Disponível em: <[http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados- apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros\\_1104.pdf/view](http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados- apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf/view)> Acesso em 20/11/18.

a 28.670 e recentemente, com o fluxo de venezuelanos chegou a 86.007. Apesar de o contingente de refugiados no Brasil representar apenas 0,04% da população brasileira, nos últimos 7 anos observa-se um crescimento de quase 3.000% no número de solicitações.

Diferente de vários países do mundo que recebem refugiados, no Brasil não temos campos de refugiados. Os que aqui chegam vão viver nas cidades, sendo reconhecidos como refugiados urbanos – pessoas em situação de refúgio que não vivem em campos, mas sim em cidades, em áreas urbanas. As questões relacionadas à inserção espacial no contexto dos refugiados urbanos não são ineficientes somente no Brasil, é um problema crônico e um desafio estrutural em diversos países do mundo que acolhem refugiados. É fundamental que se inicie um trabalho no sentido de olhar para esta questão também como parte das soluções duradouras assumindo, antes de mais nada, que por estarem aqui vivendo, essas pessoas já fazem parte deste território, mesmo que de forma precária e desigual.

No dia 19 de agosto de 2018, foi publicada no jornal *El País* uma notícia com a seguinte manchete: “Fronteira de Roraima vive sábado de confrontos entre brasileiros e venezuelanos”<sup>10</sup>. Relatava o evento que havia acontecido na cidade de Pacaraima, em Roraima, uma das principais portas de entrada de solicitantes de refúgio venezuelanos no Brasil. Segundo a notícia, dezenas de brasileiros, moradores da cidade, atacaram dois acampamentos onde os imigrantes estão vivendo, queimando tendas e objetos pessoais deles, o que levou a uma reação por parte dos venezuelanos.

A forma como a notícia é veiculada pela mídia e o desconhecimento que temos da conjuntura, pode nos levar a questionar, talvez de forma reducionista, a atitude dos moradores locais, classificando-os como xenófobos, intolerantes. É de suma importância problematizar, no entanto, o que esse quadro nos revela, sem de forma alguma justificar ou acolher essas atitudes que são de fato condenáveis. Mas olhar para, no enfoque desta pesquisa, o evidente problema socioterritorial que pode levar a graves conflitos em uma cidade, violência e até chegar a um estado de emergência.

Sejam as cidades como Pacaraima, com 12 mil habitantes, ou Rio de Janeiro com

---

<sup>10</sup> Notícia no site do jornal El País: Fronteira de Roraima vive sábado de confronto entre brasileiros e venezuelanos. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/18/politica/1534628902\\_135239.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/18/politica/1534628902_135239.html)> acessado em 21/08/2018

6,5 milhões, há de se considerar as especificidades geográficas, culturais e socioeconômicas de cada cidade de acolhimento. Não apenas considerar a perspectiva de quem chega, mas também a de que recebe, revelando que o grau de complexidade de como esse mosaico vai se compor em cada contexto urbano será enorme.

Se no norte do Brasil temos uma situação de conflito extremo, em um território já sensibilizado por um fluxo massivo de pessoas que lá chegam diariamente, no Rio de Janeiro a situação se constitui de forma distinta. No referido contexto urbano, a população refugiada se dispersa no território metropolitano, assumindo um lugar tanto de invisibilidade quanto de inserção nas disparidades socioterritoriais locais. Temos assim especificidades em cada contexto urbano, levando a que irrompam fenômenos de ordens distintas em relação à população refugiada que chega, igualmente importantes e urgentes, mas que se conformam de formas diferentes.

Há uma insuficiência de políticas públicas frente à esta temática, tanto em escala nacional em geral, e no Rio de Janeiro mais especificamente, que é uma das cidades do Brasil que mais recebe solicitantes de refúgio. A situação torna-se ainda mais crítica, evidenciando sua fragilidade, pela pouca incidência de abrigos neste contexto urbano, a ampliação da demanda nos últimos anos e a crise econômica que vem se agravando. Ademais, não termos nenhum órgão público de suporte direto a essas pessoas em escala municipal e estadual, sendo, no caso do Rio de Janeiro, basicamente o suporte todo dado por membros e instituições da sociedade civil.

De forma geral, os objetivos desta pesquisa estão centrados na discussão teórica acerca do tema, buscando aproximar a discussão já existente sobre refúgio, com ênfase na sua constituição como sujeito no espaço urbano em âmbito global, e a discussão sobre espaço urbano sob a ótica das desigualdades sociais e segregação socioterritorial no Rio de Janeiro. Produção de ferramentas de análise e ação que permitam discutir o tema com ênfase na questão do território para subsidiar políticas públicas e contribuir ao debate instituições de ensino e pesquisa, entidades da sociedade civil e com a população refugiada diretamente.

Para isso, foram desenvolvidos no curso do trabalho, mapas de distribuição territorial de solicitantes de refúgio no Rio de Janeiro, a fim de trazer maior visibilidade à questão o território para um lugar de centralidade em sua problematização. Também foi feito um processo de oficinas de mapeamento participativo, feitas com pessoas em

situação de refúgio, trazendo a perspectiva pessoal de suas vivências no espaço urbano, a fim de trabalhar o tema também pela ótica de experiência do sujeito.

A disputa pelo território torna-se um problema que se impõe com ainda mais força para as sociedades que recebem pessoas refugiadas. Entendo que nós, arquitetos e urbanistas, enquanto estudiosos, pesquisadores, profissionais que lidam e têm no centro de seu trabalho espaço, território, temos uma significativa contribuição a somar a uma questão que se torna a cada dia mais importante no mundo atual. Em um mundo norteado, em sua maioria, por lógicas neoliberais, o território é um dos maiores bens de disputa. Formular o problema pelo território é urgente, e altamente necessário na problematização da questão a fim de pensar respostas eficazes e que permitam contribuir na elaboração de diretrizes e ações práticas e ajudar a equacionar esse quadro.

Para além da complexidade e do desafio social e político que essa chegada apresenta tanto a refugiados quanto à população e o governo local, pontuo dois fatores que contribuem fortemente para o agravamento do quadro. O primeiro, é a condição de desigualdade social que temos na maior parte das cidades brasileiras, que será relacionado aqui à segregação socioterritorial histórica que temos na conformação do tecido urbano em estudo. O segundo, é a tímida ação de políticas públicas direcionadas para a questão do refúgio no Brasil, com pontos ainda frágeis ou em discussões ainda muito especulativas, como é o caso da moradia, da mobilidade e da vivência no espaço urbano.

O território surge como ponto de convergência entre ambos os fatores, e, sua ausência na discussão revela como estão organizados os interesses da administração pública frente ao tema do refúgio dificultam a elaboração de caminhos e soluções no sentido de uma maior integração local dos refugiados. O pressuposto dessa investigação é que o território é fundamental na integração de refugiados nas cidades, está no cerne dos problemas que se deflagram, e também pode estar no cerne das soluções.

Da interlocução entre os fatores apresentados, surge assim a hipótese norteadora da pesquisa, a relação entre os conflitos e desigualdades socioterritoriais locais e o tipo de inserção territorial que os refugiados terão, se inserindo, a partir de aspectos sociais, em lógicas preexistentes a sua chegada.

É possível pensar soluções para este o problema da invisibilidade socioterritorial dos refugiados urbanos, através de uma mudança paradigmática concernente ao espaço. Temos um importante passo a dar, no sentido de uma ressignificação da temática do

refúgio de caráter provisório para permanente (ROLNIK, 2015) é incorporá-la de maneira digna aos territórios dos Estados nacionais envolvidos nas ações de resposta à crise humanitária. É necessário começarmos a desvincular o tema ‘refúgio’ da noção de um ‘território parêntese’; é essencial reconhecermos que não há outra solução se não a absorção desse crescente contingente em nossas cidades, tanto do Brasil quanto em outros países do mundo.

O desenvolvimento de estratégias de resiliência para a integração urbana em cidades de acolhimento é fundamental para que instituições e profissionais envolvidos na temática do espaço, estejam cientes da necessidade de integrarem seus conhecimentos técnicos e intelectuais com outras áreas, que já estão engajadas neste debate e trabalhando para a consolidação de políticas de integração.

Apesar de em termos legais terem proteção e direito a acesso à serviços públicos, na prática a maioria dos refugiados que vêm ao Brasil continuam em situação de invisibilidade e desconhecimento por maior parte da população. Em nosso contexto esta não é uma temática recente: recebemos refugiados no Brasil desde a década de 1990. No entanto, um contingente que ainda era muito tímido 20 anos atrás, com os efeitos do aumento de conflitos na África e Oriente Médio, da crise política e econômica que se estende em escala global e do fechamento das fronteiras dos países da Europa e dos Estados Unidos, o aumento do fluxo de refugiados para o Brasil aumentou exponencialmente.

Pela Lei Brasileira de Refúgio<sup>11</sup>, enquanto aguarda a decisão jurídica sobre sua solicitação de refúgio, o solicitante<sup>12</sup> pode gozar de uma vida regular na cidade<sup>13</sup>, trabalhar, circular, ter acesso a serviços públicos. Como dentro dos dispositivos desenvolvidos e aplicados a políticas públicas, não há nenhum que mapeie, observe, regule, auxilie na estruturação da inserção territorial desta pessoa, em termos práticos, para encontrar moradia assim que chega, a situação de vulnerabilidade em que essa pessoa que se encontra é acentuada por essas ausências.

O que se pode constatar é como a inserção territorial destes grupos é diretamente

---

<sup>11</sup> Lei 9.474.

<sup>12</sup> Solicitante de refúgio é o termo que identifica a pessoa que está nessa condição.

<sup>13</sup> É importante ressaltar que em alguns países que têm refugiados urbanos, as pessoas aguardam a análise de sua solicitação em centros de detenção, espaços onde há um controle de entrada e saída e pouca integração com a vida urbana local.

relacionada à falta de suporte de ações públicas que olhem para a questão por esse viés, a exemplo de políticas de acolhimento em esfera local, atenção a políticas de moradia para refugiados, entre outras. Se considerarmos o Rio de Janeiro, caracterizado por um contexto socioterritorial desigual, o estabelecimento na maioria das vezes em áreas segregadas da cidade, dificulta o acesso à serviços e emprego pela população em situação de refúgio, que já é discriminada e excluída de antemão.

Ou seja, por lei o solicitante de refúgio e o refugiado com status reconhecido têm o direito a acesso à cidade. No entanto, em muitos casos, na prática este acesso não é garantido, dificultando o acesso à serviços públicos, e também a integração social, parte essencial das soluções de integração local. O campo de trabalho, a região metropolitana do Rio de Janeiro, apresenta um panorama de muitos desafios de integração já mencionados, e, mapear a maneira como essas dinâmicas se dão na metrópole, permite um olhar acerca da distribuição espacial dos refugiados, bem como as estratégias de sobrevivência adotadas por eles no território.

O universo da pesquisa são solicitantes de refúgio e refugiados que dão entrada na solicitação em sua solicitação pelo município do Rio de Janeiro, através da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (CARJ). O recorte territorial da pesquisa é a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, visto que, segundo uma investigação de campo preliminar, alguns municípios além do Rio de Janeiro são escolhas recorrentes.

A elaboração dos mapas de distribuição territorial da população refugiada no Rio de Janeiro, considerando sua primeira alternativa de moradia, surge como recurso proposto para trazer visibilidade ao tema, sendo sua construção trabalhada a partir de recortes temporais, que permitem relacionar o fenômeno em escala global e histórica, e seu reflexo no território ao longo desses períodos.

A pesquisa então está centrada na criação de uma metodologia que permita espacializar dados sociais dos refugiados no território em análise, mas que possa ser também reproduzida em outros contextos, dadas suas especificidades, tanto territoriais quanto de acesso a informações sobre pessoas em situação de refúgio. No entanto, é fundamental compreender do ponto de vista histórico, social e político como o refugiado é construído como sujeito social e espacial e os reflexos que essa construção traz para sua incorporação em um novo corpo social – o que é uma das premissas fundamentais para a integração local. Ademais, compreender também quais lógicas se operam no contexto

espacial em que determinados grupos de refugiados se inserem – a exemplo do estudo de caso dessa investigação, o Rio de Janeiro.

Inicialmente, ao longo do capítulo um, através de uma investigação teórica que busca compreender a constituição histórica e social do refugiado como sujeito no espaço urbano, buscou-se identificar os elementos constituidores da condição de refugiado e a leitura social em que é enquadrado. Nisso, buscamos entender como, a partir dos processos de exclusão de que é sujeito, fica constantemente em condição de vulnerabilidade e provisoriedade. Ademais, será trazido o marco legal da questão, e como vem sendo problematizada em escala intergovernamental e governamental no Brasil.

No capítulo seguinte, discorreremos sobre a constituição desigual do espaço urbano no Brasil e no Rio de Janeiro, buscando oferecer o panorama geral da realidade territorial na qual se inserem os refugiados. São incorporados à discussão o conceito de *populações e territórios a margem*, de Vera Telles (2010), bem como se dá a construção social do que é *ilegal* na vida urbana. Rolnik contribui com o que chama de *situação de transitoriedade permanente e vulnerabilidade territorial* (2015), e as relações que se estabelecem com a soberania nacional (HADDAD, 2008) e a exclusão inclusiva (AGAMBEN, 2007).

Dado o quadro social atual e sua relação retroalimentar com as lógicas territoriais, são trazidos os conceitos de *desenraizamento, provisoriedade e invisibilidade*, de Cunha e Porto (2015) para relacionar algumas das condições humanas e sociais que aproximam e população deste território em situação de vulnerabilidade, e os refugiados. São ambas enquadradas em leituras muito similares pelo corpo social, o que ajuda a entender como e onde a sociedade as incorpora – ou não. Por fim, fechando o círculo, Vianna e Facundo são trazidas à discussão, apresentando uma relação direta entre *refugiados urbanos e territórios de margem*, mais especificamente as favelas.

Construídas as bases teóricas e compreensão contextual que permitem a problematização da questão, é introduzida uma apuração do que se pode pensar como resposta ao problema da invisibilidade socioespacial da população refugiada. Parte das seguintes questões: de que maneira se dá a inserção territorial dos refugiados ao chegarem na cidade do Rio de Janeiro? Quem é esse novo sujeito no espaço urbano, como ele o reconfigura e é reconfigurado nessa relação?

Ela traz uma hipótese, a de que há uma relação entre o país de origem dos refugiados e sua distribuição no espaço urbano. O capítulo 3 problematiza assim a importância da visibilidade espacial como forma de visibilidade social, e traz, para isso, inicialmente a construção da ponte entre as noções de Arendt (1951), *direito a ter direitos*, e Lefèbvre (1968), *direito à cidade*, incorporando a esta base teórica entrevistas com pessoas envolvidas diretamente com o tema.

O mapeamento da distribuição territorial dos refugiados, como já mencionado, busca oferecer subsídios de visualização e afirmação da presença de refugiados no território, como um primeiro passo a se pensar possíveis caminhos e soluções para que se pense políticas de acolhimento em escala local. Uma leitura cuidadosa do território e de seus atores traz a possibilidade de pensar estratégias e formulações de articulações institucionais e o fomento de políticas públicas, e de demais instituições, de forma mais estratégica. Abre-se a possibilidade de olhar tanto de forma abrangente quanto mais pontual, com uma clareza de onde estão as questões e quais são suas especificidades, além de uma base de estudos e análises pra produções acadêmicas que sigam pelo debate nesta temática.

Outra base importante é a social, no que diz respeito à *caracterização da população refugiada no Brasil e no Rio de Janeiro*, ao longo do período histórico no qual esta população ganha maior expressividade, de 1990 até os tempos atuais. Como recurso a se pensar a questão das políticas de acolhimento, e da *visibilidade social e espacial para refugiados*, bem como os desafios que acompanham esse movimento, são trazidas *entrevistas* com quatro pessoas, um especialista no assunto e três refugiados.

O capítulo 4 se destina ao trabalho de campo que envolveu a análise de informações, tendo durado cerca de sete meses e através do qual foi possível analisar 4.367 formulários de solicitação de refúgio, preenchido pelos solicitantes, presentes nos arquivos da Cáritas RJ (CARJ). Foram levantados vários tipos de dados que permitissem a caracterização socioespacial da população refugiada no território de análise. Ele traz também o tratamento dos dados, os desafios do trabalho de campo, as mudanças nos rumos do que se previa, e as informações que puderam se coletadas.

Em um segundo momento, o capítulo apresenta a metodologia de desenvolvimento dos mapas, a espacialização dos dados coletados. Por não haver referências de mapas que propusessem esses cruzamentos temáticos (população refugiada



x território em escala de região metropolitana x relação temporal), foi um processo criativo, de um instrumento que pudesse comunicar todas essas esferas de forma visual. A descrição de seu processo se inicia com a determinação de quais mapas seriam feitos, a partir de quais dados puderam ser coletados, passa pelos desafios de bases cartográficas sobre as quais trabalhar, chegando a escolha de elementos gráficos e escala de representação.

O último capítulo introduz a leitura espacial pela perspectiva dos refugiados, trazendo a ótica de vivência, a expressão dos problemas e fragilidades decorrentes das estratégias de sobrevivência urbana encontradas. São feitas oficinas de mapeamento participativo com refugiados e solicitantes de refúgio, na perspectiva de ser pensar o território a partir da experiência de quem o vive, trazendo seu olhar e sua voz. Elas propõem a essas pessoas o exercício de conscientização em relação à dinâmica urbana e suas experiências nela, sugerindo um maior esclarecimento através da percepção pessoal e da discussão em grupo sobre isso. Entendemos isso como uma outra maneira de trabalhar o tema da integração local, também pela via do território, mas através da identificação de problemas, dificuldades, conflitos e impactos de sua vivência nos espaços que ocupam.

A metodologia desenvolvida ao longo da pesquisa busca então oferecer um caminho de discussão às problemáticas trazidas no que concerne a relação entre a pessoa em situação de refúgio e o espaço urbano. Propomos isso tanto pelo viés teórico, como base de compreensão do quadro em múltiplas dimensões, quanto na sugestão de uma metodologia de análise de dados e produção de materiais que permitam uma leitura sobre os processos de inserção territorial e as dinâmicas e efeitos decorrentes deste.

# **1. Constituição do refugiado enquanto sujeito no espaço nos séculos XX e XXI**

O refúgio remonta a um movimento histórico, multidimensional, coletivo e pessoal. A conexão entre sujeito e territorialidade está presente desde sua etimologia, já que a partir de sua raiz etimológica, refúgio, do latim *refugium*, seria o lugar de recepção – ou ida – ao que depende da perspectiva do sujeito em questão, que permite refugiar-se, escapar, fugir, abrigar-se. Olhando por essa ótica, o refúgio remonta a civilizações e momentos históricos em que as dominações territoriais, e conseqüentemente socioculturais, por diversos motivos, levam populações a deslocarem-se para outros territórios. No entanto, a ênfase dessa pesquisa está na constituição da pessoa refugiada e sua construção social no espaço urbano.

Para tal, é fundamental trazer as bases históricas, sociais e espaciais que remontam ao contexto dos fluxos migratórios sob a ótica dos movimentos de urbanização, que se impulsionam com mais expressividade no século XIX, intensificando-se e ganhando força ao longo do século XX, adquirindo novos contornos no século XXI. Em paralelo a isso, compreender também a evolução do refugiado enquanto sujeito político, e como se insere nas dinâmicas sócio-políticas no curso de sua história em um mundo cada vez mais globalizado, e a conseqüente construção social de sua figura no espaço urbano.

### 1.1. O REFLEXO DO OUTRO: TERRITÓRIO E REFUGO

Estranhamente, o estrangeiro habita em nós; ele é a face oculta da nossa identidade, o espaço que arruína a nossa morada, o tempo em que se afundam o entendimento e a simpatia. Por reconhecê-lo em nós, poupamo-nos de ter que detestá-lo em si mesmo. Sintoma que torna o “nós” precisamente problemático, talvez impossível, o estrangeiro começa quando surge a consciência de minha diferença e termina quando nos reconhecemos todos estrangeiros, rebeldes aos vínculos e às comunidades. (KRISTEVA, 1988, p. 9)

Julia Kristeva e a metáfora do espelho, do *estrangeiro* como um reflexo do *estrangeiro que habita em nós*, oferece a semente a partir da qual se origina a reflexão central desta pesquisa. Ao atentar para o significado da presença do estrangeiro em uma determinada sociedade, a autora coloca a questão dicotômica que paira sobre a problemática dos estrangeiros nas sociedades atuais: em um mundo globalizado e conectado, diante da integração econômica e política em escala planetária, somos capazes, enquanto indivíduos, de viver intimamente, subjetivamente, com os outros, viver

os outros, sem ostracismo, mas também sem nivelamento? A emergência da questão dos estrangeiros que vem se impondo, nos sugere uma simples, porém profunda questão: somos capazes de aceitar novas formas de alteridade?

Construindo um paralelo com a questão do refúgio em si e na constituição simbólica do sujeito refugiado, toma-se por base a afirmação de Hannah Arendt:

“(…) uma vez fora do país de origem, permanecem sem lar; quando deixam seus Estados, tornam-se apátridas; quando perdem os seus direitos humanos, perdem todos os direitos: são o refugio da terra” (ARENDDT, 1989, p.300).

O universo material e imaterial, indissociáveis, e sua desestabilização, colocam em questão, antes de mais nada, o sentido de lugar, de espaço ocupado, de pertencimento no mundo.

A primeira perda que sofreram essas pessoas privadas de direito não foi a da proteção legal, mas a perda dos seus lares, o que significava a perda de toda a textura social na qual haviam nascido e na qual haviam criado para si um lugar peculiar no mundo. (ARENDDT, 1989, p.326)

Em seu artigo *We refugees*<sup>14</sup>, ao discorrer sobre o paradigma do isolamento do mundo, a autora incita à reflexão sobre a exclusão dos espaços de vida social, cultural, política, econômica, costurando uma rede onde material e imaterial, visível e invisível, sujeito e coletivo enraízam-se como relações substanciais na construção identitária, e, conseqüentemente, sua desconstrução quando da perda de todos esses referenciais. No mundo globalizado, o sujeito refugiado não é compreendido como uma conseqüência de um modelo de sociedade, das dinâmicas do capitalismo, uma vítima de um processo do qual somos todos atores. Esta torna-se sua identidade.

O excesso que produzimos nos faz acreditar que “o planeta está cheio”, como afirma Zygmunt Bauman (2004, p.11). Encontramos então soluções para alocar o “excesso”, o que não cabe – e estas soluções tomam forma, saindo do campo ideológico e chegam ao campo concreto, como neste caso, os campos de refugiados. É tecida como resposta espacial natural a este processo de exclusão, a lógica de um espaço específico para um grupo específico, dentro de uma compreensão de que esta é uma questão de caráter temporal, e por isso, as soluções para ela também o devem ser.

---

<sup>14</sup> Escrito para o Menorah Journal (periódico judaico), 1943

No entanto, ao longo dos últimos anos o que se pode constatar na dinâmica dos campos de refugiados é um caráter de *permanente temporalidade* (ROLNIK, 2015. Nos *camps-villes*, definidos por Michel Agier, os “indivíduos alocados nesses espaços, lá estão unicamente por terem reconhecido o status de vítimas” (AGIER, 2002, p.322). Ou seja, a partir de um reconhecimento que é associado unicamente à posição de vítimas, se produz uma grande problemática no viés da identidade de cada indivíduo lá presente.

O desejo individual de pertencer a uma comunidade onde haja vitalidade e sociabilidade urbana permanece, ao passo que do ponto de vista administrativo, a compreensão de conformação espacial passa por outra lógica. Dessa forma, ocorre o *crescimento dos desertos* definidos por Nietzsche e adotados por Hannah Arendt para explicar locais onde “a mediação de espaços entre indivíduos desaparece” e define, segundo Michel Agier, ao discorrer sobre os campos de refugiados: “o deserto é o antônimo da troca social e política que conecta todos os humanos e que, simultaneamente, os une e distingue” o que configura os *hors-lieux* (“não-lugares”) definidos por Agier (2002, p.323). Pode-se dizer que são esses espaços exemplos da exclusão inclusiva, apresentada por Giorgio Agamben em uma perspectiva política: “a exceção é, no sentido em que se viu, uma *exclusão inclusiva* (que serve, isto é, para incluir o que é expulso)” (AGAMBEN, 2007, p.29). Como definido pelo autor, chamemos “relação de exceção a essa forma extrema de relação que inclui alguma coisa unicamente através de sua exclusão” (2007, p.26).

O dentro e o fora estão muito além de fronteiras físicas; eles partem de um lugar muito mais profundo, de construção de valores de uma sociedade, uma cultura, e como eles serão diretamente refletidos e inseridos dentro de cada indivíduo que a compõe. As políticas, organizações, instituições, etc., ganham forma a partir da construção desses valores.

É fundamental começarmos a atentar para esta relação dentro/fora, eu/outro, e as redes de relações subjetivas e multidimensionais que movimentam e são movimentadas pela noção de exclusão, pouco a pouco ganhando novas dimensões simbólicas e soluções concretas. Sendo assim, é fundamental olhar para essa como uma questão muito mais do que normativa, pontual, administrativa. A produção do *refúgio humano*, a escolha de quais de nós constituirão esse grupo, é um espelho que reflete quem somos enquanto sociedade e indivíduos, que escolhas fazemos e porquê, quem permitimos que esteja dentro e fora de territórios que chamamos de nossos, em suas mais diversas abrangências.

A produção de “refugo humano”, ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (os “excessivos” e “redundantes”, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. (BAUMAN, 2004, p.12)

Ao usar a cidade de Leônia, de *As cidades Invisíveis*<sup>15</sup> como parâmetro comparativo à sociedade de consumo, Bauman (2004, p.8) busca entrar por dentro da lógica que rege as ações e intenções de seus habitantes, que incansavelmente substituem bens antigos por novos bens, hábitos antigos por novos hábitos, cultivando o novo e o belo. É preciso dar um destino ao feio, ao antigo, ao ultrapassado. E assim, ao redor da cidade formam-se montanhas de lixo. Uma realidade que os incomoda, pela imagem, pelo cheiro, pelo espírito do ultrapassado que ainda fica lá enquanto aquele lixo existir.

Contudo, a intensidade que move os desejos de consumo é diretamente proporcional às montanhas de lixo que se formam, que crescem. E ao final, o que se pode constatar é que a vida desejada dos leonianos é precíval, destrutível, substituível, e a dura realidade que os persegue é que as montanhas de lixo acumuladas, as montanhas de consequências de seu vício, tornam-se cada vez mais sólidas e indestrutíveis. Essa é a realidade para a qual não querem olhar, a realidade que mostra sua fragilidade, sua destrutibilidade. Podemos diferenciar a forma como o lixo é visto pelos leonianos e as populações refugadas são vistas pelas sociedades que se encaixam nos padrões de beleza e higiene?

Deslocando a metáfora de Leônia para a realidade, chega-se também à dimensão de superpopulação, embasada nos grupos migrantes e econômicos. Como afirma Bauman “a ‘população excedente’ é mais uma variedade de refugo humano” (2004, p.53) e acrescenta ao debate lembrando que a palavra *superpopulação* surge na língua inglesa por volta da segunda metade do século XVIII (2004, p.55), sendo este um fenômeno referente aos processos modernizantes avançados. Por outro lado, os países que produziam o excedente populacional gozavam de superioridade tecnológica e militar, fazendo uso dessas ao adentrar em territórios ainda intocados pelos processos modernizantes, o que consideravam “áreas vazias” (2004, p.51).

Desse modo, para além dos deslocamentos populacionais compreendidos como somente movimentos de massas entre territórios, é importante ressaltar os interesses que

---

<sup>15</sup> Referência do autor às “Cidades Invisíveis” de Italo Calvino.

operavam essas forças, bem como as estratégias adotadas por forças econômicas e políticas motoras em determinados Estados nacionais que “*dominavam os processos modernizantes mais avançados*”. Na fase do capitalismo industrial, o extermínio de aborígenes torna-se alternativa para abrir novos espaços para os excedentes populacionais na Europa; as novas terras descobertas, vastas, férteis, são vistas como possibilidades de depósito do “*refúgio humano que o progresso econômico produzia em casa, em quantidades crescentes*” segundo o autor (2004, p.54). Os corpos que não são interessantes para que essa engrenagem funcione são produzidos e lidos nessa dinâmica como os *corpos supérfluos, indesejados* (BAUMAN, 2004, p.55)

Sob essa ótica, compreende-se que a “faxina étnica” (2004, p.52) que levou ao extermínio de milhões de povos aborígenes tem uma relação direta, profunda e avassaladora com territórios e os processos que se operavam de forma a agenciar a maior produtividade e rentabilidade daquele local. Essa faxina era legitimada em prol do liberalismo econômico, da modernização e dos avanços tecnológicos, e abria espaço, em seus territórios de origem, para que esse motor não só despejasse seus “excessos”, mas também oferecendo campo, solo fértil, mão-de-obra para seguir girando essa força motriz.

Tanto as imagens dos ‘migrantes econômicos’ quanto as das ‘pessoas em busca de asilo’ representam ‘refugos humanos’(...)

(...) o propósito desse exercício também não se altera: reforçar (salvar? reconstruir?) os muros bolorentos e deteriorados que deveriam manter a sagrada distinção entre os de “dentro” e os de “fora” num mundo globalizante, que atribui pouco respeito a ela e a rompe de forma rotineira” (BAUMAN, 2004, p.76)

Apesar de constituírem grupos considerados distintos, principalmente no âmbito da avaliação do status de refugiado, os migrantes econômicos e as pessoas vítimas de deslocamento forçado – as oficialmente consideradas ‘refugiadas’ - todas estão enredadas no mesmo processo civilizatório de constante aumento e solidificação da sociedade de consumo e do dito progresso econômico. Conseqüentemente, são elas utilizadas como termômetro do que se pode avaliar como “dentro” e “fora” de determinado corpo social, parte *pertencente* ou ao menos *aceitável*, e parte *refugada, inaceitável* dentro do que se considera como os valores de evolução e estabelecimento da ordem daquela sociedade.

A análise etimológica da palavra “redundante”, como sinônimo de “extranumerário, desnecessário, sem uso”, apresentada por Bauman (2004, p.20), leva ao conceito social de refúgio que aqui se adota:

Redundância compartilha o espaço semântico de “rejeitos”, “dejetos”, “restos”, “lixo” – com refugo. O destino dos desempregados, do “exército de reserva de mão-de-obra”, era serem chamados de volta ao serviço ativo. O destino do refugado é o depósito de dejetos, o monte de lixo. (BAUMAN, 2004, p.20)

Neste contexto, a perspectiva apresentada pelo autor, de que *o planeta está cheio* abre margem para o desenvolvimento e sustentação da tese de que o progresso econômico faz com que “modos de existência se tornem inviáveis e impraticáveis, aumentando desse modo o tamanho das terras desertas que jazem ociosas e abandonadas” (2004, p.11).

Isso se torna possível à medida que o progresso tecnológico, em função de interesses econômicos, é quem define quais habitats poderão sustentar meios de sobrevivência adequados aos seus interesses, ao mesmo passo em que destrói outros habitats pelos quais tem interesses exploratórios, expulsando as populações que esses locais acomodavam e alimentavam. A consequência desse movimento, segundo o autor, é diretamente proporcional ao avanço dos interesses do progresso econômico, e torna-se impossível encontrar uma solução para este problema enquanto a lógica consumista continuar regendo os modos de vida das sociedades que têm poder de ação no contexto global.

A naturalização da fugacidade no que implica as relações que nos permeiam, com os próprios processos humanos e com a matéria, atua como força centrípeta no paradigma de reprodução inconsciente de um modo de vida que se sustenta pelo desejo de impermanência. Dentro de uma sociedade de consumo, a impermanência gera muitos dejetos, já que cotidianamente a produção excessiva torna-se obsoleta.

Essa construção de princípios tem como um de seus reflexos a aceitação e afirmação da temporariedade como caminho inquestionável de lógica e ação, como proposta reformadora dos modos de vida. Trata-se de uma fabricação de princípios que não é apartidária, ela é dominante, e objetiva “ ‘levar a luz’, ‘reformar os modos’, elevar moralmente, ‘civilizar’.

Agora é o menor, mais leve e mais portátil que significa melhoria e ‘progresso’. Mover-se leve, e não mais aferrar-se a coisas vistas como atraentes por sua confiabilidade e solidez – isto é, por seu peso, substancialidade e capacidade de resistência – é hoje recurso de poder. (BAUMAN, 2000, p.22).

No contexto social da pós-modernidade, e em relação direta com a questão do



refúgio, pode-se identificar a **temporiedade** como uma noção que vem sendo introjetada sucessivamente em preceitos sociais que se estendem e impactam os mais diversos âmbitos. Partindo de um olhar social da questão, este modelo de vida está em direta relação com um mundo cada vez mais globalizado, conseqüente e produtor de relações que perpassam e se ancoram progressivamente nos movimentos de ajustes macroeconômicos, sobre os quais falarei melhor no próximo subitem deste capítulo.

Para a noção de temporalidade, toma-se aqui por referência os ensaios sobre o *melting pot*<sup>16</sup> afirmado pela sociedade pós-moderna, apresentados por Bauman, em que as diferenças e distinções outrora (na sociedade moderna) tão refutadas em prol de uma pureza, agora são enaltecidas. O autor coloca em relação aos homens e mulheres pós-modernas: “Deleitam-se na busca de novas e ainda não apreciadas experiências, são de bom grado seduzidos pelas propostas de aventura e, de um modo geral, a qualquer fixação de compromisso, preferem ter opções abertas” (BAUMAN, 1997)

A construção das sociedades modernas no pensamento ocidental levou a relação com o estranho, o desconhecido, a um temor pela possibilidade de impacto e desestabilização de certas ordens e estruturas rígidas. O medo de desestruturação da pureza social e espacial construídas, era o que levava a uma necessidade de controle ou afastamento do desconhecido. A construção social pós-moderna está atenta a outras naturezas de atores desestruturantes de sua lógica: o enraizamento, o aprofundamento. A própria ideia de rotina é repugnada, substituída por um estado de começo permanente. O medo do estranho, fator desestabilizador da lógica moderna, é substituído pela incerteza e a desconfiança na lógica pós-moderna, onde a resistência à rigidez moderna leva a uma constante impermanência, fragilidade e insolidéz, que compõem a noção atual de temporalidade.

Retomando os conceitos de **deserto** de Arendt e Nietzsche (AGAMBEN, 2007), de **horx-lieux** de Agier (2002) e de **exclusão inclusiva** de Agamben (2007), e a partir do histórico trazido, é possível perceber como a associação direta que fazemos convencionalmente de ‘refugiados’ a ‘campos de refugiados’ está enormemente ligada à uma abordagem do tema de forma geral sob uma perspectiva de *provisoriedade*, *temporiedade*, que se estende à lógica espacial que será construída, conseqüente desta

---

<sup>16</sup> Teoria de origem norte-americana segundo a qual as diferenças étnicas existentes num território, e que resultam da diversidade de indivíduos – em termos biológicos e étnicos –, tendem a esbater-se com o tempo, dando origem, por fusão entre os membros que compõem a população, a uma nova sociedade.

relação. Desse modo, ao pensarmos os espaços onde viverão os refugiados, torna-se muito natural considerarmos ser um *problema pontual*, levando a respostas de caráter transitório. Por esta via, ao rebatermos a questão no território, as respostas serão de alocá-los enquanto grupo, bloco, dentro de um espaço confinado ou controlado.

Para além dos campos de refugiados em áreas fora do perímetro urbano, apresentam-se soluções arquitetônicas e urbanísticas mais recentes: o planejamento de áreas desocupadas de determinados perímetros urbanos para receber esse contingente populacional, a construção de habitações provisórias, entre outros. Em uma perspectiva espacial, as soluções encontradas para lidar com o **outro, o estranho, o estrangeiro** – reflexo do estrangeiro que habita em nós como lembra Kristeva, são tanto de caráter de confinamento, quanto de provisoriedade. Elas ilustram nossa dificuldade em aceitar novas formas de alteridade, e, de forma mais profunda, íntima e subjetiva, nossas próprias formas de alteridade enquanto frutos de sociedades compostas e originadas por migrantes.

## 1.2. MOVIMENTOS POPULACIONAIS E CONSTRUÇÃO DO REFUGIADO COMO SUJEITO POLÍTICO, SOCIAL E TERRITORIAL

Gostaria de ressaltar que esta é uma pesquisa que adentra em questões que levantam perspectivas historiográficas de caráter global, no que tange múltiplas dimensões: sociais, culturais, territoriais, econômicas, políticas, entre outras. No entanto, há de se ter em mente que o recorte da pesquisa, as ferramentas que possibilitaram minha construção de pensamento, os autores e autoras referenciados, partem de um lugar de fala e de entendimento de mundo em grande parte etnocêntrico pela perspectiva ocidental. Isto é, quando se fala em fluxos migratórios, movimentos populacionais, estabelecimento de cidades, fluxo de capital, e demais conceitos que serão levantados ao longo do texto desta pesquisa, eles partem de um recorte da realidade. Há de se considerar que estes movimentos ganham uma abrangência e complexidade em escala exponencial se levantados aspectos de outros povos e culturas ao redor do globo, sendo esta apenas uma parte dessa enorme realidade.

A lógica de construção do refugiado enquanto sujeito no espaço urbano parte de uma perspectiva global, de forma geral direcionada por discussões levantadas a fim de se pensar soluções que possam estar em diálogo com os princípios de proteção internacional. No entanto, a origem de reflexão da questão torna-se central para a forma como as soluções serão pensadas e essencial para compreendermos sua rede de significados e para

o surgimento de uma problemática arraigada a ela. A interpretação da questão do refúgio do ponto de vista *provisório* está no cerne, no nascimento desta questão como construção social no cenário global, e sua extensão à outras dimensões acaba por carregar também esse significado. “Acreditava-se que, assim como no passado, tratava-se de um problema pontual, tanto espacial quanto temporalmente.” (JUBILUT, 2007, p. 25)

É importante pontuar, como veremos no decorrer do capítulo, que o aparecimento do refugiado no mundo moderno coincide com os processos de urbanização no Ocidente, nos quais a noção de fixação territorial se desprende do vínculo pessoal da idade média. Com a ideia de cidade, emerge a noção de cidadania e de direitos fundamentais a serem preservados.

Assim, seguiremos neste subcapítulo traçando uma linha histórica que pontua tanto os fluxos migratórios e sua relação direta com os processos de urbanização no Ocidente – que inclusive são base de origem para o urbanismo enquanto campo disciplinar – e as consequências desses processos na reconfiguração social dos territórios. Ademais, entraremos também em questões mais específicas da emergência e reconhecimento do refugiado enquanto sujeito político, enquanto sujeito jurídico-institucional e a correlação com guerras e conflitos significativos para o adensamento desta condição.

Como coloca Henri Lefèbvre (1968), “as cidades medievais, no apogeu de seu desenvolvimento, centralizam as riquezas. Os grupos dirigentes investem improdutivamente uma grande parte dessas riquezas na cidade que dominam.” (2008, p.12). E, ainda segundo o autor, a *sociedade moderna é caracterizada pela industrialização*.

Se distinguirmos o indutor e o induzido, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana sem omitir a importância dos lazeres e das questões relativas à “cultura”. (LEFÈBVRE, 2008, p.11)

Ainda segundo o autor, a centralização e acúmulo nas cidades da idade média iam para além de objetos e riquezas, estendendo-se a conhecimentos, técnicas, obras de arte. Assim, “a própria cidade é uma *obra*” (p.12). A cidade moderna, por outro lado, é “orientada na direção dos *produtos*”, do comércio, do dinheiro e das trocas; o capitalismo comercial e bancário torna móvel a riqueza constituindo circuitos de trocas e redes construídas em função do capital. Esta orientação terá impactos indissolúveis e será

decisiva para a constituição dos modos de vida das sociedades regidas sob esta lógica, no curso dos anos que seguem. Os elementos materiais e simbólicos, materialidade e subjetividade entrelaçam-se e se constituem mutuamente, gerando relações, das mais diversas naturezas, orientadas na *direção dos produtos*.

A intensificação da vida, facilidade e estímulo nas trocas e redes, geram novas condições para o deslocamento de pessoas. Eric Hobsbawm aponta que os impactos do êxodo rural na segunda metade do século XIX geram o início do processo que mais tarde Lefèbvre definiria como “implosão-explosão” da cidade (2008, p.18). Fenômeno este, que ao curso dos anos alastra-se por vários países do mundo que contam com atividades industriais. Ele atravessa as fronteiras nacionais e está fortemente relacionado aos avanços tecnológicos e subsequente fortalecimento industrial. Como vimos anteriormente, o *conceito social de refugio* que Bauman apresenta, bem como a própria noção de temporalidade que se intensifica na pós-modernidade, são desenvolvimentos desses processos.

A metade do século XIX marca o começo da maior migração dos povos na História. Seus detalhes exatos mal podem ser medidos, pois as estatísticas oficiais, tais como eram então, são falhas em capturar todos os movimentos de homens e mulheres dentro dos países ou entre estados: o êxodo rural em direção às cidades, a migração entre regiões e de cidade para cidade, o cruzamento de oceanos e a penetração em zonas de fronteiras, todo este fluxo de homens e mulheres movendo-se em todas as direções torna difícil uma especificação. (HOBSBAWM, 1975, p. 203)

De acordo com Margareth Pereira “(...) trata-se assim de um momento de afirmação da vida das cidades em detrimento do campo, como fonte geradora da riqueza e do patrimônio social” (2003, p. 55). Segundo Hobsbawm, a conjuntura de efervescência migratória levou cerca de 9 milhões de pessoas a deixarem a Europa rumo aos Estados Unidos, entre 1846 e 1875; a partir dos anos 1900, entre 1 e 1,4 milhão de europeus emigravam para os Estados Unidos a cada ano (1975, p. 204).

Philip Marfleet aponta a relação entre refúgio e cidade, e a mudança que ocorre no tipo de população que buscava asilo. Em referência a Michael R. Marrus, ele pontua que a maioria das pessoas beneficiadas dos direitos de asilo eram da elite urbana: “durante o século XIX, a maioria das pessoas reconhecidas como exilados políticos ou como ‘émigrés’ – os termos mais próximos correlacionados à definição atual de refugiado – eram burgueses.” (MARFLEET, 2007, p. 37, livre tradução). Pessoas envolvidas em movimentos nacionalistas, ativistas urbanos, em sua maioria homens, envolvidos na

modernização, em projetos essencialmente urbanos. Buscavam refúgio em cidades, onde poderiam manter contato com outros exilados e movimentos e fortalecer esses movimentos.

Segundo o autor, a coisa começa a mudar de figura quando, ao final do século XIX, um grande número de pessoas vivendo sob o domínio czarista começa a procurar refúgio na América do Norte e Europa ocidental. Populações mais pobres e com outro nível de formação começaram a se mostrar muito menos interessantes para os países de acolhimento do que os asilados de outrora. Um fato que ilustra bem a categorização entre “asilados interessantes ou não para o Estado” foi a criação dos *Alien Acts*, uma legislação britânica, a primeira da Idade Moderna a impedir a entrada de pessoas solicitando asilo.

Fica claro como movimentos de transformações urbanas têm também um caráter de hierarquia social, e incitam mudanças paradigmáticas que acontecem a partir de novos grupos que começam a integrar o movimento de deslocamento humano entre territórios. Enquanto os primeiros eram bem recebidos como asilados, os segundos começam a ser motivo de mudanças legislativas e o fechamento de fronteiras - a escolha de quais dentre os asilados poderão ou não compor determinado corpo social.

Esses movimentos populacionais, caminhando junto com a industrialização, abriram margem para inúmeros estudos acerca dos impactos sociais e caracterização desses processos na dinâmica vital das cidades, a relação com o outro, os ‘estranhos’, ‘estrangeiros’, os processos de ‘guetificação’ e segregação sócio espacial. Destaca-se nesse momento a Escola de Sociologia de Chicago, precursora nos estudos dos centros urbanos a partir da década de 1920 em uma perspectiva teórico-etnográfica, introduzindo o *estudo da cidade segundo o ponto de vista de sua geografia, de sua ecologia, de sua economia*, bem como os impactos desses fatores nas vidas dos *cidadãos*; processos que, entrelaçados, começam a ser desnaturalizados e vistos sob lentes onde o espaço é central, bem como estruturante deles. Robert Park aponta:

A cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição (...) Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana (...) A verdade, entretanto, é que a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam. A consequência é que a cidade possui uma organização moral bem como uma organização física, e estas duas interagem mutuamente de modos característicos para se moldarem e modificarem uma a outra. (PARK, 1915, p. 25)

Os movimentos de segregação sócio-territorial e ‘guetificação’ começam a ser observados, nesta conjuntura, sendo interpretados como uma consequência da informalidade organizacional das vizinhanças, bem como “resultantes de forças que tendem a dissolver as tensões, os interesses e os sentimentos que conferem às vizinhanças caráter individual” (PARK, 1915, p.31)<sup>17</sup>. As diferenças entre os grupos tornam-se notórias, e intimamente relacionadas ao espaço da cidade que ocupam; as divergências levam à concentração de atenção em objetos de interesse amplamente separados, e a instabilidade no corpo social começa a ficar cada vez mais evidente. Ainda segundo o autor:

O isolamento das colônias raciais e de imigrantes nos assim chamados guetos e áreas de segregação populacional tendem a preservar e, onde exista preconceito racial, a intensificar a intimidade e solidariedade dos grupos locais e de vizinhança. Onde indivíduos da mesma vocação vivem juntos em grupos segregados, o sentimento de vizinhança tende a se fundir com antagonismos de raça e interesses de classe” (PARK, 1916, p. 32)

O isolamento do ‘estranho’, estrangeiro, a ilusão da conformação de um espaço físico que permitisse a expressão de sua diferença cultural e racial e o fortalecimento de laços daquela comunidade através da proximidade espacial, surgiram como resposta ao preconceito que sofriam na nova sociedade em que se inseriam. A construção social da questão já traz em sua essência um espaço físico que possa materializá-la e consequentemente isolá-la – são conformados e aceitos na dialética social espaços de isolamento para grupos de ‘estranhos’. Percebe-se assim a intrínseca relação que se constitui por um enredamento de fatores, que evidencia, em alguns países do Ocidente, a percepção de que aquele momento histórico configurava muito mais rupturas do que continuidades nas formas de viver em sociedade (PEREIRA, 2003, p. 56).

Conforme apontado pela autora (2003, p. 59), os períodos de expansão e delimitação de fronteiras, ressignificação e reorganização de territórios e construção de novas territorialidades, provocam tensões, competitividades e conflitos entre cidades, regiões e países. As trocas, migrações de diversas naturezas, intercâmbios, são fatores constituídos e constituidores de uma das fortes características que contribuíram no processo de gênese do campo disciplinar no urbanismo. Isto é, os ajustes macroeconômicos e a rápida expansão de novas tecnologias de circulação e comunicação,

---

<sup>17</sup> É importante ressaltar que as observações, análises, descrições, são consequentes dos estudos da Escola de Sociologia de Chicago, que tinha por campo de estudo a cidade de Chicago e seus processos urbanos no início do século XX.

o que, segundo a autora (2003, p. 58), nos permite afirmar que o urbanismo decorre e é a outra face do liberalismo como teoria econômica e política.

O refúgio surge assim como uma consequência de como as guerras e conflitos desorganizam e radicalmente impõem uma reorganização do espaço urbano, sendo este um encontro de fatores que levam à gênese dos estudos acerca do espaço urbano. Os processos e disparidades que vêm à tona neste momento histórico, não por acaso, tem relação direta e são também provocadores do reconhecimento dos sujeitos que são atores e vítimas desses processos de transformação, em absoluta relação com movimentos de massas e delimitação de territórios políticos.

Ainda segundo Pereira, o que se inicia no século XIX como ‘universalismo’, se associa a outras ideias: ‘cosmopolitismo’ nas primeiras décadas do século XX, ‘internacionalismo’ no pós-guerra até chegar ao que conhecemos hoje como ‘globalização’.

Na verdade, embora não associemos um e outro processo, a reflexão sobre a cidade, a própria criação de neologismos relativos ao mundo urbano – como “urbanização”, “urbanismo”, “município”, “subúrbio”, “distrito”, “região administrativa”, entre outras -, as grandes intervenções ou as reformas urbanas são resultado de um tempo de exacerbação dos intercâmbios internacionais, das comparações entre núcleos urbanos e da (re) construção “em rede” das sociedades e das suas cidades. Em suma, um tempo de ressignificação profunda da vida social e de reorganização de fronteiras e redefinição de territórios culturais, políticos e econômicos (PEREIRA, 2003, p. 59)

Se, por um lado, o liberalismo econômico apresentou caminhos de flexibilização de fronteiras, movimentos populacionais em massa, reorganização de territórios, trocas interculturais, por outro incita o fortalecimento da autonomia política dos Estados nacionais - ou, como veremos mais adiante, a soberania nacional. Dentro dos mesmos impactos conjunturais da implosão urbana mencionada e da evidência dos processos de isolamento de determinados grupos no território, agora a questão começa a tomar maiores proporções, exigindo um olhar extraterritorial.

Arendt contribui, pontuando algumas das condições que levam à emergência do **refugiado enquanto sujeito político** no momento pós Primeira Guerra Mundial. O recorte e abordagem do *sujeito político* adotados nesta investigação, transcendem a esfera individual, alcançando dimensões multi relacionais onde a subjetividade se entrelaça a fatores do momento histórico, contexto social, disputas territoriais, entre outros.

A *atmosfera de desintegração*, distúrbios e conflitos, guerras civis seguidas por migrações de grupos que não podiam ser assimilados em parte alguma: os apátridas e as minorias.

(...) eles haviam perdido aqueles direitos que até então eram tidos e até definidos como inalienáveis, ou seja, os Direitos do Homem. Não dispunham de governos que os representassem e protegessem e, por isso, eram forçados a viver ou sob as leis de exceção dos Tratados das Minorias. (ARENDR, 1989, p.301) <sup>18</sup>

A autora acrescenta ainda um ponto crucial para a construção do refugiado enquanto sujeito político: *a desnacionalização como arma de opressão*. No quadro da incapacidade constitucional dos Estados-nacionais europeus de proteger os direitos humanos dos que haviam perdido seus direitos nacionais, abre-se margem para que as políticas totalitárias dos governos opressores impusessem sua escala de valores (1989, p.302).

Arendt indica que o cerne da questão não é a perda de direitos específicos, mas sim, do ponto de vista subjetivo, a perda da vinculação, das raízes, e, refletido em termos políticos, a perda de uma comunidade disposta a garantir quaisquer direitos. O que se defende é que, para que o direito do sujeito se cumpra em sua integralidade, é fundamental que esteja integrado a uma comunidade. O pertencimento a uma comunidade garante sua visibilidade em decorrência de sua aceitação social, e, conseqüentemente, sua humanidade.

Assim, a calamidade que se vem abatendo sobre um número cada vez maior de pessoas não é a perda de direitos específicos, mas a perda de uma comunidade disposta e capaz de garantir quaisquer direitos. O homem pode perder todos os chamados Direitos do Homem sem perder a sua qualidade essencial de homem, sua dignidade humana. Só a perda da própria comunidade é que o expulsa da humanidade. (ARENDR, 1989, p.330)

No entanto, outro ponto a se levantar é *como esse indivíduo será inserido em um novo contexto social?* Em um trecho do artigo *We Refugees*, Arendt relata os efeitos do

---

<sup>18</sup> Segundo a autora, neste mesmo trecho, esses eram Tratados em que: “todos os governos da Europa (com exceção da Tchecoslováquia) haviam assinado sob protesto e nunca reconheceram como lei – ou sob condições de absoluta ausência de lei”.



processo assimilacionista<sup>19</sup> nos grupos excluídos, através da perspectiva de um judeu assimilado no território americano.

Muito poucos indivíduos têm a força para conservar sua própria integridade se seu status social, político e legal estiver completamente confuso. Sem a coragem de lutar por uma mudança de nosso status social e legal, decidimos, em vez disso, muitos de nós, tentar uma mudança de identidade. (ARENDR, 1943, p.116, livre tradução)

Esta perspectiva relata a dificuldade em conservar sua integridade enquanto sujeito se os laços sociais, status político e legal estão desestruturados. Nessa conjuntura, a opção que enxergam é mudar de identidade, adaptar-se como um todo a um novo contexto, assimilar-se a um novo território, como estratégia de sobrevivência. A opressão do país onde chegam, no sentido do assimilacionismo e não do acolhimento –conceito a ser melhor desenvolvido no capítulo três – estimula os refugiados a um movimento de desconstrução de sua individualidade em prol de uma inclusão social.

O fortalecimento substancial das fronteiras como institucionalização da autonomia política Estatal cria uma relação intrínseca e retroalimentar com a questão da **soberania nacional**. Emma Haddad aponta a relação direta que se faz de Estado com território, pautada pela soberania, que, como a própria autora indica, significa autoridade. Isto é “autonomia externa e controle interno” (2008, p. 48). O processo de distribuição territorial vai, gradualmente, sendo apropriado pela lógica da divisão: indivíduos se dividem em grupos populacionais, que por sua vez se dividem em territórios, divididos em estados. Dessa forma, os sistemas políticos dos Estados nacionais encontram formas de organizar o poder político e as populações, encontrando na tal autonomia ferramentas de controle de movimentos populacionais por faixas territoriais.

No que toca a questão do pertencimento de uma pessoa a determinada comunidade, a autora sugere ainda:

Se uma comunidade precisa de um território, pessoas de fora daquela comunidade podem constituir uma ameaça a sua estabilidade, ‘assim filiação, território e legitimidade tornam-se críticas para a segurança’. E se questões de filiação, território e legitimidade se tornam questões de segurança, conseqüentemente as pessoas vão receber um status social de ‘insider’ ou ‘outsider. (HADDAD, p. 48, livre tradução)<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> Referência ao modelo de recepção Assimilacionista: baseado na ideia que a equidade e a igualdade podem ser alcançadas através da plena adoção de regras e valores coletivos da república, evitando diferenciações de caráter cultural. (CAVALCANTI, SIMÕES, 2014, p.154)

<sup>20</sup> Em referência a Jennifer Jackson-Preece, ‘Ethnocultural Diversity as a Security Dilemma’, artigo apresentado na International Ethics of Security Conference, University of British. Columbia, Vancouver, 2001

As relações de soberania, que foram sendo naturalizadas, têm um impacto direto no reconhecimento de pertencimento e sociedade que viemos construindo. Esse olhar, como mencionado no início do capítulo, é o filtro que nos permite aceitar ou não algo ou alguém em um território que chamamos de nosso. Por isso, é importante olhar com mais cuidado para a construção histórica e cultural, da própria relação entre território, política e controle, que herdamos. No mesmo trecho, Haddad explica que foi com o Tratado de Vestfália, em 1648, que as relações políticas e legais entre Estados foram pela primeira vez estabelecidas e a sociedade feudal do mundo medieval foi suplantada pela sociedade moderna, vertical, de Estados territoriais soberanos.

A autora sugere ainda “Internamente, ‘o território era consolidado, unificado e centralizado sob um governo soberano e a população daquele território agora devia lealdade ao soberano’” (HADDAD, p. 50, livre tradução)<sup>21</sup>. Nesse sentido, a escala nacional e a internacional dialogam na medida em que a noção de soberania vai sendo incorporada às lógicas políticas e regimentos constitucionais dos Estados. Externamente, são respeitadas as outras soberanias estatais - cada Estado-nacional se mantém na sua zona de controle, controlando o território que o cabe e recebendo lealdade dos seus nacionais. Assim, este Estado é o que tem a autoridade de conceder ou não asilo a alguém que não seja seu nacional.

No entanto, os conflitos e pessoas consequentes deles, os refugiados, demonstram a necessidade de uma intervenção externa na soberania de outros Estados. “O refugiado depende da exclusão de uma comunidade política, o que depende de fronteiras bem estabelecidas” (HADDAD, p. 51, tradução nossa). Rebatendo essa dialética nas relações sociais, os cidadãos dos Estados que recebem esse contingente populacional, através dessa construção cultural, são levados a não entender aquela como parte da ‘sua população’, que ‘deva fidelidade igual ao seu território’.

Essa dimensão torna clara a forte relação e as tensões geradas pelo conceito de soberania, onde os limites entre a esfera doméstica e internacional são extremamente tênues, impactando diretamente nas pessoas que literalmente transitam pelos ‘territórios entre’, pelas margens. Isso se expande, tanto em seu reconhecimento institucional, como pessoa física, pertencente a uma comunidade política, e documentada a partir desse reconhecimento, quanto como sujeito em relação a uma determinada sociedade. Nesse

---

<sup>21</sup> Em referência a Robert Jackson, *The Global Covenant: Human Conduct in a World of States* (Oxford University Press, 2000)

sentido, entram em cheque todas as dimensões simbólicas, subjetivas e afetivas que se derivam da natureza que terá essa construção de laços, e como isso tem um reflexo direto sobre sua inserção no território em questão.

Os deslocamentos, que já possuíam uma série de características e diversas razões até então, para além de um movimento migratório, ganham um caráter institucionalizado – o que os permitem inclusive serem reconhecidos como informais ou irregulares para o Estado. Do ponto de vista da ótica Estatal, institucionalizada pela via de formalidades documentais, Júlia Bertino Moreira em referência à Aristide Zolberg, pontua “esses deslocamentos operam a transferência de um indivíduo sob a jurisdição de um Estado para a de outro, o que gera mudança no pertencimento a uma comunidade política” (2014, p. 86).

Assim, se por um lado as trocas de patrimônio material e imaterial, tecnológicas, científicas, artísticas, culturais se fortalecem e têm uma maior disponibilidade fronteiriça neste momento do século XX, as trocas físicas, humanas, encontram progressivamente maior controle e limites, em relação direta com interesses políticos e econômicos. Pouco a pouco, essas contradições encontram solo para se enraizarem nos diversos tipos de territórios que compõem esse complexo mosaico, podendo-se dizer que são as cidades uma de suas maiores expressões físicas.

Outro fator marcante para as pessoas em todos os países do mundo foi a escala e focalização dos grandes conflitos internacionais, que pela primeira vez alcançaram um grau de envolvimento político global. No que diz respeito aos efeitos das guerras, estes foram tão impactantes para o reconhecimento dos vínculos de cidadania e mobilidade de pessoas, que foi necessária a criação de novos instrumentos de reconhecimento e identificação dos possíveis contraventores de um mundo cada vez mais burocratizado. De acordo com Hobsbawm (1994, p. 57), um dos exemplos disso é a invenção do passaporte<sup>22</sup>, que pode ser visto como símbolo da apropriação e institucionalização dos movimentos migratórios pelos estados nacionais.

Em relação à Segunda Guerra Mundial o autor aponta:

A catástrofe humana desencadeada pela Segunda Guerra Mundial é quase certamente a maior na história humana. O aspecto não menos importante dessa catástrofe é que a humanidade aprendeu a viver num mundo em que a matança, a tortura e o exílio em massa se tornaram experiências do dia-a-dia que não mais notamos. (HOBSBAWM, 1994, p. 58)

---

<sup>22</sup> O chamado passaporte de Nansen, um documento de identificação pessoal reconhecido internacionalmente pela Liga das Nações, sendo o primeiro documento de viagem para refugiados.

Conforme apresentado por Hobsbawm, estima-se que no ano de 1945 haviam aproximadamente 40,5 milhões de pessoas desenraizadas na Europa – excluindo-se trabalhadores forçados dos alemães e alemães que fugiam do avanço dos exércitos soviéticos (1994, p. 58). O autor aponta ainda que desse número, uma parte era proveniente do processo de descolonização da Índia, outra da Guerra da Coréia, outra parte de palestinos deslocados em função do estabelecimento do Estado de Israel, entre outros. Tanto esses quanto outros eventos, sejam subprodutos ou em relação com Segunda Grande Guerra, tiveram impactos em diversas esferas em todos os continentes.

Nesse contexto, Jubilut afirma que emergiram dois tipos de grupos de refugiados: os judeus, deportados da Alemanha, e despojados de seus bens e sua nacionalidade, tornando-se apátridas; e a maioria, pessoas afetadas pelos efeitos da guerra e suas dissidências e impactos ao redor do mundo, que ao longo dos conflitos abandonaram seus países por perseguição sem poder contar com a proteção estatal (2007, p. 26). Fica evidente assim um quadro de pluralidade de razões de deslocamento forçado, cujas respostas não eram suficientes pela proteção internacional, havendo assim um universo mais amplo de carências e demandas que não eram abordadas.

Após a Segunda Guerra Mundial, o cenário humanitário calamitoso levou a recém-fundada Organização das Nações Unidas (ONU) a estabelecer uma unidade genuinamente universal para cuidar dos refugiados, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Sendo assim, o regime internacional vigente para proteção aos refugiados é construído sob os auspícios desta organização, sendo seus instrumentos consolidados a partir da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, conhecido também como Convenção de Genebra (JUBILUT, 2007, p. 26). Neste momento, é reconhecido institucionalmente o refugiado, em seu aspecto jurídico-institucional – uma das faces do sujeito político - através do **status de refugiado**. As questões referentes à aparelhagem e mecanismos propostos pela ACNUR e Convenção de Genebra, serão melhor descritos adiante, nos subitens 4 e 5 deste capítulo.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> No contexto histórico de construção do refugiado como sujeito político e social, a autora apresenta a perspectiva de James C. Hathaway no que diz respeito à evolução no reconhecimento do status de refugiado, sendo esta dividida em três fases: (1) a fase da perspectiva jurídica, que se estende de 1920 a 1935, e que se caracteriza pelo reconhecimento com base no pertencimento do indivíduo a uma dada coletividade dado que o Direito Internacional não reconhecia o indivíduo como sujeito de direitos; (2) a fase da perspectiva social, de 1935 a 1939, quando se entendia os refugiados, ainda coletivamente, como “produtos” de ocorrências sociais ou políticas; e (3) a fase da perspectiva individual, que perdura até os dias atuais e vislumbra o reconhecimento do *status* de refugiado a partir das condições de cada indivíduo. (HATHAWAY, J. C. *The law of refugee status*)

Nos anos 60 e 70 há um aumento de pessoas em situação de refúgio, devido aos processos de descolonização e Estados na África e Ásia e o consequente estabelecimento de novos Estados independentes. Se até então as grandes levadas de refugiados eram de judeus e palestinos e outros grupos sociais afetados pela Segunda Guerra Mundial, agora emergem movimentos advindos do continente africano e do subcontinente indiano. A eclosão de guerras civis e do surgimento de novos Estados independentes nessas regiões, em relação com o aparecimento de ideologias divergentes em novas organizações políticas, levou a grandes deslocamentos forçados (JUBILUT, 2007, p. 29).

Ainda segundo a autora nesse mesmo trecho, a América Latina na década de 70 também abre campo para a emergência de pessoas em situação de refúgio, em função dos sistemas ditatoriais que se alastraram pelo continente e que não tinham comprometimento em assegurar os direitos humanos. Trazendo o entrelaçamento – ou tenuidade de fronteiras – entre a escala nacional e internacional, veremos a expressão física, constituída por pessoas e espaços, e todas as subjetividades inerentes à ambos, que esses acontecimentos têm no território brasileiro e, mais especificamente, no Rio de Janeiro.

### 1.3. TEMPOS ATUAIS: A EMERGÊNCIA DE CIDADES GLOBAIS E NOVAS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS

Com o fim da Guerra Fria, em 1991, este tema entra em sua fase atual, completamente intrincado ao advento da globalização. Sendo assim possível concluir que a construção do refugiado enquanto sujeito social no mundo atual é não somente uma consequência dos processos políticos e econômicos que vêm se construindo ao longo de décadas, mas também consequência direta dos efeitos do neoliberalismo.

Neste sentido, é indispensável trazer a problemática dos ajustes macroeconômicos. O conceito de cidade global ou *global city*, definida por Saskia Sassen, apresenta ferramentas que auxiliam na composição deste quadro de dimensões sociais, culturais, políticas, mas cuja tessitura sempre se dá pela lógica econômica.

As cidades concentram o controle sobre vastos recursos, enquanto as finanças e indústrias especializadas de serviços remodelaram a estrutura social e ordem econômica. Assim, um novo tipo de cidade apareceu, a cidade global. (SASSEN, 1991, p. 4, tradução nossa)

A partir da análise de Sassen da atual configuração da economia global, pode-se

fazer uma associação com a questão dos refugiados urbanos no que diz respeito às desigualdades geradas por esse modelo, em vários aspectos, o que tem reflexos sociais diretos nas cidades globais e suas adjacências.

Ao discorrer sobre a mobilidade transnacional do capital a partir dos anos 1980, a autora aponta o crescimento massivo das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs)<sup>24</sup> e centros bancários (1991, p. 6). Surgem assim novos tipos de alcances de produção desde o desenvolvimento das telecomunicações a serviços especializados. Estes tornam-se dispositivos chave para a gestão de redes globais de fábricas, escritórios e mercados financeiros. Serviços especializados para empresas, transações financeiras, bem como os mercados relacionados a essas regiões da economia, compõem uma camada de atividades em papel central para a organização da maioria dos processos globais.

A partir desta constatação, a autora desconstrói a noção da dinâmica da cidade analisada em sua individualidade, ou como parte componente de um Estado nacional. Segundo ela, os aspectos internacionais dos sistemas urbanos de viés econômico, político e social são tratados entre Estados-nação, e não no âmbito interno, em escala municipal, das cidades. A questão é que algumas cidades assumem papéis estratégicos dentro da relação de mobilidade transnacional do capital na economia global, transcendendo as fronteiras dos países em que estão inseridas e desenvolvendo uma dinâmica própria junto com outras. Este fenômeno leva à formação de cidades globais. A decomposição do Estado-nação em fatias que fazem parte da economia global, o deslocamento do foco do poder das corporações sobre os governos e a economia para a gama de atividades e arranjos governamentais necessários para a implementação de tais redes, e a contribuição trazida para o foco na ordem urbana social e política associada a tais atividades, são fatores que evidenciam a nova relação fronteira estruturada pelo capital.

Cidades reemergiram não somente como objetos de estudo, mas também como locais estratégicos para a teorização de uma ampla gama de processos sociais, econômicos e políticos centrais para a era atual: (1) globalização econômica e migração interna, (2) a emergência de serviços especializados e o setor financeiro como o principal fator de crescimento nas economias mais avançadas, (3) novos tipos de desigualdades, (4) novas políticas de identidade e cultura, (5) a dinâmica da radicalização, e (6) a política do espaço. (SASSEN, 1991, p. 8, livre tradução)

---

<sup>24</sup> A ZPE é um distrito industrial onde empresas nele localizada operam com suspensão de impostos, liberdade cambial e gozam de procedimentos administrativos simplificados.

A primeira relação que se pode fazer é uma inversão direta de controle de fronteiras: enquanto as fronteiras para a circulação de capital são flexibilizadas gradativamente, as fronteiras para a circulação de pessoas são engessadas. Dentro da dinâmica econômica derivada deste modelo econômico, buscam-se dispositivos que facilitem a instalação de empresas em outras cidades, as ZPEs e centros bancários, a criação de serviços especializados para atender a essas novas demandas, etc. Em paralelo, os dispositivos que permitem a livre circulação de pessoas são cuidadosamente avaliados, e flexibilizados com facilidade somente se trouxerem consequências benéficas para o fortalecimento do modelo hegemônico de economia global.

As cidades globais configuram novas centralidades geográficas e tornam-se pontos de controle de organização da economia mundial, pontos chave das indústrias líderes do momento e os locais principais de produção dessas indústrias, assumindo posicionamento estratégico a partir da combinação da dispersão global de atividades econômicas e interação global. Aumentam seu brilho e visibilidade à medida que se afirmam nesse contexto, e em paralelo ofuscam outras cidades, outras dinâmicas econômicas cujas funções são dadas como obsoletas. Formam-se assim hierarquias regionais, levando ao aumento de vastos territórios periféricos e excluídos de tais processos, ao declínio de antigos centros manufatureiros e cidades portuárias, que já não são a engrenagem principal que faz girar a roda de mobilidade do capital. Nesse sentido, é possível traçar um paralelo claro ao que foi trazido aqui anteriormente, em referência ao que Bauman apontou acerca do liberalismo econômico e os processos colonizatórios a partir da dominação dos meios tecnológicos modernizantes mais avançados, e sua relação direta com a hierarquia entre territórios. Seja em sua fase passada ou em sua fase atual, a questão latente é a relação direta entre refugio e pessoas refugadas e as forças operantes da lógica capitalista e suas necessidades de crescimento.

Surge assim uma dicotomia clara: cidades em escalas geográficas menores precisam preencher as demandas criadas pelas cidades globais, criando uma relação de dependência, hierarquia e exclusão. Traz à tona a dualidade pobre/rico, tanto entre países quanto entre cidades na mesma nação. Esta dualidade conforma o segundo ponto de relação com a crise humanitária: as questões econômicas e políticas dos países que têm sérios conflitos internos, e principalmente suas causas saem da zona de interesse e visibilidade. As causas reais dos conflitos seguem tendo muito menos visibilidade do que merecem, justamente porque, em muitos casos, são elas que sustentam este modelo

econômico. Para que se tenham cidades globais é necessário que se tenha cidades que não são globais. É necessário que se tenha mão-de-obra não especializada e barata, é necessário que se implemente indústrias que afetam ecossistemas, é necessário que se tenha regiões que sirvam completamente aos agentes deste modelo. Para que se tenha cidades na luz, é necessário que se tenha cidades na sombra – ou, a sombra e a luz coexistindo na mesma cidade.

O crescimento rápido da indústria financeira e de serviços especializados leva a uma desigualdade e contradição na relação trabalhista. Os novos setores criados geram trabalhos que exigem alto nível técnico, trabalhos administrativos, bem pagos. Em paralelo, se acentua a desqualificação de certos tipos de trabalho, mal pagos, associados aos setores mais tradicionais da economia. Neste ponto pode-se tecer a relação dessa ressignificação de modelo econômico, com a questão dos refugiados urbanos e migrantes de forma geral que residem em cidades.

Os inúmeros conflitos gerados para manter essa estrutura econômica impactam diretamente as vidas das populações que residem nas áreas que estão “nas sombras” deste modelo; estas populações são obrigadas a se deslocar, tendo como opção de sobrevivência as tais cidades globais – ou as cidades adjacentes que as servem. De uma forma ou de outra, não encontram outra saída, mas se encaixam nas esferas de trabalho não-qualificado, mal pago, em situação irregular. Essa é a condição que sustenta uma esfera social que está presente em todos os países do mundo, servindo às necessidades geradas pelas cidades globais e sem a qual essas cidades não se sustentariam.

#### 1.4. INSTRUMENTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

Assim como o Direito Internacional dos Direitos Humanos, o Direito Internacional dos Refugiados busca a proteção do ser humano em ordem internacional. Dessa forma, são estabelecidas regras internacionais que busquem garantir esses direitos e respaldar as pessoas de possíveis violações dos mesmos. Conforme apresentado por Jubilut, apesar de diferenças no que diz respeito ao conteúdo de suas regras e o âmbito de aplicação, temos em ambos os mesmos sujeitos como atores: o ser humano enquanto beneficiário e o Estado enquanto destinatário e obrigado principal das regras; os mesmos princípios e finalidades, isto é, a dignidade da pessoa e garantia do respeito a ela. (JUBILUT, 2007, p. 60)



O instituto do Refúgio e a consequente proteção de refugiados pela comunidade internacional data do início do século XX, quando ao final da Primeira Guerra Mundial cria-se a Liga de Nações<sup>25</sup>, também conhecida como Sociedade das Nações. Ele é criado de modo a dar uma resposta ao alto contingente de deslocados, para os quais “seria impossível uma qualificação individual por meio do instituto do asilo” (JUBILUT, 2007, p.43). Sendo assim, é criada uma classificação coletiva que permitisse aos Estados o acolhimento de milhares de pessoas, garantindo assim sua proteção internacional.

Com a Segunda Guerra Mundial, dezenas de milhões de pessoas se deslocam pelo mundo, e em 1943 os países aliados criam a Administração de Socorro e Reabilitação das Nações Unidas (Unrra). No mesmo ano é realizada a Conferência das Bermudas, na qual amplia-se a proteção internacional e cria uma definição para os refugiados como:

Todas as pessoas de qualquer procedência que, como resultado de acontecimentos na Europa, tiveram que abandonar seus países de residência por terem em perigo suas vidas ou liberdade, devido a sua raça, religião ou crenças políticas (BARRETO, 2010, p.14)

Em 1946 a Assembleia Geral das Nações Unidas estabelece alguns princípios em relação à condição de refugiado: o problema do refúgio é de alcance internacional; conseqüentemente, um órgão internacional deve ocupar-se do futuro das pessoas refugiadas e deslocadas e estimular seu pronto retorno quando a situação política permitir. Outro princípio importante definido neste momento é o do *non-refoulement*, segundo o qual os Estados Nacionais para onde se deslocam essas pessoas não podem obrigar uma pessoa a retornar ao seu país de origem se houver um fundado temor de perseguição (BARRETO, 2010, p.14). O reconhecimento do refúgio como uma questão de alcance internacional toca diretamente a questão da soberania dos Estados nacionais, tornando-se um elo extremamente delicado do ponto de vista político.

Em 1950 é criado o **Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur)**, uma instituição internacional, definida como apolítica, cuja função é proporcionar proteção internacional aos refugiados. Em 1951 acontece a **Convenção de 1951 das Nações Unidas**, também conhecida como Convenção de Genebra, importante marco histórico no qual é determinado um instrumento normativo que defina quem é uma pessoa refugiada, bem como o alcance da proteção e diretrizes para soluções nestes casos.

---

<sup>25</sup> Organização internacional criada, pelo Tratado de Versailles, cujo escopo era manter a paz e a segurança internacionais (JUBILUT, 2007, p. 43)

No artigo 1º da Convenção, relativa ao Estatuto dos Refugiados, é definido o *status de refugiado* como:

toda pessoa que, como resultado de acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e devido a fundados temores de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, por pertencer a determinado grupo social e por suas opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, por causa dos ditos temores, não queira recorrer à proteção de tal país; ou que, carecendo de nacionalidade e estando, em consequência de tais acontecimentos, fora do país onde tivera sua residência habitual, não possa ou por temor fundado não queira regressar a ele.

Apesar de a Segunda Guerra Mundial ter tido repercussões em todo o mundo, a criação dos instrumentos citados está diretamente relacionada às consequências da Guerra no continente Europeu e com a população advinda deste continente. Dessa forma, dois pontos limitavam as pessoas contempladas pela Convenção: a reserva temporal, onde só eram consideradas refugiadas pessoas que se encaixavam na definição acima, em eventos ocorridos antes do 1º de janeiro de 1951 e a reserva geográfica, que limitava esse reconhecimento aos eventos ocorridos no continente europeu. Em 1967 é criado o **Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados**, com a finalidade de dar resposta a essas limitações, e então é colocado fim à reserva temporal, e exigido dos Estados que não adotassem mais a reserva geográfica – o que até então deixava pessoas de outros continentes desprotegidas no regime internacional. (ROCHA, MOREIRA, 2010, p.20)

Aryadne B. Waldely apresenta um panorama da evolução dos aparatos políticos por onde se construiu a condição de refugiado. A autora indica que em 1960 o Brasil afirma seu compromisso com os termos firmados na Convenção, e em 1972 assume compromisso também com o Protocolo de 1967, que tinha por objetivo retirar as limitações temporais e geográficas dos termos da Convenção, que eram restritos aos acontecimentos sucedidos na Europa naquele momento (WALDELY, 2016, p.3).

No que diz respeito ao refúgio no contexto da América Latina, e ampliando o campo de estudo e análise para além do Brasil, temos a década de 1970 como um período marcado por deslocamentos em massa provocados por regimes ditatoriais, tanto na América Latina quanto centro-América, configurando-se novos tipos de conflitos.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> Por ser a ênfase essa dissertação o refúgio no contexto do território brasileiro, não entro em questões específicas de outros países e continentes, bem como em desdobramentos de aparatos em outros contextos. No entanto, é importante destacar a Convenção Relativa aos Aspectos Específicos dos Refugiados

Assim, começa a ganhar corpo a urgência na ampliação do conceito de refugiado, que pudesse atender aos novos tipos de deslocamentos que se desenhavam.

Em 1984, em Cartagena das Índias, na Colômbia, ocorre o colóquio de representantes de governos e juristas latino-americanos para debater a proteção internacional dos refugiados na região. É assinada a **Declaração de Cartagena**, que recomendava que se considere também como refugiadas as pessoas que tenham fugido de seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.

Desse modo, a flexibilização no conceito de refugiado, que permite que este tenha uma abrangência maior, relaciona-se a questões que vão além de vinculações individuais. Como era definido na Convenção de Genebra, o *fundado temor de perseguição* se dava por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política, circunscrevendo essas como as únicas possibilidades de perseguição. Na Declaração de Cartagena, é agregada à caracterização da condição de refúgio a noção de “ameaça a vida, segurança ou liberdade” (WALDELY, 2016, p.5). Ainda segundo a autora, em referência a Michal Reed-Hurtado<sup>27</sup>, a Declaração tem sido pouco aplicada de forma prática, e seu potencial pouco desenvolvido nos processos de proteção a pessoas refugiadas, inclusive no Brasil, no que diz respeito ao conceito de grave e generalizada violação de direitos humanos.

No contexto brasileiro, a consolidação dos instrumentos de regulamentação do refúgio se deu a partir da promulgação da **Lei 9.474**, de 1997, que define mecanismos para a implementação, em território brasileiro, do Estatuto dos Refugiados de 1951. Assim sendo, o conceito de refugiado pode ser lido no artigo 1º da lei:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se

---

Africanos, adotada em 1969, pela Organização da Unidade Africana (OUA), que é referência para a elaboração das recomendações da Declaração.

<sup>27</sup> Referência da autora: REED-HURTADO, Michael. The Cartagena Declaration on Refugees and the Protection of People Fleeing Armed Conflict and Other Situations of Violence in Latin America. In: *UNHCR*, PPLA/2013/03. Geneva, jun. 2013. 33p. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/51c801934.html>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Além da definição, a Lei estabelece procedimentos para o reconhecimento da condição de refúgio instituindo o que é formalmente denominado no universo do refúgio como *elegibilidade*. Este regime cria também a figura do solicitante, sendo este o sujeito cujo processo de solicitação de refúgio ainda está em análise pelo governo brasileiro. Segundo a lei, uma vez recebida a solicitação de refúgio pelo Departamento de Polícia Federal, um protocolo é emitido ao solicitante e a sua família que se encontre em território nacional, autorizando sua estada até a decisão final do processo. Este protocolo permite a expedição de uma carteira de trabalho (CTPS), um número de cadastro de pessoa física (CPF), que permite a matrícula em escola, acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), entre outros serviços públicos.

Ou seja, mesmo ainda com a solicitação em análise pelo Ministério da Justiça, a pessoa já tem o direito a se inserir em benefícios de ordem pública, o que pressupõe uma pré-inclusão social e acesso às estruturas institucionais brasileiras. A questão que esta pesquisa busca problematizar é justamente como o direito não garante o acesso, principalmente em um contexto de fortes disparidades sociais e refletidas, constituídas e constituintes, de uma relação com o território.

A análise das solicitações é feita pelo **Comitê Nacional para Refugiados (CONARE)**, sendo este o órgão de deliberação coletiva no âmbito do Ministério da Justiça com um caráter tripartite, que engloba a relação entre instituições governamentais, da sociedade civil e de organismos internacionais. São membros do CONARE com direito a voz e a voto o Ministério da Justiça e Cidadania (MJC), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC), o Departamento de Polícia Federal (DPF) e a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (CARJ) com a titularidade da representação da sociedade civil. Participam também o ACNUR e a Defensoria Pública da União (DPU),

com direito a voz, mas sem direito a voto, bem como a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP), na condição de representante suplente da sociedade civil, e o Instituto de Migração e Direitos Humanos (IMDH), como convidado. (WALDELY, 2016, p.5)

É interessante constatar, a partir da constituição do CONARE, quais são as instituições governamentais que estão em diálogo na formulação de políticas ou incorporação dessa discussão em políticas públicas vigentes, e perceber como a questão da inserção territorial dos sujeitos que chegam a território brasileiro não é contemplada, não havendo participação de instituições relacionadas à habitação e integração urbana.

Se, por um lado, essa representatividade e tipo de abordagem inexistem na constituição do Comitê, por outro, para além do direito à moradia ser um direito humano básico, necessidade vital de homens e mulheres, é um direito constitucional. O Artigo 6º da Constituição considera também a moradia como parte dos direitos sociais, junto com educação, saúde, alimentação, trabalho, transporte, lazer, segurança, entre outros. A moradia é uma questão primordial de autonomia e estabilidade, que impacta diretamente nos acessos aos serviços públicos supracitados, e na relação de direito à cidade. No entanto, não há nenhuma política pública específica para refugiados e solicitantes, e uma grande dificuldade de inserção em programas habitacionais.

Pode-se tomar como exemplo dessa falta, a “Cartilha para Refugiados no Brasil”, distribuída a solicitantes e reconhecidos para que estejam a par de seus direitos aqui, e a descrição das soluções duradouras para integração local: aulas de português (idioma), educação, saúde, trabalho, assistência social e assistência jurídica. A questão da moradia só aparece no trecho em que os orientam a procurarem a defensoria pública da união caso tenham problemas com moradia. Veremos adiante a questão dos abrigos e dificuldades de moradia no contexto do Rio de Janeiro.

A nova Lei de Migrações, aprovada em 2017, apresenta grandes avanços para a questão migratória de forma geral, e consequentemente para os refugiados. O texto estabelece os direitos e deveres dos imigrantes que entram no Brasil – não unicamente refugiados - regula sua entrada e estada aqui, e estabelece princípios e diretrizes sobre as políticas públicas direcionadas a esses grupos. João Guilherme C. M. L. Granja Xavier da Silva aponta que a lei busca estabelecer políticas de inclusão social com os estados e municípios e promover canais de participação social para migrantes (XAVIER DA SILVA, 2017, p.15).

O autor pontua que a lei substituiu o Estatuto do Estrangeiro, Lei 6.815/1980, criado durante a ditadura militar, e que instituiu a operacionalização de lógicas de discriminação

e hierarquia (XAVIER DA SILVA, 2017. P.44). Ele aponta ainda o reforço da ideia de “exclusão da pessoa do domínio da cidadania e sua vinculação a uma dimensão de obediência a um monarca”, o que fica evidente na escolha das terminologias referentes aos imigrantes no texto lei, como *súdito*, *alienígenas*, *não-nacionais*, *expatriados*, *clandestino*, *ilegal*, *estrangeiro*.

Em entrevista a esta pesquisa, Granja<sup>28</sup> explicou a relação mais específica com a questão do refúgio, indicando que o regime migratório em geral tem algumas repercussões diretas sobre a população de refugiados, já que a Lei 9.474, apesar de dar garantias específicas, não entra tão detalhadamente no mérito de todos os direitos dessas pessoas. Sendo assim, por serem imigrantes, se inserem nessa categoria de forma abrangente e seus direitos também dependem da lei que diga qual é o regime geral – antes o Estatuto do Estrangeiro, agora a Lei de Migrações.

Entre as principais mudanças estabelecidas pela nova lei estão a garantia ao imigrante de condição de igualdade com os nacionais, o repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação, a não criminalização da imigração, a acolhida humanitária. No que tange aspectos práticos de uma política mais igualitária e inclusiva, a inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas, acesso igualitário do imigrante a serviços, programas e benefícios sociais, direito à livre circulação em território nacional. Ela também atua sobre a desburocratização do processo de regulação migratória e a institucionalização da política de vistos humanitários. Isto é, ela dirá quais as condições de acesso e de saída do regime do refúgio, podendo gerar efeitos que dificultem ou facilitem a solicitação de refúgio.

Essas deliberações são determinantes fortes das condições de inclusão social das pessoas, uma vez que a lei aponta comandos ou dá incentivos a agentes públicos – tanto em esfera federal, quanto estadual e municipal – e a sociedade civil de forma geral. Os apontamentos sobre a construção social do migrante – ou sua urgente ressignificação – trazem um reflexo direto acerca da consequente atitude e postura que devemos tomar em relação a essas pessoas. Um aspecto importantíssimo da lei para o contexto deste trabalho, é que ela estabelece uma potente relação de escala micro para a macro, gerando um

---

<sup>28</sup> João Guilherme Granja é gestor público e ex-diretor das áreas de migrações, cidadania e refúgio do Ministério da Justiça e Cidadania. Atualmente atua como pesquisador da Escola Nacional de Administração Pública sobre migrações, refúgio e respostas estatais a crises humanitárias. Em 2017 defendeu uma tese de doutorado acerca do tema das migrações, intitulada “Por razões humanitárias: cidadanias, políticas públicas e sensibilidades jurídicas na reforma migratórias brasileira”.

movimento circular e retroalimentar onde as disposições e vozes deliberativas nesse sentido não se limitam a algumas estruturas de poder.

O próprio processo de elaboração da lei já reflete o viés de abertura, discussão, escuta de demandas e construção coletiva que propõe. Em 2014 aconteceu a primeira Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR), onde, através da reunião de migrantes, profissionais envolvidos na temática, estudiosos, servidores públicos, e representações diversas do universo das migrações e refúgio, houve uma reflexão coletiva e elaboração de um Plano Nacional de Migrações e Refúgio. As experiências coletadas levaram a trabalhos de proposição de um anteprojeto da lei. Como coloca Granja, o ciclo de participação social da COMIGRAR se iniciou em 2013:

Ao longo dos meses anteriores, um conjunto de mapeamentos e eventos preparatórios havia sido posto em prática com o apoio técnico da Organização Internacional para as Migrações, com eventos focalizados nas principais cidades com populações migrantes, voltados a acessar diferentes coletivos e formas de organização dentro das próprias comunidades de migrantes no país, bem como entidades, grupos de pesquisa e movimentos interessados na matéria. Dentre os objetivos estavam mapear demandas e apresentar a ideia de um processo de participação social, sondando, por meio dos padrões de demanda identificados, que estratégias adotar para envolver esses grupos de migrantes em um aprendizado coletivo da participação social, em face de um Estado como o brasileiro, permeado de ambiguidades no tratamento das pessoas migrantes com potenciais de produção de direitos e de agressões, na percepção dessas próprias comunidades. (XAVIER DA SILVA, 2017, p.262).

Apesar da lei ser um enorme avanço, tanto em suas proposições quanto no processo de constituição de seu conteúdo, que contou com inúmeras vozes de diversos setores, infelizmente a regulamentação dela através de decreto desvirtua muito do que estava previsto em sua essência, abrindo precedentes para retrocessos no que concerne o reconhecimento e regulamentação dos fluxos migratórios no Brasil.

Percebemos assim que há uma necessidade de reconhecimento do sistema de proteção sob uma perspectiva espacial também. Isto é, reconhecer que as proposições políticas e mudanças legislativas têm uma incidência direta no território – em todas as acepções possíveis do termo. A discussão sobre subjetividade refugiada e espacialidade da proteção se desdobra em propostas e diretrizes pela ONU, que veremos melhor a seguir, sendo fundamental sua problematização e reflexão sobre caminhos e construções possíveis para que se tenha, ativos e expressivos, todos os componentes desse complexo sistema.

## 1.5. SOLUÇÕES DURADOURAS E INTEGRAÇÃO LOCAL: UMA PROPOSTA

O ACNUR aponta dois como os principais objetivos de sua política de refugiados para áreas urbanas: garantir que as cidades sejam reconhecidas como locais legítimos para os refugiados residirem e gozarem dos direitos que lhes são assegurados, e maximizar os espaços de proteção disponíveis para os refugiados urbanos e as organizações humanitárias que os deem suporte.<sup>29</sup> Dessa forma, é importante observar que as medidas protetivas vão para além dos mecanismos jurídicos, estendendo-se ao espaço de acolhimento. O espaço de proteção não é estático, ele é intimamente relacionado à dinâmicas socioculturais, políticas e econômicas que dão origem à uma determinada estrutura urbana, na qual o refugiado se insere diretamente. No caso do Brasil, essa complexa tessitura, carrega em si enormes disparidades, por vezes camufladas em códigos culturais e muitas das vezes já naturalizadas por quem vive sua dinâmica.

Em 2004, no 20<sup>a</sup> aniversário da Declaração de Cartagena - um colóquio de representantes de governos e juristas latino-americanos para debater a proteção internacional aos refugiados da região – foi criado o Plano de Ação México (PAM). O Plano define as linhas de uma ação regional em matéria de proteção e propõe a adoção de medidas para a questão dos refugiados, as chamadas **soluções duradouras**, que visam colocar em prática soluções para a difusão de boas práticas que deem suporte à tais soluções, propiciando a cooperação sul-sul. Em relação às soluções, o Plano indica:

Reiterou-se a necessidade da cooperação internacional, de acordo com os princípios de solidariedade e responsabilidade compartilhada, para pôr em prática soluções duradouras efetivas, assim como para a difusão de boas práticas de soluções duradouras na região, propiciando a cooperação sul-sul (...). Do contexto atual regional sobressaem duas situações que requerem urgente tratamento e apoio internacional. Por um lado, a situação de um número crescente de refugiados de extração urbana assentados nos grandes núcleos urbanos da América Latina. Por outro lado, a situação de um grande número de cidadãos colombianos nas zonas fronteiriças da Colômbia com Equador, Panamá e Venezuela, em sua maioria indocumentados e necessitados de uma ação urgente de proteção e assistência humanitária, dada sua alta vulnerabilidade.<sup>30</sup>

Nos países da América Latina a maior parte dos refugiados vive em perímetros urbanos, já que não temos campos de refugiados aqui. É fundamental destacar também

---

<sup>29</sup> UNHCR. *Policy on refugee protection and solutions in urban areas*.

<sup>30</sup> Declaração do Plano de Ação México para fortalecer a proteção internacional aos refugiados na América Latina. Capítulo 3 – Soluções duradouras.



que as solicitações de refúgio também têm origem em países americanos, como é o caso da Colômbia, que está em conflito armado há mais de 50 anos, levando mais de 5 milhões de pessoas a situação de deslocamento forçado. As soluções duradouras são norteadas por três programas: *Cidades Solidárias*, *Fronteiras Solidárias* e *Reassentamento Solidário*. É importante ressaltar o programa Cidades Solidárias, que se dispõe a:

Evitar, na medida do possível, os chamados “movimentos irregulares ou secundários”, mas sobretudo busca uma proteção mais efetiva que abarque os direitos e obrigações sociais, econômicos e culturais do refugiado. Tratar-se-ia de facilitar a execução de políticas públicas, dentro de uma estratégia social integral, com a cooperação técnica das Nações Unidas e das organizações da sociedade civil e o apoio financeiro da comunidade internacional, para integrar um número de refugiados a ser determinado em uma série de centros urbanos “piloto” da América Latina.<sup>31</sup>

Em 2014, em reunião dos governos da América Latina e Caribe devido ao 30º aniversário da Declaração de Cartagena sobre os refugiados, foi aprovada a Declaração e **Plano de Ação do Brasil**. Nele, todos os países envolvidos concordam em trabalhar juntos para manter os mais elevados padrões de proteção a nível internacional e regional, implementar soluções inovadoras para os refugiados e pessoas deslocadas, e acabar com a difícil situação enfrentada pelas pessoas apátridas na região. No contexto da presente discussão, é importante ressaltar o *Programa Integração local* como parte das *Soluções Integrais, Complementares e Sustentáveis*. De forma geral, o programa está centrado na necessidade de promoção de políticas públicas como fundamentais para a integração dos refugiados, e o papel central do Estado, representado por autoridades locais a nível municipal, comunidades de acolhida dos próprios refugiados, do setor privado, da sociedade civil e da cooperação internacional. Este programa é um fortalecimento e atualização do *Programa Cidades Solidárias, do Plano de Ação México* (PAM) de 2004.

Dos sete eixos de ação do programa, destaco alguns que são importante base para a continuidade desta reflexão:

- Impulsionar processos inclusivos para a formulação de políticas públicas correspondentes à adequação da normativa interna para a integração dos refugiados

---

<sup>31</sup> Declaração do Plano de Ação México para fortalecer a proteção internacional aos refugiados na América Latina. Capítulo 3.1 – Programa de auto-suficiência e integração local “Cidades solidárias”

- Fortalecer a coordenação das instituições governamentais e não governamentais relevantes para facilitar, dentro dos marcos jurídicos vigentes, o acesso efetivo das pessoas refugiadas a "serviços públicos solidários", como saúde, educação, habitação e emprego, e aprender com as boas práticas sobre o acesso aos direitos que têm em alguns países da região.

- Formular políticas e programas a nível local para promover a integração intercultural das pessoas refugiadas e as comunidades de acolhida, que reflitam a contribuição dos refugiados ao desenvolvimento comunitário.

Nesse sentido, do ponto de vista de diretrizes por parte da administração pública local, no Brasil e mais especificamente no Estado do Rio de Janeiro, já temos alguns avanços legais, como o Projeto de Lei nº826/2015, em tramitação, que propõe a instituição do **Programa Estadual de Acolhimento de Refugiados no Estado do Rio de Janeiro**. Entre outras disposições que fortalecem a atenção da administração pública em escala estadual, e consequentes possíveis melhoras e avanços nas questões de integração e acesso a serviços locais, está o cadastro nos Programas Habitacionais do Estado. O Projeto de Lei teve parecer favorável, e em sua fase atual está em análise pela Comissão de orçamento, finanças, fiscalização financeira e controle.

Em 2014 foi aprovado o **Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados do Rio de Janeiro**. Através da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), formou-se o Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados do Rio de Janeiro. O plano foi construído por via de consulta pública, com objetivo de fomentar, junto a diversos setores da sociedade, o debate acerca da população refugiada nas políticas públicas brasileiras. O Plano conta com diretrizes formadas a partir de seis eixos temáticos, para os quais também há o planejamento de uma série de ações, previsão de produtos e divisão de incumbências ao órgãos e profissionais da administração pública estadual. Os eixos são os seguintes:

1) Documentação, que objetiva sensibilizar órgãos de segurança e da justiça acerca dos direitos das (dos) refugiadas (os) e solicitantes de refúgio, bem como aprimorar a qualidade da documentação dessas pessoas;

2) Educação, que visa promover esforços necessários ao acesso à educação, práticas de integração local nas escolas e outros espaços educativos, bem como utilizar esses espaços como formas de veiculação de informação acerca da condição de refugiado, aprimorar o processo de validação de diplomas, entre outros;

3) Emprego e renda, que foca tanto em sua inclusão no mercado de trabalho, quanto nos direitos, benefícios e auxílios assistenciais, previdenciários e trabalhistas dos nacionais. Ademais, visa também disseminar informação no que tange as regras trabalhistas no país e eliminar o desconhecimento e preconceito acerca da condição de refugiado, que dificulta muito seu acesso ao mercado de trabalho, bem como viola seus direitos ao se pensar que eles não têm nenhum. Além disso, fomentar iniciativas que promovam sua qualificação profissional;

4) Moradia, cuja estrutura mais detalhada podemos ver na figura 1, abaixo;

5) Saúde, que tem por objetivo mapear, divulgar e orientar os serviços de saúde no Estado e Municípios, a fim de facilitar o acesso e agravos dos principais agravos físicos e psicossociais que acometem a população refugiada;

6) Ambiente sociocultural e conscientização para a temática, que visa promover um movimento de conscientização transversal (entre setores) e vertical (entre governo e sociedade) sobre o caráter humanitário das políticas de atenção as (aos) refugiadas (os). Também busca ampliar o conhecimento e a informação disponível sobre a população em questão, e a promoção de iniciativas de aproximação entre brasileiras (os) e refugiadas (os).

Pode-se dizer que as diretrizes, bem como as ações propostas do plano configuram uma rede em escala local para dar uma resposta a questões de integração local, como parte das soluções duradouras propostas em planos de ação desenvolvidos em escalas mais abrangentes – o Plano de Ação México, e posteriormente o Plano de Ação Brasil.

	Diretrizes e objetivos	Ações	Produtos	Responsáveis	Prazo e prioridade
<b>4 - Moradia</b>	1 - Mapear e buscar a inclusão de refugiados (as) em políticas de moradia de baixo custo.	Efetuar levantamento dos serviços e políticas de moradia de baixo custo para refugiados inclusive serviços de abrigamento emergencial e número de vagas existentes.	Relação dos serviços e políticas de moradia de baixo custo disponíveis para os(as) refugiados(as).	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Habitação (SEH).	Curto.
	2 - Ampliar os serviços existentes de acolhida e abrigo para refugiados(as) e solicitantes de refúgio.	1 - Promover a redefinição dos perfis de acolhimento de cada abrigo no estado do Rio de Janeiro para incluir a situação de vulnerabilidade dos(as) refugiados(as) como prioritária na disposição das vagas;	Instrumentos jurídicos adequados para a redefinição de perfis de acolhimento, ampliação do número de vagas e criação de novas vagas e abrigos.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Habitação (SEH).	1 - Curto. 2 - Curto. 3 - Longo.
		2 - Promover a ampliação do número de vagas para refugiados(as) nos abrigos já existentes;			
		3 - Promover a criação de abrigos prioritários para refugiados(as).			
	3 - Articular a inclusão de refugiados(as) nas políticas de concessão de crédito destinadas à aquisição, construção e reforma de moradia.	1 - Articulações junto ao Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal e outras instituições de concessão de crédito inclusive privadas; 2 - Articular junto à instituições financeiras a criação de um seguro fiança específico para refugiados.	Concessão de crédito para aquisição, construção ou reforma de moradia para refugiados(as) e seguro fiança, para aluguel, através da alteração no regulamento dos órgãos.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Habitação (SEH).	Médio.
	4 - Promover a criação de um auxílio moradia (aluguel social), por tempo determinado, para refugiados(as).	Elaborar uma norma para instituir o auxílio moradia para refugiados(as).	Norma elaborada para encaminhamento às autoridades competentes.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Habitação (SEH).	Contínuo.

Figura 1 – Quadro de eixos temáticos com diretrizes/objetivos, ações, produtos, responsáveis e prazo/prioridade. Plano estadual de políticas de atenção aos refugiados no Rio de Janeiro, trecho concernente à moradia. Fonte: <<http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=900875>>

Percebemos assim o caráter da gestão política da questão do refúgio no que tange a questão espacial: sua escala macro, sua natureza estruturadora por um viés teórico, dentro de normativas ainda abstratas. Em paralelo, já temos existente uma série de redes de refugiados, reconhecidos, solicitantes e pessoas em situação de recurso a processos negados, vivendo no espaço urbano, inseridos na dinâmica da cidade. Algumas dessas redes já bem estabelecidas, outras em formação, mas a questão aqui é: como pensar as estratégias políticas de gestão em diálogo, com escuta e abertura às estratégias de sobrevivência das refugiadas e refugiados na cidade?

Sabemos que a questão do refúgio vem se tornando a cada dia mais estrutural e estruturante nas dinâmicas urbanas de diversas cidades. E, conseqüentemente, novas cidades, culturas e modos de vida, também estruturantes para a vida de milhões de refugiados. Para as *soluções duradouras*, é essencial termos diretrizes em escala macro

que estejam em consonância com o Direito Internacional dos Refugiados e com todos os estatutos, declarações, estudos, planos e tantos materiais de enorme relevância produzidos acerca da temática.

Também no que diz respeito a soluções duradouras, é de suma importância discutir uma tensão existente entre uma proposta política e a leitura de soluções espaciais para esta problemática. De um lado, temos a busca soluções estruturantes para a difusão de boas práticas, dando suporte ao processo de integração local da população em situação de refúgio; de outro, como foi desenvolvido no início do capítulo, a situação ainda é enquadrada pelo prisma da provisoriedade ao se pensar espaço concreto. Como iremos pensar soluções duradouras sob o viés espacial, se a construção social e espacial da questão ainda está fortemente arraigada a dimensão da temporalidade, e nos leva a pensá-la por caminhos de soluções provisórias?

A aposta é que soluções duradouras mais efetivas se construam a partir do encontro, desta relação, entre o macro e o micro, entre o global e local. Isto é, primeiramente do cruzamento das escalas de proposição do sistema internacional, que se iniciam com base no Estatuto dos Refugiados, sendo mais aprimoradas na Declaração de Cartagena e com diretrizes mais concretas para soluções no Plano de Ação México, e do sistema nacional. Neste caso, o Plano de Ação Brasil, em diálogo com a Lei 9.474, podendo ser lapidado e mais sofisticado com a nova Lei de Migrações. Posteriormente, em escala mais local, o Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados do Rio de Janeiro e o projeto do Programa Estadual de Acolhimento de Refugiados no Estado do Rio de Janeiro.

A questão central para esta pesquisa e que emerge da construção inter-relacional dessas proposições, diz respeito ao encontro entre as diretrizes supracitadas e a realidade de segregação sócio territorial já presente na maioria das cidades brasileiras, e com forte expressividade no Rio de Janeiro, como veremos melhor ao longo do próximo capítulo. Acredito que somente com um cruzamento do que se pretende implementar e o que se tem, poderemos construir propostas em consonância com a realidade, sendo um primeiro passo a desnaturalização da inserção dos refugiados nas disparidades sócio territoriais já existentes aqui.

**2. Inserção em um contexto urbano desigual:  
uma relação de permanente transitoriedade**

Adentrando nas estratégias de sobrevivência dos refugiados nas cidades, a invisibilidade vem à tona como uma condição produzida pelo meio político, econômico e social para os sujeitos que se encontram em situação de refúgio. Como Marfleet aponta: “cada vez mais refugiados são moradores urbanos cuja existência é negada por governos e agências” (2007, p. 36). Ao discorrer sobre as implicações do que chama de política da negação, o autor contribui, a partir dessa perspectiva, na retomada de alguns conceitos vistos no capítulo anterior, como soberania nacional e a metáfora do espelho.

Ao trazer a reflexão de Cohen<sup>32</sup>, de que “nada incomoda tanto sociedades nacionais como o movimento de pessoas” (2007, p. 36), incita à reflexão acerca da ameaça que os movimentos migratórios representam ao controle dos Estados. Essa é a expressão que torna explícita a tenuidade das fronteiras, e se apresenta como um desafio ao sistema de soberania. Como ele mesmo aponta, se defronta com noções como cidadania, integridade nacional e direitos e responsabilidades locais. É um desafio também ao corpo social, que se depara com grupos que questionam sua referência de pertencimento e coesão. A pessoa estrangeira é reflexo do estrangeiro que habita em nós, nos levando ao encontro de nossas próprias alteridades, expressão humana da dúvida que paira sobre nossa relação de pertencimento no mundo. Essa pessoa é uma ameaça à concepção de Estado-nacional, sólido, referência de território sólido ao qual pertencemos e ao qual devemos fidelidade.

Essa pessoa é expressão humana do fluxo, do que transborda, que não pode ser contido, do que desafia as relações de controle e organização cartesiana do mundo. É movimento que ameaça o controle e, “nada incomoda tanto sociedades nacionais como o movimento de pessoas” (Marfleet, 2007, p. 36). A solução política e social encontrada para essa ameaça humana, é sua invisibilização, seu isolamento. A relação torna-se cíclica: muitos migrantes, por encontrarem inúmeras barreiras burocráticas que permitam sua estada em outros países, se colocam em uma situação de invisibilidade, que, como dito acima, já foi construída socialmente para estarem. Invisibilidade que leva a ações de exclusão, e exclusão que alimenta a condição de invisibilidade. Dada essa relação, torna-se cômodo também para o Estado manter essa situação por esse prisma, e controlar o incontrolável da forma que pode: por vias burocráticas e tendo suporte do corpo social temeroso de que suas lógicas de pertencimento sejam abaladas, mantendo uma situação

---

<sup>32</sup> Robin Cohen, *Migration and Its Enemies* (Aldershot: Ashgate, 2006).

de exclusão inclusiva.

Marfleet aponta que, diferente dos refugiados de campos, controláveis, monitoráveis, cujas localizações são conhecidas, os refugiados urbanos normalmente são dispersos, inumeráveis, dificilmente gerenciáveis. Colocam em questão noções enrijecidas que transitam pelo campo social e territorial. Isto é, além de representarem uma ameaça humana à noção de pertencimento e estabilidade de determinadas sociedades, seus movimentos, são dificilmente numeráveis e controláveis no território. Sua presença não está em um lugar ou outro, sabido, monitorado, previsível. Representam o imprevisível e o desconhecido, seja por sua origem, pelos valores e lógicas internas que os povoam, quanto pelos percursos que constroem nos territórios para onde vão.

As populações migrantes, fluidas, mas que também se ancoram no território, representam um enorme desafio: pois, por estarem ali estabelecidas, tornam-se parte de uma nova sociedade, o que implica pensar políticas públicas, planejamento urbano, etc. Por outro lado, representam uma parte do corpo social que é colocado em um lugar de invisibilidade e, talvez por isso, aceite esse lugar e o reafirme. Então, como pensar diretrizes sólidas para o que não é sólido? Como buscar soluções concretas para o que é dado como invisível?

Essa é a soma da temporalidade como afirmativa de condição social e territorial, como vimos anteriormente, com a invisibilidade. Ou, talvez, movimentos simultâneos e retroalimentares, onde o reconhecido como não duradouro dá subsídios ao que não precisa ser visto; e o invisível permite que o temporário se estabeleça e se expanda, às margens do que é formal, reconhecido, delimitado.

Essas são algumas das contradições que tomam maiores proporções a cada dia, a medida que os movimentos aumentam e as polarizações sociais também. Quando as demandas sociais se explicitam e o desejo de encobri-las ganha novos contornos. Nesse momento, é importante olhar para o que está dado, latente, materializado por caminhos imprevisíveis e controláveis.

Veremos aqui como a temporalidade e invisibilidade nas quais os sujeitos refugiados são categorizados, se mesclam e são naturalizadas com as populações que se encontram na mesma situação no território brasileiro, no entanto, derivadas de outros processos. Buscarei aqui fazer um aprofundamento que permita traçar linhas de costura entre a realidade de segregação sócio territorial brasileira – ou a permanente



transitoriedade já naturalizada no imaginário social – e a construção do refugiado enquanto sujeito no espaço urbano – como visto no capítulo anterior, onde sua condição de *sujeito temporal* também se expande ao âmbito espacial.

## 2.1. URBANIZAÇÃO, FLUXOS E MICROPOLÍTICAS

Do ponto de vista quantitativo, a revolução industrial é quase imediatamente seguida por um impressionante crescimento demográfico das cidades, por uma drenagem dos campos em benefício de um desenvolvimento urbano sem precedentes. O aparecimento e a importância desse fenômeno seguem a ordem e o nível de industrialização dos países (CHOAY, 1965, p.3)

Lefébvre (1968) indica que a orientação da cidade moderna é na direção dos produtos, do comércio, do dinheiro, das trocas. Essa orientação torna-se decisiva para a constituição dos modos de vida das sociedades regidas sob esta lógica econômica, sendo seus elementos constituidores orientados na direção dos produtos. Choay indica no momento em que a cidade do século XIX começa a tomar forma prática, ela provoca um movimento de observação e reflexão, e posteriormente abre espaço para a construção de uma série de modelos e propostas, algumas mais utópicas, outras de caráter prático.

Sejam os modelos que reforçam os movimentos e interesses da sociedade burguesa industrial, sejam os antagônicos a ele, só o fato de haver um *modelo* pressupõe algum tipo de controle do território e dos movimentos de massas. Reforça a lógica da soberania nacional, lembrando o que vimos no capítulo anterior segundo Haddad (2008) “autonomia externa e controle interno”, onde os sistemas políticos dos Estados nacionais encontram formas de organizar as populações e poder político. Pressupõe que os movimentos serão pautados, direcionados e conhecidos por algum tipo de força maior. Presume uma resposta de caráter estanque, a partir do conhecido. E nesse sentido, mais uma vez lembramos o desafio que os fluxos migratórios apresentam, onde o próprio termo *fluxo e movimento* dificilmente conseguirão negociar espaço com as demandas do *controle*. Como pensar soluções espaciais para um grupo de pessoas que parte de uma lógica de ocupação territorial radicalmente oposta ao que o urbanismo apresenta como caminho norteador de propostas práticas?

Trazemos a micropolítica, conceito de Félix Guattari, sob a leitura de Guizzo que nos apresenta as micropolíticas urbanas como caminho possível no agenciamento de

forças que impulsionam a ação coletiva.

“A *micropolítica* nos permite analisar cada saber, cada corpo, cada espaço, cada objeto sob uma perspectiva de produção de realidade a partir das relações de poder. O que estamos chamando de *micropolítica* urbana é essa possibilidade de ver as práticas urbanas – das disciplinas espaciais como a arquitetura e o urbanismo – como produtoras de realidades. É vê-las como práticas políticas através das forças que as povoam e que induzem, inibem, facilitam ou dificultam ações. E são essas ações, essas práticas, que nos possibilitam investigar para quê e para quem a produção de um espaço opera.” (GUIZZO, 2008, página 112)

Desse modo, ao contrário de uma política de observar, refletir e atuar sobre o espaço pela via do modelo, homogeneizador, por determinações funcionalistas e consequentemente fragmentárias, esta é uma política que parte de uma escala menor, e que se propõe a agir não pela forma, mas pelas forças que povoam as práticas políticas urbanas.

A temática do refúgio apresenta o desafio e força de desinvisibilizar as fronteiras que vão sendo conformadas e estabelecidas, seja no campo concreto, seja no imaginário. Ficam evidentes as contradições que emergem de limites definidos, e os reflexos humanos consequentes de uma abordagem que insiste em propor soluções estanques ao que está em constante movimento. Para lidar com a delimitação de fronteiras sob uma lógica do poder dominante, soberano, a apreensão do território de fora para dentro que se apropria de si e dos espaços que ocupa, é necessário então, apropriar-nos das micropolíticas. A fim de que o reflexo nas macropolíticas seja uma construção de baixo para cima, de dentro para fora, e não ditado por estruturas de poder estanques.

Olhar para o território e pela rede de relações e processos que o compõem e que emergem dele, torna-se fundamental já que buscamos justamente olhar para forças operantes para entender “práticas políticas que induzem, inibem, facilitam ou dificultam ações” como colocado por Guizzo na citação acima. Considerar essas práticas pode ser uma forma de, como considera Pereira, se ancorar na vida social:

Trata-se, assim, para o urbanismo, talvez muito menos de elaborar novas perguntas sobre si próprio enquanto disciplina ‘autônoma’ ou especular sobre o futuro das cidades enquanto forma construída, mas simplesmente de não esquecer que mais do que em outros campos do conhecimento, ele se ancora, com todas as perplexidades, diretamente na vida social, e por isso não deve descuidar os pontos mais importantes do seu próprio horizonte de ação: contribuir na construção da cidade

como lugar do direito dos homens, em suas singularidades, à justiça, à beleza e ao bem estar. (PEREIRA, 2003)

## 2.2. METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL – ENTRE CENTROS E MARGENS

Para tal, começaremos com um panorama do movimento de metropolização e desmetropolização no território brasileiro, e depois mais especificamente do Rio de Janeiro – objeto de estudo desta pesquisa – e os movimentos políticos, econômicos, sociais e culturais que levaram à atual conformação territorial que temos.

A metrópole recebe um altíssimo contingente populacional em situação miserável, e o sistema econômico vigente fortalece esse fluxo, já que invariavelmente haverá trabalho na cidade, seja trabalho formal ou informal. Estabelece-se assim uma situação de trabalho e moradia informal na cidade. As *populações à margem* acabam por ocupar *territórios à margem*, geralmente em situação de informalidade e invisibilizadas por interesses políticos. Trazemos aqui a noção de margem proposta por Vera Telles – que veremos com mais profundidade mais adiante - em referência a Das e Poole, que indica:

Margens: não se trata de um fora do Estado e da lei, lugar de anomia, desordem, estado de natureza. São espaços produzidos pelos modos como as forças da ordem operam nesses lugares, práticas que produzem as figuras do *homo sacer* em situações entrelaçadas nas circunstâncias de vida e trabalho dos que habitam esses lugares. No entanto, são também lugares em que a presença do Estado circunscreve um campo de práticas e de condutas, no qual os sujeitos fazem (e elaboram) a experiência da lei, da autoridade, da ordem e seu inverso, em interação com outros modos de regulação, microrregulações, poderíamos dizer, ancoradas nas condições práticas da vida social. (TELLES, 2010, p.29)

Esta é a situação que se encontra um grande número de brasileiros e brasileiras, e a hipótese sobre a qual se debruça esta pesquisa é que também é esta e situação em que a maioria dos refugiados e refugiadas se encontram. Ou seja, ao chegarem nas cidades brasileiras, mesmo que com suporte legislativo, já se inserem automaticamente em realidades espaciais segregadas, consequentes dos próprios processos urbanos locais.

Na conjuntura da relação dos fluxos migratórios com a cidade, é fundamental olhar para a contradição expressa pelo desequilíbrio demográfico e pelas desigualdades sociais. Dentro da série de características consequentes dos modelos de ordenamento territorial que ditaram as primeiras grandes reformas urbanas, como a racionalização das vias de comunicação, a criação de estações articuladoras e a especialização ativada dos

setores urbanos, destaco a suburbanização: “a indústria implanta-se nos arrabaldes, as classes média e operária deslocam-se para os subúrbios e a cidade deixa de ser uma entidade espacial bem delimitada (...)” (CHOAY, 1965, p. 4)

Em escala mais global, Pereira aponta a não neutralidade nos períodos de expansão de fronteiras e de construção de novas territorialidades (2003, p.59), indicando as centralidades que se conformaram a partir das lógicas econômicas e as tensões e conflitos entre cidades, que tinham seu crescimento inerente à lógica competitiva liberal. Por outro lado, os fluxos de pessoas e produtos são facilitados, e as cidades se movimentam de forma articulada e interdependente, expandindo seus mecanismos de trocas (PEREIRA, 2003, p.60). De modo similar e em correlação com este fenômeno global, norteado também por lógicas de interesses econômicos, mas trazendo em sua constituição outras problemáticas, Santos indica a respeito da expansão urbana no território brasileiro:

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, polos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes. (SANTOS, 1993, p.29)

A noção do Brasil como arquipélago, composto pelos subespaços independentes entre si, apresentada tanto por Santos (1993) quanto por Pereira (2003), ilustra a criação de uma relação binária de fluidez, entre cidades brasileiras e entre Brasil e outros países. Posteriormente, no segundo momento de origem do processo de metropolização, os meios de comunicação - como a implantação de estradas de ferro e portos – e a implantação de formas capitalistas de produção – como os influxos do comércio internacional, as relações de trabalho, intercâmbio e consumo – criam uma relação retroalimentar. No entanto, esta é uma integração limitada, tanto do espaço quanto do mercado, da qual apenas uma parcela do território nacional participa. (SANTOS, 1993, p.29).

A partir dos anos 40 e 50, a lógica de industrialização no Brasil prevalece, indo de escala regional para nacional. Tem início o crescimento demográfico também das cidades médias, sendo a urbanização crescente e cada vez mais presente no território um fator que se estende a outras escalas de cidade, para além das cidades maiores e as capitais do Estados. Relembremos o que foi visto no primeiro capítulo, sobre o fluxo de refugiados

no pós-Segunda Guerra Mundial e as mudanças subsequentes a isso, tanto na construção política do sujeito refugiado quanto na intensificação dos fluxos.

Progressivamente cria-se uma relação de dependência, hierarquia e exclusão entre cidades, a mesma relação se configura entre grupos sociais dentro da mesma cidade. Retomando o capítulo 1, sobre as novas relações fronteiriças estruturadas pelo capital, para que se tenha cidades na luz, é preciso ter cidades nas sombras. Do mesmo modo, para que o modelo neoliberal se sustente e cresça, é preciso também haver disparidades sociais dentro do mesmo território, grupos sociais na luz, e outros grupos às sombras, ou como venho tratando aqui, *às margens* (TELLES, 2010).

Em referência a Langenbuch<sup>33</sup>, Santos coloca: “a metrópole constitui um tipo especial de cidade, que se distingue das menores não apenas por sua dimensão, mas por uma série de fatos, que de natureza quantitativa, quer de natureza qualitativa” (1993, p.84). Nesse sentido, e por tratar-se de uma aglomeração, constitui toda uma área de abrangência, as regiões metropolitanas. No período de 1970 a 1980, São Paulo e Rio de Janeiro juntas absorvem mais de um quarto do incremento total da população brasileira no decênio, sendo 11,61% concentrado em suas periferias e 13,97% nos municípios-centro.

Entre 1970 e 1980 a região metropolitana de São Paulo acolheu 3.351.600 imigrantes e a do Rio de Janeiro 1.337.6000. Essas duas áreas absorviam, sozinhas, um elevado percentual do total de 7.881.400 imigrantes absorvidos pelas nove regiões metropolitanas do país. Esse movimento é de tal monta que, apesar da grande campanha de propaganda empreendida pelo Estado em favor da colonização do Norte, que em dez anos movimentou um contingente de 2 milhões de pessoas para essa região, essa migração não é comparável à que se dirigiu para as regiões metropolitanas. (1993, p.87)

Guardadas as devidas diferenças de grau de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Deixando de lado alguns elementos de diferenciação, como o tamanho, tipo de atividade, localização, problemas como o do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências (SANTOS, 1993, p.105). Ainda neste trecho, ele responde a própria questão que levanta, acerca da definição e organização

---

<sup>33</sup> LANGENBUCH, Jürgen Richard. A Estruturação da Grande São Paulo, Estudo de Geografia Urbana. Rio de Janeiro, IBGE. 1971, p.1

interna atual das cidades brasileiras: “quanto menor a aglomeração, menor a diversidade e sua ecologia social; quanto mais populosa e vasta, mais diferenciadas a atividade e estrutura de classes, o mais o quadro urbano é compósito, deixando ver melhor suas diferenciações”

Percebemos assim as forças operantes no processo brasileiro de urbanização e de significação das metrópoles, construindo maior base para a leitura e análise crítica das especificidades, processos e forças políticas operantes no território do Rio de Janeiro. Através deste levantamento conjuntural, temos uma noção do tecido urbano que abriga os refugiados que vivem nesta área de abrangência, base que será decisiva para seu processo de integração, adaptação e a construção de suas vidas aqui: em muitos dos casos fazem parte da cidade informal, processo do qual eles também serão atores. Em muitos outros casos (onde os primeiros não necessariamente serão excludentes), estão em regiões periféricas, longe do centro e de instituições de suporte e infraestrutura urbana de forma geral.

### **2.2.1. Processo de estruturação da cidade do Rio de Janeiro e arredores**

O recorte territorial, a região metropolitana do Rio de Janeiro, foi usado como objeto de análise para adentrar em algumas das dinâmicas que se dão na relação de deste contexto espacial, e todas as suas ressonâncias e extensões, ao recorte social em questão – os refugiados que vivem em cidades.

Analisarei aqui o processo de estruturação da cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, de sua região periférica, constituindo a região metropolitana. Trarei a tônica dos **fluxos migratórios**, como um exemplo concreto já analisado que tange a base formadora da relação que a dinâmica territorial e a formação social local têm com ‘estrangeiros’, em paralelo a formação da relação centro-periferia e dos espaços de isolamento e privação de acessos e direitos que surgem dessa relação.

Mesmo sendo em maioria migrantes internos, veremos como, de forma geral, essa relação apresenta diversas similaridades com refugiados – que configuram um grupo mais específico de imigrantes, mas que não deixam de sê-lo. Por este grupo ainda ser pouco analisado sob a perspectiva de sua inserção em um tecido urbano consolidado e em constante transformação, tomamos por base os movimentos dos migrantes.

É necessário que se examine, a cada momento, a interação que se estabelece entre os processos econômicos, sociais e políticos que se desenvolvem na cidade, e a forma pela qual o espaço se estrutura. Espaço e sociedade precisam ser analisados conjuntamente para que a complementaridade entre processo e forma fique evidente. (ABREU, 1987, p.16)

Segundo Abreu (1987), no caso do Rio de Janeiro em perspectiva histórica, a ocupação do solo urbano, e posteriormente sua extensão na conformação da região metropolitana, é norteadas por disputas de classes, que hoje são extremamente evidentes se olharmos para a configuração deste território. E como a cada dia este movimento se intensifica, e essas disparidades só aumentam, característica comum a diversas cidades capitalistas. Guardadas as devidas diferenças, que veremos a seguir, parte-se, nesta pesquisa, da leitura da ocupação do solo urbano, sob esse viés, que Maurício de Abreu define bem:

A estrutura espacial da cidade capitalista não pode ser dissociada das práticas sociais e dos conflitos existentes entre as classes urbanas. Com efeito, a luta de classes também reflete-se na luta pelo domínio do espaço, marcando a forma de ocupação do solo urbano. Por outro lado, a recíproca é verdadeira: nas cidades capitalistas, a forma de organização do espaço tende a condicionar e assegurar a concentração de renda e de poder na mão de poucos, realimentando assim os conflitos de classe. (ABREU, 1987, p.15)

Seguimos pelo caminho apresentado por Abreu, que sugere que se tome a **formação social** marco teórico, e, levando em consideração as sociedades capitalistas, entende-se esta como “a maneira pela qual os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo) são histórica e espacialmente determinados” (1987, p.16).

Lembremos dos movimentos populacionais (Park, 1916; Hobsbawm, 1975; Pereira, 2003), que, caminhando junto com a industrialização, alteraram os processos na dinâmica vital nas cidades, levando à relação com o *outro*, o *estranho*, *estrangeiro*. No caso do Rio de Janeiro, tínhamos tanto imigrantes, de outros países, como migrantes internos. De toda forma, dadas todas as devidas diferenças, podemos assumir que a relação com os de fora, os estrangeiros, isto é, que não compunham originalmente aquele corpo social e não compartilhava dos mesmos valores e interesses, foi fator significativo em processos de segregação e isolamento territorial.

Se vimos isso em escala global, entre países, no capítulo 1, veremos aqui como isso também acontece com migrantes que fazem parte do mesmo território nacional e como essas disputas se dão em uma escala metropolitana. Temos assim claro que a relação com outras formas de alteridade é sempre um ponto frágil, que cria rupturas e conflitos, para além da questão política dos Estados-nacionais. Pois está presente em qualquer constituição de corpo social, e dos valores compartilhados por uma cultura, que definitivamente não é homogênea, como é o caso brasileiro, e de como são também norteadas pelas lógicas segregadoras e hierárquicas que a lógica capitalista impõe ao corpo social onde se instaura.

Somado ao ingresso de pessoas estrangeiras e na lógica produtivista industrial, a cidade também passa a atrair numerosos capitais internacionais, sendo a maior parte deles usada no setor de serviços públicos, via concessões obtidas no Estado. No decorrer do século XIX são lançados no espaço meios de transporte, elementos de circulação que possibilitariam a separação gradual, a princípio, e posteriormente mais acelerada, de usos e classes sociais que se amontoavam no espaço.

No início do século XX, em um contexto de rápido crescimento da economia brasileira e intensificação das atividades exportadoras, a integração cada vez maior da cidade no contexto capitalista internacional exigia uma reorganização espacial que desse suporte a isso. A Reforma Passos foi assim um movimento de reforma urbana, talvez a maior já verificada em um curto período de tempo, de quatro anos, caracterizada por ser o primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano. Ela tinha, acima de tudo, o objetivo de transformar o Rio no símbolo de um “novo Brasil”, mudar – pelo menos a imagem que se construía para o mundo – de que esta era uma cidade de condições anti-higiênicas. Acompanhada pelos adventos das inovações tecnológicas, chega o automóvel como meio de transporte elitista, e a chegada do bonde elétrico para o transporte de massas.

O programa consistiu em diversas obras de *embelezamento*<sup>34</sup> na área central da cidade, abertura de novas ruas e alargamento de ruas existentes, tudo isso através, em muitos casos, da desapropriação que atingia quarteirões operários, a demolição de casas que serviam de residência às populações pobres. Enquanto se melhorava o acesso da zona

---

<sup>34</sup> O prefeito desse período, Francisco Pereira Passos, intitulou o projeto enviado à Câmara em 1/9/1903 de “Embelezamento e Saneamento da Cidade” (ABREU, 1987, p.60)



sul ao centro, e diversas obras de embelezamento eram implementadas nessas áreas, investimento em novos equipamentos culturais, pouco ou nada se fazia nas áreas suburbanas (ABREU, 1987). Esta foi também exemplo de primeira intervenção estatal no espaço da cidade, sendo regido por lógicas econômicas e ideológicas que não mais condiziam com a presença de pobres na área mais valorizada da cidade

Como consequência desse movimento, temos, para as populações pobres que foram forçadas a se deslocar, tanto a mudança para os subúrbios – já que pouquíssimas foram as habitações populares construídas pelo Estado em substituição às que foram demolidas – quanto a ocupação dos morros situados no centro da cidade. Os morros da Providência, de São Carlos, de Santo Antônio, entre outros, “até então pouco habitados, passam a ser rapidamente ocupados dando origem<sup>35</sup> a uma forma de habitação popular que marcaria profundamente a feição da cidade neste século – a favela” (ABREU, 1987, p.66), que aparecia como alternativa para que se morasse perto da zona comercial, onde trabalhavam. Essa condição de moradia também se estendia à população camponesa, migrante, que chegava à capital em busca de emprego, mobilizada pelos avanços industriais e impactada pelas mudanças urbanísticas – “a população pobre aumentou sem que aumentasse o número de casas” (BACKHEUSER, 1906 apud ABREU, 1987, p.66).

A Escola de Chicago (Park, 1915) introduz uma abordagem sociológica da questão do ‘estrangeiro’, do ‘outro’, do que vem de fora, identificando os guetos como locais de espacialização das divergências entre grupos. Sendo assim, é conformado um espaço que materializa, visibiliza as diferenças culturais e raciais, e, por outro lado, serve como espaço de identificação e fortalecimento daquela população que sofre preconceito na nova sociedade em que se insere.

Ambas as situações apresentadas têm por base os períodos de expansão e delimitação de fronteiras – agora, ficando mais claro como isso acontece também em âmbito municipal – a partir de uma relação do liberalismo como teoria e política, dos ajustes econômicos, sociais, políticos e espaciais para que se instaure, e como isso leva a rupturas e isolamento de grupos em função dos interesses aplicados ao território. Por outro lado, há diferenças que são inerentes à gênese de cada conformação social, e das relações históricas que constroem com o território.

---

<sup>35</sup> O autor pontua ainda neste trecho que o Morro da Providência já era conhecido como Morro da Favela desde 1897, quando passou a ser habitado por militares de baixa hierarquia retornados da Guerra de Canudos.

No que se refere aos imigrantes, a Escola de Chicago aponta a emergência de guetos a partir de sua chegada massiva à cidade de Chicago – no caso, objeto de estudo - isto é, neste caso a conformação das áreas de isolamento, exclusão de um grupo por se entender não ser parte daquela formação social e para isso é necessário que seja designado outro espaço da cidade para ele. Consequentemente, esses grupos, isolados por fatores de ordem sócio moral e cultural, dadas suas especificidades, organizam-se em guetos. Claro que, a longo prazo, configuram-se conflitos sociais e econômicos a partir desse isolamento e falta de atenção pelo poder público. Tomando por base o conceito de Loïc Wacquant, onde o gueto pressupõe:

(...) uma área urbana restrita, uma rede de instituições ligadas a grupos específicos e uma constelação cultural e cognitiva (valores, formas de pensar ou mentalidades) que implica tanto o isolamento sócio- moral de uma categoria estigmatizada quanto o truncamento sistemático do espaço e das oportunidades de vida de seus integrantes. (WACQUANT, 2004, p.155)

Por outro lado, a base das maiores concentrações de migrantes de forma geral no Rio de Janeiro – e talvez se possa dizer que em grande parte do Brasil - parte de outro lugar. Neste caso, esses grupos já se inseriam em um contexto existente de isolamento, dado por condições sociais e políticas de disparidades sociais já existentes na própria população local, fortalecendo-o por configurar um grande movimento de massas. Neste caso, o isolamento era tanto um desejo de afastamento dos pobres do centro financeiro e comercial, da zona de embelezamento e moradia da classe abastada, quanto uma consequência da negligência do poder público com essa enorme parcela da população.

A evolução do espaço urbano carioca no período de 1930-1964 é tão contraditória quanto o próprio período. Em 1930 a cidade já se encontrava bastante estratificada, isto é, classes altas predominantemente na “nova” Zona Sul; classes médias na “antiga” Zona Sul e na Zona Norte; e classes pobres nos subúrbios.

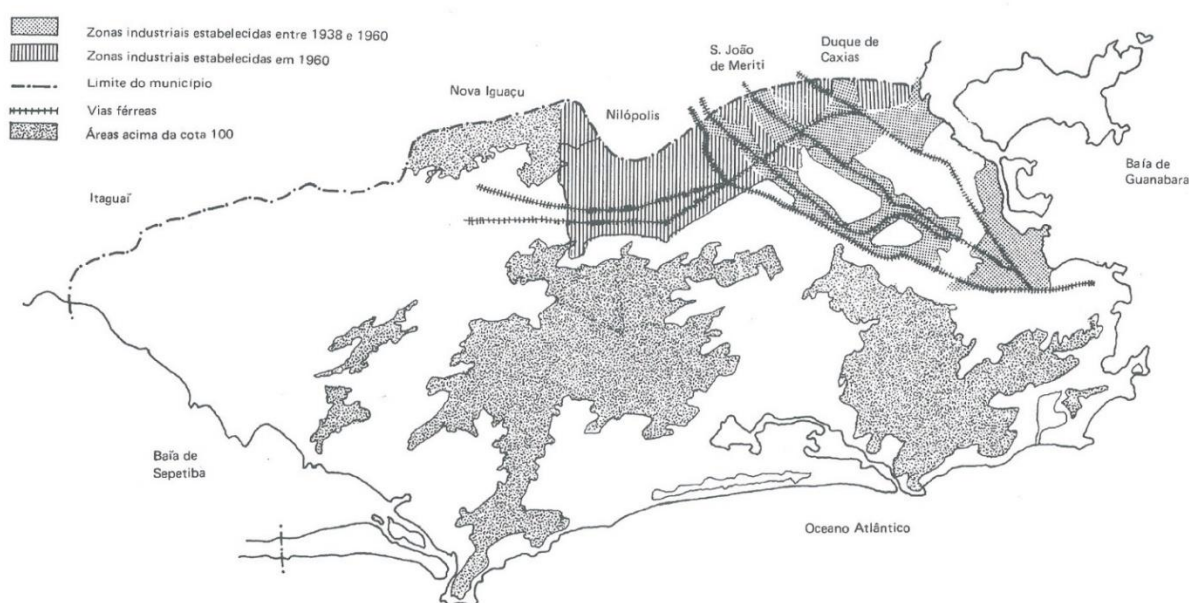
(...) O crescimento tentacular da cidade, em parte determinado por condicionantes físicos, havia resultado no aumento das distâncias entre local de trabalho e residência, exigindo deslocamentos cada vez maiores da força de trabalho. Tal crescimento não foi acompanhado, entretanto, da melhoria do transporte coletivo em massa, principalmente o transporte ferroviário. E mesmo quando isso aconteceu (...) os subúrbios já estavam de tal modo ocupados (ou mantidos como reserva de valor), que a população pobre só poderia se radicar em áreas longínquas, para além da fronteira do Distrito Federal<sup>36</sup>. A contradição aparecia, entretanto, na necessidade dessa

---

<sup>36</sup> Neste período, o Rio de Janeiro era o Distrito Federal.

população vir a se localizar em áreas mais próximas, para satisfazer à demanda crescente de força de trabalho por parte da indústria e dos serviços. (ABREU, 1987, p.94)

Nesse momento, o processo de crescimento demográfico do subúrbio também se intensifica bastante, sendo distribuído não de forma homogênea, mas em função das especificidades de ocupação ao longo de cada uma das três linhas férreas que circulavam. Neste período o Estado aumenta seu apoio à produção manufatureira, levando a um consequente crescimento suburbano nas áreas servidas pelas três ferrovias, e, aos poucos, essas se tornam oficialmente as zonas industriais da cidade, conforme o mapa.



Mapa 1: Município do Rio de Janeiro: zoneamento industrial (Estado da Guanabara, Secretaria de Economia, Departamento de expansão econômica, Mapa econômico da Guanabara, 1969 apud ABREU, 1987, p.102; mapa 5.2)

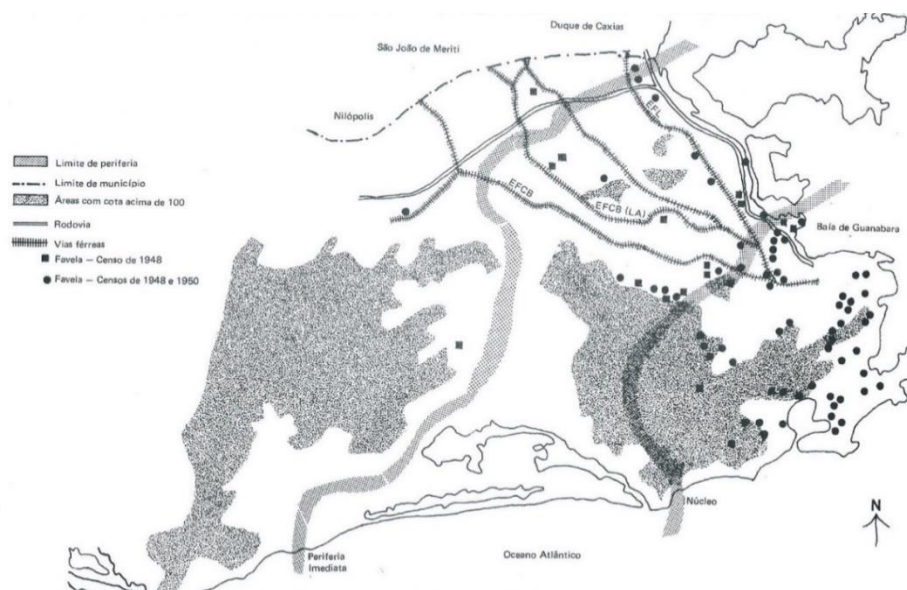
Com a Segunda Guerra Mundial, Abreu pontua que o estímulo à produção nacional de produtos que até então eram importados, fortalece esse processo, levando a uma aceleração do saneamento e estímulo por parte do Estado para que a região recebesse mais atividades fabris. Em 1946 é inaugurada a Avenida Brasil, que se torna “o melhor exemplo da associação Estado-Indústria neste período” (1987, p.103), sendo toda a área que a margeava destinada à localização fabril.

No período da Segunda Guerra Mundial há um crescimento populacional a taxas aceleradas, principalmente devido aos fluxos migratórios. Em paralelo a isso, as atividades

fabris se intensificavam, e a área suburbana que a margeava, mais urbanizada. Nessa conjuntura, o autor sugere a relação existente entre os fluxos migratórios, a proliferação de favelas e o pouco impacto que os controles urbanísticos formais tinham sobre esse movimento, comprometendo a concretização de qualquer ação coercitiva pelo poder público (p.95).

Há uma relação entre os fluxos migratórios e a ocupação e expansão das favelas na cidade, mas também às tentativas de controle desses movimentos pelo poder público, e de sua ineficácia, frente, não somente à quantidade massiva de pessoas que chegava, mas também pelas novas lógicas de ocupação que se configuravam. Essa lógica tinha continuidade através da oportunidade de ocupação que se encontrava em terrenos ainda não ocupados no espaço formal da cidade – isto é, legalizado, oficial, sob controle burocrático – morros íngremes, mangues, margens inundáveis dos rios.

Assim, segundo ele, a década de 1940 foi o período de maior proliferação de favelas no Rio de Janeiro, sendo registrado, no censo de 1948, um total de 138.837 habitantes nas 105 favelas existentes, conforme mapa 2. Elas eram majoritariamente concentradas nas áreas suburbanas, seguida por Zona Sul e por fim Centro-Tijuca. Ao mesmo tempo, a predominância da população favelada era de jovens e migrantes internos (p.106). No entanto, a maior parte dos recém-chegados ao Rio iam para as regiões periféricas da cidade, avançando em direção subúrbios e aos municípios da Baixada Fluminense.



Mapa 2: Distribuição das favelas em 1948/1950 no município do Rio de Janeiro (PARISSE, Lucien, Favelas do Rio de Janeiro; evolução e sentido, 1969 apud ABREU, 1987, p.108; mapa 5.5)

A partir da década 50 o **movimento migratório** aumenta mais ainda em direção à Capital da República, resultando de um aumento populacional da área metropolitana. Como já foi visto anteriormente, em referência à Milton Santos, em escala nacional, neste período, 60% da população urbana residia no Sudeste. Temos então a dimensão mais regional de como o fenômeno se operava no Rio de Janeiro, que, junto com São Paulo, até a década de 1960, consistia em uma das duas cidades que configuravam a realidade da macrourbanização ou **metropolização**. Fica claro também, como os movimentos migratórios são parte fundamental, constituidora dessa realidade, e altamente afetada pelas disparidades provenientes da lógica econômica operante. E também lembremos da noção já trazida de como o migrante, o que teoricamente não faz parte da constituição daquele corpo social, é ao mesmo tempo excluído do dito corpo social e incorporado às contradições existentes em diversas escalas, altamente expressas pela configuração territorial. Ou seja, é incluído precariamente.

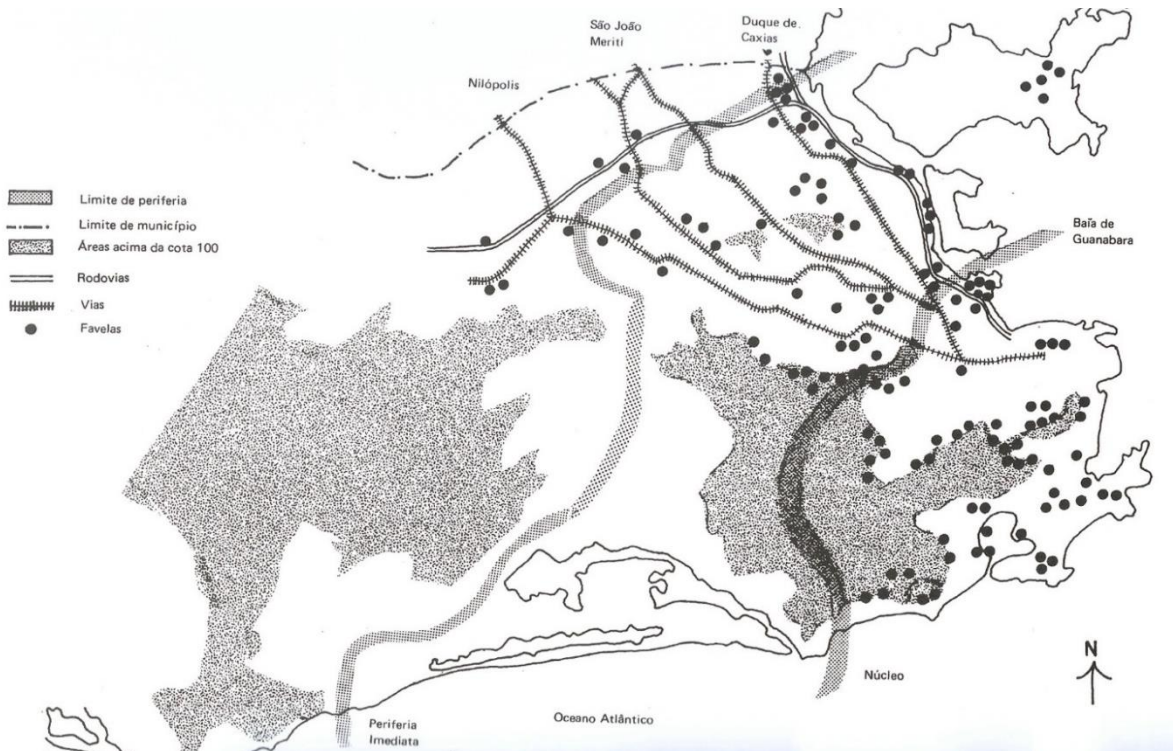
Analisando o censo demográfico de 1960 (ver figura 2), percebemos como a distribuição da população migrante na área metropolitana do Rio de Janeiro concentrava-se principalmente na chamada *periferia intermediária* (Zona Suburbana II + Zona Rural, Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti e São Gonçalo) aos recém-chegados, há menos de um ano. Ao longo dos anos de residência, o movimento aumenta em direção ao *núcleo* (Centro + área periférica central + São Cristóvão + Santa Teresa, Zona Sul e Zona Norte), ficando mais concentrado na *periferia imediata* (Zona Suburbana I + Ilhas + Jacarepaguá + Niterói). Temos assim, para a população que havia chegado há menos de um ano, 60% da população migrante residente na periferia intermediária, 18% na periferia imediata e 22% no núcleo. A população migrante residente há mais de 11 anos, estava concentrada 26% na periferia intermediária, 44% na periferia imediata e 30% no núcleo.

O autor aponta que as favelas também apresentam crescimento significativo nesse período (mapa 3), indo de 169.305 habitantes em 1950 a 335.063 pessoas em 1960, um crescimento de quase 100%. Em relação a sua localização, ele indica que foi nas zonas suburbanas que esse crescimento ocorreu com maior intensidade. (1987, p.126)

Em 1960, estavam aí 33% das favelas recentes e 52% dos favelados, exemplificando claramente o processo já aludido de invasão dessa nova área – que estava destinada ao uso industrial – pelo uso residencial favelado (ABREU, 1987, p.126)

Local de Residência	Menos de 1 ano	%	1 a 5 anos	%	6 a 10 anos	%	11 anos e mais	%	Total *	%
<b>NÚCLEO</b>	36.355	22	136.251	22	116.199	23	339.020	30	627.825	26
Centro + Área Periférica Central + S. Cristóvão + Santa Teresa	8.863	5	36.902	6	34.867	7	92.456	8	173.088	7
Zona Sul	20.647	13	75.760	12	60.047	12	167.412	15	323.866	13
Zona Norte	6.845	4	23.589	4	21.285	4	79.152	7	130.871	5
<b>PERIFERIA IMEDIATA</b>	30.433	18	182.499	29	164.068	33	496.161	44	873.161	36
Zona Suburbana I + Ilhas + Jacarepaguá	22.011	13	156.307	25	146.467	29	446.675	39	771.460	32
Niterói	8.422	5	26.192	4	17.601	4	49.486	5	101.701	4
<b>PERIFERIA INTERMEDIÁRIA</b>	99.697	60	302.933	49	223.235	44	300.781	26	926.646	38
Zona Suburbana II + Zona Rural	10.350	6	44.666	7	46.144	9	119.462	11	220.622	9
Duque de Caxias	21.443	13	62.794	10	43.733	9	38.900	3	166.870	7
Nilópolis	8.695	5	22.636	4	16.379	3	18.845	2	66.555	3
Nova Iguaçu	30.469	18	86.803	14	58.530	12	50.265	4	226.067	9
São João de Meriti	15.995	10	49.754	8	32.313	6	33.233	3	131.295	5
São Gonçalo	12.745	8	36.280	6	26.136	5	40.076	3	115.237	5
<b>TOTAL</b>	166.485	100	621.683	100	503.502	100	1.135.962	100	2.427.632	100

Figura 2: Quadro com local de residência da população migrante da área metropolitana do Rio de Janeiro por tempo de residência - 1960 (Censo demográfico de 1960 apud ABREU, 1987, p.118; tabela 5.11)



Mapa 3: Distribuição das favelas no município do Rio de Janeiro em 1960 (PARISSE, Lucien, Favelas do Rio de Janeiro; evolução e sentido, 1969 apud ABREU, 1987, p.128; mapa 5.10)

## 2.2.2. Populações e territórios periféricos

Como Abreu pontua, a partir desse panorama é fundamental que se tome também a especificidade de relação centro-periferia que se constitui, em uma cidade que foi capital do Brasil por quase 200 anos<sup>37</sup> (de 1763 a 1960). Ele lembra também, que a estratificação identificada na sua área metropolitana, reflete, de forma extrema, toda a estratificação inerente ao sistema político-econômico brasileiro (1987, p.17). Ao afirmar que não se pode falar em um modelo pronto, mas em tendências de modelo metropolitano, ele indica:

O modelo do Rio tende a ser o de uma metrópole de núcleo hipertrofiado, concentrador da maioria da renda e dos recursos urbanísticos disponíveis, cercado por estratos urbanos periféricos cada vez mais carentes de serviços e infraestrutura à medida em que se afastam do núcleo, e servindo de moradia e de local de exercício de algumas outras atividades às grandes massas de população de baixa renda. (ABREU, 1987, p.17)

Foram levantados esses dados e movimentos históricos, de forma mais precisa sobre o território, para que possamos entender melhor quais são algumas das origens de determinados locais de precarização ou diferenciação da qualidade de vida urbana em relação a diferentes parcelas da população. É importante olhar também para como os fluxos migratórios dialogam com esse contexto, como fortalecem e são impactados pelas dinâmicas de uso e ocupação do solo, e os interesses inerentes a eles, fortalecidos pela ação do Estado.

O afastamento está relacionado à valorização de determinadas parcelas do solo urbano, e das estratégias de planejamento necessárias para que se valorizasse mais ainda; nesta conjuntura, os pobres urbanos ficariam com as parcelas de solo menos valorizadas, ou nas margens das ocupações das grandes áreas industriais afastadas. Conforme vimos, essa exclusão da área de infraestrutura urbana, saneamento básico, acesso aos equipamentos e serviços públicos e também ao centro comercial, se dá tanto pelo isolamento espacial, pelo espraiamento nas direções dos subúrbios e, aos poucos, pela região metropolitana quanto pelo isolamento social propriamente dito, na ocupação de morros nas áreas centrais – em um primeiro momento – constituindo as primeiras favelas.

O que veremos no capítulo 3, que é a hipótese inicial desta pesquisa, e que se desdobrou em um trabalho de campo, é como as populações refugiadas acabam por se

---

<sup>37</sup> O Rio de Janeiro foi capital do Brasil entre 1763 e 1960.

inserir, na maior parte dos casos, justamente nessas áreas de afastamento social e territorial das atividades que permitem a maioria do acesso aos direitos básicos de qualquer cidadão. Isto é, municípios periféricos ao Rio de Janeiro, subúrbios e favelas. Ou seja, como o acesso a esses direitos fica restrito, como acontece com grande parte da população brasileira, sendo fortalecido, alimentado pelas disputas existentes no solo urbano.

A concentração de interesses, capital, trabalho, infraestrutura, serviços, expressão social no sentido de acesso a direitos está nos centros; sua outra polaridade, está nos territórios periféricos, nas margens – sejam elas pelo distanciamento espacial, pela invisibilidade social, ou por ambos. E, mais especificamente, como esse tipo de inserção não se apresenta aos refugiados somente por sua condição, por seu status político. Se dão, de forma muito expressiva, por condições sociais: local de origem, grau de escolaridade, religião, entre outros.

### 2.3. TERRITÓRIOS DE FRONTEIRAS

Chegamos, a partir dessa análise, a alguns pontos chave, no que tange a conformação do tecido urbano local:

- O processo de espraiamento e expansão física da metrópole pelo qual o Rio de Janeiro passa ao longo do século XX, com ênfase na segunda metade deste;
- A estratificação do espaço urbano, acentuada primeiro pelos meios de transporte, depois pela industrialização, e sempre direcionada pelos interesses privados e públicos - aliados aos privados, na lógica de reprodução do capital.

Vai se conformando a relação centro-periferia, as tramas e contradições que se entrelaçam. O afastamento da população mais pobre do centro comercial e financeiro em direção aos subúrbios e aos outros municípios da região metropolitana – sobretudo os da baixada fluminense – e às favelas. Retomamos o conceito de Lefèbvre visto no capítulo anterior, de “implosão-explosão” da cidade, como fenômeno subsequente ao fortalecimento industrial, onde temos, simultaneamente, a implosão como tendência à aglomeração nas áreas centrais da cidade, enfatizando esses espaços como privilegiados, e a explosão como movimento de urbanização estendida em direção às regiões periféricas.



Por fim, é fundamental trazer o papel dos movimentos migratórios nesse processo, de incorporação às contradições sociais e espaciais existentes, sendo mais um fator revelador dos interesses que norteiam a produção do espaço. Sendo esta, de forma geral, a conjuntura na qual as “práticas políticas que induzem, inibem, facilitam ou dificultam ações”, como fora colocado por Guizzo anteriormente.

Dado este quadro, extraímos os conceitos particulares tanto à população quanto ao território e aos movimentos urbanos neste contexto, lembrando, mais uma vez, que a aposta nesta pesquisa é justamente trazer à tona as questões que emergem do território e das relações sociais presentes, para encontrar pontos em comum, que dialoguem com a conceituação do refugiado enquanto sujeito no espaço urbano, tema do capítulo anterior.

### **2.3.1. Ilegalidade, exceção, exclusão e permanente transitoriedade**

Cabe ressaltar o conceito de margens, introduzido anteriormente, em referência aos grupos sociais que ocupam determinados territórios da cidade e conseqüentemente a esses espaços produzidos, sejam territórios periféricos geograficamente, sejam socialmente – ou ambos. Estes acabam por ser conseqüentes do modo como as forças operam nesses lugares, onde circunstâncias de vida, trabalho e moradia se entrelaçam por uma via que não se trata de um fora do Estado e da lei, um estado de natureza. Trata-se sim, da forma como a presença do Estado envolve um campo de práticas das quais os sujeitos em questão fazem parte, e cuja experiência da lei, da autoridade, da ordem, dos modos de regulação, são ancorados nas condições práticas da vida social. (TELLES, 2010, p.29)

Olhando por uma ótica macropolítica e econômica, trago a noção de Raquel Rolnik da construção de uma **situação de permanente transitoriedade** constituída pelas zonas de indeterminação entre legal/ilegal, planejado/não planejado, formal/informal, dentro/fora do mercado presença/ausência do estado (ROLNIK, 2015, p.174). Essas duas noções, de territórios e populações que estão às margens e em uma situação de permanente transitoriedade, iluminam o engendramento da temática, do **refúgio**, no **território**, sendo um ponto de inflexão entre as populações que estão nessa condição, já parte da dinâmica socioterritorial, econômica, cultural e política brasileira, e as populações que aqui chegam, categorizadas desta mesma forma em escala global – por sua condição política, econômica, social e espacial.

Voltando à construção do refugiado enquanto sujeito no espaço urbano, tema do capítulo anterior, lembremos do conceito social de refugio adotado (BAUMAN, 2004), como parte refugada, inaceitável dentro do que se considera como os valores de evolução e estabelecimento da ordem daquela sociedade. Elas são o termômetro do dentro e do fora, do que é aceitável ou não naquele corpo social.

Estando fora do dito corpo social, são grupos que ocupam zonas de indeterminação, zonas que são consequentes do processos econômicos e resultado físico-espacial dos territórios que o capital busca para se implementar e se fortalecer. Sobre os já referidos campos de refugiados (AGIER, 2002) abordados aqui como espaços de confinamento justamente para as populações com ‘status políticos indeterminados’. As soluções encontradas enquanto espaço físico para indivíduos que são agrupados a partir do status de vítimas, locais de isolamento das lógicas políticas de determinado grupo social. Além de organizar pessoas em um espaço físico – e consequentemente social – a partir do status de vítimas, ainda são categorizadas como ‘marginais’ outras lógicas que se conformam, a partir da tessitura de práticas políticas a ações que emergem a partir do momento em que um grupo se configura em um espaço físico.

No conceito da pós-modernidade, essas zonas vão progressivamente sendo categorizadas na lógica da temporariedade, como Rolnik indica:

Instabilidade, irresolução e temporariedade são as chaves para entender a forma como as exceções vão se construindo politicamente nas cidades, marcando indelevelmente os bairros populares pela ambiguidade da situação de “margem” (ROLNIK, 2015, p.184)

A acomodação dessas zonas dentro de um caráter de provisoriedade, por parte das políticas estatais e fortalecidas pelo imaginário construído pelo corpo social como zonas marginais, é interessante para que estes territórios permaneçam em uma zona de indeterminação e, consequentemente, não pertencendo a ninguém. Ficam assim disponíveis para os interesses que vierem a se projetar sobre elas, constituindo-se um campo de indefinições, inclusive no âmbito da justiça, para que esses moradores permaneçam onde estão. Como Rolnik aponta “são comuns as situações em que colidem legalidades e ilegalidades de distintas ordens, no âmbito do direito civil, urbanístico e ambiental” (2015, p.177). Acerca desses mecanismos, temos a situação de permanente transitoriedade, no que diz respeito a populações e territórios:

(...) podemos afirmar que têm em comum o fato de constituírem zonas de indeterminação entre legal/ilegal, planejado/não planejado, formal/informal, dentro/fora do mercado, presença/ausência do Estado. Tais indeterminações são os mecanismos por meio dos quais se constrói a situação de permanente transitoriedade, a existência de um vasto território de reserva, capaz de ser capturado ‘no momento certo’” (ROLNIK, 2015, p.174)

Adoto aqui duas lógicas, apresentadas pela autora que, dado esse contexto, definem o ‘dentro’ e o ‘fora’ da lei, para populações e os territórios ocupados por elas. Temos primeiro a **lógica dos interesses econômicos**, em que o planejamento urbano é feito em função da exclusividade e rentabilidade do solo, “destinando às elites as áreas urbanizadas mais bem localizadas e dotadas de serviços, enquanto ‘ignora’ territórios ultradensos que se desenvolvem em áreas não urbanizadas ou menos aptas à urbanização” (2015, p.187). Temos também a **discriminação étnico-racial**, que define como ‘proibidas’ formas de morar, inscritas em certas práticas socioculturais. Acredito que, trazendo tudo o que já foi visto até agora, os refugiados se inserem na mescla dessas duas categorias, onde tanto o fator econômico quanto o étnico-racial serão determinantes para seu reconhecimento, pertencimento, ou não-aceitação no corpo social e, conseqüentemente isolamento espacial.

No contexto dessa pesquisa, estas tornam-se duas categorias importantes para a formulação da hipótese de distribuição territorial dos refugiados – eles se inserirão, a partir de suas especificidades, nas lógicas de discriminação étnico-racial e interesses econômicos projetados sobre o território, já existentes aqui. Assim, questões ligadas ao status étnico-cultural e econômico tornam-se decisivas para as tendências de locais de inserção das populações refugiadas, e movimentos que originarão e/ou se fortalecerão a partir do enredamento dessas condições. Como serão categorizadas pela sociedade e pelas lógicas locais e como se incorporarão às lógicas discriminatórias pré-existentes à sua chegada.

Dessa forma, temos mescladas as populações em territórios de margens, conseqüentes dos processos descritos, e as novas populações que chegam e se inserem nessa lógica. Como aponta Vera Telles, será construída uma relação dialógica entre moradia popular e os processos de periferização urbana, que discutem as relações entre a autoconstrução da moradia e a reprodução do capital, entre desigualdades urbanas e relações de classe, entre migração e pobreza urbana, entre reprodução social e Estado. (2010, p.56)

Ainda nessa tessitura de relações, retomo Arendt ao discorrer sobre a perda dos direitos nacionais (1951), que abre margem para que políticas totalitárias imponham sua escala de valores. Ela indica que, do ponto de vista subjetivo a perda de vinculação, de raízes, reflete, em termos políticos, a perda de uma comunidade em garantir quaisquer direitos. O pertencimento a uma comunidade garante assim sua visibilidade e sua aceitação social. Bem, já temos visto como a questão dos direitos é violada no caso dos refugiados, e fortalecida pelo fato de perderem o vínculo com uma comunidade.

No caso das populações que habitam os ditos territórios a margem, no Rio de Janeiro, é rompido o vínculo com a comunidade que é legitimamente reconhecida, e que tem acesso aos direitos, visibilidade social e ocupa espaços da cidade que permitem isso. Este vínculo é rompido a partir do momento em que são categorizadas nas lógicas de isolamento, discriminação e enquadramento no que é dentro e fora da lei. Temos então, refugiados urbanos brasileiros, que não são refugiados por um status político, mas por um status socioterritorial interno que dialoga com códigos existentes há décadas. E, dada sua localização na cidade, e sua possibilidade de acesso aos direitos, muito provavelmente serão também desprovidos de direitos pelos espaços de invisibilidade que ocupam.

Como Rolnik coloca, as remoções forçadas de pessoas de seus locais de moradia, devido à usurpação de terras, grandes projetos de infraestrutura e renovação urbana – aliás, como visto no exemplo da Reforma Passos, e que hoje se alastram cada vez mais – além de desastres naturais e conflitos armados, são uma realidade gritante que desloca milhões de pessoas de suas casas, desenraizam-nas de suas comunidades. Segundo a autora, a **vulnerabilidade territorial** tem impactos mais agudos quando acontece em territórios cuja situação de posse pode ser contestada a qualquer momento por agentes privados. No contexto urbano, essa situação se configura nas **favelas**, também conhecidas como assentamentos irregulares ou assentamentos informais. (2015, p.150)

Os **espaços de exclusão** tornam-se assim estratégicos politicamente. Como Telles aponta, em referência à Arendt, em relação à crise do Estado-nação e os fins dos direitos do homem:

(...) a figura que dá a cifra para o entendimento do cenário atual são justamente os refugiados e deslocados em suas múltiplas e proliferantes versões contemporâneas, concentrados nos inúmeros campos de confinamento em várias regiões do planeta e nas bordas das grandes cidades dos países do dito Primeiro Mundo e de todas as outras, em torno dos quais é acionada a lógica das urgências que combina ajuda humanitária e legislação de exceção que, após o 11 de Setembro, ganha

a força dos fatos num mundo em que a “exceção se tornou a regra”.  
(TELLES, 2010, p.149)

Isto é, seja no caso dos refugiados, das vítimas de deslocamento forçado, ou nas populações residentes de regiões marginais nas grandes metrópoles, é a lógica das urgências que endossa a legislação de exceção, buscando soluções que posterguem soluções efetivas e consolidadoras, e que assumam um enraizamento territorial. Justamente porque a fragilidade no enraizamento dessas populações é o que possibilita o jogo de negócios e interesses acerca dos territórios que habitam. São colocados em um lugar de **exceção**, de exclusão, de afastamento de comunidades consolidadas a partir da lógica da **soberania nacional**. Esta, como já apontado por Emma Haddad, que tem seu reflexo no espaço a partir da divisão de grupos no território, o que leva os sistemas políticos a encontrar recursos de organização e controle do poder político e das populações.

Em relação ao estado de exceção, recuperando a reflexão de Agamben (2007): “a exceção é uma exclusão inclusiva”, sendo a exceção a forma de relação que inclui alguma coisa justamente por sua exclusão. Telles complementa, lembrando como os dispositivos de exceção instalam-se dentro da normalidade democrática, e, “em nome da defesa à democracia da defesa da democracia e dos direitos que esses dispositivos são acionados no combate aos que são vistos (e assim objetivados, também tipificados) como ameaça à sociedade, ao Estado, aos cidadãos”. (2010, p.150).

Rolnik acrescenta ainda, trazendo a perspectiva de como a presença do Estado, a partir da lógica construída pela soberania e pela exceção, se dá na formação e consolidação dos bairros populares. O que leva uma relação cíclica onde o Estado usa dos mecanismos de que dispõe, de soberania, regida pelo movimento da exclusão e da exceção, para manter a desigualdade e consequentemente o controle nos territórios habitados por populações que estão – e que são endossadas socialmente para continuarem – a margem de tudo o que é visível, acessível e legal na vida urbana:

(...) o Estado tem sido onipresente como principal mediador dos processos de consolidação dos assentamentos (...). Esse mecanismo tem sido fundamental para manter a desigualdade e o controle da cidade pelas elites, ao mesmo tempo que reproduz mandatos políticos, constituindo vastas bases eleitorais para os partidos. (ROLNIK, 2015, p.181)

A determinação dos ditos territórios ilegais, habitados pelas populações invisíveis,

como a autora aponta a sobreposição aos tecidos urbanos preexistentes, às normas de planejamento e construção e ocupação do solo “definem uma geografia de invisibilidade para a política urbana ou classificam uma presença constituída – mas nunca plenamente estabelecida – como exceção” (2015, p.193). Trazendo o conceito de Vera Telles de tramas urbanas, no qual os processos redesenham e os mundos urbanos redefinem ordenamentos sociais, podemos olhar para como a lógica construída do **ilegalismo** se opera na construção dessas tramas, redefinindo relações sociais e relações de poder em situações variadas (2010, p.187).

Ela coloca que os ilegalismos que vêm tecidos no cenário urbano, de forma que se faz um jogo entre legal e ilegal, levando a uma grande “zona de indiferenciação entre o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito, entre o direito e o não direito” (p.156). Essa trama se faz pela eliminação estratégica de fronteiras, de modo a dar subsídio a que boa parte dos territórios urbanos seja interpretado socialmente como **ilegal** ou **informal**. Cria situações que subestimam modos de vida e, em referência a Agamben, Telles indica que esse entrelaçamento do ilícito com as práticas sociais e circuitos de sociabilidade popular, transformam todos os que se enredam nessa trama em “vida matável”.

(...) um cenário urbano no qual se expande uma ampla zona cinzenta que torna incertas e indeterminadas as diferenças entre trabalho precário, emprego temporário, expedientes de sobrevivência e atividades ilegais ou delituosas. Nas fronteiras porosas entre o legal e o ilegal, o formal e informal, transitam as figuras contemporâneas do trabalhador urbano, lançando mão, de forma descontínua e intermitente, das oportunidades legais e ilegais que coexistem e se superpõem nos mercados de trabalho. (TELLES, 2010, p.173)

A despeito de formulações jurídicas que buscam, por vias legais, instituir o estado democrático de direito, a conformação urbana, suas disparidades, dissonâncias, contradições, só levam ao fortalecimento da condição de refugiado dentro das lógicas de ilegalidade que o cenário urbano oferece. As leis e o acesso tornam-se, nesse caso, contraditórios, ou, por melhor dizer, não necessariamente complementares. A fricções existentes a partir de uma condição de “exceção”, não pertencimento a um corpo social, só são acentuadas por um cenário urbano desigual e contraditório em múltiplas esferas. E a incorporação social vai se dar justamente às esferas sociais e territoriais que se encontram nessa ‘zona cinzenta’ onde estratégias de sobrevivência permeiam as fronteiras porosas entre o legal e o ilegal, o forma e o informal, tanto no que diz respeito tanto a moradia quanto ao trabalho.

Retomo o que foi visto a partir de Santos (1993), tecendo o paralelo entre mercado e território, trabalho e moradia, na lógica capitalista. Não à toa, em breves entrevistas a pessoas inseridas no recorte territorial centro-zona sul, a única referência que já tiveram de refugiados aqui foi relacionada a trabalho, e, na maior parte das vezes, trabalho informal - vendendo comida na rua, produtos na praia. No entanto, se deslocarmos essa pergunta a pessoas brasileiras que vivem em outras regiões da cidade e nos municípios periféricos ao Rio de Janeiro, as respostas foram outras, onde se pode ver uma expressão de incorporação na vida social local. Veremos essas questões com mais profundidade ao longo do próximo capítulo.

Desloquemos, dentro de um ensaio teórico neste momento, o ângulo de visão para dentro do território onde estão. Para as forças que se operam internamente – e consequentemente para fora, na produção de enredamentos retroalimentares. Os sem lugar, os desenraizados, que se tornam, progressivamente e estrategicamente, invisíveis urbanos, residentes das terras em disputa, em uma situação de constante, de permanente provisoriedade - como sugere Rolnik. Pessoas que se tornam ‘inimigas’ do Estado, transgressoras, por viverem em terras alvo de interesses norteados pelas estruturas de poder existentes na sociedade.

É fundamental trazer, nesse contexto, enquanto marco teórico, os conceitos de **desenraizamento, provisoriedade e invisibilidade** e sua correlação, apresentado por Cunha, sobretudo porque os percursos construídos entre as origens e existências dessas três dimensões, promovem um profundo diálogo entre a condição das populações em estado de **constante exceção**, seja pelo **refúgio**, seja pelo **urbano** ou seja por ambos, como é o caso dos refugiados urbanos.

### **2.3.2. Desenraizamento, provisoriedade e invisibilidade**

Esta é uma conceituação que tem por base uma visão compreensiva dos territórios periféricos, trazendo um conjunto de questões que refletem a complexidade do processo de implementação de uma política pública, em locais historicamente marcados por iniquidades e por intervenções pontuais e descontínuas. O conceito de **desenraizamento** é trazido assim em diálogo com Eclea Bosi a respeito da obra de Simone Weil, para designar o “processo que retira o morador de seu lugar por diferentes razões, todas relacionadas a um modelo de desenvolvimento que cria desigualdades” (CUNHA, Marize

B. PORTO, Marcelo F.S. et al, 2015, p.98). Seja por razões sociais ou ambientais, na migração do campo para a cidade, ou por motivos de situações de risco e vulnerabilidades ambientais, e também os que sofrem remoções por programas urbanos de grande porte – como já trazido anteriormente aqui em referência a Rolnik. A autora sugere, em referência a um documento da UN-Habitat<sup>38</sup>, que no mundo urbano, os espaços intitulados favelas, assentamentos irregulares ou informais, marcados pela precariedade habitacional e ambiguidades em relação à posse, constitui a situação de mais da metade dos habitantes do Sul global.

Nesse contexto, é fundamental levar em consideração o processo de consolidação das primeiras favelas do Rio, diretamente relacionadas a processos de remoção por projetos urbanos de grande porte. E também as remoções atuais, também norteadas, mais intensamente, em momentos de grandes reformas urbanas norteadas por interesses internos aliados a externos, em prol do dito desenvolvimento econômico. Paralelamente a isso temos as vítimas de deslocamento forçado, os refugiados ou deslocados internos, oficialmente reconhecidas por terem um fundado temor de perseguição em contextos de grandes conflitos que tomam proporções exponenciais. Somemos as outras vítimas de deslocamento forçado, pulverizadas no território e removidas, deslocadas, desenraizadas por motivos diversos, teoricamente de ordem local, mas globalmente inseridas em uma mesma lógica de exploração da terra.

Sem desconsiderar, de forma alguma, todas as diferenças políticas, de escala, durabilidade de determinados conflitos e natureza da vulnerabilidade, é possível encontrar alguns pontos em comum. Percebe-se que ambas se encontram, e são categorizadas no imaginário social, seja em escala local ou escala global, como ilegais, populações em situação de exceção, de “anormalidade”. Na prática, elas se encontram em uma situação de permanente transitoriedade, e vítimas de constantes processos de desenraizamento, sendo a relação com o território central para a situação que se deflagra em ambos os casos.

Os refugiados sem poder voltar a suas terras devido a uma vulnerabilidade no aparelho protetivo estatal, em uma situação de constante fragilidade que impacta todas as esferas de sua vida, oferecendo constante risco a esta, oficialmente declarando não se

---

<sup>38</sup> UN-Habitat, Handbook on Best practices, Security of Tenure and Access to Land (Náirobi, UN-Habitat, 2003).



sentirem seguras de voltar ao seu país de nacionalidade. Os residentes das regiões periféricas urbanas no contexto social do Sul global – ou, mais especificamente neste caso, no Brasil e no Rio de Janeiro – em um constante estado de ameaça relacionado à posse de terra, sendo um caráter de vulnerabilidade relacionado, antes de tudo, a ocupação do solo, que se estende a outras dimensões de suas vidas. Em ambos os casos, a privação de direitos, dadas suas proporções e graus de abrangência, bem como o escamoteamento dos motivos que levaram essas pessoas a estarem nessas condições e qual é o modelo que sustenta isso.

A temporariedade (BAUMAN, 2004), levada a um caráter de provisoriedade enquanto categorização socioterritorial, como ferramenta na perspectiva de construção do refugiado como sujeito no espaço urbano na pós-modernidade, e a forma como ele é inserido nesta categoria. É fortalecida, progressivamente, no imaginário social, a idéia de que o sujeito refugiado tem em sua natureza a temporariedade, e não que se torna refém desta condição, norteadas por macroprocessos globais. Entende-se que esta é uma condição social e territorial em que se encontra. Por conseguinte, como vimos, as soluções espaciais para sua inserção também serão deste caráter, já que, na maioria das vezes, o espaço é encontrado como solução formal, estanque, que responde como modelo a um modelo de problemática social.

No contexto dos territórios periféricos no Rio de Janeiro, a **provisoriidade** é apontada como importante marca do surgimento e desenvolvimento das favelas locais, e em especial as políticas públicas voltadas para elas. Nota-se, a partir do histórico do processo de estrutura urbana do Rio e arredores visto anteriormente, como “desde o surgimento das primeiras favelas, as intervenções públicas têm se dado de forma provisória, obrigando os moradores a conviverem com a precariedade do que é deixado e buscarem respostas para aquilo que fica inacabado”. (CUNHA, PORTO et al, 2015, p.99).

Itamar Silva, morador da favela Santa Marta e coordenador do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), sugere que essa situação de provisoriedade já dura mais de 100 anos no Rio de Janeiro, ocupando todos os lugares da cidade, do Zona Sul à Zona Oeste; no entanto, apesar disso, ele indica “favela nunca foi incorporada no imaginário da cidade como parte dela. Achava-se que era o lugar do mal, da doença, da contaminação e houve várias tentativas de atacar as favelas pelo viés da doença, desse

tipo de mal”<sup>39</sup>. Segundo o censo de 2010, moradores e moradoras de favelas representam 22% da população do município do Rio de Janeiro, e 6% da população brasileira. Isto é, no município são 1.393.314 pessoas, nas 763 favelas do Rio – isto, é a população contabilizada, nas favelas contabilizadas.

O importante aqui é olhar para a variedade, a quantidade e a diversidade de populações que se encontram em caráter de provisoriedade, constantemente, historicamente. Os refugiados, vítimas de deslocamento forçado, desde que foram reconhecidos enquanto status jurídico e condição política; as vítimas de remoções forçadas por interesses políticos de usurpação do solo urbano; os favelados, consequentes de muitos processos urbanizadores, entre outros. É importante também olhar para como não são necessariamente grupos separados, mas em muitos dos casos essas condições se somam, são camadas que se sobrepõem, categorias que se mesclam.

A condição de provisoriedade é constantemente naturalizada e homogeneizadora de um grande grupo que está a margem de uma situação de normalidade, de legalidade. Como visto no capítulo anterior por Arantes, trazendo a ideologia da diversidade, na lógica da sociabilidade pós-moderna as desigualdades são escamoteadas sob o discurso das diversidades, sendo as cidades apenas a fachada mais visível da atual mundialização desintegradora do capitalismo.

O terceiro marco teórico que trago aqui, na correlação social e territorial entre favelados e refugiados, é o da **invisibilidade**. Esta torna-se a ferramenta de supressão da expressão dessas populações, e, acima de tudo, expressão direta do não pertencimento a uma comunidade local, nacional e legítima. Como já vimos, temos a leitura das populações a margem das condições de legalidade, como os ilegais, temidos e distanciados dos espaços e grupos sociais que se entendem como enquadrados no que é direito e legal. A forma de inibir sua expressão cultural, das construções de suas lógicas sociais, emergentes da própria condição de ruptura socioterritorial em que se encontram, é justamente a invisibilização de suas práticas.

E, como vimos com Vera Telles, isso se dá pela geografia da invisibilidade. Esta, nesse caso, não é total já que há uma visibilidade atribuída – a visibilidade pelo que é temível, isolável, o que está fora, o que é exceção. A invisibilidade, no caso, se dá por

---

<sup>39</sup> Entrevista disponível em: <<https://www.anf.org.br/entrevista-itamar-silva-coordenador-do-ibase/>>. Acessado em 09/08/2018.

tirar a possibilidade de voz, de ação, e de legitimação das lógicas e forças operantes nos processos resultantes das construções desses territórios. Como Cunha e Porto apontam, a invisibilidade em relação ao cotidiano, aos modos de vida, as formas culturais, as redes sociais (2015, p.99).

Algumas das causas de adoecimento e morte nos vários territórios nos mostram que o drama cotidiano dos moradores não é visível, nem para muitos pesquisadores, nem para os profissionais que atuam junto a esta população, e nem para os sistemas de informação. Não são visíveis também muitas respostas que os moradores têm dado a esses dramas ignorados. (CUNHA, Marize B. PORTO, Marcelo F.S. et al, 2015, p.99)

Nesse contexto, em que cidadãos de nacionalidade brasileira, naturalidade do Rio de Janeiro, são vistos como invasores, ilegais nas terras onde em grande parte das vezes nasceram, o que acontecerá aos que já vêm desterritorializados? O Estado pode de fato garantir o acesso unicamente por aparatos legislativos?

## 2.4. REFUGIADOS URBANOS E TERRITÓRIOS SEGREGADOS

Retomando ao que vimos no início deste capítulo, a questão que paira no tema de refúgio em contexto urbano, é: como pensar em adotar estratégias de gestão de pessoas e territórios, com grupos e condições que extrapolam essa possibilidade. Esta é uma situação em que nos deparamos com a urgência em repensar tais estratégias e reformular ferramentas.

Ao relacionarmos esta leitura de refugiados urbanos como populações dispersas e de organização espontânea, com as populações marginais, em situação de provisoriedade, vulnerabilidade e desenraizamento, percebemos como são construídos os mecanismos da lógica política e social de exclusão inclusiva. Segundo Carolina Moulin: “A proliferação dessas exterioridades (reproduzidas pela violência fundacional do moderno sistema de Estados) é evidenciada pelo crescimento do número de populações marginalizadas e excluídas do marco de proteção da cidadania” (MOULIN, 2011, p.146).

Ao se aprofundar nas especificidades desses grupos e de que como se correlacionam nas táticas de exclusão política, econômica e social, onde o território se torna elemento catalisador dessas estratégias, ela acrescenta:

Refugiados, expulsos de suas terras, expurgados de suas comunidades e gerenciados como efeito colateral das práticas violentas de reconstituição das fronteiras identitárias e políticas; migrantes econômicos, em particular aqueles sem *status*, indocumentados, vivendo às margens das estruturas da divisão de trabalho global e cuja expropriação e subalteridade se fazem necessárias para a manutenção do sistema produtivo transnacionalizado; e, ainda, um grupo cada vez mais abrangente de cidadãos de segunda classe (ou subcidadãos), para os quais as promessas de inclusão nunca se efetivaram, seja por táticas de exclusão política, econômica e social, seja por estratégias de reclusão e contenção territorial.<sup>40</sup> (MOULIN, 2011, p.146)

Destacamos, nesse contexto, como se conforma a reclusão e contenção territorial no que diz respeito aos refugiados que vivem em ambiente urbano. Relembrando a noção comumente trazida do gueto e favela, já trazidas anteriormente, percebe-se que estas guardam diversas similaridades. Representam espaços de segregação e exclusão social de determinados grupos, ambas possuem como importante indicador de problemas sociais, níveis visíveis de pobreza, ambas estarem em áreas consideradas perigosas ou marginalizadas e ambas serem apontadas como foco de crescente marginalidade e de crime. No entanto, há uma diferença expressiva que os diferencia: o gueto é um espaço de segregação que, dá origem e se origina a partir da raiz de um instrumento bifacetado de cercamento e controle etno-racial. (COSTA, 2013, p.42). Ou seja, o gueto se conformaria principalmente a partir da exclusão de um - ou diversos grupos - por sua etnia, o que pressupõe uma estigmatização de grupos dentro do urbano.

Para além da exclusão por etnia enquanto definidora, pode-se dizer que essa diferença está calcada também em uma rede de suporte para fazer frente a uma experiência precarizada e estigmatizada de viver urbano, mais do que somente a conformação de uma configuração territorial. Apesar de sua estigmatização, os refugiados buscam circular pela cidade, o que pode ser percebido pela forma como

---

<sup>40</sup> Sobre a ideia de reclusão e contenção territorial, a autora indica que faz uso desses conceitos, bem como do conceito de sociedades de (in) segurança, a partir da contribuição de Foucault *et al.* (2007), em especial da leitura avançada por Haesbaert (2006) sobre esses fenômenos na ordem mundial contemporânea.

buscam redes de suporte, inclusive pelo trabalho. Existe uma desigualdade, uma estigmatização, uma segregação territorial, mas que não chega a estabelecer determinadas muralhas. Por características específicas da conformação do território brasileiro, como já visto, do ponto de vista de uso e ocupação do solo e sua relação com toda a construção social e as disparidades arraigadas a ela, as fronteiras do amotinamento dos refugiados dentro de determinadas áreas, assim como a favela acontece, acabam sendo mais fluidas – mesmo que não mais democráticas.

O contingente de refugiados e solicitantes ainda é baixo, além de não se alocarem em áreas desocupadas ou já com uma segregação sócio espacial devido a um caráter étnico. No caso dos refugiados urbanos que se estabelecem em cidades brasileiras a exemplo do Rio de Janeiro, a segregação se conforma em outro tipo de natureza, somando as disparidades territoriais devido ao caráter excludente de certos grupos sociais - e vice-versa, adentrando em uma relação cíclica sistemática - a uma invisibilidade e exclusão enquanto grupo dentro de uma perspectiva global.

A partir desta relação de inserção espacial, é reforçado o paralelo entre os moradores de favela e os refugiados, apresentado por Vianna e Facundo, onde apresentam “ambos os universos como inscritos em ‘territórios de margem’, marcados por práticas, sujeitos e espaços que são frequentemente considerados como estando nas margens do Estado” (VIANNA e FACUNDO, 2015, p.46). O tratamento desses grupos por parte do Estado, principalmente no que diz respeito ao acesso às políticas públicas às quais, em teoria, têm direitos, é um reflexo e, conseqüentemente, uma condicionante direta, da leitura que a maior parte da sociedade têm sobre eles. As autoras pontuam ainda, que a ilegitimidade transita intrinsecamente entre corpos e territórios, sendo impossível destrinchar o entrelaçamento que dá origem a esta construção, onde espaço físico e espaço social estão constantemente se construindo em correlação.

A leitura social sob a ótica da ocupação territorial dos grupos levantados, oferece campo sólido para constatar os processos de categorização espacial-moral que constroem simultaneamente corpos e territórios. Seguindo por este caminho, temos processos nos quais sujeitos existem porque pensados e produzidos em relação a um espaço. No caso dos moradores de favela e de regiões periféricas, esses processos, a ausência do Estado, a negação da cidade e falta de acesso aos seus direitos já foram naturalizados pela maior parte da população. No caso dos refugiados, por sua condição e seus direitos por lei serem desconhecidos pela maior parte da população, e por eles mesmos não terem clara a lógica

de segregação e privação de direitos que determinados grupos têm nesse território, o mesmo vem acontecendo. Dessa forma, pode-se concluir que a maior parte dos refugiados e solicitantes que vão viver nas cidades brasileiras que se operam sob essas lógicas, já se inserem nas relações de segregação, privação de direitos e falta de acesso à cidade que são altamente potencializadas – e potencializadoras – pela relação sujeito x território.

Na direção apontada por essa relação, percebemos o que nos revelam espaços humanos e habitados que estão fora de um modelo social determinado e esperado que se siga ao se pensar a ação sobre o território. Como vimos anteriormente, no que tange a temática das populações em situação de invisibilidade e temporalidade, sejam refugiados, migrantes, favelados, ou demais grupos sociais que são colocados em lugares sociais e territórios à margem, esse modelo não necessariamente se aplica. Pois em muitos dos casos elas representam justamente o que não está sendo olhado, seja por naturalização de sua condição ou por desejo de exclusão, o que está na zona de desconhecimento por não ser aceito, acolhido, trabalhado como parte de um só corpo social. Porque, infelizmente, dadas as enormes disparidades sociais, políticas, de acesso e de direitos negados, talvez na prática não sejam mesmo.

Essas ações humanas são justamente o que está fora da zona de controle político neoliberal, sendo povoadas por lógicas de objetos e ações, sinônimos de espaço humano, espaço habitado (SANTOS, SOUZA, SILVEIRA, 1998) que não necessariamente se encaixam em ações informadas e normatizadas. Trabalhar, olhar, estudar, pensar macropolíticas e ressignificar micropolíticas através da criação de ferramentas que possam ir além ao que é monitorável, controlável, previsível. Aceitar que espaço habitado é uma consequência dos movimentos humanos e dos objetos e ações que fazem parte disso. E movimento é oposto a estanqueidade. Temos então este enorme desafio, o olhar para esse quadro de resistência a uma modelo cíclico, retroalimentar, naturalizado de controle de pessoas e territórios.

**3. Refugiados no Rio de Janeiro –  
caracterização e distribuição territorial:  
construção de bases metodológicas**

A partir da construção teórica levantada, das referências de pesquisas já feitas nesse sentido e da observação empírica de relatos de refugiados, reconhecidos e solicitantes, bem como da experiência de profissionais que trabalham neste campo, surgem algumas questões centrais para esta pesquisa, que este capítulo buscará responder: como dar visibilidade ao refugiado para ele que seja objetivo de políticas públicas intersetoriais? Como abrir espaço à expressão dos refugiados enquanto sujeitos, a partir do seu reconhecimento enquanto grupo dentro de um determinado contexto urbano? Como dar suporte para que a sociedade civil se aproprie da questão e tome conhecimento de causa, e assim contribua para que o acesso à cidade e os direitos caminhem na mesma direção e velocidade?

Tendo visto aqui a necessidade de se pensar soluções que estejam de acordo com a realidade local, e também a tendência socialmente construída de pensarmos soluções espaciais para esse grupo a partir da lógica da exclusão inclusiva, buscou-se construir um caminho que desafiasse a invisibilidade social por meio da visibilização territorial. Mesmo na intenção de se pensar soluções espaciais, busca-se aqui a construção de um caminho, como pontuado pelo pré-urbanismo sem modelo, que enxergue de forma política os movimentos e tendências, a partir da ação coletiva, que se dão e que resultam na distribuição deste grupo no território.

O desejo inicial que moveu esta pesquisa foi o de olhar para a relação territorial do ponto de vista afetivo e simbólico, isto é: como o sujeito refugiado carrega dentro de si outros territórios, traz essa marca e essa potência em sua presença, e como isso se expressa em um novo território que ocupa. Como o reconhecimento e afirmação dessa expressividade pode ser um fator de potência para sua inserção em um novo contexto, e, em paralelo, somar a uma sociedade que tem a oportunidade de aprender com o novo que chega.

No entanto, percebi que era necessário dar um passo atrás, e olhar primeiro para a situação em escala macro. Porque a questão da invisibilidade social e territorial desse grupo ainda é muito latente, e achei importante, antes de mais nada, problematizar porque essa invisibilidade se dá e como contribuímos para esse quadro enquanto corpo social. O olhar para o território e suas dinâmicas pode ser muito revelador dessa conjuntura, e a produção de ferramentas concretas que permitam uma abordagem da questão se faz necessária, inclusive para dialogar e dar suporte a outros campos disciplinares e outras esferas institucionais.



A proposta de mapeamento territorial nesta pesquisa está centrada em localizar qual é a primeira alternativa de moradia dos refugiados e solicitantes no contexto espacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). O produto final deste processo investigativo de campo, por ser a ênfase desta pesquisa a questão territorial e estratégias de inserção urbana, são mapas de distribuição territorial dos reconhecidos e solicitantes levando-se em consideração algumas categorias de análise que veremos melhor adiante.

O campo de trabalho apontado apresenta um panorama de muitos desafios de integração já mencionados, e, mapear a maneira como essas dinâmicas se dão na metrópole permite um olhar acerca da distribuição espacial dos refugiados, bem como as estratégias de sobrevivência adotadas por eles no território. De forma geral, os estudos que tem por objeto os refugiados e solicitantes de refúgio têm seus recortes a partir de um olhar direcionado pelo campo do conhecimento em que se originam. Como a maioria das pesquisas focadas nesta temática é ligada a campos disciplinares que tradicionalmente são constituintes e aprofundadores das discussões acerca do refúgio, de forma geral os recortes feitos, e que são substanciais para o desenvolvimento da presente pesquisa, são direcionados a determinações legislativas, relações político-fronteiriças, estudos etnográficos a partir da inserção de uma determinada cultura em outro contexto, entre outros. Todos esses olhares são indispensáveis para a construção desta pesquisa, por trazerem especificidades e abordagens que podem passar despercebidas no contexto de um estudo urbano, sendo este estudo possível somente pela base teórico-metodológica e prática construída por demais campos do conhecimento.

No entanto, por estar falando de espaço urbano e território onde as relações e práticas se dão, a força que o campo do urbanismo pode trazer a essa discussão é justamente a espacialização do tema em um determinado recorte territorial, permitindo um olhar mais cuidadoso e preciso sobre as diferenças que se apresentam em um diverso e complexo contexto urbano. Busca-se aqui cruzar dois recortes: o primeiro, social, referente aos solicitantes de refúgio e refugiados que dão entrada na solicitação de refúgio pelo município do Rio de Janeiro, através da CARJ. O segundo recorte, territorial, é na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Grande Rio), que conta com um total de 21 dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Dessa forma, este capítulo tem por objetivo apresentar uma metodologia de representação cartográfica ancorada nas informações obtidas nos formulários de solicitação de refúgio arquivados na CARJ. Os dados levantados são consequentes das

perguntas formuladas pelo CONARE, levando a um recorte das possibilidades de expressão de determinadas questões relativas ao refúgio limitado pela ótica do que a justiça brasileira considera relevante de ser questionado. Evidentemente, sendo uma ferramenta concreta que revela esses movimentos e pontos de ancoragem, conforme veremos ao longo do capítulo, foi necessária também uma investigação ética a respeito das implicações envolvidas nesta exposição, que será desenvolvida em um subcapítulo adiante.

Adianto que esta é uma parte do processo cartográfico resultante da presente pesquisa. Busquei também um outro caminho, que considero igualmente importante, que pudesse expor a distribuição espacial da população em situação de refúgio, que fosse para além das informações interessantes às determinações legislativas brasileiras. Assim, veremos ao longo do próximo capítulo, um outro percurso cartográfico, também parte deste percurso metodológico, que traz à luz a expressão territorial pela perspectiva da população refugiada e suas experiências urbanas. Temos assim materiais complementares, um em escala macro e outro em escala micro, ambos com potencial analítico e expressivo da questão, que individualmente dizem muito, mas somados e articulados revelam mais ainda.

### 3.1. VISIBILIZAR: DIREITO À CIDADE E DIREITO A TER DIREITOS

Como aponta Henri Lefèbvre, é necessário olharmos para a cidade sob a ótica de como ele é produzida e quais são os atores que permitem e que promovem as ferramentas para sua produção. No contexto do refúgio e dos autores já trabalhados, esta pesquisa também visa criar o diálogo entre o direito à cidade de Lefèbvre (1968) e o direito a ter direitos de Arendt (1951). Temos no encontro entre os dois filósofos uma força enorme em termos de uma problemática político-social do mundo globalizado, neoliberal, apresentada por Arendt, e uma diretriz a partir da abordagem político-espacial introduzida por Lefèbvre. A reprodução das relações de produção, realizadas em cada atividade social e refletidas diretamente nos espaços onde se dão, construindo uma relação cíclica onde os espaços produzidos induzem a este mecanismo, resultam em forças, atividades e espaços fragmentados. O autor indica:

(...) o direito a cidade se afirma como um apelo, como uma exigência (...). O direito à cidade não pode ser concebido como direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que o 'urbano', lugar de encontro, prioridade o valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. O que pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utilize os recursos da ciência e da arte. Só a classe operária pode ser tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização. Aqui ainda, como há um século, ela nega e contesta, unicamente com sua presença, a estratégia da classe dirigida contra ela. Como há um século, ainda que em novas condições, ela reúne os interesses (aqueles que superam o imediato e o superficial) de toda a sociedade, e inicialmente de todos aqueles que *habitam*. (LEFÈBVRE, 1968, p.117).

Substituamos a classe operária aqui apresentada pelo contexto atual, pelas populações às margens (TELLES, 2010) vistas ao longo do capítulo anterior, dentro das quais se inserem os refugiados. É possível compreender o porquê de determinadas frações do corpo social ficarem exclusas do acesso, mesmo tendo direitos pela constituição. Nesse caso, é suprimido o direito a ter direitos, já que, seguindo o raciocínio de Arendt visto no capítulo 1, não é a perda de direitos específicos, mas a perda de uma comunidade disposta e capaz de garantir quaisquer direitos (1951). No caso dos refugiados, para além da perda de suas comunidades originárias, é a inserção em uma nova comunidade fragmentada e, a depender dos espaços da cidade onde se inserirem, ocupando lugares de invisibilidade e privação de acesso, serão privados de seus direitos enquanto cidadãos.

A reprodução das relações de produção se realiza em cada atividade social, por mais indiferentes que pareçam, por serem inerentes às práticas sociais; estas, são as forças motrizes de nossas micropolíticas, que se refletirão nas macropolíticas que se estendem pelos territórios. As ações da burocracia estatista, o ordenamento do espaço segundo as exigências do modo de produção capitalista, ou seja, da reprodução das relações de produção levam a uma fragmentação do espaço (LEFÈBVRE, 1972).

A construção de uma compreensão territorial, fragmentada em pedaços de terra como já foi visto, categorizados e distribuídos segundo uma determinada lógica, é fruto de longos processos, altamente encadeados em escala global. E mais uma vez temos a temporariedade na construção da noção que envolve refugiados urbanos, e a provisoriabilidade e invisibilidade, consequentes dessa construção e se estendendo tanto ao

contexto territorial em que se inserem, quanto às soluções espaciais propostas para eles. Esta questão está presente no cerne da temática dos refugiados, fortemente presente na realidade de conformação da maioria das cidades brasileiras e, com muita força, na metrópole objeto deste estudo – Rio de Janeiro. No entanto, neste contexto, quais são as soluções espaciais encontradas *por* e não *para* eles, já que, conforme vimos, enquanto a administração pública ainda não tem soluções de inserção urbana, eles chegam aqui diariamente e buscam suas próprias soluções.

Ao se pensar novas abordagens para o urbanismo, levando-se em conta essa realidade que vem se incorporando de forma crescente em nossas cidades, Lefèbvre abre possibilidades de caminhos a se seguir “A ciência da cidade tem a cidade por objeto. Esta ciência toma emprestado seus métodos, *démarches* e conceitos às ciências parcelares. A síntese lhe escapa duplamente (...) O passado, o presente e o possível não se separam. É um *objeto virtual* que o pensamento estuda. O que exige novas *démarches*”. (LEFÈBVRE, 1968, p.106).

Neste contexto, é preciso que desenvolvamos as *novas démarches* apresentadas por Lefèbvre, considerando a tensão entre as contradições territoriais locais do ponto de vista econômico, social e político, e, em paralelo, o comum imanente da condição humana, em uma perspectiva mais abrangente. Sob esta ótica, podemos considerar toda a relação de forças implicadas nos gestos políticos:

Implica dizermos que toda a relação espacial é uma relação de força, e como as forças estão sempre induzindo umas as ações das outras, toda a relação espacial é uma relação de poder e, portanto, política.  
(GUIZZO, 2008, p.111)

Temos, na continuidade deste capítulo, a investigação prática e experimental na qual esta pesquisa mergulhou profundamente, intimamente movida pelas *novas démarches*, pelas micropolíticas urbanas e de possibilidades, através do espaço urbano, de ter uma relação efetiva entre acesso e direitos. O mapeamento, a visibilização é um primeiro passo, o início de um movimento necessário de apropriação urbana, reconhecimento, tomada de voz e ação. O direito a ter direitos, no contexto de um mundo globalizado, desigual e majoritariamente urbano, é uma consequência do direito à cidade, ou melhor, do direito à vida urbana.

### 3.2. MAPEAMENTO: A PRODUÇÃO DE FERRAMENTAS PARA ANÁLISE E AÇÃO

A intenção de produção dos mapas em questão neste capítulo se deu através do cruzamento de três diretrizes: uma no reconhecimento de imigrantes em um tecido urbano, outra com o recorte territorial determinado e uma terceira enquanto movimento político. Dessa forma, temos simultaneamente o a interseção metodológica entre:

- 1) Mapas produzidos pela Hull House, no que tange a inserção de imigrantes em determinado contexto urbano (imagem 3.1)
- 2) Recorte territorial da região metropolitana do Rio de Janeiro (imagem 3.2)
- 3) Produção cartográfica do Plano Integrado e Sustentável de Desenvolvimento Local para a Maré, apresentando a perspectiva política de direito à cidade – reconhecimento e expressão social e urbana (imagem 3.3)

A proposta de mapeamento tem como referencial inicial os estudos da Escola de Sociologia de Chicago, precursora nos estudos dos centros urbanos a partir da década de 1920, em uma perspectiva teórico-etnográfica. A conjuntura de efervescência migratória no começo do século abriu margem para inúmeros estudos sobre a relação com o outro, os estranhos, estrangeiros, os processos de ‘guetificação’ e segregação sócio espacial (PARK, 1915, p.31).

Apesar de tratar-se de um contexto muito diferente para este objeto de pesquisa – do ponto de vista histórico, territorial, social, entre outros - os mapas produzidos como espacialização etnológica das comunidades migrantes na cidade<sup>41</sup> é de grande inspiração para esta pesquisa, por ajudar a emergir, dentro do contexto da cidade, uma realidade que, de forma geral, vinha sendo ignorada ou acometida pela sociedade local (ver imagem 3.1). A escolha de não restrição a único grupo nacional de refugiados foi feita justamente para que se tenha o espaço como ponto central e de ancoragem para a expressão das diferenças, e conseqüentemente da distribuição específica dos indivíduos por grupos nacionais dentro de um território que já apresenta fortes disparidades sócio territoriais. Assim, temos o recorte de pesquisa de viés territorial – Região Metropolitana do Rio de Janeiro – e temporal, considerando os registros de solicitantes e reconhecidos arquivados

---

<sup>41</sup> *Hull House maps and papers*. Nova York: Thomas Y. Cromwell & Co, 1895. Reimpressão: Chicago Neighborhood history Project.

na Cáritas, que vão de 1984 a 2017.

O mapa que a Escola de Chicago teve como base de estudo foi produzido pela Hull House (mapa 4), uma organização beneficente na cidade de Chicago, voltada para atividades sociais e culturais e que atendia e dava suporte a estrangeiros no início do século XX. Naquele momento e contexto, as instituições filantrópicas ocupavam um lugar essencial como espaço de acolhimento de imigrantes, e não se pode deixar de traçar o paralelo com o momento atual, no contexto brasileiro, e em que em esfera municipal, no Rio de Janeiro, o atendimento aos refugiados também é feito por uma organização da sociedade civil, ainda não sendo objeto de políticas públicas específicas.

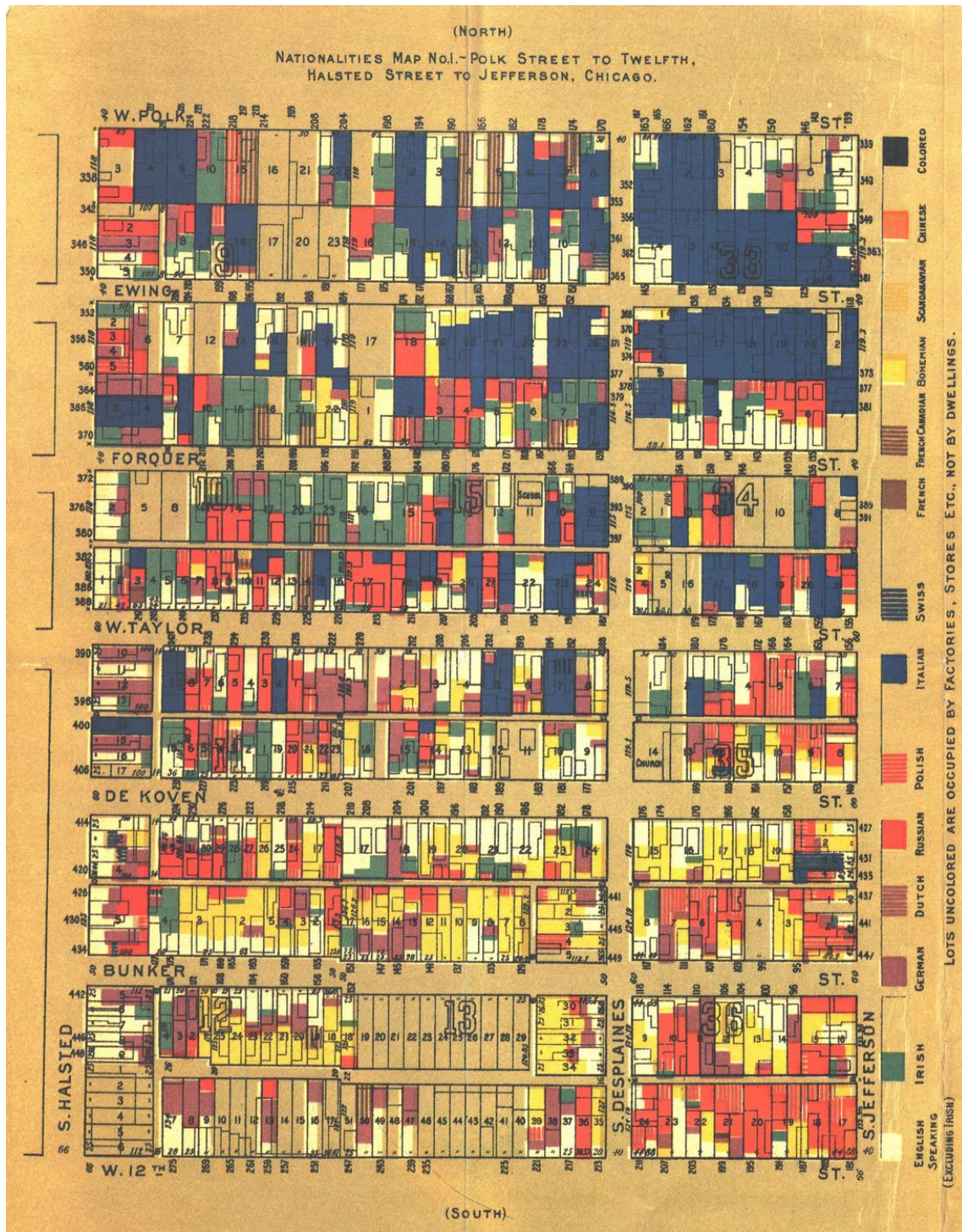
O recorte na escala do bairro, e identificação das nacionalidades por cores, são as ferramentas encontradas para ilustrar os grupos e diferentes elementos em um mesmo espaço físico, sem separar os grupos por nacionalidade, e sim tendo o recorte a partir do território.

Ao classificar as pessoas de tantos cantos da terra, foi feito um esforço para distinguir os grupos que formam diferentes elementos no contexto social e vida industrial (...).<sup>42</sup>

Assim, toma-se a dimensão do recorte social, os grupos de migrantes – no caso da Hull House, e de refugiados, no caso desta pesquisa - e sua identificação por variadas cores, em função de suas nacionalidades, identificadas em uma determinada fração do tecido urbano. E toma-se a dimensão do recorte territorial, bem desenvolvido ao longo do capítulo anterior, do município do Rio de Janeiro e demais municípios que, junto a ele, conformam a região metropolitana. Aumentamos assim a escala de abrangência, perdendo um pouco ao não entrarmos nas especificidades da distribuição na escala de um bairro, mas ganhando ao olhar em escala macro como esses fluxos e organizações se dão na relação entre centros e periferias.

---

<sup>42</sup> Hull-House Maps and Papers. Nova York: Thomas Y. Cromwell & C., 1895, p.15. Tradução nossa



Mapa 4: Mapa de nacionalidades nº1 – Pold Street a Twelfth Halsted Street to Jeffersons, Chicago. Fonte: Hull-House Maps and Papers. Nova York: Thomas Y. Cromwell & C., 1895. Reimpresso pela Chicago Neighborhood History Project, com o suporte da National Endowment for the Humanities.

Para isso, explicarei a seguir, de forma geral, um pouco sobre o perfil dos refugiados que chegaram no Rio de Janeiro dentro do recorte temporal proposto – 1984 a 2017 - e também como se configura, administrativamente, a RMRJ.



Mapa 5: Região metropolitana do Rio de Janeiro, 2014.

Fonte: CEPERJ, 2014 (Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro). Disponível em: <[http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info\\_territorios/RMRJ2013.pdf](http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/RMRJ2013.pdf)>  
Acesso: 20 jul 18.

O desenvolvimento da cartografia é fortemente associado ao “estabelecimento de uma ordem e à afirmação de hegemonias em relações de poder” (SANTOS, 2011, p.43) o que a torna, historicamente, um instrumento de dominação e controle. Sendo assim, foi um grande desafio para esta pesquisa pensar uma forma de expressão da distribuição territorial dos refugiados que pudesse servir de indicador e termômetro dos movimentos que se dão, ao longo dos anos em que esse grupo vem se estabelecendo no território em questão. Um instrumento que contribua de forma construtiva a esta causa, seja para pesquisas acadêmicas, políticas públicas, ONGs e OIs, e, sobretudo, como material de reivindicação e expressão territorial da questão para as pessoas em situação de refúgio, e que não seja uma mera ferramenta de controle espacial. A partir do que coloca Milton Santos:

As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apoia para construir a globalização perversa. Mas essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos. (SANTOS, 2001, p. 20)



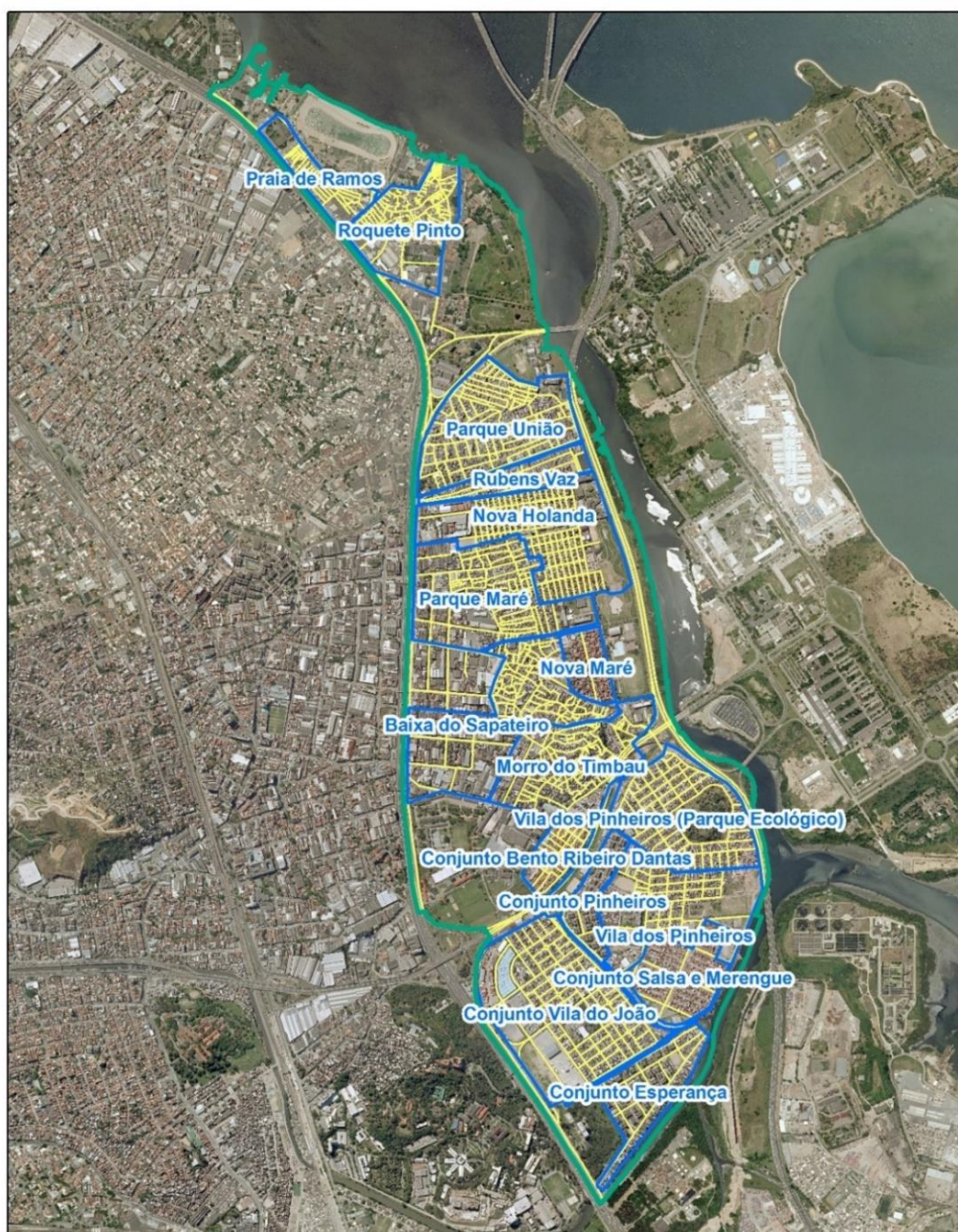
Em relação ao Plano Integrado e Sustentável de Desenvolvimento Local para a Maré, tomo por referência aqui as iniciativas de criação de uma base cartográfica da região, e da formulação de um guia de ruas da Maré. Sendo uma iniciativa interna, o projeto é uma consequência do Censo da Maré, organizado e produzido por duas ONGs atuantes e fisicamente presentes no local, Redes da Maré e Observatório de Favelas, e com apoio de 16 Associações de Moradores da região. O censo tem por intuito levantar informações e “produzir um diagnóstico global da realidade sócio-demográfica da região a fim de qualificar as ações locais, com ênfase na mobilização dos moradores e envolvimento desses em todas as esferas do trabalho”<sup>43</sup>. O censo foi fundamental como ação propulsora interna e teve como primeira iniciativa a produção de uma base cartográfica local (imagem 3.3), que identificou toda a região e que, em parceria com o Instituto Pereira Passos (IPP)<sup>44</sup>, promoveu a inclusão deste território no reconhecimento cartográfico da Maré no mapa da cidade do Rio de Janeiro

Esta mostra-se uma ação política de referência para este trabalho, pela enorme força que apresenta, enquanto proposta que nasce a partir da organização comunitária, dentro de um processo participativo que envolveu diversas organizações e que só foi possível através do trabalho coletivo. Mesmo tendo sido reconhecida como bairro na década de 90, a Maré, assim como tantos outros territórios estigmatizados no Rio de Janeiro, ainda são reconhecidos internamente e externamente como favelas. Mesmo tendo sido objeto de alguns projetos de ordem pública, nos campos da educação, saúde e esportes, o não reconhecimento espacial, no mapa da cidade, diz muito sobre a questão. Sobre como a invisibilização e estigmatização de amplas parcelas da população e de parcelas do território do Rio de Janeiro, são fortemente presentes, e reveladoras de como a ação Estatal mantém a exclusão inclusiva.

---

<sup>43</sup> Fonte: Guia de ruas maré 2012.

<sup>44</sup> O Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) é um órgão de pesquisa e informação sobre a Cidade do Rio de Janeiro.

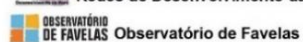


**Programa de Desenvolvimento Local da Maré**

Realização:



Redes de Desenvolvimento da Maré



Apoio:



**RIO** Instituto Pereira Passos  
Associações de Moradores da Maré

**BAIRRO MARÉ**

Sistema de coordenadas SAD69  
Projeção UTM - Fuso 23S



Escala:

0 150 300 600 Metros  
fevereiro de 2011

Mapa 6: Mapa do Complexo da Maré.

Fonte: Redes da Maré. Disponível em: < <https://redesdamare.org.br/> > acesso 20 jul 18

O que é colocado pelos moradores é que “a invisibilidade e a falta de reconhecimento da favela passa muito pelo desconhecimento sobre ela, sobre sua complexidade, riqueza de experiências, singularidades, pluralidades e unidade”<sup>45</sup>. Olhando para a problemática dos refugiados, a não-afirmação de sua presença no território é também uma estratégia política para que eles continuem na compreensão social de um lugar de provisoriedade. A isto se soma sua condição vulnerável, de serem reconhecidos como refugiados, e conseqüentemente passíveis de ações xenofóbicas e de uma possibilidade maior exclusão, já que o desconhecimento em relação a questão e aos seus direitos é preponderante.

Torna-se assim um movimento cíclico e ao mesmo tempo contraditório, onde o desejo de reconhecimento é latente, mas o medo de este levar a ações prejudiciais a ele, alimenta a lógica de que se mantenham invisíveis. O não reconhecimento de parcelas da população e do território, ou seu reconhecimento dentro de uma categoria de ilegalidade, informalidade, associados à noção de ausência de civilidade e de urbanidade, não se resume assim a um movimento no sentido de esconder, ou ignorar a questão. Isso se estende ao não reconhecimento do direito à vida urbana, do direito de homens e mulheres que não têm condições de adquirir moradias via mercado imobiliário formal, de habitarem as cidades, de serem parte, produtores da vida urbana; de se apropriarem da cidade.

Aparecer no mapa é significar a existência de um lugar habitado por pessoas e suas vidas. É grafar (marcar) o solo em que vivemos. É, portanto, ver onde estamos e onde estão outras pessoas, ruas, praças, rodovias, hospitais, fábricas, portos, rios, montanhas(...) e mais tanta coisa de mundo que se faz aparecer nas artes de cartografar: de fazer presente o que é próximo e o que está distante. Portanto, o cartografado é o escrito, ou melhor, é o tornado visível.<sup>46</sup>

Este é um gesto político, uma *nova démarche*, fruto e expressão de micropolíticas, de profunda resistência e beleza. Ele concretiza a teoria de que a ação interna, coletiva e com uma dimensão política impulsionadora e articuladora entre macro e micropolíticas urbanas, permite transformar realidades norteadas por lógicas de poder, produtoras e produzidas por desigualdades e hierarquias.

---

<sup>45</sup> Guia de ruas maré 2012, p.11

<sup>46</sup> Guia de ruas maré 2012, p.13

### 3.3. POPULAÇÃO REFUGIADA NO BRASIL E RIO DE JANEIRO - ANOS 1990 A 2017

Segundo dados divulgados pelo CONARE<sup>47</sup>, em relação ao relatório de 2016 da ACNUR<sup>48</sup>, dos 22,5 milhões de refugiados reconhecidos e 2,8 milhões de solicitantes de refúgio registrados no mundo, 10.145 reconhecidos e 86.007 solicitantes encontram-se no Brasil. Desse total, 33.866 novas solicitações ocorreram em 2017, sendo 53% de venezuelanos, seguido por Cuba (7%), Haiti (7%), Angola (6%), China (4%), Senegal (4%), Síria (2%), Nigéria (2%), Bangladesh (2%), República Democrática do Congo (1%), e outros 12% de outros países. Desse total de solicitações, apenas 2%, 670, estão registrados no Rio de Janeiro; a grande maioria, 47%, está registrada em Roraima.

Olhando para os venezuelanos como a população de maior expressividade no ano passado, é fundamental, para olhar para a questão com maior grau de abrangência, que se considere duas questões: a primeira é de cunho cronológico, isto é, compreender historicamente quando esses movimentos começam a se dar e quando se intensificam; a segunda é considerar que esses números dizem respeito ao Estado por onde as pessoas fazem a solicitação, e não necessariamente onde estão residindo.

Em 2010, eram 4 as solicitações de refúgio de venezuelanos no Brasil, em 2011 se mantém, em 2012 diminui para 1, em 2013 aumenta para 43, em 2014 são 201, em 2015, 822, em 2016, 3.375 e em 2017 chegamos a 17.865 pessoas. Este exemplo nos indica que para olharmos para a questão do refúgio em uma perspectiva territorial é importante, antes de mais nada, olhar pelo viés temporal também. Isso porque a população refugiada que vai se distribuir nos territórios onde busca abrigo, varia a partir de múltiplos fatores: a emergência, a intensificação de conflitos em diversos países do mundo, determinações legislativas referentes ao assunto, a flexibilização ou enrijecimento de políticas nacionais voltadas ao tema do refúgio - o que também está atrelado a políticas fronteiriças e de segurança nacional – as possibilidades de acolhimento, emprego, moradia, entre outros, de cada cidade. As formas como essas múltiplas dimensões se desenham e articulam, reflete diretamente na distribuição e dinâmicas territoriais da população refugiada.

---

<sup>47</sup> CONARE - Refúgio em números, Secretaria Nacional de Justiça, 2018.

<sup>48</sup> UNHCR. Global Trends, Forced Displacement 2016

Esta pesquisa não adentrará nessas questões, apenas proponho a importância de se fazer um recorte temporal para entender a dinâmica territorial, olhando para os números não de forma absoluta, mas pela sua variação o que ela indica. Olhando para uma distribuição da população refugiada por recortes temporais, podemos ter mais claro como os conflitos existentes no mundo, que eclodem, se apaziguam, e muitas das vezes têm consequências sociais prolongadas - mesmo depois de oficialmente terminados – se refletem neste território. Podemos também ter clareza, de forma temporal, de como a distribuição pela cidade varia, ver os movimentos urbanos da população refugiada, e gerar material de análise acerca das variáveis que compõem esse quadro.

Regina Petrus indica, segundo o relatório da ACNUR de 1993, que dos 720 refugiados reconhecidos no Brasil no período de Janeiro a Maio daquele ano, 505 eram originários de Angola, 136 do Zaire (atual República Democrática do Congo), 25 da Libéria, 5 da Somália e 49 de outros países (ACNUR, 1993 apud PETRUS, 2010, p.91). Ainda segundo os dados da ACNUR expostos pela autora, ao longo dos anos 90, o número de refugiados vindos do continente africano era massivo (figuras 3 e 4), e em 1998 das 2254 pessoas refugiadas reconhecidas no Brasil, 86% era proveniente da África, 7% da América do Sul, Central e Caribe, 6% da Europa e 1% da Ásia. Nesse momento, os reconhecidos eram procedentes de 40 países, sendo 68% angolanos. (MILESI, MORONI, 1998 apud PETRUS, 2010, p.98).

A autora coloca que a Constituição de 1988 determinava, dentre outras garantias no sentido dos direitos humanos – enquanto princípio norteador das relações internacionais no Brasil – a concessão de asilo político. Em 1990 foram abolidas as restrições quanto ao direito à associação e ao trabalho remunerado para os refugiados e a partir de 1991 foi estabelecido um procedimento para concessão do refúgio no Brasil que envolvia tanto a ACNUR quanto o governo brasileiro (PETRUS, 2010, p.88).

Segundo a autora, os padrões de quantitativos em relação às solicitações de refúgio aumentam a partir de 1993, e, segundo informações da Cáritas RJ, teve início um grande fluxo de angolanos – período pós-eleições em Angola e de agravamento dos conflitos naquele país. No caso dos angolanos, o Brasil torna-se alternativa por motivos como a língua portuguesa comum, os laços culturais e históricos, e um crescente investimento em empresas brasileiras de grande porte naquele país. Refugiados de outros países africanos também imigravam para o Brasil, havendo um grande fluxo de liberianos, entre outros em menor número. Zerbini Leão considera: “(...) o Brasil entrou na rota de

possíveis ‘abrigo para refugiados’. A crise acelerada das condições de populações africanas, em especial, fez-se presente em portos e aeroportos brasileiros” (LEÃO *et alii*, 2000, p.183). Pode-se entender um pouco melhor os dados através das tabelas abaixo, apresentadas por Petrus, e dos gráficos elaborados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base nos dados de Milani.

	até dezembro 1994	até dezembro 1995	até setembro 1996
África	1955	1674	<b>1748*</b>
América Central, do Sul e Caribe	357	145	<b>156**</b>
Europa	107	135	<b>99***</b>
Oriente Médio	69	102	<b>117****</b>
<b>Total de pessoas</b>	<b>2514</b>	<b>2080</b>	<b>2146</b>
* (1296 angolanos, 201 liberianos, 152 zairenses)      *** (44 sérvios, 19 croatas, 15 bósnios) ** (67 cubanos, 37 peruanos, 20 chilenos)      **** ( 61 iraquianos, 19 libaneses, 13 iranianos)			

Figura 3: Tabela com evolução do número total de refugiados reconhecidos no Brasil por região de origem (1994 a 1996). Fonte: MILESI e MORONI, 1998 apud PETRUS, 2010, p.91

África	1786
América do Sul, Central e Caribe	175
Oriente Médio	120
Europa	101
Ásia	27
<b>Total</b>	<b>2209 pessoas</b>

Figura 4: Tabela com número total de refugiados reconhecidos no Brasil por região de origem, até 31 de maio de 1997. Fonte: Folheto de apresentação comentada da lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 1998, apud PETRUS, 2010, p.91

Continente de Procedência	Solicitações apresentadas	Solicitações deferidas	Solicitações indeferidas	Perda da condição
África	1697	863	834	74
América	426	148	278	4
Ásia	159	55	104	
Europa	276	11	265	1
Apátrida	1		1	
<b>Total</b>	<b>2559</b>	<b>1077</b>	<b>1482</b>	<b>79</b>

Figura 5: Tabela com solicitações de refúgio – Brasil: dezembro de 1998 a fevereiro de 2005. Fonte: CONARE; PETRUS (2010) apud MILESI (2005).

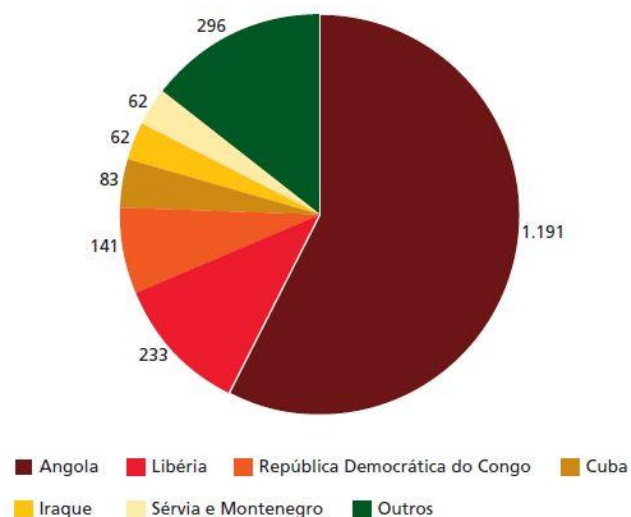


Figura 6: gráfico com refugiados reconhecidos: principais nacionalidades, antes da criação do CONARE – Brasil (até 1998).  
 Fonte: IPEA, 2017, p.93  
 Fonte dos dados de Milani (2005), elaboração do gráfico por IPEA (2017)

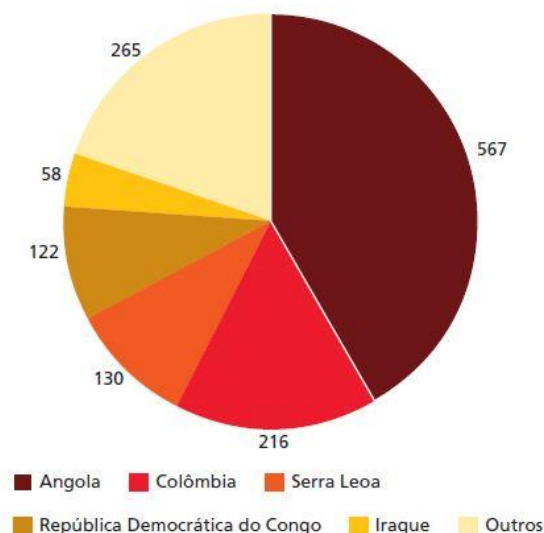


Figura 7: gráfico refúgio no Brasil via elegibilidade: principais nacionalidades (1998-2006).  
 Fonte: IPEA, 2017, p.98  
 Fonte dos dados: Relatório de Atividades de dezembro de 2006 do CONARE;  
 Elaboração do gráfico por IPEA (2017)

No início dos anos 2000, com a intensificação da guerra em Angola, chegaram mais solicitantes, o que começa a reduzir em 2002, quando a guerra tem fim. Nos anos 2000 tem início um maior fluxo de pessoas vindas da Colômbia, perseguidas pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Assim, enquanto nas pessoas de nacionalidade africana a maior parte das solicitações se dava por conta da guerra civil, as latino-americanas destacavam-se pelos pedidos devido a perseguições políticas. (LIMA et al. 2017, p.96). Outro país que desde os anos 1990 já tinha fluxo de refugiados, mas que se intensificou nos anos 2000, é a República Democrática do Congo (RDC) antigo Zaire, sendo, no ano de 2006, o segundo grupo mais representativo depois dos angolanos, devido a conflitos travados entre o governo e milícias em diferentes regiões do país. Em 2008, dos 3.889 refugiados, de 71 nacionalidades, quase 80% eram africanos, vindo principalmente de Angola e da RDC. (PETRUS, 2010, p.106). Assim, ao final dos anos 2000, temos uma mudança nas estatísticas referentes à população refugiada que imigrou para o Brasil (figura 8), e podemos ver também o percentual deste total registrado pelo Rio de Janeiro (figura 9).

Nacionalidades mais representativas	Número de pessoas
Angola	1.689
<b>Colômbia</b>	<b>528</b>
<b>Congo RDC</b>	<b>301</b>
Libéria	259
Iraque	165
<b>Total de nacionalidades</b>	<b>71</b>
<b>Total de refugiados</b>	<b>3.889</b>

Figura 8: tabela com número de refugiados no Brasil até junho de 2008, por país de origem. Fonte: CONARE. Ministério da Justiça apud PETRUS, 2010, p.107

Angola	1.301
<b>Congo</b>	<b>153</b>
<b>Colômbia</b>	<b>132</b>
Libéria	101
Outros	154
<b>TOTAL</b>	<b>1.841*</b>

\*incluindo reassentados

Figura 9: tabela com número de refugiados no Rio de Janeiro até junho de 2007. Fonte: Estatísticas Cáritas– RJ / junho de 2007 apud PETRUS, 2010, p.107

A partir de 2010, aumenta o número de solicitantes vindos da RDC, e pouco depois tem início um fluxo de pessoas vindas da Síria, a partir dos acontecimentos políticos de 2011, o aumento de conflitos e a eclosão de uma guerra civil, somando-se conflitos políticos e religiosos (LACERDA et al. 2015, p.104). O IPEA indica que em 2014, pela primeira vez, os nacionais da Síria passam a representar a maior proporção de reconhecidos pelo governo brasileiro, ultrapassando angolanos e colombianos. O aumento, no entanto, está fortemente relacionado à simplificação no processo de solicitação de refúgio para pessoas afetadas pelo conflito sírio, acompanhada de uma alta taxa de elegibilidade, e também da redução de solicitações de colombianos que, através de acordos políticos entre países da América Latina, tiveram viabilizadas outras alternativas migratórias. (LIMA et al. 2017, p.107).



Segundo dados do CONARE<sup>49</sup>, no relatório emitido em 2016, houve um aumento de 2.868% no número de solicitações entre 2010 e 2015, sendo este último ano marcado por uma redução de 47% no número de solicitações. A maioria representativa se dava por haitianos, senegaleses, sírios, bengaleses e nigerianos. No que diz respeito ao número de reconhecidos, este aumentou 127% entre 2010 e 2016, sendo as cinco maiores nacionalidades de reconhecidos sírios, angolanos, colombianos, congoleses e libaneses, em um total de 79 nacionalidades. Em relação ao aumento progressivo de solicitações no Brasil até 2017, pode-se ver melhor na figura 10.

Waldely (2016) pontua que, somam-se aos casos estritos de vítimas de deslocamento forçado<sup>50</sup>, outros casos que demandam proteção humanitária e que acabam entrando nas estatísticas das solicitações de refúgios. Considerar esta população, no contexto da presente pesquisa, é fundamental, já que enquanto aguarda a avaliação de seu pedido, ela será residente da cidade e encontrar-se na mesma situação de vulnerabilidade do que os refugiados que se enquadram na determinação da proteção internacional. São eles os chamados *migrantes por sobrevivência*<sup>51</sup>, representados em grande parte por senegaleses, nigerianos, ganenses e bengalis.

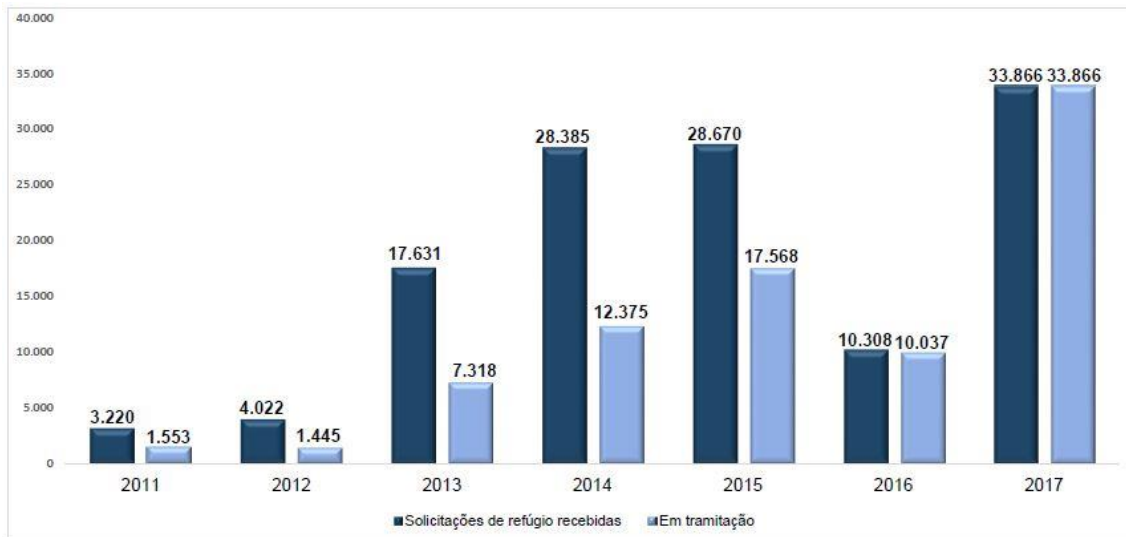


Figura 10: Solicitações de refúgio por ano (2010 e 2017), desconsiderando haitianos e venezuelanos.  
Fonte: Refúgio em números 3ª edição, CONARE, 2018

<sup>49</sup> CONARE - Refúgio em números, Secretaria Nacional de Justiça, 2016.

<sup>50</sup> A categoria de deslocamento forçado inclui os refugiados e solicitantes de refúgio, mas não se limita a esse grupo, incluindo deslocados internos, apátridas, e as pessoas que estão em situações “equivalentes à dos refugiados”

<sup>51</sup> Waldely traz o termo em referência à expressão survival migration, cunhado por Alexander Betts (2010) para caracterizar o fluxo de pessoas que migram por razões que coadunam motivação econômica e necessidade de proteção humanitária, desafiando a distinção tradicional e estrita entre migrantes econômicos e refugiados.

Em relação à segunda questão levantada aqui, é fundamental que relativizemos os números. As populações em situação de refúgio, em grande parte das vezes, solicitam refúgio assim que chegam no país, e seu registro fica associado ao Estado onde deram entrada na solicitação. No entanto, como nosso sistema permite que os solicitantes sejam parte da vida social e urbana convencional, perde-se a referência de sua localização, se estão vivendo em outros municípios, em outros estados ou até se estão fora do país. Segundo o CONARE, dos 10.145 refugiados reconhecidos no Brasil, apenas 5.134 residem em território nacional<sup>52</sup>.

Temos então uma das consequências da ausência de políticas públicas em escala municipal e estadual, somada ao grande desafio em lidar com populações que estão imersas em uma dinâmica de trânsito constante, reféns de burocracias estatais e de invisibilidade social. Isto é, a dificuldade em ter um registro corrente, produção e análise de dados, que permitam uma dimensão da população residente e que permitam que se levantem estatísticas sobre as quais trabalhar para pensar estratégias e ações no sentido de uma integração local.

Sendo assim, trabalharemos com o que se tem disponível, conforme veremos no próximo item deste capítulo, entendendo esses dados dentro de um recorte temporal, e abrindo assim espaço para que, futuramente, novos levantamentos, estatísticas e informações se incorporem. É fundamental entender que, enquanto houverem conflitos, este será um tema em aberto; por conseguinte, as pesquisas e propostas de ações em âmbitos diversos devem constantemente se ressignificar, buscando e aprimorando alternativas e ferramentas, em um acompanhamento e troca contínua com os quadros que se desenham no que tange a temática do refúgio.

---

<sup>52</sup> CONARE - Refúgio em números, Secretaria Nacional de Justiça, 2018.

### 3.4. OS DESAFIOS DA VISIBILIDADE: CONHECENDO PONTOS DE VISTA

Após perceber a necessidade de olhar para a questão dos refugiados urbanos em escala macroterritorial, ficou claro que isto só seria possível se fôssemos além da compreensão teórica da questão. O exercício sobre a desinvisibilização sócio-territorial desse grupo se mostrou latente a partir do momento em que se apresentou uma ausência de recursos sobre onde eles viviam, que espaços da cidade ocupavam, para assim começar a pensar em questões de moradia, trabalho, mobilidade urbana, acesso à rede pública de serviços, alternativas de lazer; enfim, que permitissem o aprofundamento sobre sua dinâmica na cidade. Como relacionar os conteúdos do espaço e seu repertório à vivência dos refugiados nesta cidade? Como aproximar duas camadas que são partes de um único processo, e trabalhá-las com ferramentas que permitam esse diálogo?

Ficou clara assim a necessidade de ter um material de base, com dados objetivos, concretos, números e indicadores que informassem: pessoas de quais nacionalidades tínhamos aqui, há quanto tempo, vivendo em que bairros, e com quais especificidades. Aspectos culturais, idiomas, religiões, etnias presentes, diferenças não só entre países, mas também de grupos dentro de um país, sociais - como sexo, idade, se vieram em grupo ou individualmente - e econômicas. A única forma, dentro das ferramentas de que dispomos atualmente, de espacializar de forma concreta a população refugiada no território, é a partir de um sistema de informações necessárias a essa espacialização. Algo que permita o encontro das múltiplas camadas que estão presentes no encontro de pessoas e territórios.

A Cáritas RJ, através do ‘Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio’, abriu suas portas e a possibilidade de acesso ao seu arquivo, onde ficam guardados os registros das pessoas que fizeram sua solicitação de refúgio através daquela instituição, ou que porventura tiveram sua solicitação encaminhada a ela. Esta pesquisa buscou então visibilizar a distribuição de pessoas a partir de grupos – por isso, as categorias, que veremos melhor adiante – e sua distribuição em bairros dos municípios, trabalhando em um limiar da escala genérica, que permite analisar contextos e condicionantes. Sendo assim, a sistematização do banco de dados foi estruturada de forma a gerar dados quantitativos, dentro de diversos tipos de categorias analíticas.

No entanto, é importante frisar que o movimento do mapeamento desenvolvido nesta pesquisa abre espaço para tornar mais visíveis grupos, pessoas, lugares, histórias de vida, questões políticas e tem uma incidência direta em tornar pública a questão. Por um lado, essa tomada de postura é fundamental para que se construa um debate tanto acadêmico quanto político e, mais globalmente, social, acerca do tema. Por outro ela passa pelo risco de que essas informações públicas sejam usadas de forma inadequada, distorcida ou parcial por determinadas pessoas ou grupos. Sendo assim, tornou-se imprescindível construir um espaço de constante diálogo e cuidado, no sentido de escuta e troca com pessoas que já estão atuando no tema em diferentes frentes – e que são o tema - no decorrer deste processo, para entender melhor tanto a validade do trabalho, quanto sobre como ele iria tomar seu caráter prático. Temos aqui a base da reflexão que delineou a metodologia que segue no próximo capítulo.

Além do diálogo constante com a equipe da Cáritas sobre os dados que estavam sendo levantados, sobre como analisá-los e sobre os limites que este levantamento teria na análise dos dossiês dos refugiados, algumas conversas foram muito importantes para a elaboração dos encaminhamentos que seguem: com um especialista no assunto, João Guilherme Granja, e três refugiados reconhecidos com atuação social na questão do refúgio aqui, Charly Kongo, Mireille<sup>53</sup> e Adel Bakkour<sup>54</sup>. Essas conversas foram essenciais para que se pudesse problematizar a validade da proposta, a partir de um espaço de escuta para a dimensão política da questão, no âmbito prático. Foi de suma importância saber melhor como, a partir da perspectiva em que se encontravam, entendiam que este trabalho poderia – e se poderia, como foi colocada a questão inicial - somar forças às discussões e ações práticas inerentes à temática do refúgio.<sup>55</sup>

---

<sup>53</sup> Mireille é graduada em relações internacionais em seu país de origem, é refugiada reconhecida, proveniente da República Democrática do Congo (RDC) e vive no Brasil desde 2015. Charly também é refugiado reconhecido, proveniente da RDC e vive no Brasil desde 2008. Ambos, além de serem fortes pontes com a comunidade congoleza no Rio de Janeiro, trabalham na Cáritas RJ como agentes de integração local. Têm papel estratégico como pontos de articulação entre uma ONG brasileira e a comunidade congoleza no Rio, e também uma visão crítica acerca do tema. Isso se dá tanto de forma militante e ativa politicamente no que concerne a questão do refúgio, quanto por meio de ações práticas de suporte à contrerâneos. Também são ativos em fóruns e espaços de discussão acadêmica, bem como demais instituições da sociedade civil, tanto através da Cáritas quanto de forma autônoma.

<sup>54</sup> Adel Bakkour é refugiado reconhecido, proveniente da República Árabe da Síria, e vive no Brasil desde 2012. É estudante de relações internacionais na UFRJ, atualmente integra a Associação de refugiados África do Coração; é ativista no tema tanto na relação com a comunidade refugiada, em pontes com a sociedade civil, quanto em espaços institucionais de discussão política e acadêmica.

<sup>55</sup> O material produzido a partir das entrevistas e publicado aqui foi submetido a todos os entrevistados, a fim de que pudessem fazer contribuições ao texto ou para que fossem repensadas formas de melhor

### **3.4.1. Políticas públicas e a necessidade de expansão do tema a um olhar territorial**

João Guilherme Granja, enquanto pesquisador no tema e a partir de sua atuação no serviço público na área de migrações e refúgio, lembra que a lei de criação do CONARE, em 1997, é posterior à existência de um envolvimento entre a organização internacional que tratava da questão (ACNUR) e uma organização da sociedade civil envolvida com o tema (Cáritas Arquidiocesana). Então o governo brasileiro, além de ter um envolvimento mais tardio com uma questão que já vinha se desenhando por um percurso entre organização internacional e organização não governamental, apresenta em sua constituição um grupo muito pequeno e voltado a saberes técnicos – juristas e internacionalistas – sendo esta a gênese da política pública voltada ao refúgio.

Progressivamente, foi-se percebendo que discutir refúgio era um viés de políticas públicas como campo discursivo disciplinar, que precisa estar olhando para a dimensão normativa, de direitos, dos equipamentos públicos e como são estruturados, olhar para a dimensão do território. Como o território é ordenado do ponto de vista da precisão dos serviços públicos, e como diferentes instituições do Estado brasileiro e da sociedade civil se articulam de forma mais ou menos funcional. Então isso começou a ser avaliado por um quadro de planejamento preventivo. Ele pontua que a problemática da inserção territorial dos refugiados só é percebida como uma questão que também faz parte do escopo das políticas de refúgio com a chegada massiva de imigrantes haitianos no Brasil, entre 2012 e 2013, em que se constituiu um quadro de urgência:

A própria prestação das demandas dos solicitantes de refúgio acontecia porque eles buscavam equipamentos públicos, ou porque eles buscavam entidades, e o tema da moradia só era apresentado como subproduto da falta de recursos, por exemplo, ele não era abordado. Diziam “falta dinheiro para o aluguel”, mas enquanto isso não se tornava uma queixa materializável, você não tinha como saber por exemplo essa dinâmica das estratégias de habitação dos solicitantes de refúgio e refugiados. A demanda se transforma em uma demanda por acolhimento, por abrigo.

A questão infraestrutural foi um dos fatores gritantes nas cidades fronteiriças brasileiras, em que de fato foi percebida a urgência de se pensar diálogo com outras escalas administrativas e outros campos de atuação. Essa limitação ou a necessidade de

---

expressar pontos que porventura tivessem sido mal compreendidos pela entrevistadora. Dessa forma, a elaboração final do texto é um resultado dessa articulação e este só foi publicado após a análise de todos.

se pensar a variável do território entrou em evidência pelo viés da distância e da logística, já que somente lidar com um órgão em nível federal (Ministério da Justiça) não conseguia abranger outras escalas que a problemática abarcava. Era necessário incorporar uma perspectiva territorial à perspectiva política da questão, envolvendo o local – o que ficava limitado pelo fato de só haver no quadro executivo pessoas com uma abordagem normativa daquela realidade.

### **3.4.2. O local de moradia e seus impactos; manter as origens e integrar: “a gente combina os dois, entende?”**

Trazendo a discussão para o lado dos refugiados e as consequências dessa construção política da questão, trazemos o relato de Charly, refugiado reconhecido no Brasil há dez anos, proveniente da República Democrática do Congo (RDC) e com forte relação com a comunidade congoleza no Rio de Janeiro, e funcionário da Cáritas. Ele indica que, de forma geral, moradia é a questão mais delicada atualmente para a população refugiada com a qual ele tem contato, sendo importante olhar estrategicamente para os espaços que essa população está ocupando, para começar a trabalhar mais especificamente com temas como educação, como a integração das crianças na escola; também é importante problematizar a mobilidade, o deslocamento casa-trabalho – já que muitas pessoas trabalham muito longe de onde moram. Segundo ele:

Moradia determina quase tudo; quando a gente vai procurar um trabalho, a primeira coisa exigida é um simples comprovante de residência. Uma coisa bem simples para vocês brasileiros, mas para a gente dificulta de conseguir trabalho. Quando uma pessoa chega, o primeiro lugar que acaba indo viver é com outra família congoleza, que já estava pré-estabelecida aqui no Brasil. Porque o maior problema da gente, aqui no Rio, é a moradia. O governo infelizmente não providencia esse espaço para acolher os refugiados. Então esse é um grande desafio que o governo brasileiro tem em relação ao tema dos refugiados.

Charly aponta também que a distribuição da população no território, bem como as alternativas de construção de redes de conterrâneos, têm forte relação com as diferentes culturas, com o tipo de conflito no qual estavam vivendo em seus países e em como serão identificados pelo corpo social local. Ele diz que entre os congolezes há uma concentração territorial, uma comunidade que vem se construindo e acaba sendo um suporte, uma referência para os novos que chegam. Apesar da deficiência da abordagem do refúgio

pela perspectiva territorial em termos de políticas públicas, envolvendo moradia, mobilidade, restrição no acesso a determinados lugares da cidade, entre tantas outras questões, os refugiados encontram suas próprias estratégias de adaptação. Segundo ele, “há uma grande solidariedade”, no sentido tanto de acolhimento dos recém-chegados, e também da valorização dos espaços de compartilhamento, como diversos tipos de eventos da comunidade, que reúnem pessoas que vêm até de outras cidades:

O casamento não é só uma festa para nós, é também um lugar de encontro. Tem congoleses de vários bairros, até de outras cidades. Gente que vem de Niterói, que vem aqui para o Rio participar do casamento; mas também com o objetivo de ver, estar com outros congoleses, conversar sobre o que acontece lá na RDC, as nossas dificuldades aqui no Brasil. Então vai além do casamento em si, a gente aproveita para falar sobre outros assuntos; isso acontece muitas vezes na comunidade da gente. Na minha opinião, vocês pesquisadores poderiam também se interessar. O velório também é um evento, é diferente daqui. Leva umas duas semanas, para mobilizar as pessoas, para participarem, para que um número grande de pessoas possa acompanhar. E depois do enterro a gente vai sentar, conversar, em memória daquela pessoa que morreu. É uma coisa que não acontece aqui, mas lá acontece, isso é algo que a gente trouxe para cá.

Temos assim uma enorme riqueza de práticas culturais, que encontram pela via do território tanto uma alternativa para se estabelecerem a partir da possibilidade do encontro, quanto para fortalecerem os laços sociais dessas pessoas, mantendo viva sua cultura e a troca sobre a nova experiência neste território. Por esta via, chegamos na questão da integração, como uma grande estrada com muitos caminhos possíveis, que se cruzam, se complementam, se sobrepõem. Nunca é uma relação unidirecional, pois ao mesmo tempo que eles mantêm viva sua cultura, também gostam e querem aprender sobre o Brasil, como as coisas funcionam aqui, as práticas e os códigos culturais. Eles querem se integrar à sociedade brasileira, querem ser aceitos e grande parte tem a perspectiva de construir uma vida aqui; mas ao mesmo tempo, mantêm viva sua cultura, suas práticas e a memória de seu país:

Nós da África subsaariana nos identificamos com a população negra daqui, até nos esquecemos que não estamos no nosso país. Vendo gente tão parecida conosco, então a gente já se acha igual a vocês às vezes. A mesma coisa com sírios, colombianos, encontram pessoas parecidas com eles aqui no Brasil, então isso é uma coisa boa do Brasil. E nisso, nós mesmo sabendo que vamos passar um bom tempo de nossas vidas aqui nesse país, precisamos conhecer aqui, a geografia, saber andar na cidade, dominar a língua daqui. E isso não nos faz esquecer nossa

cultura não; só precisa participar de uma festa de casamento, até de aniversário congoleza. Você vai ver como a gente mantém a nossa cultura; os brasileiros que são próximos da gente acompanham essa cultura e não vou dizer que eles vão se integrar à nossa cultura, mas eles acompanham. Na minha opinião, a melhor coisa é ver que não estão só ensinando para eles, tentar fazer eles se adaptarem à cultura, à língua do Brasil. Vai parecer que é uma coisa muito discriminatória, mas não é; é para facilitar a vida dessas pessoas, tem que entender como funciona a vida aqui. Mas também eu acho que tem que se interessar pelo outro lado (dos refugiados), como eles vivem entre eles, como eles manifestam a alegria deles, como eles conversam, quais tipos de assuntos que eles abordam quando ficam entre eles, como acontecem os casamentos, as festas religiosas. Você vai ver que apesar da integração, essa parte da nossa origem é sempre viva, bem viva mesmo. Nos integrarmos à sociedade brasileira, não significa que vamos esquecer da nossa origem. A gente combina os dois, entendeu?

### **3.4.3. Abrigamento e estratégias de sobrevivência urbana**

Ao tratar de abrigamento em escala local e institucional, temos também os abrigos aos quais os solicitantes podem ser encaminhados pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) - para onde alguns refugiados são encaminhados pela Cáritas em casos extremos de não haver nenhuma alternativa para moradia.<sup>56</sup> Esta se mostra como a única alternativa pública de assistência no sentido de abrigamento, dentro da compreensão da provisão de espaço físico. O CRAS verifica a disponibilidade de vagas em abrigos municipais, e pode encaminhar os solicitantes para lá, o que engloba “pessoas em situação de vulnerabilidade social” de forma geral. No entanto, além de haver muito menos abrigos do que o necessário, há uma limitação no tempo de permanência total e diário – o que significa que o espaço do abrigo basicamente funciona como um dormitório.

Mireille ratifica que a ausência de políticas de abrigamento é uma questão latente e delicada no que concerne ao tema do refúgio. E, ao mesmo tempo que há um medo de movimentos de rechaço e exclusão da população refugiada por parte da sociedade civil brasileira, como ataques xenofóbicos, por exemplo, há uma necessidade de discutir a situação atual na qual vivem milhares de refugiados no Brasil. No Rio de Janeiro, há que se tematizar o fato de pessoas saírem de países em conflitos, em guerras civis há anos, e

---

<sup>56</sup> O Centro de referência é uma unidade pública de assistência social, do Sistema Único de Assistência Social, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social. Ele que se destina ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.



virem morar aqui em espaços que estão em situação de constante conflitos e vulnerabilidade, dadas as especificidades locais. Segundo ela:

Se o governo, se as agências internacionais, se algumas ONGs, se pessoas que discutem, estudam, trabalham e se interessam por refúgio, soubessem que essas pessoas saíram do país delas com guerra, com sofrimento, com muitas questões de perseguição, chegam aqui e vão morar na favela, em lugares muito perigosos, poderíamos pensar, discutir sobre soluções e sobre o que significa isso.

Como vimos no capítulo 2, esse é um tema profundo, extenso e muito complexo, uma parte da constituição da sociedade e do território brasileiro. A existência de tais contradições e desigualdades sociais que se expressam pela via do território que acomete brasileiros, nascidos na região do Rio de Janeiro ou provenientes de outros estados, que se alastra por imigrantes, em sua maioria pessoas de baixa renda proveniente de países de baixa renda, e que vai atingir também os refugiados. Algumas condições sociais acabam sendo prévias e categorizantes, e dividem o território dentro de lógicas entrelaçadas por movimentos locais e globais, em quem tem acesso e direitos, e quem fica privado deles. Mireille acrescenta:

A pessoa não consegue receber mais do que 800 reais; pai de família, mãe de família, com os filhos, várias pessoas na casa. Aí você faz o quê? Então a alternativa de muitas pessoas é colocar a família em risco, não tem jeito, até a vida das crianças vai estar em risco. Essas pessoas vieram da guerra, já moram com muito cuidado, são pessoas que têm medo. E aí vão ficar vivendo esse mesmo medo que tinham.

Ela traz a riqueza das variadas concepções de abrigo que se pode ter, e, a partir de sua visão, aprofundamos o que podemos entender em primeira instância como a simples provisão de um espaço físico, aproximando as dimensões de abrigo e acolhimento. Ela nos apresenta, a partir de seu ponto de vista, um caminho para repensarmos o ‘abrigo’, enquanto uma categoria estruturante da reflexão, políticas e ações acerca do tema do refúgio, para além de um gesto de provisão de um espaço físico. O abrigo através do acolher se mostra como uma interlocução, uma categoria que é estruturante porque vincula conteúdos, linguagens, diretrizes que, olhando de fora, podemos cair no risco de entender como movimentos distintos.

Pierre Bourdieu introduz o conceito de espaço social como aquele onde se organizam as diferenças sociais e onde são articuladas as posições sociais dos agentes

(indivíduos), as disposições (*habitus*) e as tomadas de posição (práticas). *O habitus* seria um sistema de disposições para a ação, e ele se constrói num processo de socialização. Ou seja, seria no encontro com a sociedade que o *habitus* se cria e que nos permite agir, pensar, sentir, avançar em cada situação. Ele acrescenta ainda que as “distâncias sociais estão inscritas nos corpos, ou, mais exatamente, na relação com o corpo, com a linguagem e com o tempo” (BOURDIEU, 1990, p.155).

A partir dessa concepção, Mireille indica que há um movimento de acolhimento, onde há a articulação entre agentes, disposições e tomadas de posição, por parte da sociedade civil brasileira. Ele parte de ações individuais em muitos dos casos, e que acaba sendo de suma importância para os solicitantes no momento vulnerável da chegada. Segundo ela, “tem pessoas de bom coração que encontram a Cáritas pela internet e entram em contato, dizendo querer ajudar uma família, acolher alguém”.

Temos assim, diversos grupos e movimentos possíveis de acolhimento, estratégias que tanto os refugiados encontram em face à ausência de políticas de acolhimento, quanto a própria sociedade civil sensível ao tema. Redes se tecem, como colocado por Charly, onde essa troca e integração acabam acontecendo de forma natural, a despeito de todos os problemas que existem, incluindo discriminação por parte de grupos da sociedade. Movimentos possíveis e potentes, de trocas e aprendizado, que encontram pela via do compartilhamento de um território comum, e da construção de um espaço social, possibilidade de acontecerem.

Mas ainda ficando claro como o suporte constante de iniciativas do corpo social local, seja por meio institucional de ONGs ou ações individuais, é fundamental para que o mínimo de atenção para a questão do abrigo seja dada. Acima de tudo, o suporte para acolhimento e abrigo mais especificamente por parte de solicitantes, reconhecidos, e até estrangeiros com outros status migratórios, que acolhem em suas casas pessoas que estão em uma situação na qual uma vez eles estiveram.

Começamos a entender então que o espaço de abrigo é, fundamentalmente, um espaço social e simbólico, para que tenhamos o abrigo em seu sentido mais amplo, no que tange o acolhimento social. O espaço de acolhimento então, e todo seu repertório, está em simbiose com o espaço da vivência – é também o espaço que se constrói a partir da vivência, da troca da experiência, e que oferece terreno a ela. São duas

faces de um único corpo, duas formas de olhar para a questão que precisam ser trazidas nesta reflexão.

#### **3.4.4. Estigmas culturais e a construção de uma vida aqui**

Ao falar sobre o sentido do acolher, Adel Bakkour nos lembra da relação entre memória e lugar, colocando da seguinte forma: “o que é acolher para você? Para mim, é eu me sentir em casa. Me sentir confortável como se estivesse em casa”. Ele diz que ao mesmo tempo que ficou impressionado de maneira positiva, por não haver um campo de refugiados aqui, também se impressionou com as condições de moradia de grande parte da população refugiada e com a ausência de políticas, de condições mínimas de abrigo para essa população. Também, com as diferenças de escala entre cidades e países, e com as condições de mobilidade urbana da população. Ou seja, com o enorme tempo de deslocamento diário casa-trabalho e como isso afeta enormemente a qualidade de vida das pessoas - no caso, se referenciando à população refugiada com quem tem mais contato, mas ciente de que isso se aplica a grande parte da população residente aqui.

Ele também aponta para algumas condicionantes do tipo de distribuição territorial que os refugiados acabam tendo, trazendo a perspectiva de sua origem e a rede de complexidades que se manifesta quando um refugiado vive em um contexto urbano. A estigmatização cultural como caminho limitador ao que o refugiado pode fazer, com o que pode trabalhar, que lugares pode frequentar. Apesar de haver uma lei, que afirma que os direitos dos refugiados são muito mais abrangentes, a realidade social insiste em categorizar e reduzir esse universo de ação e circulação urbana, de acesso e visibilidade.

Sobre os árabes que estão aqui vendendo esfirra... eu como árabe, não funciono só para fazer comida, vender esfirra. Eu quero estudar relações internacionais e trabalhar com isso. Eu posso, assim como qualquer outra pessoa. As pessoas limitam os refugiados, entendendo que ele veio de uma determinada cultura e inserindo ele em um lugar estigmatizado daquela cultura.

No que diz respeito à disposição territorial da população síria, ele indica que não há uma comunidade fortalecida como a congoleza ou a angolana por exemplo. Segundo ele, por causa da cultura e da quantidade pequena de pessoas se comparado a outros

países<sup>57</sup>, eles não chegaram a formar uma comunidade. Há uma dispersão maior, com incidência maior na zona sul – em especial Botafogo - na Tijuca, Glória, Centro. Bakkour lembra ainda que a ausência de uma comunidade fortalecida, de uma associação por exemplo, é problemática para os novos refugiados que chegam do seu país. Estes acabam ficando sem referencial de onde ir, a quem pedir suporte, como se comunicar, como trocar sobre os novos códigos culturais – diferente sobre como acontece com os congolese, por exemplo. Para além do suporte que a Cáritas oferece, há uma busca por identificação cultural de algum modo, e, neste caso, a comunidade conterrânea acaba sendo a primeira alternativa de acolhimento que dialoga com todas essas esferas.

No entanto, ele lembra que existem alguns condicionantes que levam a esse quadro, tanto de uma dispersão maior no que tange a ausência de uma comunidade articulada, quanto uma concentração na região do centro, Tijuca e zona sul, regiões da cidade mais privilegiadas do que outras em que grande parte dos refugiados se concentram. Tanto no que diz respeito a um recorte econômico, sendo avião o meio de transporte possível e só uma parcela da população consegue fazer esse deslocamento, quem conseguiu sair da Síria e atravessar o Atlântico já tem algum mínimo de recursos financeiros que permita uma mínima estabilidade inicial, até que a pessoa se assente. Há também o fator discriminatório, e como isso se aplica de formas diferentes à culturas e fenótipos. É importante frisar que não se pode generalizar, porque, conforme veremos nos mapas, não há uma concentração que permita categorizar as populações e condições de maneira absoluta. O que fazemos aqui é um exercício de analisar contextos e condicionantes, e como isso faz com que determinadas tendências se manifestem.

Apesar de ter havido um aumento significativo na incidência de sírios no Brasil, e também no Rio de Janeiro, Bakkour pontua que a presença deles acaba ficando mais dispersa só pela inexpressividade de concentração territorial no âmbito comunitário, mas também porque há uma maior aceitação pela cultura brasileira do que outros refugiados, como os africanos por exemplo. Temos claro também como a concentração, a união, a organização em comunidades é, para além de uma busca por identificação e troca, um recurso para manter existentes práticas culturais, uma estratégia, uma resposta, um grito de existência para a exclusão.

---

<sup>57</sup> Pontuando que isso diz respeito até o momento da crise migratória na Síria, já que em 2014 o fluxo de sírios aumenta significativamente.

Tem a questão do preconceito; historicamente os árabes vieram para o Brasil em uma condição de maior aceitação, os africanos sempre foram rechaçados, por conta de toda a relação com a escravidão. Para eu trabalhar com comida árabe, é muito mais fácil do que um africano que trabalha com roupa ou comida do seu país. Então com pouco tempo a gente acaba tendo mais condição do que outros refugiados.

Por fim, ele fala da mudança de perfil dos refugiados mais jovens que chegam, sobre as cobranças sociais em relação ao nível de escolaridade no Oriente Médio, e em como esse nível vem aumentando. Isso impacta justamente na capacidade de crítica, de maior facilidade de aprendizagem, de troca e ensino, na perspectiva de formação e de participação na construção da sociedade onde estiverem vivendo e onde pretendem construir uma vida:

Os refugiados<sup>58</sup> que chegam agora têm um nível mais alto de estudo, pelo menos com segundo grau completo. Então esse nível mais alto de escolaridade ajuda que a pessoa se integre melhor, aprenda o idioma mais rápido, tenha maior adaptabilidade e melhor formação para empregos, tenha facilidade para ter uma formação em um novo país. O Brasil é um espaço aberto: eu consegui entrar na universidade, o cara consegue uma licença para trabalhar na rua, eu tenho a perspectiva de fazer uma associação. Eu particularmente vou chamar os refugiados para manifestações na rua para dizer que o Brasil é nosso país. Porque a questão do refugiado, eu não sei quando vou voltar, então vou construir uma vida aqui; vou trabalhar no Brasil como se fosse meu país, para melhorar não só minhas condições aqui, mas a sociedade.

Através desse panorama e de ricos compartilhamentos de experiências e pontos de vista de diferentes lugares, convergindo sobre uma questão e um território, percebemos a imensa rede de códigos culturais que conforma as lógicas de concentração, dispersão, assimilação, exclusão; de ocupação de determinados lugares da cidade, de possibilidade ou impossibilidade de acesso. Como ponto-chave dessa discussão, tomo a noção de acolhimento, que foi tão mencionada como algo necessário, desejado, que se almeja e que existe - já em prática de forma pontual. Contudo, o acolhimento de refugiados, no sentido mais amplo da palavra, como foi discorrido ao longo dessas páginas por todas as pessoas citadas, nesse momento é feito por vias que as macropolíticas e os macroprocessos talvez ainda não alcancem – ou não assumam como existentes, legítimos e altamente necessários.

---

<sup>58</sup> Em referência a perspectiva de seu país

Como relacionar abrigo e acolhimento como um processo único que precisa ser trabalhado em suas múltiplas ressonâncias? Como incorporar a potência do lugar como reflexo da memória e do sentir-se em casa, e como potencializar a memória e ressignificá-la a partir de uma abordagem territorial? Também é preciso considerar como outras formas de acolhimento precisam ser urgentemente discutidas, que passam por micropolíticas, pela reorganização de um sistema de compreensão, aceitação e diálogo.

Sendo assim, a elaboração da metodologia que segue, é uma consequência tanto da pesquisa prévia que já havia sido feita para este trabalho, teórica e investigativa, em um aspecto preliminar de campo, quanto fruto de uma aposta na pesquisa e no seu potencial de contribuição ao tema. Essa aposta se deu por diversos atores, pela Cáritas RJ enquanto instituição que abriu suas portas, e também especificamente por funcionários cujo direcionamento e esclarecimentos em relação a determinadas questões foi essencial. E também por atores como João Guilherme, Charly, Mireille e Adel, que ao trazerem em suas perspectivas o viés social, institucional, acadêmico e administrativo em relação ao tema, trouxeram a possibilidade de se fazer linhas de contorno que transitam por dimensões múltiplas, tão essenciais ao que o trabalho em perspectiva territorial exige.

4. Metodologia: análise dos formulários, elaboração de banco de dados e produção dos mapas

A escolha pelo recorte territorial foi feita em função da primeira opção de moradia que o público em questão tem ao chegar no município do Rio de Janeiro. A partir de uma investigação de campo preliminar, o contato com funcionários da ONG Cáritas RJ (CARJ) e com alguns refugiados indicou que, devido à falta de assistência do Estado em relação à moradia, os refugiados e solicitantes encontram, de forma geral, como primeira opção de estabelecimento o suporte da própria comunidade étnica. A partir dessa apuração inicial, pôde-se constatar que devido a especificidades principalmente relacionadas ao país de origem, raça e situação financeira, a hipótese que se levanta aqui é que esses fatores têm uma repercussão direta no local onde estes atores vão se alocar. A metodologia desenvolvida aqui teve assim por objetivo verificar esta hipótese, e seus possíveis desdobramentos. Apresentamos aqui a metodologia desenvolvida e sua discussão, decorrente da aplicação da mesma e das modificações necessárias dados os desafios do trabalho de campo.

A possibilidade de construção do banco de dados se deu através da concessão de acesso, pela CARJ, aos formulários de solicitação de refúgio (anexo 1) arquivados na casa onde fazem atendimento aos refugiados<sup>59</sup>. Por trabalharem em diversas outras frentes, acabou não se criando um espaço de sistematização completa dos dados. Para os dados que precisávamos ter acesso, com maior ênfase nos endereços, foi necessário consultar os documentos físicos dos formulários de solicitação de refúgio em seu arquivo.

O objetivo do levantamento para construção do banco de dados, foi a elaboração de mapas de distribuição populacional, identificando por bairro os quantitativos de pessoas originárias de distintas nacionalidades, sendo assim fundamental que os critérios de densidade demográfica e variedade de nacionalidades fossem respeitados em sua integridade. Sendo assim, foi descartada a opção de trabalhar com amostragem, já que os formulários não estavam organizados por nacionalidade, e sim por ordem alfabética; dessa forma, uma seleção aleatória de amostras impactaria seriamente no resultado da pesquisa, já que não era garantida a variedade de nacionalidades para análise bem como a relação com índices populacionais provenientes de cada país. O recorte da pesquisa se deu então pela via territorial através das pessoas registradas na CARJ, e também por status de reconhecimento, considerando apenas os reconhecidos e solicitantes, ficando excluídos

---

<sup>59</sup> A casa atualmente fica localizada no bairro do Maracanã, no Rio de Janeiro.



os que tiveram seus processos negados ou estão pendentes - em recurso no Ministério da Justiça (MJ).

#### 4.1. LEVANTAMENTO CÁRITAS RJ

##### **4.1.1. O pré-levantamento e definições iniciais: um banco de dados como base**

O caminho metodológico tem início no processo de produção de um banco de dados a partir da análise dos formulários elaborado pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e aplicado aos solicitantes que buscam dar entrada na solicitação pela CARJ. Uma cópia fica então arquivada na CARJ e a outra é encaminhada para o Ministério da Justiça. Os dados foram organizados de forma quantitativa, em uma planilha do Microsoft Excel, através de categorias pré-definidas, tendo como referência questões colocadas no Formulário de Solicitação de Refúgio da resolução CONARE nº22/2015. As linhas da planilha representavam cada uma das pessoas analisadas. Foram selecionadas as questões mais relevantes para esta pesquisa, que permitiriam uma análise socioespacial do quadro, tais quais o perfil social e, principalmente, local de residência, entre outras. Após a análise dos formulários e preenchimento do banco de dados, estes foram limpos, sistematizados, e posteriormente cruzados, conforme veremos no próximo item deste capítulo.

As questões foram selecionadas, dentre um total de 72 itens, distribuídos em 18 páginas de formulário. Os itens selecionados estavam relacionados, sobretudo, ao perfil social da população, a questões referentes a endereço e moradia, e demais questões que dissessem respeito a sua condição após a chegada em território brasileiro. É importante ressaltar que os dados levantados ficam limitados à questão que é elaborada, o que parte de uma lógica de compreensão do que é importante que o MJ colete de informações acerca da população refugiada. Desse modo, a planilha inicial contou com um total de 22 colunas<sup>60</sup>. A ênfase do critério de formulação das categorias de análise, foram as questões que se referiam ao momento de chegada da pessoa em território nacional em diante.

Os dados dos formulários foram selecionados a partir de critérios identificados como adequados para traçar o panorama comparativo das especificidades dos grupos de refugiados com a localização territorial na metrópole. Por serem critérios que partem de

---

<sup>60</sup> Anexo 2: Formulário de solicitação de refúgio - Levantamento de dados para mapeamento\_ revisão 0

um estudo investigativo, e uma metodologia construída para este contexto, estão sendo levantados pontos dentro de uma abrangência maior a fim de que se possa aproveitar o maior número de informações, caso necessário. Embora essencial aqui seja identificar no contexto metropolitano, os grupos por país de origem na região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) por bairros; posteriormente, identificar a relação entre a presença de familiares solicitantes e a possível construção de uma rede étnica dentro do território, o que elucidaria a hipótese da vinculação do solicitante à uma rede já conformada, dada a ausência de suporte do Estado para abrigamento. Por fim, foram considerados significativos alguns dados referentes ao nível de formação do público em questão, como sendo também um possível indicador de inserção em determinadas áreas, a partir da hipótese de que essa distribuição não está relacionada unicamente ao grupo étnico, havendo uma conjuntura mais complexa.

#### **4.1.2. Durante a análise: o encontro com o desconhecido – desafios e mudanças no caminho**

A análise e sistematização dos dados teve uma previsão inicial de duração de dois a três meses, considerando três assistentes de pesquisa<sup>61</sup> e algumas limitações do campo: o trabalho deveria ser presencial, na Cáritas - já que os documentos não podiam sair da sede - e duas vezes por semana, nos dias em que não haveria atendimento a refugiados e assim espaço para trabalharmos. Ao final, esta etapa da pesquisa durou sete meses, com visitas duas vezes por semana e aproximadamente oito horas de trabalho por dia, indo de julho de 2017 a janeiro de 2018<sup>62</sup>, em um total de 43 dias de trabalho.

É fundamental pontuar, antes de mais nada, que esta etapa da pesquisa só foi possível devido ao comprometimento, seriedade e interesse da equipe de assistentes de pesquisa, e também da disponibilidade, atenção e constante suporte e elucidação de dúvidas das mais diversas naturezas por parte da equipe da CARJ.

---

<sup>61</sup> Uma assistente ficou durante o primeiro mês, sendo substituída depois por outra que ficou os próximos seis meses, trabalhando duas vezes por semana, 8 horas por dia; um terceiro assistente ficou seis meses, trabalhando durante o mesmo período semanal; a quarta assistente ficou três meses, em 4 horas por dia de trabalho. O máximo que tivemos na equipe trabalhando simultaneamente fomos eu e mais três assistentes de pesquisa.

<sup>62</sup> Excluindo os dias de feriados e atividades internas excepcionais, que inviabilizavam que trabalhássemos. A pesquisa em campo teve início em 05/07/2017 e finalizou em 17/08/2018.

A primeira descoberta foi que os arquivos, que tinham o primeiro registro datado de 1984 e o último de 2017, não seguiam o mesmo padrão de levantamento de questões para os solicitantes<sup>63</sup>. Foram identificados entre cinco e dez tipos de formulários, que foram mudando ao longo dos anos, tanto os posteriores à criação do CONARE e elaborados pelo Comitê, quanto os elaborados antes pela ACNUR, que tratava dos trâmites do processo de elegibilidade anteriormente. Essa emergência de tipos novos, que só eram descobertos à medida que analisávamos a pasta da pessoa<sup>64</sup>, somada à descoberta de que na pasta havia muitos outros documentos além do formulário que precisaríamos analisar, abriu um leque de complexidade na análise dos dados.

Tinha-se como meta inicial analisar entre 40 e 50 formulários/dossiês por dia, dada a simplicidade do tipo de resposta que as perguntas demandavam, e que se encaixavam perfeitamente nas categorias criadas. No entanto, no início por vezes não conseguíamos fazer mais do que 20 formulários por dia, devido ao enorme volume de documentos presentes nas pastas, verdadeiros dossiês pessoais. O acordo com a Cáritas para acesso aos documentos permitia apenas a análise dos formulários de solicitação de refúgio, e demais documentos referentes ao processo jurídico. Dessa forma, uma das condicionantes desta análise minuciosa era a atenção a quais documentos estávamos acessando, que poderiam ser também outros documentos de caráter jurídico que pudessem informar dados não completados nos formulários, mas dentro dos limites de nossa autorização de acesso.

Foi um constante processo de filtrar os documentos que nos eram importantes e como se encaixariam nas categorias pré-definidas, já que a linguagem era diferente do formulário de referência. A grande riqueza deste processo, de separar tudo o que era jurídico de tudo o que era afetivo e pessoal, foi a percepção mais próxima dessas existências, as camadas de subjetividades dessas pessoas.

Outra questão foi a descoberta de arquivos de outras pessoas dentro dos dossiês, familiares categorizados na Cáritas como *dependentes*, que ficavam junto com os *titulares*, que era quem tinha dado entrada no processo por eles. Assim, ao abrirmos uma

---

<sup>63</sup> Refiro-me aqui a todos como solicitantes, porque era esta sua condição ao tempo de preenchimento do formulário.

<sup>64</sup> A pasta é um dossiê daquela pessoa (ou família), onde os documentos pessoais, de diversas naturezas, são arquivados. Trata-se de um conjunto de documentos, que vai além do formulário jurídico, já que o atendimento da Cáritas se estende também ao social. Além do formulário e dos documentos de assistência social às pessoas, é um local de referência para arquivamento dos demais documentos que os refugiados desejam que a Cáritas archive.

pasta poderíamos nos deparar com os registros de uma pessoa, ou de cinco, de oito pessoas, na descoberta progressiva dos registros de tantas pessoas que compunham um único dossiê. Para o trabalho de mapeamento essas pessoas seriam todas importantes, pois significavam mais uma pessoa residindo no território – cada pessoa sendo representada por uma linha na planilha, tendo todos os critérios avaliativos preenchidos.

Outra questão fundamental que foi notada era que a Cáritas, por vezes, recebia processos de solicitantes de outros estados. Isso ocorria porque poucos estados brasileiros têm atendimento a refugiados para além da polícia federal. Em vários casos, a polícia federal por onde o solicitante dava entrada encaminhava o processo para a Cáritas, que fazia o trâmite junto ao CONARE <sup>65</sup>. Temos assim um grande número de pessoas registradas que não residem e nem nunca residiram no Rio de Janeiro, mas que têm sua ficha arquivada na CARJ.

Ao longo deste processo, as maiores dificuldades enfrentadas foram: o desconhecimento do material que estávamos acessando, o exaustivo trabalho de entender determinadas informações que estavam colocadas por extenso nos formulários, e encaixá-las nas categorias criadas; o ineditismo da pesquisa na Cáritas, que pela primeira vez abriu seu arquivo para acesso à pesquisa, sendo necessários ajustes na forma de identificação dos analisados; as dificuldades de análise e as dúvidas dos assistentes de pesquisa.

Inicialmente, um fator que pesou muito neste processo foi o aparecimento constante de novos formulários, documentos, a seleção dos documentos que seriam analisados – como já foi dito – e acima de tudo, como categorizá-los nas categorias de análise criadas. Isso porque este foi um processo que organizou informações qualitativas em categorias analíticas, que gerariam dados quantitativos. Ao longo do processo, com a identificação de novas informações que não estavam presentes no formulário de referência, a planilha foi sendo alterada, acompanhada de um relatório que identificava a mudança, o porquê dela e a data em que tinha sido feita<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> Na maior parte dos casos – se não todos – eram solicitações de colombianos, que entravam pelas cidades fronteiriças da região norte.

<sup>66</sup> Este relatório permite que, na análise de quantitativos de categorias que tenham sido incluídas posteriormente, seja possível ter uma relação do percentual de dados usados, em relação ao quantitativo total. Isso é possível, já que na planilha, a primeira coluna é referente ao dia do levantamento, sendo possível quantificar quantos formulários foram levantados a cada dia. Dessa forma, era mais fácil identificar algum tipo de erro, ou voltar a alguma pessoa pelo período em que sua ficha foi analisada, além de permitir um controle interno do rendimento diário, e o que estaria possivelmente atrasando o processo.

Assim, não só foram incluídas novas categorias analíticas, como algumas foram alteradas, mudando seu grau de abrangência ou pontuando que aquela informação era referente ao que o solicitante declarara no momento de preenchimento da ficha, o que pode ser visto em maiores detalhes no anexo 13<sup>67</sup>. Isso porque, como algumas pastas guardavam verdadeiras histórias de vida, em certos casos outros documentos jurídicos poderiam assinalar informações diferentes, referentes ao estado civil, grau de escolaridade, emprego – ou seja, ao construir sua vida aqui, a pessoa iria continuar os estudos, ter outro tipo de emprego, casar-se ou separar-se; as vezes declarava no primeiro formulário só um filho, e 20 anos depois já tinha cinco. Outras categorias tiveram que ter sua planilha com dados de suporte estendidas, como a de *data de nascimento*, que só ia até 1920, e precisou ser alterada quando encontramos uma pessoa que havia nascido antes dessa data; ou também na categoria grau de escolaridade, que foi alterada ao nos depararmos com um caso de educação domiciliar – até então desconsiderado nas opções.<sup>68</sup>

Ao final do processo, a planilha já havia passado por cinco revisões, e contava com 45 colunas.<sup>69</sup> É importante mencionar que, se no início houve uma abertura em relação às categorias, flexibilizando a planilha, em um dado momento foi necessário enrijecê-la: tanto porque se poderia perder muito em termos de dados dos quantitativos totais, através da constante inclusão de novas categorias após muitos formulários já analisadas, e também porque isso tomava um tempo grande. A diretriz foi a de ater-nos aos dados referentes à pessoa após sua chegada aqui, e tudo o que pudesse trazer de informações acerca de sua condição sócio-territorial. Algumas colunas com opções limitadas como “sim” e “não”, data de nascimento, status de reconhecimento, entre outras, tinham seus campos de preenchimento organizados em lista com as opções possíveis<sup>70</sup>. Outras ficaram em aberto para livre preenchimento, como “etnia”, “idiomas”, “endereço de residência”, “bairro”, etc. É fundamental pontuar que algumas das

---

<sup>67</sup> Anexo 13: “critérios de análise das informações, adequação às categorias determinadas e criação de novas categorias”.

<sup>68</sup> Anexo 4: Relatório das alterações nas categorias analíticas

<sup>69</sup> Anexo 3: Formulário de solicitação de refúgio - Levantamento de dados para mapeamento\_ revisão 5. Em amarelo, as colunas que tiveram sua categoria alterada, na forma de análise ou grau de abrangência; em verde, as categorias que foram incluídas.

<sup>70</sup> Comando do Microsoft Excel de validação de dados, através do qual, com uma planilha suporte com as opções desejadas, era possível limitar as possibilidades de preenchimento e facilitar a sistematização dos dados.

informações que estão sendo levantadas têm o objetivo somente de dar suporte ao banco de dados e o processamento dos mesmos, e não serão expostas na pesquisa publicada.<sup>71</sup>

No que diz respeito a forma de identificação das pessoas analisadas, que no início era feita por nome – pois assim eram identificados nas pastas – após um tempo de trabalho foi solicitado que fosse alterada pelo código de identificação interno da Cáritas. Sendo assim, foi necessário alterar a identificação de aproximadamente 1.000 pessoas que já haviam sido analisadas, para respeitar a solicitação interna que resguardasse o sigilo das pessoas. Junto a isso, foi incorporada também uma coluna com a identificação da pessoa, que não fosse o nome, mas também que não ficasse atrelada ao sistema interno de organização da Cáritas. Isto é, um campo que tivesse unicamente fins de validação do material coletado, e não fins de divulgação. Nesse sentido, havia como identificação dois campos: um com o código interno da Cáritas, o que facilitava no manuseio interno e busca de documentos ao longo do trabalho, e também um com o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) ou o número de protocolo do processo na polícia federal – no caso dos solicitantes<sup>72</sup>.

Em relação aos assistentes de pesquisa, fundamentais para que esta etapa da pesquisa acontecesse – e, conseqüentemente, todo o seu desenrolar – também houve dificuldades. Isto porque foi necessário um treinamento, já que este era um tema desconhecido tanto por mim quanto por eles na prática. Portanto, foi necessária uma orientação tanto no que diz respeito ao tema, quanto em relação ao caráter da pesquisa.

---

<sup>71</sup> As informações de suporte que foram levantadas, e têm por único objetivo validar o banco de dados ou dar subsídio a determinados tipos de análise, são as seguintes (com os respectivos objetivos):

-Código Cáritas: possibilitar a busca/localização dos indivíduos levantados pelo sistema interno da Cáritas, já que por esta pesquisa não é possível levantar e registrar os nomes dos analisados.

-RNE (Registro na Nacional de Estrangeiro) ou número de protocolo: Legitimar as bases de pesquisa caso seja necessário comprovar se os sujeitos levantados são de fatos solicitantes ou refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro.

-Rua de moradia e complemento: esses dados serão necessários para o sistema de georreferenciamento, já que é extremamente relevante a região do bairro em que se encontram.

-Observações: servirão de base para o agrupamento de informações no preparo do material, caso haja dúvidas.

<sup>72</sup> RNE: O solicitante de refúgio que teve a sua condição de refugiado reconhecida pelo Brasil tem o direito de obter o Registro Nacional de Estrangeiros e solicitar a emissão da Cédula de Identidade de estrangeiros (CIE), documento de identidade dos estrangeiros no Brasil. Fonte: Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes/refugio/documentacao>> acesso em 26/08/18

Protocolo: Enquanto aguardam, os solicitantes têm o Protocolo de Permanência Provisória que receberam ao solicitar refúgio. Embora permita a emissão da carteira de trabalho, CPF e acesso a serviços públicos, o documento não é sempre aceito por grande parte das pessoas não saberem tratar-se de um documento oficial. Fonte: Caminhos do refúgio. Disponível em: <<http://caminhosdorefugio.com.br/tag/rne/>> acesso em 26/08/18

Os termos, as lógicas operantes dentro do sistema, os órgãos e instituições envolvidos, as siglas, entre outros, eram desconhecidos. Também as questões políticas que levavam à solicitação de refúgio na maior parte dos casos, eram descritas por extenso, sendo necessário que houvesse uma interpretação de como inseri-las nas categorias existentes.

Foi necessário coordenar aspectos relacionados às questões de pesquisa como o recorte, a forma de análise e interpretação dos dados. Também para as atualizações nos campos das planilhas, foi necessário treinar os colaboradores e explicar os critérios de análise dos dados e preenchimento da planilha. Por fim, havia formulários em português, inglês, francês e espanhol, e por ser escrito por extenso, era mais difícil ainda de compreender, sendo necessária a tradução de determinados formulários mais complexos.

Outra questão recorrente ao longo do levantamento, foi a atenção aos endereços declarados. Em alguns casos, havia somente o endereço descrito no ato de preenchimento do formulário (“endereço mais antigo declarado” – ver no anexo 3), em outros, ao passo que a pessoa ia a Cáritas e mantinha um vínculo, esse endereço era atualizado. Dessa forma, havia endereços mais recentes, o que deu origem ao campo “endereço mais recente declarado”. No entanto, em muitos casos, a rua não era descrita, o bairro, ou o município; às vezes era descrito de forma equivocada, ou usando a linguagem mais coloquial pelo qual os locais designam o bairro; em muitos casos eles nem sabiam o nome do bairro ou da rua.

Então, foi necessário verificar o endereço ao longo do preenchimento dos dados, para que não ficassem campos a serem preenchidos depois. Com o auxílio da localização por satélite disponibilizada pelo Google Maps, buscávamos os endereços e confirmávamos os nomes corretos, a qual município aquele bairro pertencia – havia muita confusão no preenchimento dos endereços. Outra verificação que se fez necessária, concernente aos endereços, era que em muitos casos havia vários papéis com endereços; como felizmente estavam quase sempre acompanhados de uma data (data em que as pessoas declararam ter mudado de endereço), precisávamos organizar todos os papéis que tinham endereços, e assim buscar o que tinha a data mais antiga e o que tinha a data mais recente. Por isso a categoria analítica considera “declarado”, porque possivelmente havia outros endereços, tanto de antes quanto de depois, que não foram declarados à CARJ e não constavam nos registros daquela pessoa.

Outro cuidado necessário foi a análise de todos os formulários necessários, evitando analisar duas vezes o mesmo formulário. Ocorreu mais um desafio para o processo do trabalho em campo: enquanto fazíamos a pesquisa na Cáritas, acontecia uma reorganização do arquivo. Os processos de reorganização do arquivo e levantamento dos formulários foram feitos de forma extremamente articulada e cuidadosa; no entanto, para evitar repetições na análise ou que escapasse algo, foi criado um sistema de controle. A Cáritas nos cedeu uma planilha digital onde havia os números referentes a cada pasta (o código interno deles) das pessoas arquivadas; essa planilha era compartilhada no Google drive por mim e pelos assistentes de pesquisa, e cada pasta que analisávamos, marcávamos com nossa cor – foi designada uma cor para cada um – em um documento que era atualizado simultaneamente. Assim era possível identificar também quem havia feito determinada ficha, e, caso houvesse algum problema, era mais fácil de investigar.

Raramente os formulários eram preenchidos em sua integralidade. Na maior parte dos casos, o preenchimento se atinha aos dados imprescindíveis para o encaminhamento ao Ministério da Justiça. Dessa forma, muitos campos ficavam sem resposta, o que foi classificado como “NI”, sigla para “não informado”.

O tempo de trabalho e sua distribuição é algo muito importante de ser mencionado. A estimativa inicial era de que levaríamos de dois a três meses para a execução deste trabalho, e acabamos necessitando mais do que o dobro do tempo para sua conclusão. Todas as questões já trazidas aqui, desafios, dificuldades, mudanças de percurso, foram fatores que contribuíram para essa extensão no tempo.

As solicitações analisadas inicialmente foram as de pessoas com status reconhecido – devido à organização do arquivo, por categorias “solicitante” e “reconhecido”, e por ordem alfabética dentro de cada grupo. Dadas as dificuldades iniciais, conseguíamos fazer uma média de análise de 20 a no máximo 30 formulários por dia<sup>73</sup>, entre alterações nos critérios de análise, inclusão de novos campos, dificuldades diversas no entendimento do que as informações significavam e como interpretá-las.

Quando chegamos na etapa final deste processo, conseguíamos fazer 40, até 50 análises por dia, tanto porque nosso sistema de análise já era muito mais objetivo, quanto

---

<sup>73</sup> Lembrando que essa quantificação diz respeito aos formulários individuais. Como em vários casos havia documentação de mais de uma pessoa no dossiê, pode-se concluir que o número de dossiês analisados era sempre inferior.



porque essa etapa ficou destinada às análises dos documentos dos solicitantes, que, por terem chegado há menos tempo, carregavam muito menos “história de vida documental” no Brasil. Percebemos assim como a história de vida de cada um aqui, e o vínculo com a ONG, eram evidenciados pelo volume e complexidade do dossiê pessoal. Ao final deste longo, minucioso e intenso processo, tivemos em nosso banco de dados um total de 4.367 formulários analisados por mim e pelos três assistentes de pesquisa – isto é, linhas preenchidas, pessoas arquivadas.

No que tange a discussão que acompanha o desenvolvimento da metodologia, é importante salientar que uma grande beleza deste processo foi o perceber que este processo adentrava em universos que carregam tantas outras camadas humanas. Foi o perceber de forma mais íntima as tantas dimensões existentes que aqui estão, carregadas de potência, de voz, de ação, de vida pulsante. Vidas que se tecem, e tanto trabalho que nós, enquanto corpo social, agentes públicos, seres humanos podemos fazer junto; indo para além das fronteiras das determinações jurídicas, dos processos avaliativos e categorizantes, abraçar e construir junto com essa.

Ainda como reflexão sobre o processo do levantamento, metaforicamente falando, podemos pensar que exatamente como as cidades, os arquivos não são mundos estéreis, assépticos. Cidades, arquivos, espaços onde habitam humanos e suas múltiplas possibilidades não se guiam por lógicas lineares e pré-estabelecidas; são grandes tramas, espaços que carregam universos que se sobrepõem, se interseccionam, que dialogam, que entram em conflito, nos levando a repensar nossos esforços por manter caminhos rígidos de classificação e enquadramento.

#### **4.1.3. Sistematização: organização e limpeza do banco de dados**

Os dados foram coletados em uma planilha em Excel simples, conforme já explicado anteriormente. No âmbito dessa pesquisa e nas condições em que trabalhamos, este recurso foi bastante adequado, por ser simples, de fácil acesso, fácil aprendizagem para os assistentes de pesquisa, com possibilidade de ser acessado por outros computadores (já que por vezes precisávamos nos deslocar de posto de trabalho, para adaptar-nos às dinâmicas da Cáritas) e com facilidade de alteração das categorias analíticas.

No entanto, foram dois os fatores principais que levaram a essa escolha, que têm uma direta relação metodológica. O primeiro é que a planilha em Excel é uma forma de trabalho simples e passível de ser aplicada como base para o método de georreferenciamento, que era a idéia inicial de método para a organização espacial das informações coletadas - veremos isto melhor no subcapítulo referente à elaboração dos mapas. O segundo é que o banco de dados tinha um caráter de organização por categorias pré-definidas, e com opções de escolha onde as pessoas se encaixariam em grupos. Por exemplo, como status de reconhecimento tínhamos “reconhecido”, “solicitante”, “reconhecido por reunião familiar”<sup>74</sup>. Como ano de nascimento, havia várias opções com anos, desde 1900 até 2017; como grau de escolaridade, havia opções com os diversos graus em que a pessoa poderia se encaixar. Dessa forma, os dados que por vezes apareciam nos formulários de forma já categorizadas, e por outras apareciam por extenso, eram todos organizados por grupos. Poucos campos ficaram abertos a inúmeras opções, como idioma, etnia, rua de moradia<sup>75</sup>, o número do RNE/protocolo, o código da Cáritas e o emprego.

Várias das informações que apareciam de forma qualitativa, acabaram sendo agrupadas em categorias; isso foi o que deu respaldo à construção do banco de dados, que não coleta dados diretamente qualitativos e específicos. A escolha do Excel então cabia bem para este tipo de sistematização de dados, onde seria possível aplicar um filtro na coluna e selecionar o grupo daquela categoria que se deseja analisar, cruzado com outro grupo de outra categoria (no caso, coluna da planilha), e poucos eram os dados descritivos – e que, quando havia, eram bastante sintéticos.

Dessa forma, ao fim do levantamento dos formulários, foi necessário juntar as 4 planilhas (a minha e as dos três assistentes de pesquisa), totalizando uma grande planilha com 45 colunas e 4.367 linhas preenchidas, cada uma com informações de uma pessoa. Inicialmente foram completados os campos que não haviam sido preenchidos (com o “NI” – não informado), a fim de que não ficassem campos vazios. Foi feito também um filtro em cada uma das colunas que não tinham grupos pré-definidos, para organizar as

---

<sup>74</sup> Reunião familiar é uma modalidade de aquisição de proteção sob os auspícios do refúgio. Baseado em um princípio de unidade familiar como direito do refugiado, a Lei 9.474/97, em seu art. 2º, prevê a possibilidade de extensão dos efeitos da condição de refugiado ao cônjuge, ascendente, descendente, e demais membros da família que dependam economicamente do refugiado. A reunião familiar é regulamentada pela Resolução Normativa nº 04 do CONARE, de 1998. Há um formulário específico para solicitação de reunião familiar e a mesma também deve ser deferida em reunião decisória do CONARE. (WALDELY, 2015, p.50)

<sup>75</sup> Ver melhor sobre esta categoria nas considerações éticas, ainda neste capítulo.

informações que eram iguais, mas que estavam escritas de maneiras diferentes, para equalizar tudo e agrupar esses dados também. Esse era o caso das categorias “país de nascimento / nacionalidade”, “primeira língua”, “segunda língua”, “terceira língua”, “etnia”, “religião”, “bairro antigo”, “bairro mais recente”, “cidade de chegada”, “estado” e “município de residência” .<sup>76</sup>

Um campo bastante importante que foi criado ao longo do processo foi o “foi acolhido por conterrâneo”, que além das opções “sim”, “não” e “não informado”, foram incluídas “brasileiros”, “abrigo”, “igreja”. As pessoas indicavam se haviam sido acolhidas em algum desses casos, mas em outros não especificavam. Dessa forma, foram identificados através dos filtros, as palavras “casa de acolhida” e “abrigo”, que eram descritos no campo “rua” e apareciam antes da rua. O mesmo foi feito com as instituições religiosas, através da busca pelas palavras “igreja”, “paróquia”, “assembleia de Deus”. Endereços foram buscados na internet, assim como de outros abrigos e igrejas que acolhem refugiados sendo feita uma busca na planilha por esses endereços. Caso fosse compatível, tanto a rua, quanto o complemento, havia um indicativo de que a pessoa tinha ido para alguma das opções de abrigo mais comuns – abrigos e igrejas<sup>77</sup>, e essa opção era marcada na linha daquela pessoa, que até então estava como “não informada”.

Por fim, outro ajuste necessário foi a adaptação das colunas da base de dados referentes ao “bairro” e município” para a leitura pelo sistema de georreferenciamento (GIS)<sup>78</sup>. Isso implicava buscar a referência de nome que o arquivo reconhecia como referente à determinadas coordenadas geográficas (bairros ou municípios), que compunham o seu shapefile<sup>79</sup>. E também escrever na planilha exatamente do mesmo jeito, para que o sistema identificasse em seu sistema de coordenadas o bairro na planilha. Então, outra parte desse processo foi ajustar todos os nomes de bairros e municípios da planilha para o padrão do GIS – que no caso, era baseado no shapefile produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).<sup>80</sup>

---

<sup>76</sup> Em relação às etnias, idiomas e religião, ao longo dessa organização foi feita uma busca pela internet sobre o que era citado, para averiguar a forma correta de escrever, e os casos em que duas descrições distintas queriam dizer a mesma coisa – às vezes só mudando uma letra, ou estando escrito em outro idioma.

<sup>77</sup> Igreja foi uma simplificação na planilha para “instituição religiosa”, já que a planilha tinha que ter as descrições dos grupos da forma mais simples possível, e a maioria das pessoas que se encaixavam nesse grupo era acolhida por igrejas.

<sup>78</sup> GIS – Geographic Information System. É um sistema projetado para capturar, armazenar, manipular e apresentar todos os tipos de dados geográficos, que pode ser usado através de algumas opções de softwares.

<sup>79</sup> O Esri **Shapefile** ou simplesmente **shapefile** é um formato popular de arquivo contendo dados geoespaciais em forma de vetor usado por Sistemas de Informações Geográficas

<sup>80</sup> Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>> acesso: 10 abril 2018

A partir daí foram elaborados os mapas, o que será desenvolvido com maior profundidade mais adiante neste capítulo. Seguem imagens de um mesmo trecho da planilha ao longo de todas as colunas, ilustrando como era o processo de preenchimento (figuras 11 a 17).<sup>81</sup> Em alguns campos as informações preenchidas foram retiradas para publicação, a fim de preservar a identidade dos analisados.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	
1			Formulário de solicitação de refúgio - Levantamento de dados para mapeamento							
2			Código Cáritas	RNE / número protocolo	status	ano reconhecimento / solicitação	sexo	País Nascimento/nacionalidade	Ano nascimento	
58					reconhecido	2006	M	Colômbia	2004	
59					reconhecido	2017	F	RDC	1990	
60					reconhecido	1999	F	Guiné-Bissau	1984	
61					reconhecido	2013	M	Paquistão	1979	
62					reconhecido	2014	M	RDC	1988	
63					reconhecido	2009	F	RDC	1985	
64					reconhecido	2009	F	RDC	2006	
65					reconhecido	2009	F	RDC	2007	
66					reconhecido	2005	M	Colômbia	1952	
67					reconhecido	2005	M	Colômbia	1986	
68		dia 5 (14/07/17)			reconhecido (reunião familiar)	2008	F	Colômbia	1959	
69					reconhecido	2007	M	Cuba	1968	
70					reconhecido	2016	M	RDC	1979	
71					reconhecido	2008	M	Cuba	1971	
72					reconhecido	2015	F	RDC	1983	
73					reconhecido	2015	F	RDC	2010	
74					reconhecido	2015	M	RDC	2013	
75					reconhecido	1996	M	Paquistão	1962	
76					reconhecido	2016	M	Paquistão	1980	
77					reconhecido	2016	M	Síria	1973	
78					reconhecido	2016	M	RDC	1988	
79		dia 6 (19/07/17)			reconhecido	2015	F	RDC	1988	
80					reconhecido	2016	F	Camarões	1986	
81					reconhecido	2013	F	RDC	1985	
82					reconhecido (reunião familiar)	2015	F	RDC	1995	
83					reconhecido (reunião familiar)	2015	F	RDC	1988	
84					reconhecido	1995	M	Cuba	1963	

Figura 11: Trecho da planilha de levantamento de dados para mapeamento (revisão 5), versão final, após a sistematização dos dados. Categorias: código Cáritas, RNE/número protocolo, status reconhecimento, ano reconhecimento (para reconhecidos) /solicitação (para solicitantes), sexo, país nascimento/nacionalidade (quando a pessoa tiver naturalidade e nacionalidade de países distintos), ano nascimento.

	J	K	L	M	N	O	P	Q
1								
2	Primeira língua	Segunda língua	Terceira língua	Quantas línguas fala	Estado civil ao tempo do preenchimento	Religião	Etnia	contato na cidade de residência
58	espanhol	NI	NI	1	M	NI	NI	NI
59	lingala	NI	NI	1	S	NI	NI	NI
60	NI	NI	NI	NI	M	NI	NI	N
61	urdu	NI	NI	1	C	NI	NI	NI
62	lingala	francês	NI	2	S	NI	NI	N
63	lingala	NI	NI	1	C	NI	NI	N
64	lingala	NI	NI	1	M	NI	NI	N
65	lingala	NI	NI	1	M	NI	NI	N
66	espanhol	NI	NI	1	U	NI	NI	NI
67	espanhol	NI	NI	1	S	NI	NI	NI
68	espanhol	NI	NI	1	U	NI	NI	S
69	espanhol	NI	NI	1	D	NI	NI	NI
70	lingala	francês	NI	2	C	católica	NI	N
71	espanhol	NI	NI	1	U	NI	NI	N
72	lingala	francês	quicongo	3	C	NI	NI	N
73	NI	NI	NI	NI	M	NI	NI	N
74	NI	NI	NI	NI	M	NI	NI	N
75	NI	NI	NI	NI	C	islâmica	NI	NI
76	urdu	NI	NI	1	S	NI	NI	NI
77	árabe	NI	NI	1	C	NI	NI	S
78	francês	lingala	NI	2	S	NI	NI	NI
79	francês	lingala	NI	2	S	NI	NI	N
80	francês	inglês	português	3	S	NI	NI	S
81	NI	NI	NI	NI	V	NI	NI	N
82	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	S
83	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	S
84	espanhol	NI	NI	1	S	NI	NI	NI

Figura 12: Trecho da planilha de levantamento de dados para mapeamento (revisão 5), versão final, após a sistematização dos dados. Categorias: primeira, segunda e terceira língua, quantos idiomas fala, estado civil, religião, etnia, se tem contato na cidade de residência.

<sup>81</sup> A fim de ser ter uma visibilidade adequada das 45 colunas, foi necessário separar a estrutura principal da planilha em 7 figuras. As linhas em branco tiveram seu conteúdo apagado para divulgação neste texto, por tratarem-se de informações sigilosas, que têm por objetivo unicamente validar os dados coletados, esclarecer dúvidas que pudessem surgir ao longo da sistematização dos dados ou auxiliar na locação das coordenadas dos endereços caso fosse necessário para o processo de georreferenciamento escolhido.

	R	S	T	U	V	W
1						
2	Endereço mais antigo declarado - rua (RJ)	complemento	Bairro	Município	Endereço mais recente declarado - rua (RJ)	complemento
58			NI	NI		
59			Brás de Pina	Rio de Janeiro		
60			NI	NI		
61			Santíssimo	Rio de Janeiro		
62			Gramacho	Duque de Caxias		
63			Centro	Rio de Janeiro		
64			Centro	Rio de Janeiro		
65			Centro	Rio de Janeiro		
66			NI	NI		
67			NI	NI		
68			NI	NI		
69			NI	NI		
70			Penha	Rio de Janeiro		
71			NI	NI		
72			Campo Grande	Rio de Janeiro		
73			Campo Grande	Rio de Janeiro		
74			Campo Grande	Rio de Janeiro		
75			PETRÓPOLIS	outro		
76			PETRÓPOLIS	outro		
77			Engenho Novo	Rio de Janeiro		
78			Joaquim de Oliveira	Itaboraí		
79			Brás de Pina	Rio de Janeiro		
80			Copacabana	Rio de Janeiro		
81			Brás de Pina	Rio de Janeiro		
82			Cordovil	Rio de Janeiro		
83			Cordovil	Rio de Janeiro		
84			Lapa (Centro)	Rio de Janeiro		

Figura 13: Trecho da planilha de levantamento de dados para mapeamento (revisão 5), versão final, após a sistematização dos dados. Categorias: endereço mais antigo declarado (rua, complemento, bairro, município), endereço mais recente declarado (rua, complemento).

	X	Y	Z	AA	AB	AC
1						
2	Bairro	Município	ano do endereço mais recente	Foi acolhido por contêrrâneo	Número de pessoas morando na casa (no tempo do preenchimento da ficha)	Grau escolaridade
58	NI	NI	2006	NI	NI	fundamental incompleto
59	Brás de Pina	Rio de Janeiro	2012	S	NI	médio incompleto
60	NI	NI	1999	NI	NI	fundamental completo
61	Santíssimo	Rio de Janeiro	2014	N	NI	médio completo
62	Bangu	Rio de Janeiro	2014	S		3 superior incompleto
63	Vila Leopoldina	Duque de Caxias	2009	S	NI	fundamental incompleto
64	Vila Leopoldina	Duque de Caxias	2009	S	NI	fundamental incompleto
65	Vila Leopoldina	Duque de Caxias	2009	S	NI	fundamental incompleto
66	NI	NI	NI	NI	NI	médio completo
67	NI	NI	NI	NI	NI	médio incompleto
68	NI	NI	NI	NI	NI	fundamental completo
69	NI	NI	2006	NI	NI	superior completo
70	Coelho Neto	Rio de Janeiro	2014	S	NI	médio completo
71	NI	NI	2008	N	NI	NI
72	Campo Grande	Rio de Janeiro	2012	NI	NI	superior completo
73	Campo Grande	Rio de Janeiro	2012	NI	NI	NI
74	Campo Grande	Rio de Janeiro	2012	NI	NI	NI
75	Leme	Rio de Janeiro	1997	igreja	NI	fundamental incompleto
76	NI	NI	2015	igreja	NI	médio completo
77	NI	NI	2015	S	NI	médio completo
78	Centro	Duque de Caxias	2015	NI	NI	superior completo
79	Madureira	Rio de Janeiro	2017	S	NI	superior incompleto
80	NI	NI	2015	NI	NI	médio completo
81	Jacarepaguá	Rio de Janeiro	2015	S	NI	médio completo
82	NI	NI	NI	S	NI	NI
83	NI	NI	NI	S	NI	NI
84	Copacabana	Rio de Janeiro	2000	NI	NI	médio completo

Figura 14: Trecho da planilha de levantamento de dados para mapeamento (revisão 5), versão final, após a sistematização dos dados. Categorias: endereço mais recente declarado (bairro, município), ano do endereço mais recente declarado, se foi acolhido por contêrrâneo, número de pessoas morando na casa, grau de escolaridade.

	AD	AE	AF	AG	AH	AI	AJ
1							
2	Profissão anterior / recente	Ano reportado de chegada no Brasil	Cidade chegada	Estado	Ano de chegada no município de residência	Município de residência	Estado
58		2005	Pacaraima	RR	2006	São Paulo	SP
59	estudante	2012	São Paulo	SP	2012	Rio de Janeiro	RJ
60	menor	1999	Rio de Janeiro	RJ	1999	Contagem	MG
61	microempresário	2013	Rio de Janeiro	RJ	2013	Rio de Janeiro	RJ
62	estudante	2013	São Paulo	SP	2013	Rio de Janeiro	RJ
63	pastora missionária	2009	São Paulo	SP	2009	Rio de Janeiro	RJ
64	menor	2009	São Paulo	SP	2009	Rio de Janeiro	RJ
65	menor	2009	São Paulo	SP	2009	Rio de Janeiro	RJ
66	agricultor	2005	Tabatinga	AM	2008	Rio de Janeiro	RJ
67	estudante	2005	Tabatinga	AM	2008	Rio de Janeiro	RJ
68	comerciante	2007	São Paulo	SP	2008	Rio de Janeiro	RJ
69	médico	2004	Pacaraima	RR	2004	Paracaima	RR
70	mecânico	2014	Rio de Janeiro	RJ	2014	Rio de Janeiro	RJ
71	músico	2007	São Paulo	SP	2007	Recife	PE
72	contadora / comerciante	2014	São Paulo	SP	2014	Rio de Janeiro	RJ
73	menor	2014	São Paulo	SP	2014	Rio de Janeiro	RJ
74	menor	2014	São Paulo	SP	2014	Rio de Janeiro	RJ
75	cozinheiro	1996	Rio de Janeiro	RJ	1996	Rio de Janeiro	RJ
76	comerciante	2014	São Paulo	SP	2015	Rio de Janeiro	RJ
77	eletricista	2015	Rio de Janeiro	RJ	2015	Rio de Janeiro	RJ
78	engenheiro informática aplicada	2015	São Paulo	SP	2015	Rio de Janeiro	RJ
79	enfermagem	2013	São Paulo	SP	2013	Rio de Janeiro	RJ
80	vendedora / curso para recepcionista hotel	2014	São Paulo	SP	2014	Rio de Janeiro	RJ
81	dona de casa	2012	São Paulo	SP	2017	Videira	SC
82		2015	Rio de Janeiro	RJ	NI	NI	NI
83		2015	Rio de Janeiro	RJ	NI	NI	NI
84	professor educação física / lutador de boxe	1993	Rio de Janeiro	RJ	1993	Rio de Janeiro	RJ

Figura 15: Trecho da planilha de levantamento de dados para mapeamento (revisão 5), versão final, após a sistematização dos dados. Categorias: profissão anterior/recente, ano reportado de chegada no Brasil, cidade chegada, estado, ano chegada no município de residência, município de residência, estado.

	AK	AL	AM	AN
1				
2	acompanhantes	Acompanhante solicitante ao tempo do preenchimento	Tem familiar reconhecido já estabelecido no território	Tem familiar que pretende solicitar refúgio no Brasil
58	2	S	NI	NI
59	N	N	NI	N
60	3	S	NI	NI
61	N	N	NI	S
62	N	N	N	S
63	2	S	N	N
64	2	S	N	N
65	2	S	N	N
66	1	S	N	NI
67	1	S	N	NI
68	N	N	S	NI
69	N	N	N	NI
70	N	N	N	S
71	N	N	N	NI
72	3	S	N	NI
73	3	S	N	NI
74	3	S	N	NI
75	N	N	NI	NI
76	N	N	NI	NI
77	1	S	S	NI
78	1	S	NI	NI
79	1	S	NI	S
80	N	N	NI	NI
81	N	N	NI	NI
82	1	S	S	NI
83	1	S	S	NI
84	N	N	NI	NI

Figura 16: Trecho da planilha de levantamento de dados para mapeamento (revisão 5), versão final, após a sistematização dos dados. Categorias: número de acompanhantes (pessoas que chegaram junto ao Brasil, familiares ou amigos), se veio acompanhado (a), se tem familiar reconhecido já estabelecido no território, se tem familiar que pretende solicitar refúgio no Brasil.

	AD	AP	AQ	AR	AS	
1						
2	Familiars que permaneceram no país de origem	Foi reconhecido antes	Solicitou refúgio antes	Motivo da solicitação	Teve tratamento médico	Observações
58	NI	N	NI	situação de grave e generalizada violação de direitos humanos	NI	
59	NI	N	NI	situação de grave e generalizada violação de direitos humanos	NI	
60	NI	N	N	situação de grave e generalizada violação de direitos humanos	NI	
61	NI	N	N	religião	NI	
62	NI	N	N	opinião política	S	
63	NI	N	N	opinião política	S	
64	NI	N	N	opinião política	S	
65	NI	N	N	opinião política	S	
66	NI	N	N	situação de grave e generalizada violação de direitos humanos	NI	
67	NI	N	N	situação de grave e generalizada violação de direitos humanos	NI	
68	NI	N	N	situação de grave e generalizada violação de direitos humanos	NI	
69	NI	N	N	opinião política	NI	
70	NI	N	N	outros motivos	NI	
71	NI	N	N	opinião política	NI	
72	NI	N	N	opinião política	NI	
73	NI	N	N	opinião política	NI	
74	NI	N	N	opinião política	NI	
75	NI	N	N	religião	NI	
76	NI	N	N	religião	NI	
77	NI	N	N	situação de grave e generalizada violação de direitos humanos	NI	
78	NI	N	N	situação de grave e generalizada violação de direitos humanos	NI	
79		3	N	opinião política	NI	
80		6	N	situação de grave e generalizada violação de direitos humanos	NI	
81		14	N	opinião política	NI	
82	NI	NI	NI	outros motivos	NI	
83	NI	NI	NI	outros motivos	NI	
84	NI	N	N	opinião política	NI	

Figura 17: Trecho da planilha de levantamento de dados para mapeamento (revisão 5), versão final, após a sistematização dos dados. Categorias: quantos familiares permaneceram no país de origem, se foi reconhecido (a) antes, se solicitou refúgio antes, motivo da solicitação, se teve tratamento médico, outras observações (necessárias para a análise dos dados).

## 4.2. ELABORAÇÃO DOS MAPAS: OS DADOS GANHAM FORMA

### 4.2.1. Recorte territorial: a região metropolitana do Rio de Janeiro

Milton Santos aponta que as atuais regiões metropolitanas têm como pontos comuns dois elementos essenciais: a) são formadas por mais de um município, com o município-núcleo – que lhes dá o nome – representado por uma área bem maior que as demais; b) são objeto de programas especiais, levados adiante por organismos regionais especialmente criados, com a utilização de normas e de recursos em boa parte federais. São, na verdade, regiões de planejamento, onde, todavia, o que é feito não atende à problemática geral da área, limitando-se a aspectos setoriais. A socialização capitalista favorecida pelo poder público nessas áreas metropolitanas é acompanhada por uma expansão periférica, que inclui a criação de direitos industriais explícitos e implícitos, e pela concentração geográfica dos serviços de interesse coletivo. (SANTOS, 1993, p.84)

Castells entende o conceito de região metropolitana por:

Qualquer coisa a mais do que um aumento de dimensão e de densidade dos aglomerados urbanos existentes. [...] o que distingue esta nova forma [espacial] das precedentes não é só seu tamanho (que é a consequência da sua estrutura interna) mas também a difusão no espaço

das atividades, das funções e dos grupos, e sua interdependência segundo uma dinâmica social amplamente independente da ligação geográfica. (CASTELLS, 2000, p.53).

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), também conhecida como Grande Rio, é criada em 1974<sup>82</sup>, sendo composta, na época, por 14 municípios. Atualmente a região conta com uma área territorial de 6 744 634 km<sup>2</sup> e é composta por 21 municípios do Estado do Rio de Janeiro, são eles: Belfort Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Seropédica, São Gonçalo, São João de Meriti, Tanguá, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito (ver imagens 3.2 e 3.4).

Segundo o censo de 2010 do IBGE, a população na região era de 11 835 708 pessoas, sendo 53% localizadas na capital, o município do Rio de Janeiro. A estimativa para 2016 foi de 12 330 186 pessoas e, segundo dados do IPEA, 71% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado está concentrado na RMRJ<sup>83</sup>, e 75% dos empregos concentrados no município do Rio de Janeiro.<sup>84</sup>

Souza e Terra sugerem que, dentre os fatores geralmente usados para justificar a criação das Regiões Metropolitanas (RMs), destacam-se

(...) a necessidade de gestão regional e de planejamento compartilhado de algumas funções públicas de interesse comum (como transportes e saneamento socioambiental), através dos quais se espera promover a integração e o desenvolvimento regional e urbano; maior facilidade na resolução de problemas comuns; maior probabilidade de obtenção de recursos ou financiamentos externos e internos para investimentos em infraestrutura econômica, social e urbana; fortalecimento da região como um todo e de seus municípios (...) (SOUZA, TERRA, 2017, p.824).

---

<sup>82</sup> A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi instituída a partir da promulgação da Lei Complementar Federal nº20/1974 que estabeleceu a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Inicialmente era composta pelos seguintes municípios: Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, São Gonçalo e São João de Meriti.

Fonte: Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro. disponível em:

< <http://www.camarametropolitana.rj.gov.br/dadosGerais.asp>> acessado em 23/08/18

<sup>83</sup> Fonte IPEA. Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/termo\\_referencia/termo\\_de\\_referencia\\_projeto\\_governanca\\_metropolitana\\_rev\\_set\\_2012.pdf](http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/termo_referencia/termo_de_referencia_projeto_governanca_metropolitana_rev_set_2012.pdf)> acessado em 23/08/18

<sup>84</sup> Fonte: Rio Metrópole. Revista Charrete da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.camarametropolitana.rj.gov.br/publicacoes.asp> acessado em 23/08/18



No entanto, mesmo existindo legislativamente, tendo como premissa norteadora o objetivo de uma organização de políticas públicas conjuntas metropolitanas, por motivos históricos ficou anos sem ter uma institucionalidade de governança metropolitana. Apenas em 2014<sup>85</sup> foi criada a Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro, tendo como intervenientes e/ou parceiros órgãos da administração pública – prefeituras - organizações da sociedade civil – entidades profissionais, comitês, instituições de ensino e de pesquisa, agências reguladoras e de fomento, bem como entidades do setor privado. As atribuições da Câmara consistem na proposição de um novo arcabouço legal e institucional para a RM; consagrar um modelo de governança para a RM e intermediar a cooperação entre os diversos níveis de governo dela.

Souza e Terra apontam ainda que de forma prática, a Câmara é responsável pela elaboração de uma base cartográfica dos 21 municípios da região, pela criação de um sistema de informações geográficas para a RMRJ, e pela coordenação e construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), também conhecido como Modelar a Metrópole. (2017, p.826)

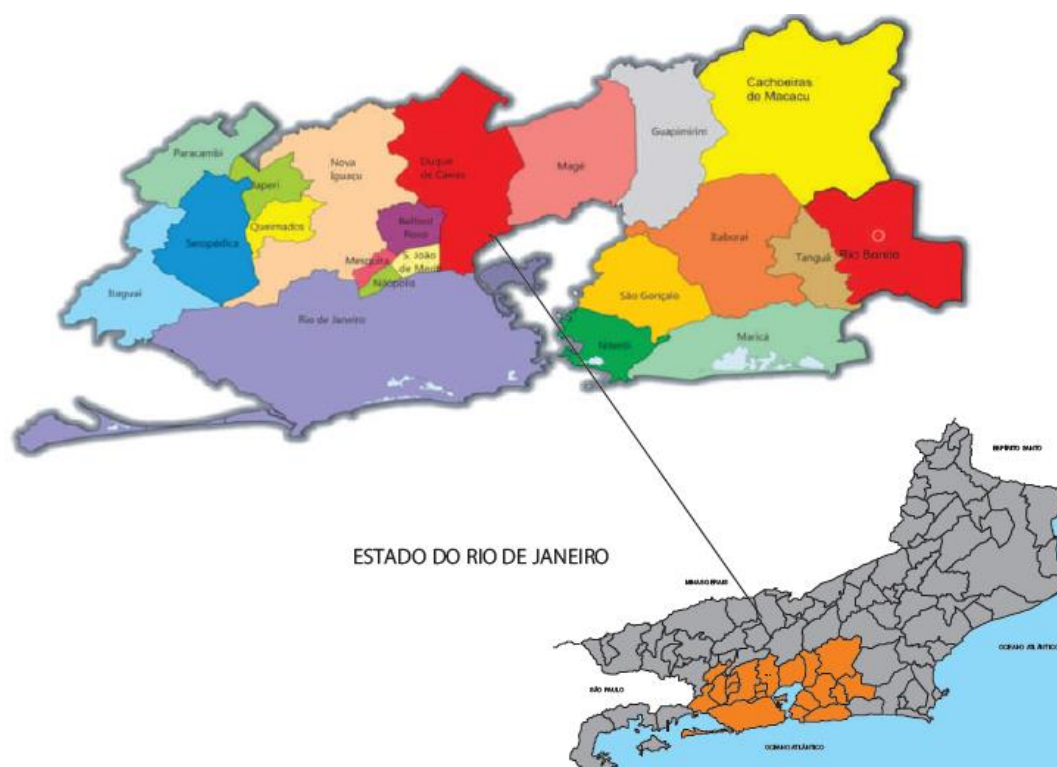


Figura 18: Localização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro no Estado do Rio de Janeiro.  
Fonte: Rio Metrópole. Revista Charrete da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.camarametropolitana.rj.gov.br/publicacoes.asp>> acesso: 23 ago 18

<sup>85</sup> Criada através do Decreto Estadual n  44.905, de 11 de agosto de 2014, institui a Câmara Metropolitana de Integra o Governamental e o Grupo Executivo de Gestão Metropolitana. Fonte: Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.camarametropolitana.rj.gov.br> acesso em 23/08/18

É importante trazer esta contextualização, já que, mesmo sendo reconhecida como recorte territorial, como forma espacial que tem uma dinâmica e interdependência social e econômica, sua apropriação por um viés político, no que tange ao planejamento e gestão territorial, é bastante recente. Como exemplo prático dessa contradição nesta pesquisa, temos a incorporação deste recorte territorial, ao mesmo tempo que dificuldades foram encontradas ao se procurar uma base cartográfica geral, que incluísse todos os municípios e bairros da região. Ou seja, mesmo sendo reconhecida como uma unidade do ponto de vista territorial, ainda está em construção o trabalho que oferece base a se pensar estratégias de gestão territorial, que tenham essa abrangência e trabalhem as interfaces entre municípios.

A primeira investigação acerca desse recorte foi especulativa, já que não havia registros oficiais sobre os índices demográficos percentuais da população refugiada nos municípios em questão. A primeira informação que recebi a respeito foi “tem muitos congoleses vivendo em Brás de Pina, em Jardim Gramacho e no Jardim Catarina. Também tem alguns na Central e em Irajá; tem também uns angolanos vivendo na Maré, e sírios na região da Tijuca”. A partir dessas primeiras pistas, foi iniciado um trabalho de breves entrevistas, conversas, coleta de material oral e pesquisas que mencionassem locais de moradia da população refugiada.<sup>86</sup>

O que definiu de fato qual seria o recorte, foi o trabalho de campo do levantamento dos formulários, que, progressivamente, ia revelando que essa hipótese se confirmava. Era preciso incluir os municípios adjacentes ao Rio, já que, pelos dados coletados, os índices de refugiados vivendo nesses municípios iam se mostrando relevantes; como veremos nos resultados, a maior concentração populacional está no município do Rio, havendo uma progressiva diminuição, mas ainda forte representatividade em direção aos municípios que ficam em sua periferia, principalmente na Baixada Fluminense e Niterói.<sup>87</sup>

---

<sup>86</sup> Nesse sentido, destaco as pesquisas de mestrado e doutorado de Maria Regina Petrus Tannuri, que falam, respectivamente, sobre a população angolana e congolesa vivendo no Rio de Janeiro. Mesmo tratando-se de um recorte específico de refugiados, foi fundamental para trazer a problemática de grupos de refugiados vivendo nos espaços da Cidade do Rio de Janeiro. Para além desses trabalhos, o material relacionado a esta temática, trazendo a questão do território como central, ainda é bastante escasso.

<sup>87</sup> Baixada fluminense é um termo que é inicialmente associado a perspectiva geomorfológica de uma região do Estado do Rio de Janeiro. No entanto acaba assumindo uma maior complexidade, em relação a questões econômicas e políticas, conforme discutimos no capítulo 2. Há divergência sobre quais municípios essa região engloba, sendo considerado para esta pesquisa o recorte que contempla os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Queimados e Mesquita – isto é, uma parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

e pouca incidência nos demais municípios do Estado do Rio de Janeiro que estão fora da RMRJ.

Um fator relevante também é que nem todos os municípios têm laços estreitos com a ACNUR e com o CONARE, por vezes não estando totalmente cientes dos direitos e condições dos refugiados e solicitantes, o que dificulta mais ainda o acesso a políticas públicas e o processo de integração local. Tendo em vista esse quadro, entende-se como ainda mais necessário que a abordagem territorial do tema seja discutida na escala da Região Metropolitana. Como Waldely aponta:

Os refugiados e solicitantes de refúgio enfrentam diariamente diversas barreiras para o exercício de seus direitos e acesso a serviços públicos, encontrando, por exemplo, ampla burocracia para obtenção de documentos e falta de transparência nas decisões acerca dos pedidos de refúgio. (WALDELY, 2015, p.40)

Sendo assim, o recorte territorial adotado nessa pesquisa se caracteriza por uma investigação preliminar, conforme mencionado. Por esta via, houve uma flexibilidade, tendo sido dada grande importância ao trabalho de campo, como norteador do recorte final adotado nos mapas. Desse modo, a abordagem mais teórica e o delineamento do capítulo 2, que traz a metrópole como um dos elementos centrais, se deram a partir da confirmação desta hipótese – uma das revelações do trabalho de campo. Assim, o capítulo 2 foi uma consequência, uma apreensão teórica que pude construir como ponto de articulação entre a problemática do Rio de Janeiro e a problemática do refúgio. O ponto de partida para essa escolha foi uma constatação de realidade de que era preciso ir além do município do Rio de Janeiro como recorte, pelo simples motivo de que, grande parte dos solicitantes de refúgio e reconhecidos viviam em municípios periféricos ao Rio. Desse modo, para localizá-los era preciso expandir as fronteiras do município – e isso diz muito sobre alguns padrões, de centros e periferias, como já vimos. Consequentemente, para além de localizá-los, para trazer à tona discussão da inserção territorial da população refugiada no Rio de Janeiro, era necessário perpassar as fronteiras do município.

#### **4.2.2. Processo de elaboração dos mapas**

Os mapas que foram feitos só foram definidos após a finalização do levantamento dos formulários e sistematização dos dados. Isso se deu porque, por não saber o percentual de dados que conseguiria coletar para cada categoria, não poderia afirmar se poderia fazer

um mapa com um índice de dados inexpressivo. A exemplo disso temos a coluna “foi acolhido por conterrâneo”, como uma categoria muito interessante para ser especializada em um mapa – indicar espacialmente onde foram morar as pessoas que foram acolhidas por conterrâneos<sup>88</sup>. Isso ajudaria a revelar um forte indicador da existência de comunidades étnicas, e da formação de uma rede interna de suporte. No entanto, o índice de resposta a esta questão não foi tão expressivo, de 4.367 pessoas analisadas, 1.782 responderam, ou seja, aproximadamente 40%<sup>89</sup>. Este número tem uma abrangência maior do que unicamente conterrâneos, já que outras formas de acolhimento foram se revelando: refugiados de outros países, brasileiros, abrigos e igrejas ou apenas “amigos” como indicado. Se reduzirmos a apenas conterrâneos declarados, este percentual cai para 35%.

O processo de elaboração dos mapas, por ser bastante trabalhoso e incluir uma quantidade grande de informações, precisou passar por uma reflexão sobre quais mapas eram fundamentais a esta pesquisa, já que a partir da base de dados criada poder-se-ia fazer dezenas de mapas. A orientação é sempre ter o território como centralidade, então, as categorias que dizem respeito aos bairros e municípios serão sempre existentes, e terão suas informações cruzadas com outras categorias sobre as quais se deseja aprofundar.

Nos ativemos então ao diálogo com as questões centrais da pesquisa, como a vulnerabilidade do momento da chegada e a exclusão socioterritorial tanto por discriminação racial como por região de origem. Sendo assim, os mapas sugeridos para o contexto dessa pesquisa, são norteados pelo momento da chegada do solicitante, com ênfase nos seguintes pontos:

- 1) País de nacionalidade do solicitante (isto é, com qual país ele guarda vínculos de cidadania).
- 2) Tipo de acolhimento que recebeu no sentido de moradia.

O essencial da pesquisa é identificar no contexto metropolitano, os grupos nacionais por bairros (informações referentes ao local de nascimento, endereço, nacionalidade); identificar a relação entre a presença de uma rede de acolhimento e sua

---

<sup>88</sup> Ao longo da análise dos formulários, fomos percebendo como havia outras formas de acolhimento, que foram sendo incorporadas no início com uma observação ao final indicando o tipo de acolhimento. Como foram aparecendo vários casos desse tipo, foram incorporadas nas opções para este campo, para além de “sim”, “não” e “não informado”. Esta categoria teve seu grau de abrangência expandido, incluindo as seguintes categorias novas a partir do que era observado: “brasileiros”, “abrigo” e “igreja”.

<sup>89</sup> Este dado só exclui a opção “NI” – pessoas que não tinham essa informação em seus documentos analisados. Inclui tanto as respostas que indicam algum tipo de acolhimento, quanto a resposta “não”, para os casos em que não houve acolhimento em qualquer instância.

localização – seja por conterrâneos, outros refugiados, instituições religiosas ou abrigos locais - o que elucidaria a hipótese da vinculação do solicitante à uma rede já conformada, dada a incidência baixa de suporte do Estado para abrigamento.

### Sobre base e escala

Como já mencionado acima, a idéia inicial era a de usar por base o georreferenciamento através do Sistema de Informação Geográfica (SIG). Isso permitiria uma associação direta dos bairros identificados com o bairro localizado através de coordenadas pelo arquivo shapefile<sup>90</sup>, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou pela prefeitura de cada município. Essa base territorial seria dividida em municípios da RMRJ e seus respectivos bairros, permitindo localizar os dados identificados no banco, a partir do cruzamento que se desejasse fazer.

No entanto, durante as pesquisas, não foi possível encontrar um arquivo com as coordenadas necessárias contendo todos os bairros de todos os municípios da RMRJ. Foram localizados shapefiles do Estado do Rio de Janeiro, através do qual foi possível pegar os limites entre os municípios que fazem parte do recorte, e também dos distritos e subdistritos do município do Rio de Janeiro. Contudo, foi encontrado o arquivo com as coordenadas dos bairros dos outros municípios<sup>91</sup>. Devido a várias dificuldades, que envolviam desde a complexidade de trabalhar georreferenciamento com densidade demográfica, e o número elevado de categorias de análise, o que exigia um conhecimento mais avançado do software escolhido<sup>92</sup> para fazer, decidiu-se buscar uma solução mais simples, porém acessível.

O processo que segue a partir de agora foi todo acompanhado e feito de forma colaborativa com uma designer<sup>93</sup>, que trabalhou em parceria nesta etapa da pesquisa e na que será trazida ao longo do capítulo 5. Ratifico o quão fundamental foi ter junto uma pessoa de outro campo disciplinar, não apenas executando uma tarefa técnica de produção gráfica dos mapas, mas também pensando junto e contribuindo sobre quais mapas

---

<sup>90</sup> Um shapefile é um formato de armazenamento de dados de vetor da Esri para armazenar a posição, forma e atributos de feições geográficas. É armazenado como um conjunto de arquivos relacionados e contém uma classe de feição. Fonte: ArcGis. Disponível em: <<https://doc.arcgis.com/pt-br/arcgis-online/reference/shapefiles.htm>> acessado em 25/08/18.

<sup>91</sup> Os shapefiles dos municípios com as divisões por bairros deveriam ser disponibilizados pelas prefeituras locais; no entanto, o único encontrado foi o do município do Rio de Janeiro, disponibilizado pelo Instituto Pereira Passos (IPP)

<sup>92</sup> O software escolhido foi o QGIS, um software de Sistema de Informação Geográfica (SIG), livre com código-fonte aberto, e que permite a visualização, edição e análise dos dados georreferenciados.

<sup>93</sup> Júlia Sá Earp é pesquisadora, designer, com mestrado em arquitetura e doutoranda em antropologia.

poderíamos fazer, como expressar graficamente os dados coletados, como trabalhar a questão da escala, cores e informações que acompanhariam os mapas.

A primeira questão pensada foi a escala: qual formato seria utilizado? Porque ao mesmo tempo em que é um recorte territorial grande, ele deveria caber de forma impressa em uma dissertação. A escolha intermediária, que permitiria a legibilidade das informações e caberia no formato da dissertação, foi o formato A3 paisagem<sup>94</sup>.

Posteriormente, qual base usar? A base escolhida foi o mapa da RMRJ disponibilizado pela Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ)<sup>95</sup>. A ausência dos bairros dos municípios envolvidos se deu porque isso poluiria demais a leitura do mapa, e esses limites poderiam se confundir com o conteúdo principal a ser identificado – os dados levantados. Para exemplificar, o município do Rio de Janeiro conta com 161 bairros, o de São Gonçalo tem 95 bairros, Duque de Caxias tem 173<sup>96</sup>, e assim por diante. A localização das pessoas nos bairros era fundamental, mas, para esse formato trabalhado, que permite uma visão geral da RMRJ, os limites administrativos internos foram dispensados. Os únicos limites administrativos internos mantidos foram os dos Rio de Janeiro, e mesmo assim, em escala maior, incluindo apenas as Áreas de Planejamento (APs)<sup>97</sup>, conforme mapa 7.

Isso se deu por três motivos: primeiro que o município do Rio de Janeiro é o maior de todos, ficando muito confusa a leitura das informações sem um parâmetro de subdivisão e referencial espacial; segundo, a maior parte da população refugiada que figura nos mapas é residente no Rio de Janeiro – 2.849 pessoas de 4.367 identificaram este município como primeiro endereço de residência, isto é, 65% do total, e tem regiões

---

<sup>94</sup> A3 paisagem: 420mm de largura por 297mm de altura

<sup>95</sup> Imagem 3.2. Fonte: CEPERJ, 2014 (Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro). Disponível em: [http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info\\_territorios/RMRJ2013.pdf](http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/RMRJ2013.pdf)> Acesso em 20 jul 18.

<sup>96</sup> Fonte: sites das prefeituras de cada município.

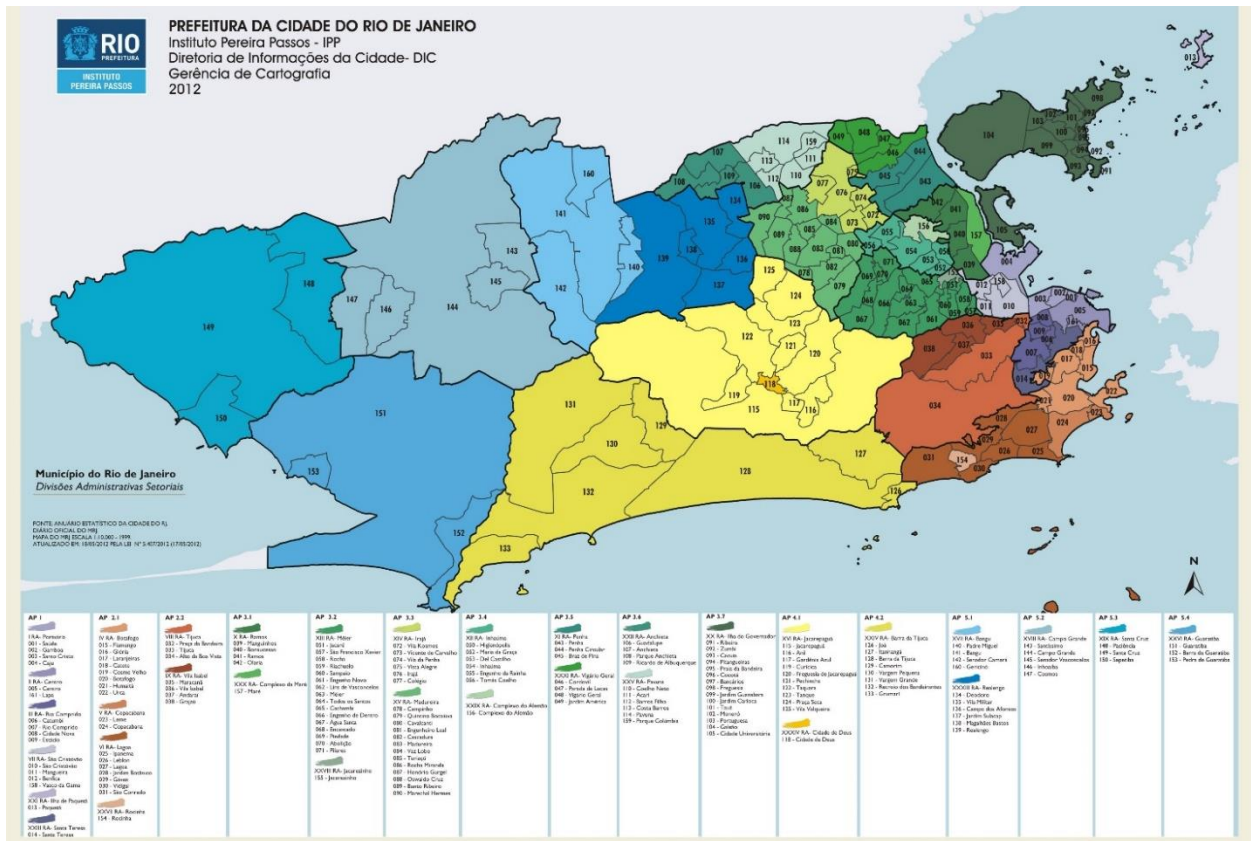
<sup>97</sup> Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro. O município tem sua divisão político-administrativa em cinco Áreas de Planejamento (APs), subdivididas em 33 distritos, intitulados Regiões Administrativas (RAs). A AP1 corresponde ao centro histórico e tem 6 RAs e 15 bairros e conta com 4,6% da população carioca. A AP2 corresponde à zona sul, e é formada por 6 regiões administrativas e 25 bairros, reside nela 17% da população municipal e ocupa 8,2% do território. A AP3, que corresponde a grande parte da zona norte, é dividida em 13 RAs e possui 80 bairros; corresponde a 16,6% do território e 40,2% da população residente no Rio. A AP4, na zona oeste, representa 24% da área municipal, e 11,6% da população, tem 3 RAs e 19 bairros. A AP5 corresponde a 48,8% do território e abriga cerca de 26,6% da população carioca, é formada por 5 regiões administrativas e 5 bairros.

Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/documents/91362/4760583/ANEXO+I+-+%C3%81reas+de+Planejamento.pdf>> acesso em 20 jul 18

onde, por haver maior concentração, a leitura fica confusa. Por fim, a partir do construto teórico trazido ao longo do capítulo 2, de que a relação centro-periferia assume novos contornos com o passar dos anos, e as disparidades sócio territoriais não estão associadas necessariamente à periferia, mas a outras formas de exclusão inclusiva (AGAMBEN, 2007), o município do Rio de Janeiro assume uma grande relevância nesse processo, por ser o núcleo da RMRJ.

É importante ressaltar também que os dados coletados são originários dos arquivos da Cáritas RJ, que, apesar de atender a solicitantes e refugiados que moram em outros municípios e até estados do país, tem uma vinculação maior com o município do Rio de Janeiro, por estar localizada nele e ter melhor articuladas as redes institucionais locais. Sendo assim, apesar de uma grande parte da população refugiada abrir o processo de solicitação de refúgio via CARJ e ficar registrada lá, há uma parcela desta população que não abriu o processo via essa ONG, residindo tanto no município do Rio quanto nos demais, e que não está registrada em seus arquivos.

Pode-se então levantar a hipótese de que um grande percentual da população refugiada residente na RMRJ teve sua entrada e primeiro local de moradia no município do Rio de Janeiro, porque os documentos analisados são registrados e têm seu processo conduzido por uma instituição que está localizada neste município. Quanto maior a proximidade física com esse ponto de ancoragem institucional local, de ponte com o órgão público que trata da questão do refúgio sob o aspecto jurídico, maior a probabilidade de esse vínculo ser criado e se manter.



Mapa 7: Subdivisão do município do Rio de Janeiro em Áreas de Planejamento (APs), e Regiões Administrativas (RAs) e bairros. As APs estão identificadas pelas escalas cromáticas – AP1 em roxo, AP2 em vermelho, AP3 em verde, AP4 em amarelo e AP5 em azul. A RAs são as subdivisões em nuances das cores, e os bairros são as menores subdivisões, identificados por números e com legenda abaixo.

Fonte: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro – Instituto Pereira Passos, Diretoria de Informação da Cidade (DIC), Gerência de Cartografia, 2012. Disponível em: <[http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/3201\\_limite%20de%20ap\\_ra\\_bairro\\_2012.JPG](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/3201_limite%20de%20ap_ra_bairro_2012.JPG)> acesso em 25 ago 18.



Figura 19: Subdivisão do município do Rio de Janeiro em Áreas de Planejamento na base dos mapas de distribuição territorial de pessoas em situação de refúgio. Fonte: modificado a partir da base cartográfica do IBGE em shapefile do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <[ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/malhas\\_territoriais/malhas\\_de\\_setores\\_censitarios\\_divisoes\\_intramunicipais/censo\\_2010/setores\\_censitarios\\_shp](ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_de_setores_censitarios_divisoes_intramunicipais/censo_2010/setores_censitarios_shp)> acesso em 10 abril 2018



A base utilizada então considerou as divisões político-administrativas entre municípios, mas não as divisões administrativas internas. A única contemplada foi a do Rio de Janeiro, em que aparecem as APs (figura 19). Por fim, ao analisar a planilha com os registros de município de primeiro endereço de moradia, identifiquei que não havia registros nos municípios de Rio Bonito e Tanguá. Para poder aumentar o tamanho do mapa de forma a ficar com melhor visibilidade e valorizar os municípios em que houve registros, esses dois foram retirados do recorte cartográfico ilustrado. Outro elemento que figura na base é o relevo, significativo no processo de expansão da cidade, e também na experiência urbana e na paisagem – veremos melhor essa questão ao longo do próximo capítulo.

A localização dos bairros foi então feita<sup>98</sup>, identificando os mesmos a partir de uma sobreposição da base feita da RMRJ, com as referências disponibilizadas pelas prefeituras, em formato de imagem, que continham as divisões dos bairros. Um desafio foi a constatação de que nem todas as prefeituras tinham disponibilizados os mapas com a divisão por bairros<sup>99</sup>. Nesses casos, foi utilizada a localização por satélite do Google Maps. Apenas foram descritos os bairros onde houve registros de solicitantes de refúgio, para não haver excesso de informações. Na figura 20, um exemplo de como a sobreposição era feita:

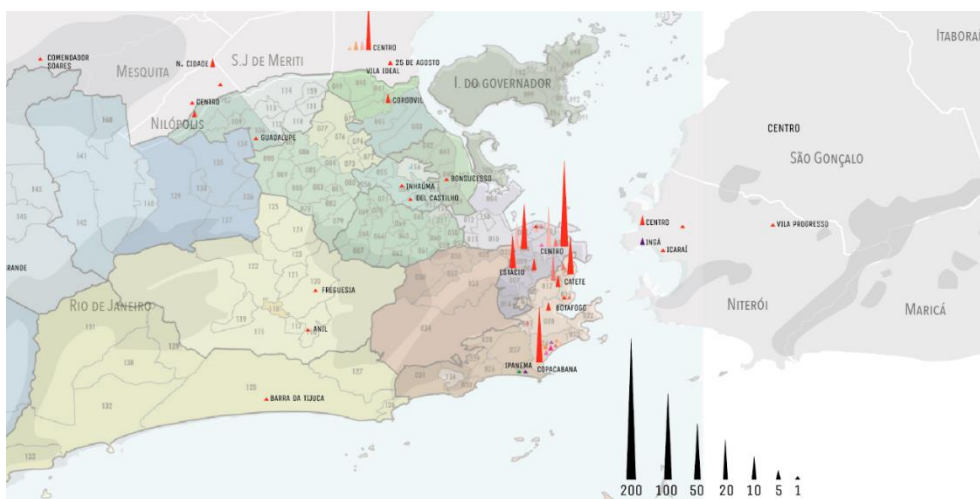


Figura 20: Sobreposição da base criada para os mapas desta pesquisa, a partir da base da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com a base da prefeitura contendo os bairros e distritos. A localização dos bairros se dava a partir da legenda, e ele era escrito à medida que eram encontrados registros de refugiados.

<sup>98</sup> Base e desenvolvimento dos mapas feitos no software Adobe Illustrator.

<sup>99</sup> Os únicos mapas com bairros e distritos identificados e utilizados da forma descrita, foi o do município do Rio de Janeiro, de São Gonçalo, Niterói e Belford Roxo. O de São João de Meriti foi encontrado, mas havendo ausência de alguns bairros citados nos formulários.

## Elementos de representação

Os elementos de representação da densidade demográfica para cada um dos mapas a serem criados foram pensados a partir da metodologia da coleta de dados. Por ter sido um processo que analisou as pessoas de forma individual, torna-se preponderante que se possa representar, e se valorize a escala humana. Porque, em muitos casos, ao trabalharmos com a expressão de grupos cartograficamente, o volume acaba sendo preponderante; nesse caso, a metodologia de coleta de dados permite que se faça mapas que identifiquem não somente grupos, mas também indivíduos no território. Sua existência individual em um determinado trecho do território é tão significativa para a análise quanto a de um grupo grande.

Após alguns estudos sobre a representatividade individual e dos grupos, surgiram as seguintes questões: como ter elementos que pudessem representar indivíduos e grupos, em um mapa em formato A3, e com grande concentração em determinados pontos? A concentração leva a uma sobreposição de informações, e uma confusão visual, além de inviabilizar a leitura de determinados dados. A partir dessa problemática foram feitos alguns estudos de possibilidades, até que foi decidido trazer essa referência de representatividade de escala, do designer e artista Nicholas Felton, que trabalha com infográficos e com a tradução de dados em mapas, gráficos e estatísticas (figura 21).



Figura 21: Feltron Annual Report, 2011. Experiência em Nova York.

Fonte: Feltron Annual Report, 2011. Disponível em: <<http://feltron.com/FAR11.html>>  
acesso: 25 ago 18

Apesar de ter uma proposta totalmente diferente da desta pesquisa, os elementos gráficos que indicam as variáveis de quantidades são muito expressivos visualmente, tanto por indicar uma noção de perspectiva e trazer a dimensão espacial, quanto por permitirem a sobreposição de elementos com maior concentração territorial. Foi feita então uma mescla dessa solução de infográfico, com uma base cartográfica que trouxesse a importância dos referenciais territoriais.

A partir disso, foi definida uma escala gráfica para quantidade de pessoas indo de 1 a 200, com escalas intermediárias de 5, 10, 20, 50 e 100 pessoas, para expressão de grupos (figura 22).

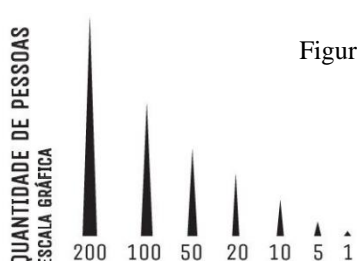


Figura 22: Escala gráfica criada para os quantitativos de pessoas.

#### **4.2.3. Mapas de distribuição territorial de solicitantes de refúgio: nacionalidade x bairro por período histórico**

Trazendo a questão levantada, referente à primeira alternativa de moradia dos solicitantes de refúgio quando chegam aqui, os mapas determinados como fundamentais no contexto dessa investigação são os de distribuição territorial, com localização por bairros, identificando as diferentes nacionalidades. Esses mapas foram pensados a partir de recortes temporais, onde o que se busca traduzir não é a localização dos refugiados e refugiadas, mas sim os movimentos que se configuram nessa ocupação, e o que isso revela, qual história nos conta, em termos de tendências. Como visto anteriormente, esses fluxos mudam a partir de várias variáveis, e um ponto forte aqui é abordar de forma crítica a realidade da distribuição territorial da população refugiada – até porque, vários dos registros não têm atualização frequente.

O importante é olhar para a ocupação territorial enquanto movimento, e não de forma estática, seguindo a premissa de se olhar os percursos temporais que se conformam, envolvendo nacionalidades e regiões dos municípios. Essa perspectiva também traz a possibilidade de perceber algumas concentrações, em que momento ganham força, e

como podem ser significativos os pontos de acolhimento, como primeira alternativa de moradia para grupos novos que chegam ao longo dos anos.

Outro ponto fundamental que norteou a concepção dos mapas é que eles oferecem material de leitura crítica sobre como os conflitos existentes em determinados países do mundo, em outros territórios, se refletem no território de estudo desta pesquisa, a RMRJ, nos indicando a relação de forças existentes e operantes, entre escalas individuais, de grupos, locais, nacionais e globais. Eles nos mostram como estamos interconectados em tantas esferas, e como movimentos globais, políticos e econômicos, em outros países do planeta, têm uma incidência direta no município onde os refugiados foram viver.

Apesar de todas as diferenças contextuais, percebe-se que a estigmatização e invisibilização dos sujeitos refugiados em territórios urbanos é uma construção social, que vai se reproduzir de maneiras muito semelhante em diferentes contextos, ganhando novos contornos a partir dos estigmas sociais particulares a cada contexto. Notamos a importância de correlacionar tempo e espaço ao discutirmos esta temática, já que esse tipo de recorte permite abordar a questão pelo prisma do movimento. Se trabalhássemos com números absolutos, somando os diferentes períodos históricos em uma única camada espacial, perderíamos muito das riquezas e histórias que as nuances temporais expressam.



Figura 23: Gráfico com variação do registro de solicitantes de refúgio: quantidade x período

A partir do gráfico na figura 23, produzido após o levantamento total dos formulários, percebe-se a variação de entrada de solicitantes entre 1984 e 2017<sup>100</sup>. Analisando uma média das variações, considerei adequado dividir os mapas por períodos de cinco anos. Sendo assim, ficamos com sete mapas: período 1984 – 1989; período 1990 – 1994; período 1995 – 1999; período 2000 – 2004; período 2005 – 2009; período 2010 – 2014; período 2015 – 2017.

Para diferenciar as nacionalidades, foi pensada uma legenda de cores – tomando por base os mapas da Hull House, vistos no capítulo anterior. No entanto, por serem no total 84 nacionalidades<sup>101</sup> de solicitantes registradas entre 1984 e 2017, foi difícil encontrar tantas variedades de cores. As variedades então não foram determinadas para o total dos mapas, mas sim para cada um, que continha um máximo de 25 nacionalidades. Os mapas 2010-2014 e 2015-2017 contaram com mais de 70 nacionalidades; nesse caso, foi criada uma categoria “outros”, para cada continente, que agrupava as nacionalidades menos expressivas.

Na planilha 8 temos um exemplo da organização das informações referentes à nacionalidade, que deu origem ao total dos números e organização cromática para os mapas. Elas foram sistematizadas por continente, tomando-se uma cor para cada continente. Para os mapas, essas cores foram trabalhadas em escala *dégradé* e variação entre cores (imagem 3.10); em alguns casos, como o do continente Africano, que tem grande incidência de refugiados, foi necessária uma grande gama de cores para atender a todas as nacionalidades presentes no mapa, o que pode confundir a leitura. Para isso, foram disponibilizadas como anexos<sup>102</sup> as planilhas que serviram de base à produção dos mapas. Achemos importante manter as mesmas cores, trabalhadas em escalas, em relação aos continentes, pois revelam a incidência de conflitos que em muitos casos estão correlacionados por questões político-geográficas. Adotamos a escala de vermelho-rosa para a África, laranja-amarelo para a Ásia<sup>103</sup>, verde para América do Sul, azul para

---

<sup>100</sup> Período entre o registro mais antigo e os mais recentes, que determinou o recorte temporal da pesquisa.

<sup>101</sup> Anexo 5 – Total de nacionalidades dos solicitantes de refúgio. Ressalto que a categoria que originou essa planilha era “país de nascimento/nacionalidade”, pois houve 74 registros de pessoas que eram nascidas em país e nacionais de outro (com o qual guardavam vínculos de cidadania). Para o agrupamento de informações, foi considerado o país de nacionalidade.

<sup>102</sup> Anexos 6 (base do mapa 1984 – 1989), 7 (base do mapa 1990 – 1994), 8 (base do mapa 1995 – 1999), 9 (base do mapa 2000 – 2004), 10 (base do mapa 2005 – 2009), 11 (base do mapa 2010 – 2014) e 12 (base do mapa 2015 – 2017).

<sup>103</sup> A variação entre duas cores se deu por esses continentes terem uma alta incidência de países. A Oceania não tem representação pois não há solicitantes de refúgio registrados oriundos deste continente.

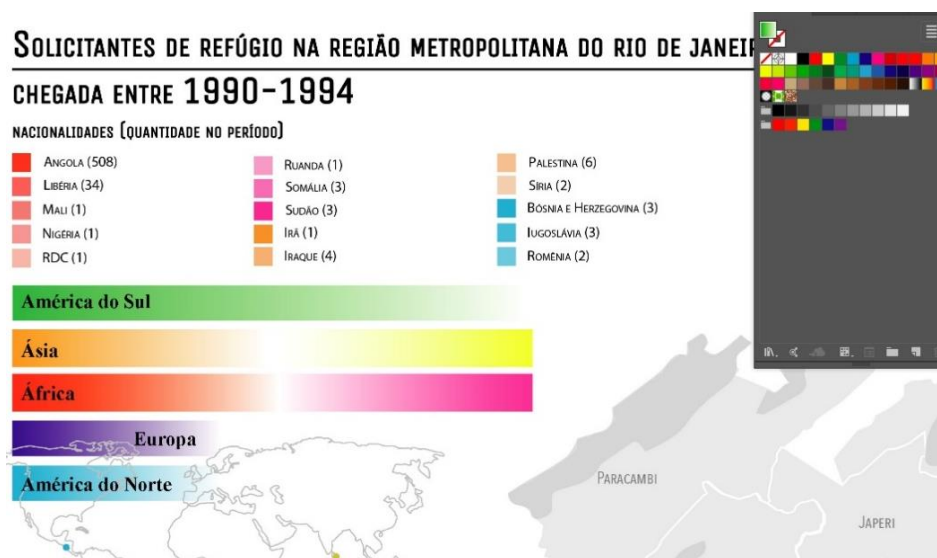
América do Norte e roxo para Europa. As cores que representam cada país também aparecem identificando os mesmos no mapa mundi que acompanha cada mapa.

Total de nacionalidades dos solicitantes de refúgio			
Nacionalidade	quant. pessoas	Continentes	quantidade pessoas
Afeganistão	17	Africa	3092
Africa do Sul	3	América do Norte e Central	169
Alemanha	2	América do Sul	669
Angola	1442	Asia	374
Apátrida	3	Europa	40
Argentina	3	Apátridas	3
Bangladesh	17		
Benim	16		
Bielorrússia	1		
Bolívia	16		
Bósnia e Herzegovina	3		
Burkina Faso	1		
Burundi	3		

Figura 24: Trecho da planilha com o total de nacionalidades dos solicitantes de refúgio analisados. Por ser uma planilha longa, foi selecionado apenas um trecho para indicar a separação dos continentes por cores. A planilha conta com um total de 85 linhas, cada uma representando um país, mais apátridas.

Das 84 nacionalidades identificadas, 36 países estão localizados na África, representando 71% da população refugiada analisada que identificou nacionalidade; nove países da América do Norte e Central, representando 3,9% da população; 15,4% da América do Sul, em 8 países; 8,7% da Ásia, de 17 países; 0,9% da Europa, de 14 países, e 0,07% apátridas (condição na qual a pessoa não possui nacionalidade reconhecida por nenhum país).

Figura 25: Definição de escalas de cores para os continentes e países ao longo da elaboração dos mapas.



Por fim, com os parâmetros gráficos estabelecidos – base, tonalidade do fundo da base, escala gráfica, cores tamanho da fonte – veio a etapa final de localização das pessoas nos bairros. Este trabalho consistiu primeiro em filtrar os anos correspondentes ao mapa (no caso do primeiro, de 1984 a 1989, foram filtrados os anos de 1984, 1985, 1986, 1987, 1988 e 1989, e assim sucessivamente). Uma vez filtrado o recorte temporal, foram selecionadas as colunas que eram necessárias: nacionalidade, bairro mais antigo declarado e município mais antigo declarado. Foram então feitas planilhas com o levantamento quantitativo, organizando as informações (ver anexos 6 a 12), conforme planilha 9, que ilustra um trecho de uma das planilhas dos recortes temporais.

Com o total organizado na planilha, tendo como grupo maior o município, depois o bairro, e finalmente a nacionalidade e quantidade presentes em cada bairro, temos agrupadas as diferentes nacionalidades dentro de cada trecho do território. Então, com o total de nacionalidades daquele mapa, foi criada a legenda de cores. Com a legenda de cores do mapa, e a escala gráfica, foram locados os quantitativos de cada uma das nacionalidades que figuravam em cada bairro de cada município. Assim, em casos como Bonsucesso, na planilha que temos em exemplo, há três nacionalidades diferentes, então aparecerão três indicações gráficas neste bairro.

Refugiados 1995 - 1999			
Município	Bairro	nacionalidade	quantidade
<b>Belford Roxo (1)</b>			
NI Angola (1)	NI	Angola	1
<b>Duque de Caxias (14)</b>			
Angola (14)	25 de Agosto	Angola	1
	Centro	Angola	3
	Jardim Gramacho	Angola	1
	Nova Campina	Angola	2
	Parque das Missões	Angola	6
	Vila São Judas Tadeu	Angola	1
	Centro	Angola	6
<b>Nilópolis (12)</b>			
Angola (12)	Nova Cidade	Angola	1
	Olinda	Angola	4
	Paiof de Pólvora	Angola	1
<b>Niterói (6)</b>			
Angola (2)	Fátima	Angola	1
	Piratininga	Angola	1
Colômbia (2)	Ponta de Areia	Libéria	1
Libéria (1)	São Francisco	Colômbia	2
Uruguai (1)	São Lourenço	Uruguai	1
<b>Nova Iguaçu (2)</b>			
Angola (1)	Prados Verdes	RDC	1
	Bairro da Luz	Angola	1
<b>Rio de Janeiro (281)</b>			
Angola (200)	Andaraí	Angola	1
	Barra da Tijuca	Colômbia	1
Apátrida (1)	Barros Filho	Angola	4
Colômbia (5)		Angola	8
Congo Brazzaville (1)	Bonsucesso	Libéria	8
Cuba (4)		Serra Leoa	1
Etiópia (1)	Botafogo	Angola	9

Município	quant. bairros	nacional. (total 23)
<b>Belford Roxo</b>		
Duque de Caxias	6	1
Nilópolis	4	1
Niterói	5	4
Nova Iguaçu	2	1
Rio de Janeiro	49	21
São Gonçalo	1	1
São João de Meriti	1	1
NI	-	6
Outro		11
<b>Total pessoas:</b>	<b>353</b>	
<b>Total NI RJ:</b>	<b>6</b>	
<b>Total outros/NI fora RJ:</b>	<b>35</b>	
<b>Total mapeado:</b>	<b>312</b>	

país	quantidade total	quantidade mapeada
Angola	242	230
Congo Brazzaville	1	1
Etiópia	1	1
Gana	3	3
Guiné-Bissau	1	0
Guiné-Conacri	2	0
Libéria	44	36

Figura 26: Trecho da planilha referente ao mapa 1995 – 1999.

Há dois grupos que não aparecem no gráfico, mas cujos dados estão na planilha. Primeiro, os “NI” (não identificado) que são pessoas que não identificaram endereço. Em alguns casos, só não identificaram o bairro, mas sim o município, então essa pessoa é contabilizada no total do município, mas não tem como figurar no mapa por não ser possível localizá-la. Em outros casos, nada foi identificado do endereço, só o que se sabe é que essa pessoa está no Brasil.

Há também os casos intitulados “outros”<sup>104</sup>, como forma simplificada de nomear as pessoas que identificaram endereço, mas este está fora da área de recorte desta pesquisa – isto é, a RMRJ. Os endereços referentes a categoria “outros” podem ser tanto outros municípios do estado do Rio de Janeiro, quanto outros estados do país. Apesar de estarem devidamente identificados no banco de dados, podendo gerar mapas futuros mais abrangentes, que envolvam outras partes do território, para esses mapas todos foram agrupados nesta única categoria. O agrupamento único se deu com o objetivo de informar os dados referentes ao total de registros, mas que não cabem no contexto aqui estudado, por serem referentes a outros recortes territoriais. Temos então os dados totais referentes ao total registrado no período, e ao total registrado na região metropolitana, e consequentemente o total mapeado.

Dessa forma, temos os mapas produzidos a partir de todo esse processo, com uma metodologia elaborada a partir das informações tínhamos disponíveis, e que podiam ser expressas. O desenvolvimento desta metodologia passou então por desafios de diversas ordens, iniciando pelo que foi explicado sobre o trabalho de campo, quanto os limitadores de referenciais de bases geográficas e ferramentas que permitissem a espacialização das informações, e também os limitadores gráficos que pudessem se adequar a um formato de apresentação impressa. Finalmente, conseguindo adequar todas as condicionantes descritas acima, seguem nas próximas páginas o resultado do trabalho, reunindo os sete mapas de distribuição territorial dos solicitantes de refúgio na região metropolitana do Rio de Janeiro.

---

<sup>104</sup> Identificação criada para esta pesquisa.



# SOLICITANTES DE REFÚGIO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

## CHEGADA ENTRE 1984-1989

### NACIONALIDADES (QUANTIDADE MAPEADA NO PERÍODO)

- ANGOLA (16)
- SRI LANKA (1)
- EL SALVADOR (1)

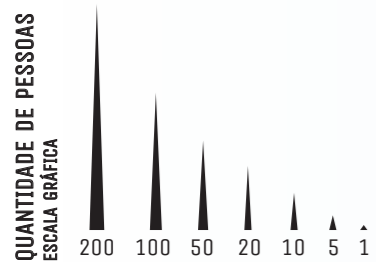
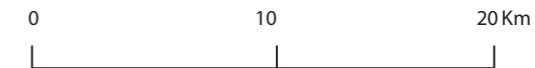
### TOTAL DE SOLICITANTES DE REFÚGIO NO PERÍODO

REGISTRADO: 25

NÃO MAPEADO\*: 7

MAPEADO: 18

\*INCLUI: OUTROS (RESIDENTES FORA DESTA ÁREA DE ABRANGÊNCIA); NI (PESSOAS COM ENDEREÇO NÃO REGISTRADO); NI NO MUNICÍPIO (PESSOAS COM BAIRRO NÃO ESPECIFICADO)



MUNICÍPIO (QUANTIDADE)	NACION. (QUANTIDADE)	BAIRROS (QUANT.)
DUQUE DE CAXIAS (9)	Angola (8); Sri Lanka (1)	4
NILÓPOLIS (1)	Angola (1)	1
RIO DE JANEIRO (7)	Angola (6); El Salvador (1)	4
SÃO GONÇALO (1)	Angola (1)	1
OUTRO - FORA DO RIO DE JANEIRO (7)	Angola (6); Iugoslávia (1)	

(\*NI: Pessoas que não especificaram bairro de moradia apenas município.

Levantamento quantitativo feito de Julho/2017 a Janeiro/2018 a partir dos registros dos formulários de solicitação de refúgio arquivadas na Cáritas RJ, levando-se em consideração o primeiro local de moradia declarado pelos então solicitantes. Os formulários levantados são de registros de pessoas com status reconhecido como refugiado(a) e solicitantes de refúgio.

# SOLICITANTES DE REFÚGIO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

## CHEGADA ENTRE 1990-1994

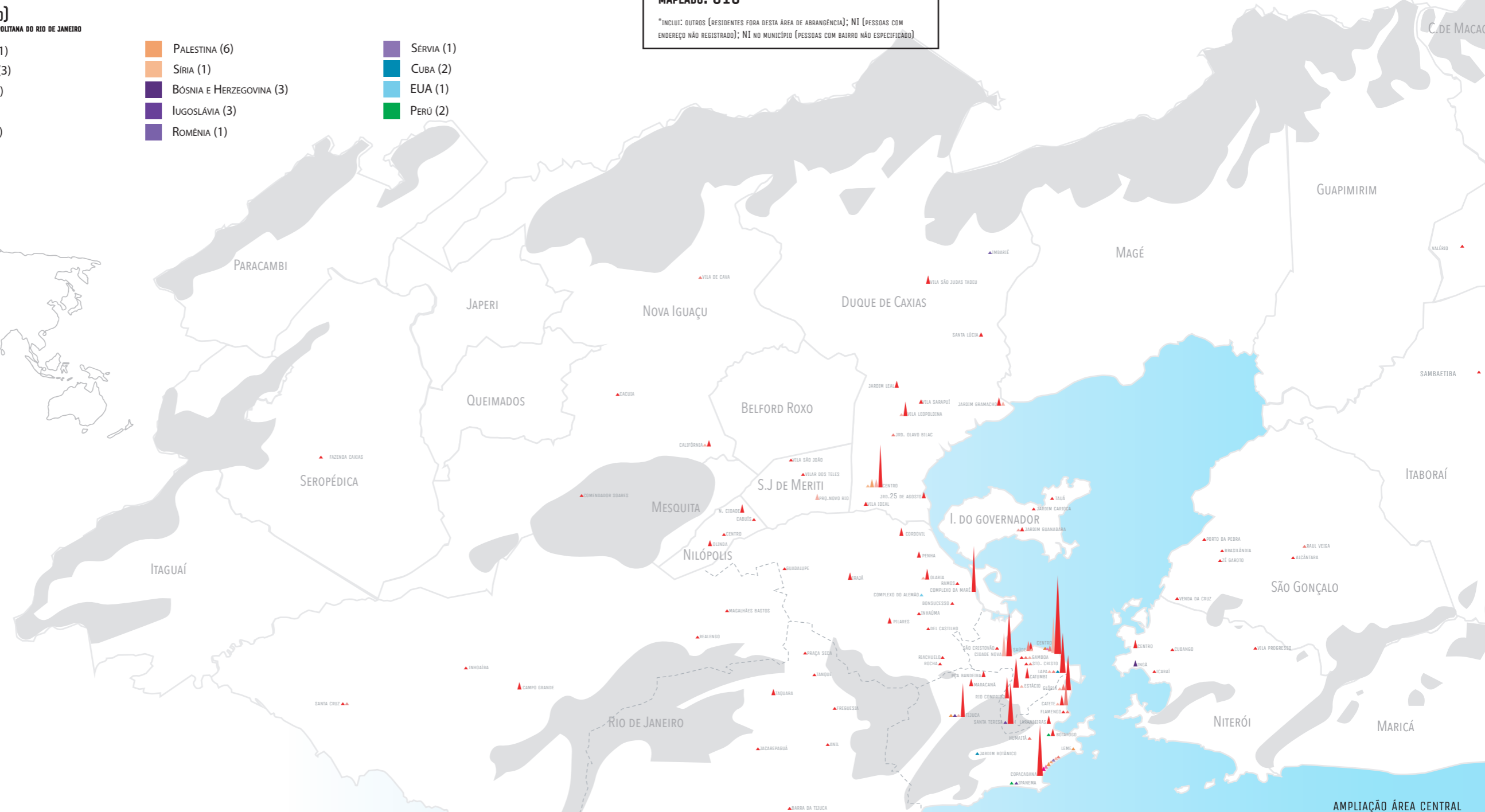
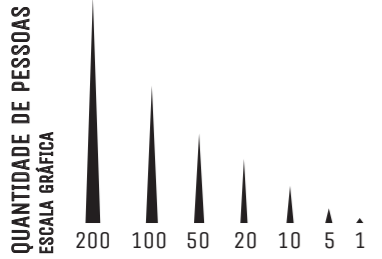
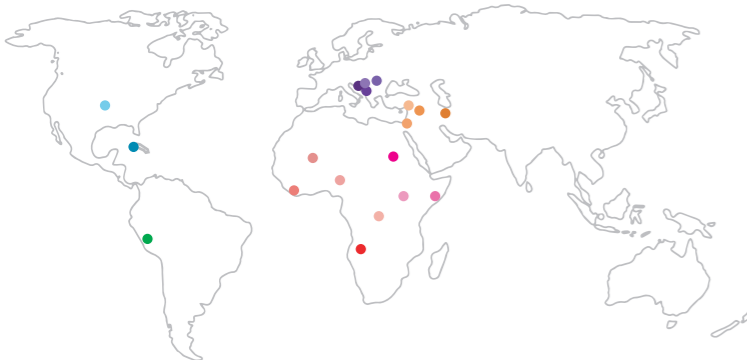
### NACIONALIDADES (QUANTIDADE MAPEADA NO PERÍODO)

QUANTIDADE NÃO INCLUI PESSOAS COM LOCALIZAÇÃO NÃO INFORMADA OU FORA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO



**TOTAL DE SOLICITANTES DE REFÚGIO NO PERÍODO**  
**REGISTRADO: 679**  
**NÃO MAPEADO\*: 63**  
**MAPEADO: 616**

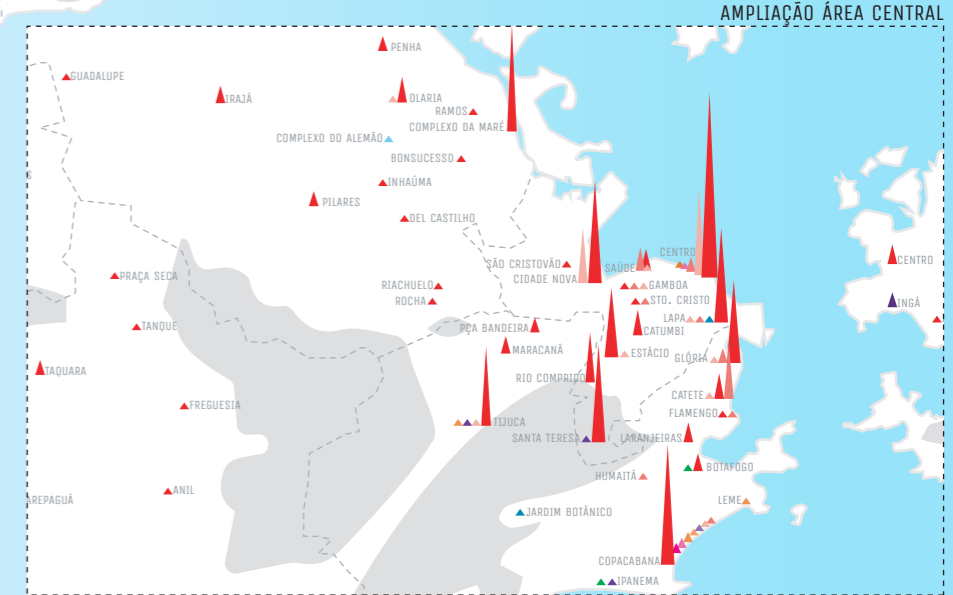
\*INCLUI: OUTROS (RESIDENTES FORA DESTA ÁREA DE ABRANGÊNCIA); NI (PESSOAS COM ENDEREÇO NÃO REGISTRADO); NI NO MUNICÍPIO (PESSOAS COM BAIRRO NÃO ESPECIFICADO)



MUNICÍPIO (QUANT. REFUGIADOS)	NACION. (QUANT. REFUGIADOS)	BAIRROS (QUANT.)
CACHOEIRA DE MACACU (1)	Angola (1)	1
DUQUE DE CAXIAS (74+3NI*)	Angola (50); Libéria (2); Palestina(5); Síria (1); RDC (8); Romênia (1); NI Angola (3)*	11
ITABORAÍ (1)	Angola (1)	1
NILÓPOLIS (10)	Angola (10)	4
NITERÓI (8)	Angola (5); Bósnia e Herzegovina (3)	5
NOVA IGUAÇU (8+2NI*)	Angola (4); RDC (2); NI Angola (2)*	5
RIO DE JANEIRO (511+3NI*)	Angola(422); Cuba(2); EUA(1); Irã(1); Iraque(4); Iugoslávia(3); Libéria(28); Mali(1); Nigéria(1); Palestina(1); Peru(2); RDC-Zaire(38); Somália(3); Sudão(3);NI Angola (2); NI Ruanda (1)	54
SÃO GONÇALO (6)	Angola(5); Libéria(1)	6
SÃO JOÃO DE MERITI (5)	Angola(2); RDC - Zaire(3)	3
SEROPÉDICA (1)	Angola(1)	1
OUTRO (13) - FORA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, INCLUINDO OUTROS ESTADOS	Angola (12); Libéria(1)	
NI-MUNICÍPIO NÃO INFORMADO (42)	Angola(32); Cuba(2); Libéria(2); RDC(5); Sérvia (1)	

(\*)NI: Pessoas que não especificaram bairro de moradia apenas município.

Levantamento quantitativo feito de Julho/2017 a Janeiro/2018 a partir dos registros dos formulários de solicitação de refúgio arquivadas na Cáritas RJ, levando-se em consideração o primeiro local de moradia declarado pelos então solicitantes. Os formulários levantados são de registros de pessoas com status reconhecido como refugiado(a) e solicitantes de refúgio.

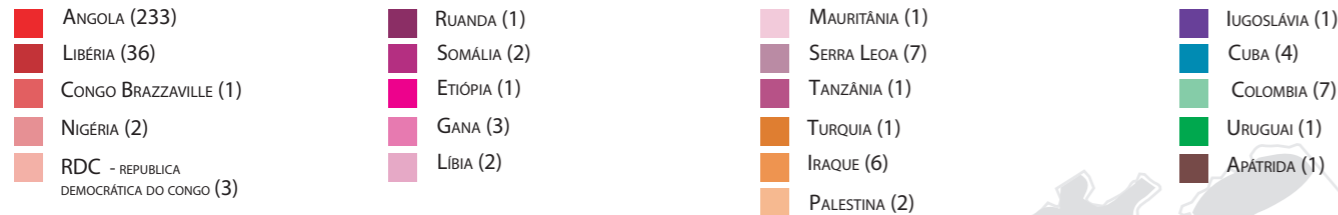


# SOLICITANTES DE REFÚGIO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

## CHEGADA ENTRE 1995-1999

### NACIONALIDADES (QUANTIDADE NO PERÍODO)

QUANTIDADE NÃO INCLUI PESSOAS COM LOCALIZAÇÃO NÃO INFORMADA OU FORA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO



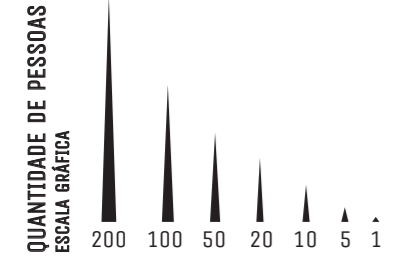
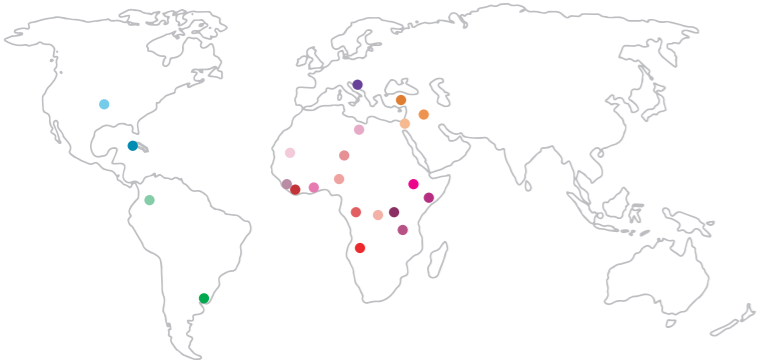
**TOTAL DE SOLICITANTES DE REFÚGIO NO PERÍODO**

**REGISTRADO: 353**

**NÃO MAPEADO\*: 41**

**MAPEADO: 312**

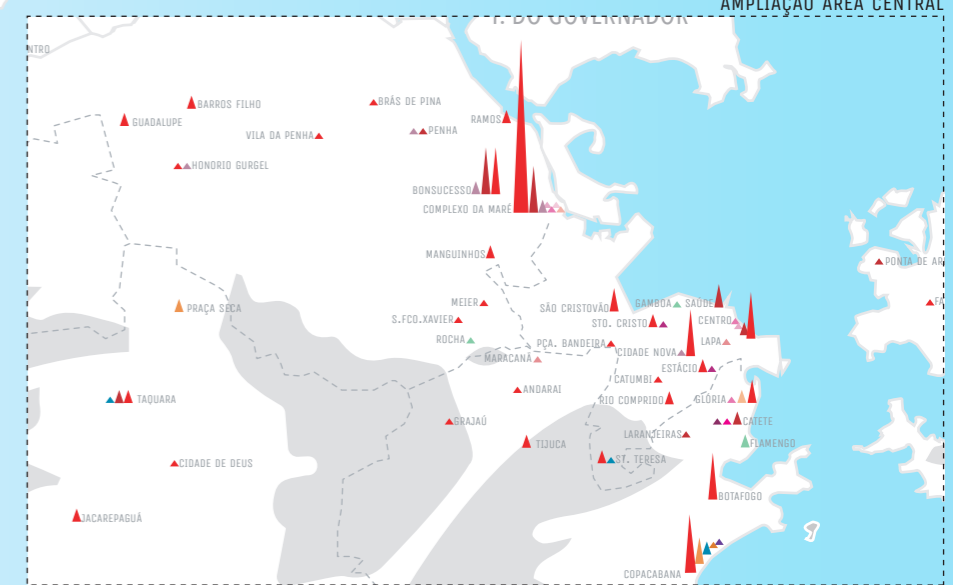
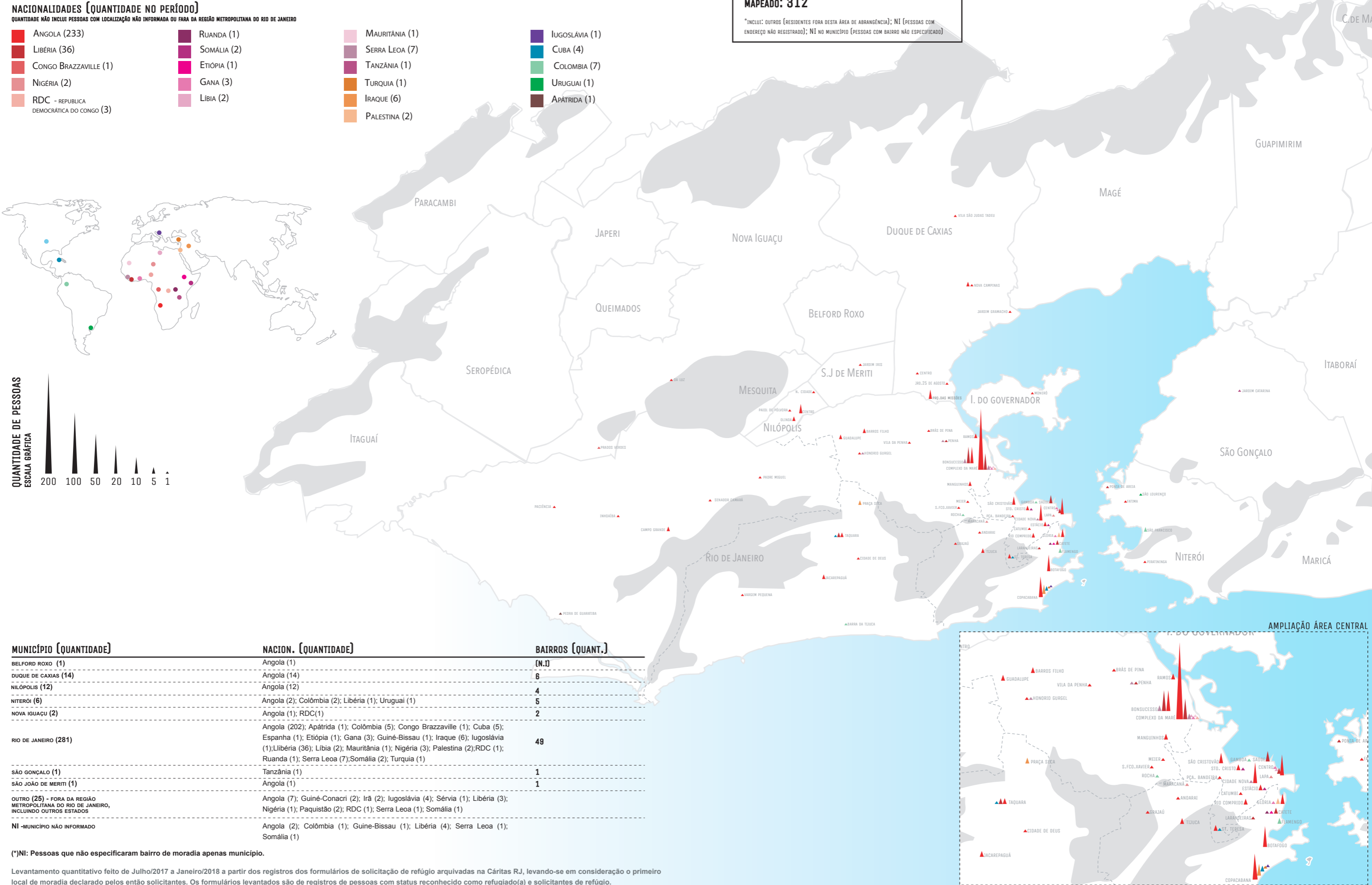
\*INCLUI: OUTROS (RESIDENTES FORA DESTA ÁREA DE ABRANGÊNCIA); NI (PESSOAS COM ENDEREÇO NÃO REGISTRADO); NI NO MUNICÍPIO (PESSOAS COM BAIRRO NÃO ESPECIFICADO)



MUNICÍPIO (QUANTIDADE)	NACION. (QUANTIDADE)	BAIRROS (QUANT.)
BELFORD ROXO (1)	Angola (1)	(N.I.)
DUQUE DE CAXIAS (14)	Angola (14)	6
NILÓPOLIS (12)	Angola (12)	4
NITERÓI (6)	Angola (2); Colômbia (2); Libéria (1); Uruguai (1)	5
NOVA IGUAÇU (2)	Angola (1); RDC(1)	2
RIO DE JANEIRO (281)	Angola (202); Apátrida (1); Colômbia (5); Congo Brazzaville (1); Cuba (5); Espanha (1); Etiópia (1); Gana (3); Guiné-Bissau (1); Iraque (6); Iugoslávia (1); Libéria (36); Líbia (2); Mauritània (1); Nigéria (3); Palestina (2); RDC (1); Ruanda (1); Serra Leoa (7); Somália (2); Turquia (1)	48
SÃO GONÇALO (1)	Tanzânia (1)	1
SÃO JOÃO DE MERITI (1)	Angola (1)	1
OUTRO (25) - FORA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, INCLUINDO OUTROS ESTADOS	Angola (7); Guiné-Conacri (2); Irã (2); Iugoslávia (4); Sérvia (1); Libéria (3); Nigéria (1); Paquistão (2); RDC (1); Serra Leoa (1); Somália (1)	
NI -MUNICÍPIO NÃO INFORMADO	Angola (2); Colômbia (1); Guine-Bissau (1); Libéria (4); Serra Leoa (1); Somália (1)	

(\*):NI: Pessoas que não especificaram bairro de moradia apenas município.

Levantamento quantitativo feito de Julho/2017 a Janeiro/2018 a partir dos registros dos formulários de solicitação de refúgio arquivadas na Cáritas RJ, levando-se em consideração o primeiro local de moradia declarado pelos então solicitantes. Os formulários levantados são de registros de pessoas com status reconhecido como refugiado(a) e solicitantes de refúgio.

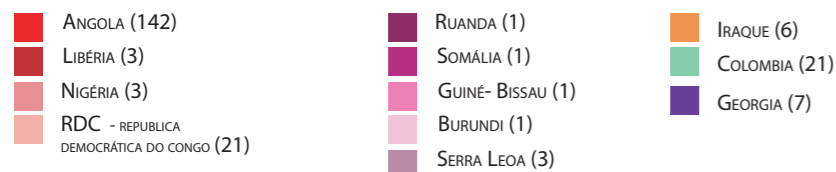


# SOLICITANTES DE REFÚGIO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

## CHEGADA ENTRE 2000-2004

### NACIONALIDADES (QUANTIDADE NO PERÍODO)

QUANTIDADE NÃO INCLUI PESSOAS COM LOCALIZAÇÃO NÃO INFORMADA OU FORA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO



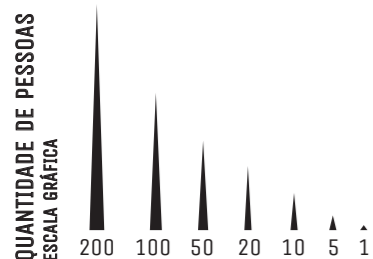
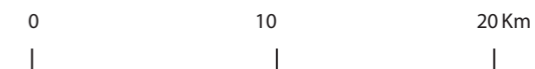
### TOTAL DE SOLICITANTES DE REFÚGIO NO PERÍODO

REGISTRADO: 268

NÃO MAPEADO\*: 42

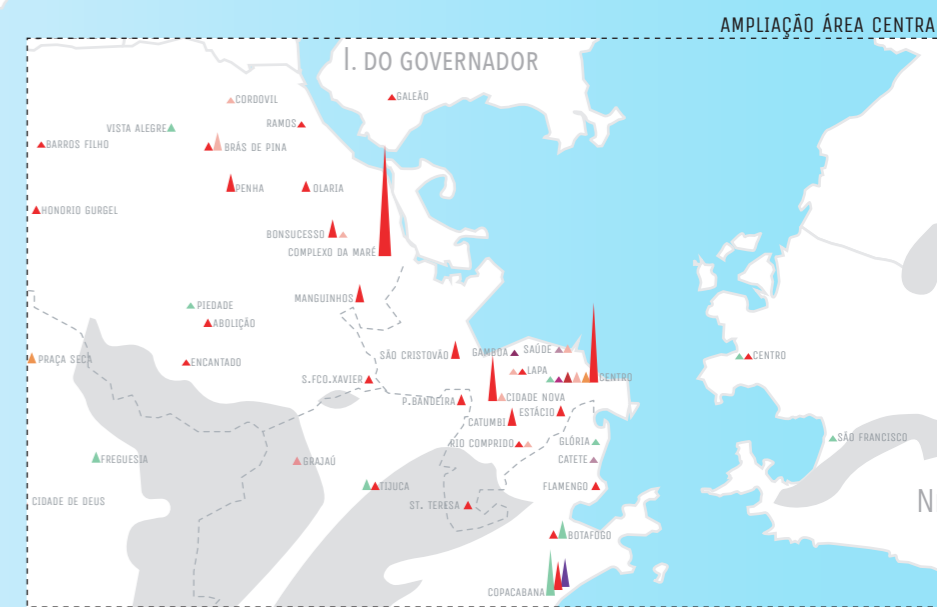
MAPEADO: 226

\*INCLUI: OUTROS (RESIDENTES FORA DESTA ÁREA DE ABRANGÊNCIA); NI (PESSOAS COM ENDEREÇO NÃO REGISTRADO); NI NO MUNICÍPIO (PESSOAS COM BAIRRO NÃO ESPECIFICADO)



### MUNICÍPIO (QUANTIDADE)

MUNICÍPIO (QUANTIDADE)	NACION. (QUANTIDADE)	TOTAL
BELFORD ROXO (1)	Angola (1)	(N.I)
DUQUE DE CAXIAS (4)	Angola (4)	3
NILÓPOLIS (1)	Angola (1)	1
NITERÓI (3)	Angola (1); Colômbia (2)	2
NOVA IGUAÇU (2)	Angola (2)	1
RIO DE JANEIRO (211)	Angola (139); Colômbia (28); Georgia (7); Guiné-Bissau (1); Iraque (6); Libéria (3); Nigéria (1); RDC (21); Ruanda (1); Serra Leoa (3); Somália (1)	49
SÃO GONÇALO (1)	Angola (1)	1
SÃO JOÃO DE MERITI (4)	Angola (1); Burundi (1); Nigéria (2)	1
OUTRO (25) - FORA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, INCLUINDO OUTROS ESTADOS	Angola (6); Colômbia (9); Costa do Marfim (1); Iraque (2); Paquistão (1); RDC (2); Serra Leoa (1); Somália (1); Uruguai (1)	
NI - MUNICÍPIO NÃO INFORMADO	Angola (7); Camarões (1); Colômbia (2); Costa do Marfim (1); Cuba (2); RDC (2);	



(\*NI): Pessoas que não especificaram bairro de moradia apenas município.

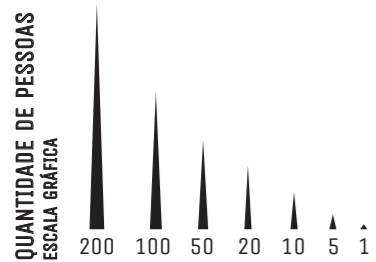
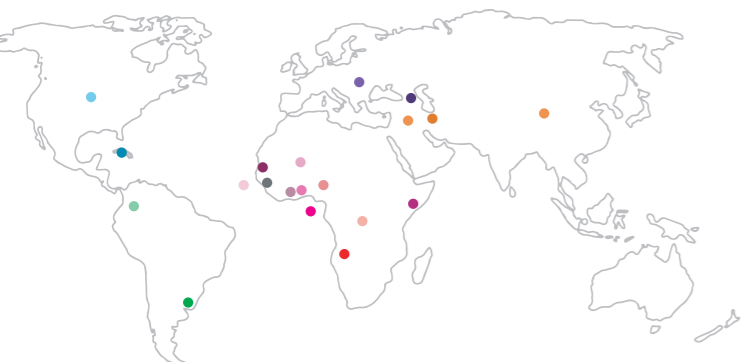
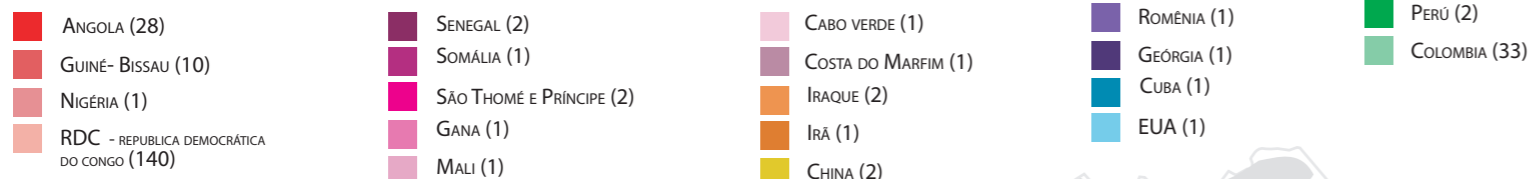
Levantamento quantitativo feito de Julho/2017 a Janeiro/2018 a partir dos registros dos formulários de solicitação de refúgio arquivadas na Cáritas RJ, levando-se em consideração o primeiro local de moradia declarado pelos então solicitantes. Os formulários levantados são de registros de pessoas com status reconhecido como refugiado(a) e solicitantes de refúgio.

# SOLICITANTES DE REFÚGIO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

## CHEGADA ENTRE 2005-2009

### NACIONALIDADES (QUANTIDADE NO PERÍODO)

QUANTIDADE NÃO INCLUI PESSOAS COM LOCALIZAÇÃO NÃO INFORMADA OU FORA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO



**TOTAL DE SOLICITANTES DE REFÚGIO NO PERÍODO**  
**REGISTRADO: 302**  
**NÃO MAPEADO\*: 70**  
**MAPEADO: 232**

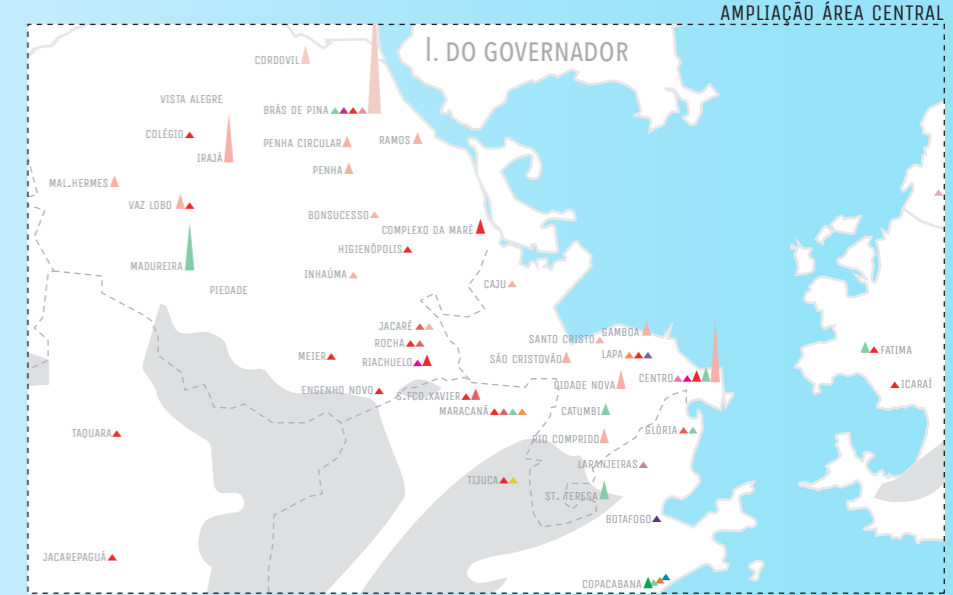
\*INCLUI: OUTROS (RESIDENTES FORA DESTA ÁREA DE ABRANGÊNCIA); NI (PESSOAS COM ENDEREÇO NÃO REGISTRADO); NI NO MUNICÍPIO (PESSOAS COM BAIRRO NÃO ESPECIFICADO)



MUNICÍPIO (QUANTIDADE)	NACION. (QUANTIDADE)	BAIROS (QUANT.)
DUQUE DE CAXIAS (38)	Angola (3); Colômbia (2); RDC (32) ; *NI RDC (1)	10
NITERÓI (5)	Angola (2); Colômbia (2) ; *NI RDC (1)	2
NOVA IGUAÇU (3)	RDC (3)	1
RIO DE JANEIRO (186)	Angola (23); Cabo Verde (1); China (1); Colômbia (29); Costa do Marfim (1); Cuba (1); EUA (1); Gana (1); Geórgia (1); Guiné-Bissau (10); Irã (1); Iraque (2); Nigéria (1); Peru (1); RDC (106); Romênia (1); São Tomé e Príncipe (2); Senegal (1); Somália (1)	47
ITABORAÍ (1)	RDC (1)	1
SÃO GONÇALO (3)	China (1); Mali (1); Senegal (1)	8
NI -MUNICÍPIO NÃO INFORMADO	Angola (3); Camarões (1); Colômbia (30); Cuba (2); Guiné-Bissau (8); Irã (1); Gana (1); RDC (6); República Centro-Africana (1)	
OUTRO (25) - FORA DO RIO DE JANEIRO (15)	Angola (1); Bolívia (1); Cabo Verde (1); Colômbia (8); Cuba (2); Síria (1); Somália (1)	

(\*NI: Pessoas que não especificaram bairro de moradia apenas município.

Levantamento quantitativo feito de Julho/2017 a Janeiro/2018 a partir dos registros dos formulários de solicitação de refúgio arquivadas na Cáritas RJ, levando-se em consideração o primeiro local de moradia declarado pelos então solicitantes. Os formulários levantados são de registros de pessoas com status reconhecido como refugiado(a) e solicitantes de refúgio.

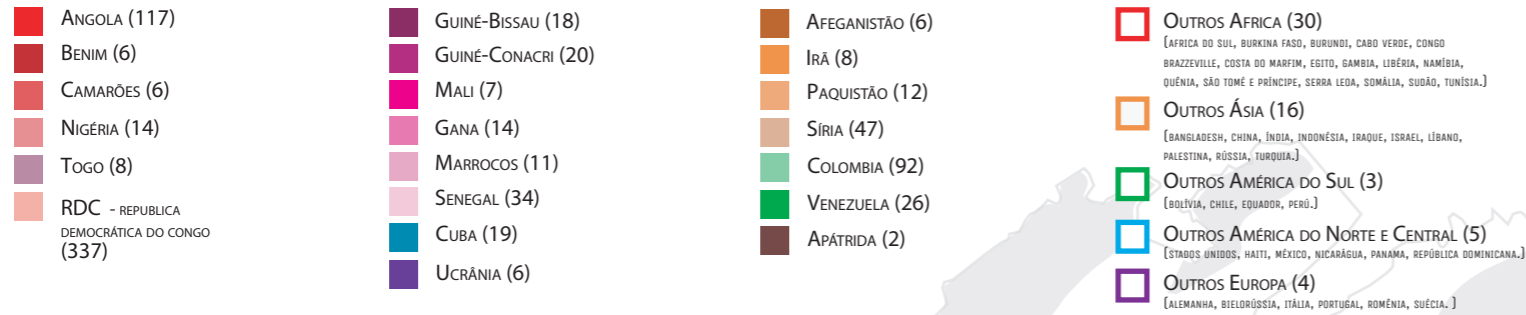


# SOLICITANTES DE REFÚGIO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

## CHEGADA ENTRE 2010-2014

### NACIONALIDADES (QUANTIDADE NO PERÍODO)

QUANTIDADE NÃO INCLUI PESSOAS COM LOCALIZAÇÃO NÃO INFORMADA OU FORA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO



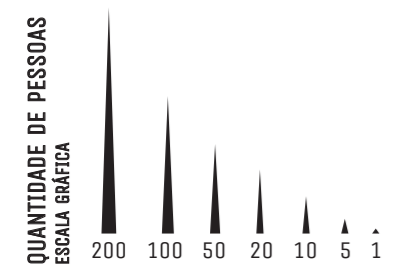
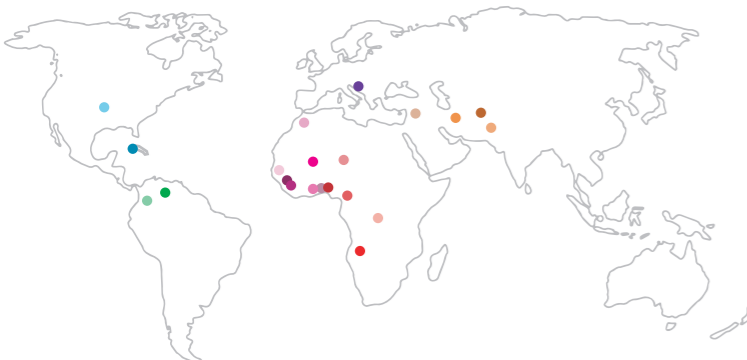
**TOTAL DE SOLICITANTES DE REFÚGIO NO PERÍODO**

**REGISTRADO: 1.143**

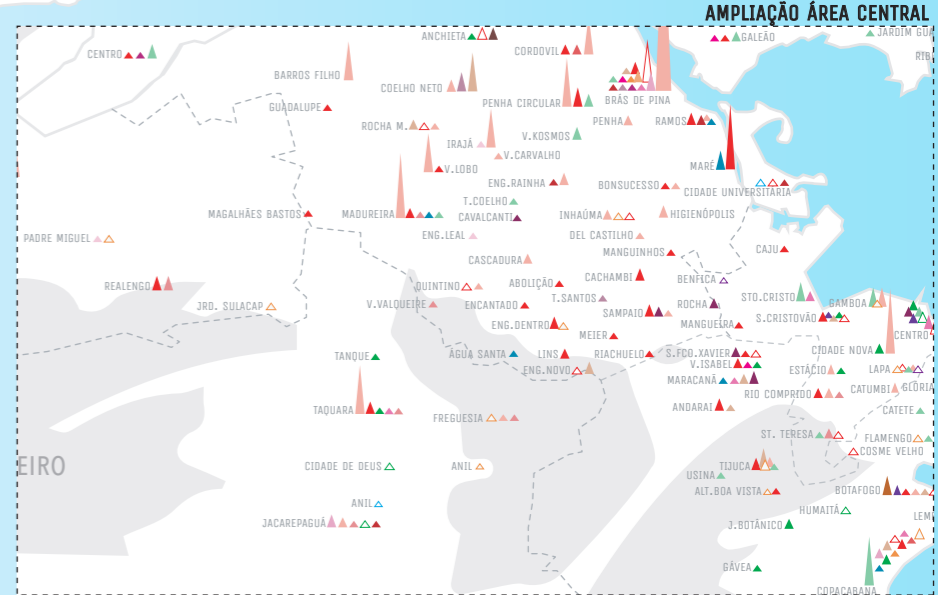
**NÃO MAPEADO\*: 279**

**MAPEADO: 864**

\*INCLUI: OUTROS (RESIDENTES FORA DESTA ÁREA DE ABRANGÊNCIA); NI (PESSOAS COM ENDEREÇO NÃO REGISTRADO); NI NO MUNICÍPIO (PESSOAS COM BAIRRO NÃO ESPECIFICADO)



MUNICÍPIO (QUANTIDADE)	NACION. (QUANTIDADE)	BAIRROS (QUANT.)
BELFORD ROXO (1)	Angola (1); Colômbia (15); Cuba (1)	6
DUQUE DE CAXIAS (14)	Angola (10); Colômbia (3); Gana (3); Guiné-Conacri (1); RDC (39)	15
MAGÉ (1)	Nicarágua (1)	1
MARICÁ (1)	República Dominicana (1)	1
NILÓPOLIS (5)	Angola (1); Colômbia (1); Guiné-Conacri (1)	1
NITERÓI (66)	Angola (1); África do Sul (1); Camarões (2); Colômbia (6); Guiné-Conacri (14); Indonésia (1); Iraque (1); Mali (4); México (1); Nigéria (1); Palestina (1); RDC (1); Senegal (27); Venezuela (2); NI Guiné-Conacri (2)*; NI RDC (1)*; NI Senegal (1)*	10
NOVA IGUAÇU (25)	Angola (4); Cabo Verde (1); Camarões (1); Colômbia (4); Gana (1); Guiné-Bissau (2); Guiné-Conacri (1); RDC (7); Senegal (1); Síria (2) NI RDC (1)*	10
RIO DE JANEIRO (801)	África do Sul (1); Alemanha (1); Angola (95); Apátrida (2); Bangladesh (1); Benim (6); Bielorrússia (1); Bolívia (1); Burkina Faso (1); Burundi (2); Camarões (3); China (3); Colômbia (60); Congo Brazzaville (1); Costa do Marfim (3); Cuba (18); Egito (2); Equador (1); Gambia (1); Gana (10); Guiné-Bissau (16); Guiné-Conacri (1); Haiti (1); Índia (1); Irã (8); Iraque (3); Israel (1); Itália (1); Líbano (1); Libéria (1); Mali (3); Marrocos (11); México (1); Namíbia (1); Nigéria (13); Palestina (1); Paquistão (12); Peru (1); Quênia (1); RDC (282); Romênia (1); Rússia (1); São Tomé e Príncipe (2); Senegal (5); Serra Leoa (4); Síria (43); Somália (4); Sudão (1); Togo (8); Tunísia (1); Turquia (1); Ucrânia (6); Venezuela (23); NI Angola (3)*; NI Congo Brazzaville (1)*; NI Togo (1)*	105
SÃO GONÇALO (13)	Angola (1); Egito (2); Guiné-Conacri (1); Senegal (1); Síria (1); RDC (6); Venezuela (1)	7
SÃO JOÃO DE MERITI (5)	Angola (1); Colômbia (1); RDC (2); Síria (1)	4
SEROPÉDICA (1)	Angola (1)	1
NI	não informado (97) – Angola (9); Bangladesh (3); Camarões (1); Colômbia (30); Cuba (5); Equador (1); EUA (2); Gana (3); Guiné-Bissau (1); Guiné-Conacri (1); Haiti (5); Iraque (1); Nigéria (5); Panamá (2); Paquistão (1); Peru (5); Portugal (1); RDC (8); República Dominicana (1); Senegal (1); Serra Leoa (4); Síria (3); Somália (1); Tanzânia (1); Venezuela (2)	
OUTROS (171)	Afganistão (2); Angola (5); Bangladesh (9); Benim (3); Chile (2); Colômbia (72); Costa do Marfim (1); Cuba (1); Equador (3); Gana (1); Guiné-Conacri (3); Haiti (1); Iraque (1); Líbia (1); Nigéria (6); Palestina (2); Paquistão (12); RDC (7); República Dominicana (1); São Tomé e Príncipe (3); Senegal (8); Síria (17); Somália (1); Sudão (1); Suécia (2); Togo (1); Tunísia (1); Venezuela (4)	



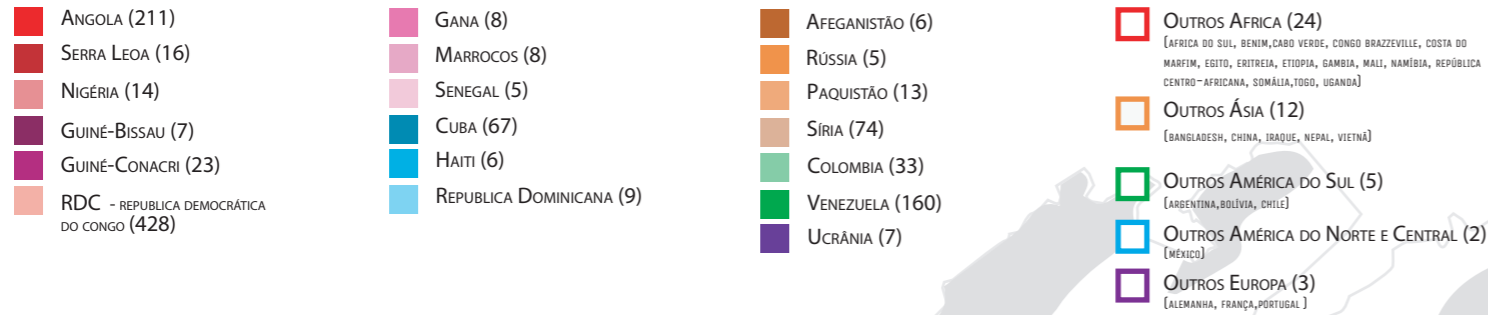
Levantamento quantitativo feito de Julho/2017 a Janeiro/2018 a partir dos registros dos formulários de solicitação de refúgio arquivadas na Cáritas RJ, levando-se em consideração o primeiro local de moradia declarado pelos então solicitantes. Os formulários levantados são de registros de pessoas com status reconhecido como refugiado(a) e solicitantes de refúgio.

# SOLICITANTES DE REFÚGIO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

## CHEGADA ENTRE 2015-2017

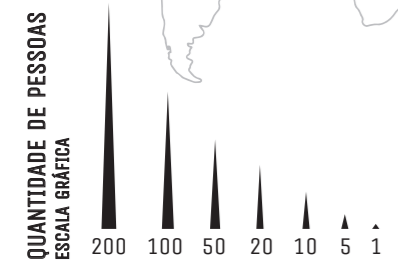
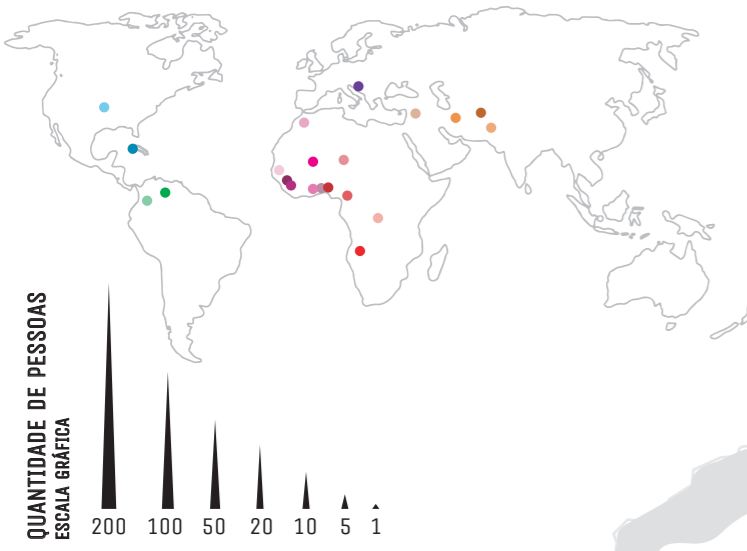
### NACIONALIDADES (QUANTIDADE MAPEADA NO PERÍODO)

QUANTIDADE NÃO INCLUI PESSOAS COM LOCALIZAÇÃO NÃO INFORMADA OU FORA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO



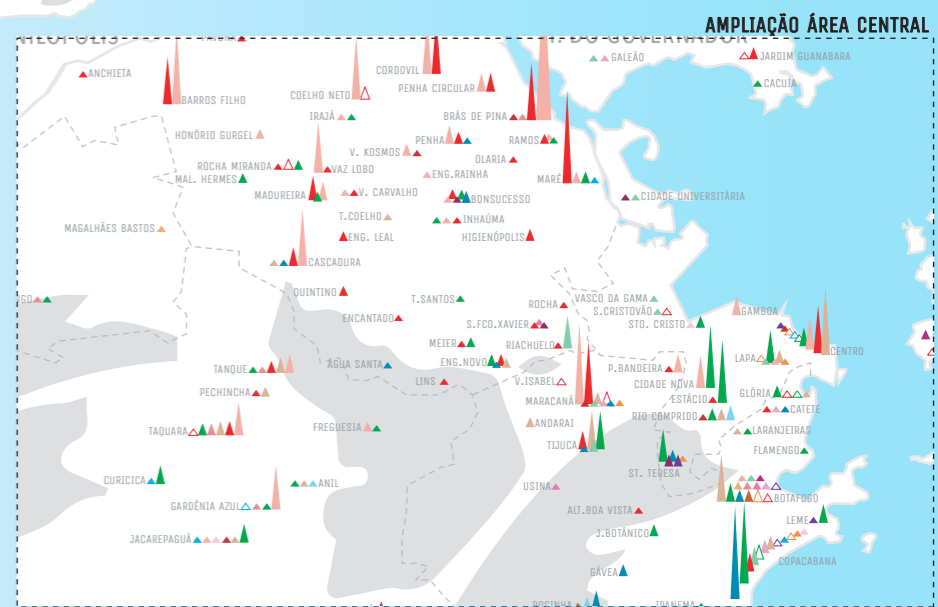
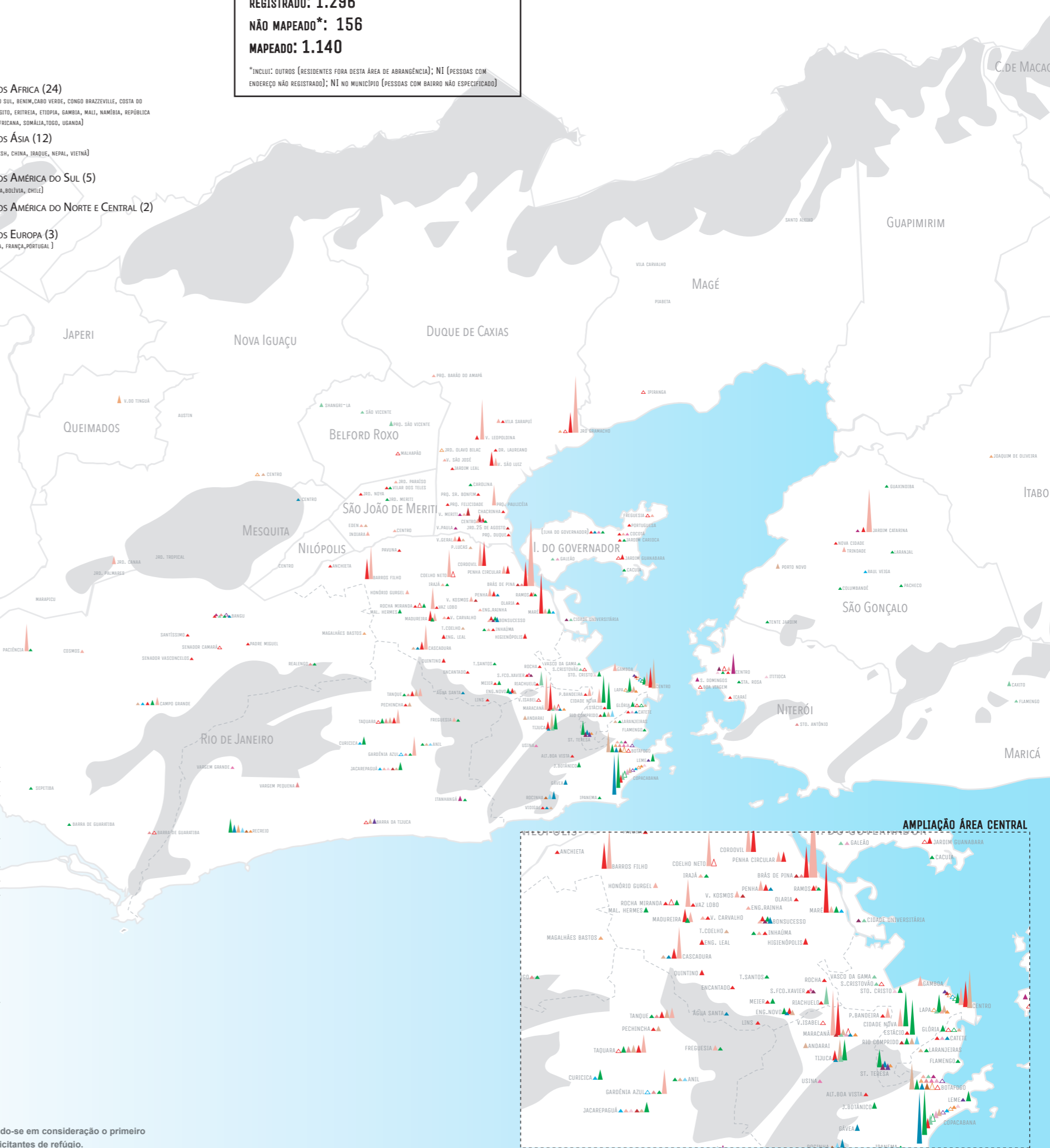
**TOTAL DE SOLICITANTES DE REFÚGIO NO PERÍODO**  
**REGISTRADO: 1.296**  
**NÃO MAPEADO\*: 156**  
**MAPEADO: 1.140**

\*INCLUI: OUTROS (RESIDENTES FORA DESTA ÁREA DE ABRANGÊNCIA); NI (PESSOAS COM ENDEREÇO NÃO REGISTRADO); NI NO MUNICÍPIO (PESSOAS COM BAIRRO NÃO ESPECIFICADO)



MUNICÍPIO (QUANTIDADE)	NACION. (QUANTIDADE)	BAIRROS (QUANT.)
BELFORD ROXO (7)	Colômbia (6); Togo (1)	4
DUQUE DE CAXIAS (158)	Angola (28); Benim (1); Gana (1); Guiné-Conacri (3); Iraque (1); Paquistão (1); RDC	20
ITABORAÍ (1)	RDC (1)	1
ITAGUAÍ (1)	Venezuela (1)	1
MAGÉ (7)	República Centro-Africana (1); Venezuela (5) NI Cuba (1)*	4
MARICÁ (4)	Colômbia (4)	2
MESQUITA (1)	Cuba (1)	1
NITERÓI (29)	Angola (2); Egito (1); Guiné-Bissau (2); Guiné-Conacri (14); Mali (2); Nigéria (1); RDC (3); Senegal (2); Venezuela (2)	7
NOVA IGUAÇU (13)	Angola (2); Bangladesh (3); RDC (7); Síria (1)	7
QUEIMADOS (4)	Paquistão (4)	1
RIO DE JANEIRO (872)	Afeganistão (6); África do Sul (1); Alemanha (1); Angola (173); Argentina (3); Benim (3); Bolívia (1); Chile (1); China (2); Colômbia (23); Congo Brazzaville (2); Costa do Marfim (2); Cuba (65); Eritreia (1); Etiópia (2); França (1); Gambia (1); Gana (7); Guiné-Bissau (5); Guiné-Conacri (5); Haiti (5); Iraque (3); Marrocos (8); México (2); Namíbia (1); Nepal (1); Nigéria (13); Paquistão (8); Portugal (1); RDC (255); República Dominicana (9); Rússia (5); Senegal (3); Serra Leoa (6); Síria (70); Somália (2); Togo (2); Ucrânia (7); Uganda (1); Venezuela (144); Vietnã (2); NI Afeganistão (2)*; NI Angola (1)*; NI Colômbia (1)*; NI Cuba (1)*; NI Iraque (1)*; NI Marrocos (1)*; NI RDC (5)*; NI Rússia (6)*; NI Serra Leoa (1)*; NI Síria (4)*; NI Venezuela (1)*	104
SÃO GONÇALO (59)	Angola (4); Guiné-Conacri (1); Haiti (1); RDC (45); Síria (2); Venezuela (5); NI Angola (1)*	10
SÃO JOÃO DE MERITI (11)	Angola (2); RDC (5); Síria (1); Venezuela (2); NI RDC (1)*	7
NI	não informado (91) - Angola (24); Cabo Verde (1); Cuba (7); Gana (2); Guiné-Bissau (1); Guiné-Conacri (2); Irã (3); Iraque (2); Israel (1); Marrocos (2); RDC (17); República Dominicana (1); República Tcheca (1); Rússia (1); Senegal (1); Serra Leoa (4); Síria (13); Somália (2); Togo (1); Venezuela (5)	
OUTROS (43)	Angola (3); Benim (3); Colômbia (1); Cuba (1); Gana (1); Guiné-Conacri (1); Haiti (1); Marrocos (1); Paquistão (11); Rússia (5); Serra Leoa (2); Venezuela (13)	

(\*)NI: Pessoas que não especificaram bairro de moradia apenas município.  
 Levantamento quantitativo feito de Julho/2017 a Janeiro/2018 a partir dos registros dos formulários de solicitação de refúgio arquivadas na Cáritas RJ, levando-se em consideração o primeiro local de moradia declarado pelos então solicitantes. Os formulários levantados são de registros de pessoas com status reconhecido como refugiado(a) e solicitantes de refúgio.



### 4.3. ANÁLISE GERAL DOS MAPAS E FORMAS DE ACOLHIMENTO

Essa investigação não se propõe a entrar em análises profundas sobre a distribuição territorial dos refugiados. A busca foi trabalhar na elaboração de ferramentas que, dada esta problemática e os desafios que a acompanham, permitam trazer uma dimensão espacial ao quadro. Espera-se que, futuramente, análises mais detalhadas possam ser feitas, sendo também um dos propósitos deste estudo. No entanto consideramos necessária uma análise geral dos mapas, e o que sugerem, dadas as hipóteses iniciais da pesquisa. Também, é importante pontuar algumas questões que podem ajudar na leitura.

Antes de mais nada, salientamos que o número de solicitantes de refúgio no Rio de Janeiro e no Brasil de forma geral aumentou nos últimos anos, como já vimos nos capítulos anteriores. No entanto, o aumento de pessoas registradas e mapeadas<sup>105</sup> também está relacionado ao fato de que, neste estudo, se considera o momento de chegada das pessoas em situação de refúgio, em que estão mais vulneráveis. Isto é, são consideradas pessoas reconhecidas e solicitantes. Como os registros antigos são unicamente de reconhecidos, já que solicitantes que tiveram seus processos negados ou estão em recurso não entraram no levantamento e conseqüentemente neste mapeamento, este número fica mais reduzido. Já os registros mais recentes são mais numerosos já que ainda temos uma parcela significativa de solicitantes. A exemplo disso temos os indicadores: das 4.367 pessoas analisadas, 1.737 eram solicitantes<sup>106</sup>. Desses, 10 no período de 2000 a 2004; 63 entre 2005 e 2009; 432 entre 2010 e 2014; 1.161 entre 2015 e 2017.

Em dados gerais, foram 16 municípios contabilizados nos registros e 281 bairros. No caso do Rio de Janeiro, dos 160 bairros da cidade, em 136 houve registros.

---

<sup>105</sup> Conforme indicado nos mapas, seguem os números de pessoas registradas/mapeadas nos períodos históricos determinados (excluindo aqui as que não tiveram endereços especificados ou viviam fora da região mapeada). 1984-1989 (25/18); 1990-1994 (679/616); 1995-1999 (353/312); 2000-2004 (268/226); 2005-2009 (302/232); 2010-2014 (1143/864); 2015-2017 (1296/1140).

<sup>106</sup> Os solicitantes contabilizados estão no total de processos analisados, e não nos mapeados no RJ. Exclui-se dessa conta as pessoas que não declararam endereço ou que moram fora do território mapeado.



<b>Município</b>	<b>quantidade bairros registrados (1984 a 2017)</b>
Belford Roxo	10
Cachoeiras de Macacu	1
Duque de Caxias	39
Itaboraí	3
Itaguaí	1
Magé	4
Maricá	3
Mesquita	1
Nilópolis	5
Niterói	19
Nova Iguaçu	20
Queimados	1
Rio de Janeiro	136
São Gonçalo	24
São João de Meriti	12
Seropédica	2

Figura 27: Quadro com relação de municípios e bairros como primeiro registro de solicitantes de refúgio.

A distribuição territorial que vemos se atém à quantidade de pessoas de determinada nacionalidade, em cada bairro, por períodos de cinco anos. O tecido urbano em questão é bastante segregado socialmente, sendo possível perceber tendências de movimentos de determinados grupos nacionais em regiões mais ou menos marginalizadas do território. No entanto, há a especificidade das favelas, que não entra detalhadamente no mérito da distribuição, mas que é de grande relevância: uma pessoa vivendo em uma favela de Botafogo tem uma condição de vida e implicações sociais muito distintas de alguém que vive em uma área não favelizada. Dessa forma, o levantamento das ruas onde vivem é muito importante, para sabermos qual região do bairro vivem, e, possivelmente em pesquisas futuras, fazer análises de contextos mais específicos.

De toda forma, é interessante constatar a maior incidência de solicitantes de origem principalmente síria, colombiana e venezuelana na região centro-zona sul. Por outro lado, as pessoas de origem africana – em especial angolanos e congoleses, com presença mais massiva – que no início dos anos 1990 concentravam-se mais na região central, vão se movimentando na direção da periferia, ocupando tanto a zona norte da cidade, quanto outros municípios da RMRJ – especialmente Duque de Caxias. Em relação à zona oeste, notou-se que apresenta índices menos expressivos de ocupação, sem uma predominância de grupo nacional.

Outro ponto relevante é que, mesmo levando em consideração que vivem em favelas, há uma maior incidência principalmente de refugiados de origem latino-americana (colombianos e venezuelanos), quando vivem em favelas, nas situadas na zona sul do Rio. Já as pessoas de origem africana, quando vivem em favelas, estão mais concentradas nas da zona norte, centro, Duque de Caxias, São Gonçalo e Nova Iguaçu.

O estudo não entrou no mérito do número de pessoas por imóvel, outro dado que, assim como a questão das favelas, sugere a importância de que sejam feitas outras análises com recortes mais específicos. Isto é, mesmo vivendo em uma região considerada mais nobre do tecido urbano analisado, o número de pessoas que dividem aquele imóvel também revela muito de sua condição de vida. Como, por exemplo, pessoas que viviam em Copacabana, mas quatro dividiam um apartamento conjugado.

É importante frisar esses pontos para que não tenhamos análises estanques, entendendo a conformação do tecido urbano como apresentado nos mapas, como determinante única das condições de vida, de moradia, e seus impactos no processo de integração local da população refugiada no Rio de Janeiro.

#### 4.2.4. Pontos e grupos de acolhimento

No que diz respeito aos pontos e grupos de acolhimento, 1.521 pessoas dos 4.367 responderam que tiveram algum tipo de acolhimento.

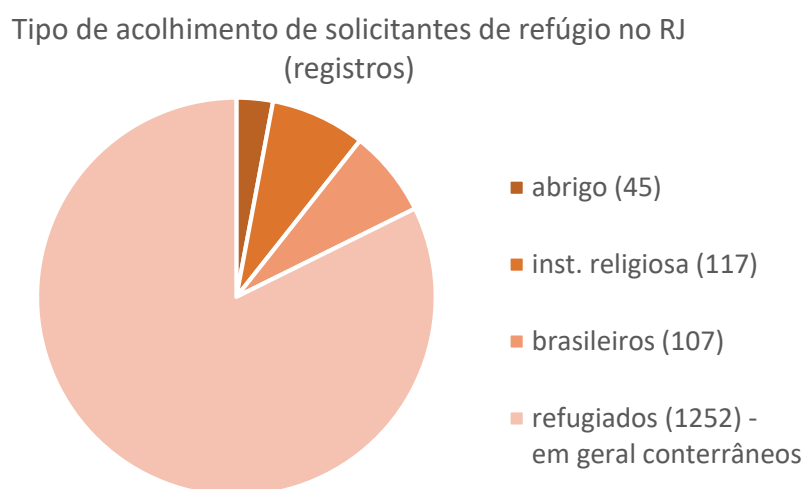


Figura 28: gráfico com tipo de acolhimento de solicitantes de refúgio no Rio de Janeiro registrados entre 1984 e 2017.

<b>ABRIGO (45 registros)</b>		
<b>município</b>	<b>bairro</b>	<b>registros</b>
Duque de Caxias	Leopoldina	1
	Bras de Pina	10
	Catete	2
	Galeão	3
Rio de Janeiro (26)	Madureira	4
	Olaria	1
	Rio Comprido	2
	Vila Isabel	1
	Não informado	3
Outro (fora RJ)	-	7

Figura 29: quadro com solicitantes acolhidos por abrigo no RJ.

<b>INSTITUIÇÃO RELIGIOSA (117 registros)</b>		
<b>município</b>	<b>bairro</b>	<b>registros</b>
Duque de Caxias (14)	Jardim Gramacho	11
	Vila Leopoldina	2
	Vila Sarapuí	1
	Bangu	1
	Barros Filho	2
	Botafogo	28
	Bras de Pina	18
	Centro	4
	Cordovil	4
Rio de Janeiro (70)	Ilha do Governador	1
	Maré	1
	Penha Circular	3
	Portuguesa (Ilha)	1
	Santíssimo	3
	Tanque	2
	Taquara	1
	Vila Valqueire	1
São Gonçalo	Jardim Catarina	3
	Porto da Pedra	1
Não informado	-	11
Outro (fora RJ)	-	17

Figura 30: quadro com solicitantes acolhidos por instituição religiosa no RJ.

Figura 31: quadro com solicitantes acolhidos por brasileiros no RJ.

<b>BRASILEIROS (107 registros)</b>		
<b>município</b>	<b>bairro</b>	<b>registros</b>
Belford Roxo (4)	Nova Aurora	1
	Pq. S. Vicente	2
	Piam	1
	Imbariê	4
Duque de Caxias (8)	Vila Maria Helena	1
	Vila Sarapuí	1
	Pq. Paulicéia	1
	Jd. Primavera	1
Magé	Santo Aleixo	1
	Vila Carvalho	1
Niterói	Santa Rosa	1
	Piratininga	1
	Icaraí	1
	Alto Boa Vista	2
	Bangu	2
	Barra da Tijuca	1
	Barros Filho	1
	Botafogo	1
	Bras de Pina	7
	Campo Grande	1
	Cascadura	3
	Centro	3
	Coelho Neto	1
	Copacabana	4
	Cordovil	3
	Estácio	1
	Flamengo	1
	Gardênia Azul	1
	Glória	1
	Guaratiba	1
	Ilha do Governador	6
	Inhaúma	1
	Irajá	1
Rio de Janeiro (73)	Jacarepaguá	1
	Jardim Botânico	2
	Jardim Sulacap	1
	Leme	1
	Madureira	1
	Méier	1
	Paciência	1
	Padre Miguel	1
	Parada de Lucas	1
	Pedra de Guaratiba	1
	Praça Seca	1
	Ramos	1
	Realengo	1
	Recreio	1
	Rio Comprido	2
	Santa Cruz	2
	Santa Teresa	1
	São Cristóvão	1
	Sen. Vasconcelos	1
	Tanque	3
	Tijuca	5
	Vidigal	1
São Gonçalo	Laranjeiras	1
S. João Meriti	Coelho da Rocha	1
	Vilar dos Teles	2
Não informado	-	2
Outro (fora RJ)	-	11

REFUGIADOS (1.252 registros) - conterrâneos em geral								
município	bairro	registros	município	bairro	registros	município	bairro	registros
Belford Roxo (10)	Pq. Amorim	1	Rio de Janeiro (871)	Abolição	1	Rio de Janeiro (871)	Quintino	1
	Pq. S. Vicente	4		Alto da Boa Vista	1		Ramos	8
	Piam	2		Andaraí	2		Realengo	7
	Shangri-La	2		Anil	2		Recreio	1
	Vila Rica	1		Bangu	6		Riachuelo	3
Duque de Caxias (116)	Campos Eliseos	1		Barra da Tijuca	5		Ribeira	1
	Centro	12		Barros Filho	19		Rio Comprido	11
	Imbariê	3		Benfica	1		Rocha	1
	Jardim Gramacho	51		Bonsucesso	6		Rocha Miranda	4
	Jardim Leal	3		Botafogo	11		Rocinha	3
	Jardim Olavo Bilac	1		Bras de Pina	165		Sampaio	2
	Jardim 25 Agosto	1		Caju	1		Santa Cruz	3
	Monorina	1		Campo Grande	22		Santa Teresa	5
	Nova Campinas	1		Cascadura	14		Santíssimo	5
	Pq. Barão Amapá	1		Catete	2		Santo Cristo	3
	Pq. Centenário	2		Catumbi	7		São Conrado	1
	Pq. das Missões	6		Cavalcanti	1		São Cristóvão	7
	Pq. Felicidade	1		Centro	71		São Fco. Xavier	4
	Pq. Paulicéia	3		Cidade Nova	30		Senador Camará	2
	Pq. Senhor Bonfim	1		Cidade Universitária	2		Sen Vasconcelos	3
	St. Cruz da Serra	1		Cocotá	1		Tanque	4
	São Judas Tadeu	2		Coelho Neto	18		Taquara	20
	Vila Ideal	1		Copacabana	39		Tauá	1
	Vila Itamarati	3		Cordovil	14		Tijuca	24
	Vila Leopoldina	12		Curicica	5		Tomas Coelho	2
	Vila Maria Helena	2		Del Castilho	1		Usina	1
	Vila São José	1		Encantado	2		Vargem Grande	1
	Vila São Luis	3		Engenho da Rainha	5		Vaz Lobo	13
Vila Sarapuí	1	Engenho de Dentro		2	Vicente Carvalho		2	
Não informado	2	Engenho Novo		7	Vidigal		1	
Itaboraí	Vila Nova	1		Estácio	12		Vigário Geral	3
Maricá	Caxito	3		Flamengo	2		Vila da Penha	1
	Centro	5		Freguesia (Ilha)	1		Vila Isabel	1
Nilópolis (7)	Nova Cidade	1		Freguesia (Jacarep.)	5		Vila Kosmos	3
	Olinda	1		Galeão	2			
	Niterói (74)	Badu		1	Gamboa		11	
Boa Viagem		1		Gardênia Azul	7			
Centro		54	Gávea	1				
Fátima		1	Glória	13				
Fonseca		2	Grajaú	1				
Icaraí		3	Guadalupe	1				
Piratininga		1	Higienópolis	2				
Ponta d'areia		3	Honório Gurgel	2				
São Domingos		3	I. Governador (geral)	2				
Não informado		5	Inhaúma	4				
Nova Iguaçu (23)	Centro	8	Inhoaiba	2				
	Geneciano	1	Irajá	10				
	Jardim Canãa	6	Itanhangá	3				
	Jardim Nova Era	1	Jacaré	1				
	Jardim Tropical	2	Jacarepaguá	8				
	Lafaiete	1	Jardim Botânico	2				
	Luz	2	Jardim Carioca	1				
	Marapicu	1	Jardim Guanabara	2				
Não informado	1	Lapa	6					
São Gonçalo (48)	Alcântara	2	Leme	2				
	Centro	1	Lins	1				
	Guaxindiba	1	Madureira	20				
	Jardim Catarina	37	Magalhães Bastos	1				
	Laranjal	1	Manguinhos	3				
	Nova Cidade	1	Maracanã	4				
	Trindade	1	Maré	81				
	Vila três	3	Méier	1				
Não informado	1	Olaria	1					
S. João Meriti (12)	Eden	2	Paciência	5				
	Indiara	4	Padre Miguel	1				
	Jardim Iris	1	Pavuna	1				
	Jardim Nóia	1	Pechincha	1				
	Jardim Paraíso	1	Penha	8				
	Vilar dos Teles	2	Penha Circular	16				
	Não informado	1	Piedade	4				
Não informado	-	Portuguesa	2					
Outro (fora RJ)	-	52	Praça Seca	3				

Figura 32: quadro com solicitantes acolhidos por refugiados (solicitantes ou reconhecidos); em geral, conterrâneos.

Notamos que, se aproximadamente 35% das pessoas analisadas identificou ter sido acolhida de alguma forma, desse total, mais de 80% declarou ter sido acolhida por refugiados ou solicitantes – em sua grande maioria, conterrâneos. Identificados em cinza claro estão os bairros que tiveram mais de 10 registros de acolhimento. Lembramos que, por vezes, famílias são acolhidas, trazendo uma expressividade numérica maior, sem necessariamente indicar que tenham acontecido muitos movimentos de acolhimento. Por esta ser uma análise mais geral do que a feita para os mapas, não se pode saber exatamente em que época o acolhimento ocorreu.

No entanto, é notório como o acolhimento por outros refugiados se dá de forma distribuída; no caso do Rio de Janeiro, dos 136 bairros com registro de solicitantes de refúgio, em 106 houve registro de acolhimento por refugiados. Se relacionarmos as tabelas com os mapas, é possível notar como alguns bairros como Centro, Estácio, Cidade Nova, Gamboa, Rio Comprido e Maré no Rio de Janeiro, tem bastante relevância, provavelmente ao longo dos anos 1990, com a chegada de angolanos. O Complexo da Maré se mantém como ponto de referência para os angolanos que chegariam nas décadas seguintes, até os tempos atuais, sendo reconhecida como um ponto forte para essa comunidade.

As grandes massas de pessoas originárias da República Democrática do Congo que chegariam em maior quantidade a partir de 2005, vão se estabelecendo em Duque de Caxias – nos bairros de Jardim Gramacho e Vila Leopoldina – e no Rio de Janeiro em Brás de Pina, Centro, Irajá. Nos mapas mais atuais podemos ver como esse grupo também se estende para outros bairros, como Madureira, Barros Filho, Taquara, Cordovil e Coelho Neto e ainda se mantendo nos bairros onde os primeiros grupos se instalaram.

No último mapa, com os registros de 2015 a 2017, já vemos uma forte presença de pessoas da Venezuela, com concentrações maiores na região do Centro e Copacabana. Por ser um movimento constante e fluido e relacionado a muitas escalas de influência tanto no território brasileiro como fora dele, é muito importante notar como as concentrações e distribuições se organizam. Perceber as tendências de mobilidade, ocupação, acolhimento, é perceber como essa organização se dá de forma “orgânica”, no sentido das estratégias de sobrevivência que essas populações encontram. Apoiadas pelo suporte da sociedade civil brasileira, ou, em sua significativa maioria, por pessoas que já passaram pela mesma situação de extrema vulnerabilidade na chegada.

## 5. Tecendo tramas urbanas: narrativas, diálogos e experiências dos refugiados na cidade

Em referência ao conceito de tramas urbanas, apresentado por Telles (2010) e introduzido no capítulo dois, sobre processos que se redesenham e mundos urbanos redefinidores de ordenamentos sociais, faz-se uso dele aqui para iniciar o fechamento da discussão proposta ao longo dessa pesquisa. Se por um lado, segundo a autora, os ilegalismos redefinem as tramas urbanas, as relações sociais e relações de poder em situações variadas, essas tramas também podem ser consideradas como elemento legitimador da existência e presença de tais populações no contexto urbano.

Assim, esse capítulo de encerramento buscará penetrar um pouco mais na realidade urbana das pessoas em situação de refúgio, pela perspectiva das micropolíticas urbanas, e, nesse caso, das experiências pessoais de algumas pessoas na cidade. Também buscará compreender como esse olhar se relaciona com a questão do espaço urbano de acolhimento e como fertilizar terrenos de expressividade social. O desenvolvimento dos mapas de distribuição territorial dos refugiados no Rio de Janeiro teve por base a análise individual dos formulários de solicitação de refúgio, o levantamento não do todo para olhar para o quadro global, mas sim das trajetórias individuais. Está então na sua essência a compreensão de que olhar para os movimentos de grupos no território só é possível se considerarmos indivíduos, trajetórias de vida, experiências urbanas.

O todo só se faz pelo conjunto do micro. O macro permite que vejamos movimentos em escala mais global; mas ele também é alimentado pelo olhar direcionado à escala individual. Macro e micro, global e individual, são indissociáveis, e trabalhá-los na sua integralidade permite uma abordagem não só coerente da realidade, mas mais justa também com quem faz e transforma essa realidade. Direitos e acesso podem dialogar, se trabalhados em conjunto e de forma participativa, em um exercício retroalimentar, cíclico.

Neste contexto, é preciso que desenvolvamos as *novas démarches* sugeridas por Lefèbvre (1968), considerando a tensão entre as contradições territoriais locais do ponto de vista econômico, social e político, e, em paralelo, o comum imanente na condição humana, em uma perspectiva mais abrangente. Sob esta ótica, podemos considerar toda a relação espacial como uma relação de forças e poder, e, portanto, política (GUIZZO, 2008).

A micropolítica urbana, segundo Guizzo, traz a possibilidade de ver as práticas urbanas através das forças que as povoam, e que impactam diretamente nas ações e práticas que se operarão no espaço. Nesse sentido, propõe-se a construção de *novas*

*démarches*, desenvolvidas a partir de micropolíticas, partes de um todo que em diálogo, conscientes e em consonância com suas forças, oferecem terreno fértil para que outros tipos de relações se construam.

Para além dos mapas enquanto proposta macropolítica como resposta de leitura territorial aos Planos e diretrizes citados anteriormente, é indispensável que se construam em paralelo, caminhos de ação micropolítica. Tais caminhos, estando não somente na escala de relação dos sujeitos com a cidade, e sendo analisados através de ferramentas cartográficas tradicionais, mas também de sua experiência – que tradicionalmente não é relatada por essas ferramentas.

A fim de complementar os mapas levantados a partir de dados coletados nos formulários de solicitação de refúgio – isto é, dentro da lógica de compreensão do refugiado enquanto indivíduo pelos aparatos jurídicos brasileiros – é proposta também a elaboração de um mapeamento das experiências urbanas, feitos pelos refugiados e solicitantes. Essa abordagem traz mais ferramentas de leituras sobre os sujeitos envolvidos, e das múltiplas possibilidades de apreensão do território e como elas podem ser incorporadas de forma potente, articuladas entre si e como articuladoras de linguagens com outros campos disciplinares.

Como Telles sugere, “essas trajetórias operam como prismas pelos quais o mundo urbano vai ganhando forma em suas diferentes modulações” (2010, p.13). Em relação às tramas urbanas que se entrelaçam em um sentido construtivo de expressão de existência humana na cidade, como movimento constituinte do território e espaço social em si, a autora define:

É um outro modo de interrogar essas realidades, que não parte de definições prévias e muitas vezes modelares de exclusão social, de segregação urbana ou de pobreza e que, no mais das vezes, deixam escapar a rede de relações e práticas que conformam um espaço social. Ao seguir os traçados dos percursos urbanos de indivíduos e suas famílias, é a própria cidade que vai se perfilando. (TELLES, 2010, p.13)

Foi fundamental assim, para a finalização deste trabalho, trazer também os olhares, desejos, memórias, falas, incômodos, dessas pessoas. Trazer sua voz sobre sua experiência na cidade, como a forma mais legítima de “completar a equação”, como coloca Victor Valla: “é questão de completar uma equação que está distorcida, porque inclui apenas a visão do profissional/mediador” (1996, p.177). No contexto da pesquisa,



a visão que predomina na construção dessa “equação distorcida” é tanto a dos agentes públicos, quanto dos acadêmicos que contribuem para a elaboração e transformação de políticas públicas com suas pesquisas. Dessa forma, a perspectiva de Valla, que se origina na educação popular, é fundamental ao abordar a postura que adotam os educadores, acadêmicos, profissionais de forma geral que trabalham com populações em situação de vulnerabilidade.

O autor aponta dois pontos que ajudam a elucidar algumas das dificuldades no desenvolvimento de trabalhos com as chamadas classes subalternas – como ele define, e referência a Gramsci. O primeiro, é que nossa dificuldade de compreender o que eles nos dizem está muito mais associada à nossa postura, do que necessariamente com questões técnicas ou linguísticas.

Falo de postura, referindo-me à nossa dificuldade em aceitar que as pessoas “humildes, pobres, moradoras da periferia” são capazes de produzir conhecimento, são capazes de organizar e sistematizar pensamentos sobre a sociedade e, dessa forma, fazer uma interpretação que contribui para a avaliação que nós fazemos da mesma sociedade. (VALLA, 1996, p.178)

O segundo ponto que ele sugere é que que parte da nossa compreensão do que está sendo dito decorre da nossa capacidade de entender quem está falando. Nesse sentido, se deslocarmos o sujeito da análise para as populações em situação de refúgio, esses são pontos que se adequam muito bem na dificuldade de comunicação e compreensão sobre as questões que trazem.

Se não necessariamente os refugiados se enquadrarão no grupo de “humildes, pobres e moradores de periferia”, eles compõem o grupo de populações que tem pouca ou nenhuma representatividade social e em muitos dos casos têm seus direitos violados. Como já visto ao longo do capítulo dois, na maioria dos casos acabam se somando ao grupo das populações às margens. O problema de comunicação, interpretação e expressividade ainda se soma se considerarmos a questão do idioma, das diferenças culturais e dos enormes desafios de integração local.

Mesmo havendo interesse e escuta nas questões que vierem a trazer, por parte dos agentes públicos e ambiente acadêmico, é fundamental não somente propormos processos participativos e construções coletivas, mas também revermos as ferramentas de trabalho e a postura que adotamos nesse sentido.

## 5.1. OFICINAS DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

O mapeamento coletivo “é um processo de criação que subverte o lugar de enunciação para desafiar os relatos dominantes sobre os territórios, a partir dos saberes e experiências cotidianas dos participantes”.<sup>107</sup> (RISLER e ARES, 2013, p.12). Parte-se da relação *direito à cidade x acesso à cidade*, considerando que, a despeito de certos direitos serem garantidos por lei, uma relação urbana desigual, a falta de acesso a serviços e o desconhecimento por parte da sociedade civil levam ao não-acesso à cidade.

Retomando o diálogo entre o direito à cidade com o direito a ter direitos, introduzido no capítulo três, encadeia-se a força enorme em termos de uma problemática político-social do mundo globalizado, neoliberal, apresentada por Arendt e uma diretriz a partir da abordagem político-espacial, introduzida por Lefèbvre. Isto é, a reprodução das relações de produção, realizadas em cada atividade social e refletidas diretamente nos espaços onde se dão, construindo uma relação cíclica onde os espaços produzidos induzem a este mecanismo, resultando em forças, atividades e espaços fragmentados. No entanto, esse espaço não é produzido somente por forças políticas externas, por macropolíticas. Ele é vivido, interpretado e produzido por indivíduos, que carregam micropolíticas e que se estendem pelos territórios.

Repensemos a noção de mapa a partir da colocação de Harvey “O mapa é, com efeito, uma homogeneização e reificação da rica diversidade de itinerários e histórias espaciais; ele ‘elimina pouco a pouco’ todos os vestígios das práticas que o produzem” (HARVEY, 1992, p.230). Sendo os mapas usados tradicionalmente, ferramentas de organização e síntese de informações orientadas a um controle territorial bem como a expressão de uma visão hegemônica acerca do território, é fundamental colocarmos a seguinte questão: como repensar esta ferramenta, a fim de que seja uma expressão da voz, desejos e questões de diversas ordens que emergem da relação dos refugiados e solicitantes, na (e com) a cidade? Por esta via, a população deixa de ser analisada e torna-se sujeito produtor e ator de sua própria realidade, e os mapas tornam-se um potente recurso de expressão disso para a sociedade civil, poder público e instituições de forma geral.

---

<sup>107</sup> Tradução nossa

As oficinas de mapeamento participativo são processos que objetivam levantar as questões e demandas que emergem da relação territorial dos refugiados e solicitantes de refúgio que vivem na região metropolitana do Rio de Janeiro, a fim de suscitar a experiência de vivência urbana cotidiana que fica omissa nos documentos levantados para a elaboração dos mapas de distribuição territorial. A construção de novos relatos e narrativas territoriais requerem ferramentas que promovam a participação e que encorajem a reflexão a partir de narrativas dialógicas (RISLER e ARES, 2013).

Assim, ainda em referência a Risler e Ares, o desenho e a ativação de um arsenal de recursos visuais - iconografias, dispositivos gráficos e cartográficos - instauram uma plataforma de trabalho que incentiva a rememoração, a troca e a sinalização das temáticas. Dispositivos que potencializam a construção colaborativa e dinamizam o processo incorporando uma dimensão estética e simbólica, acrescentando a este universo de análise uma via de expressão da realidade. Traz assim a possibilidade de construir a narrativa de uma presença no território, tramas individuais que se entrelaçam constituindo também um coletivo, sem perder sua singularidade.

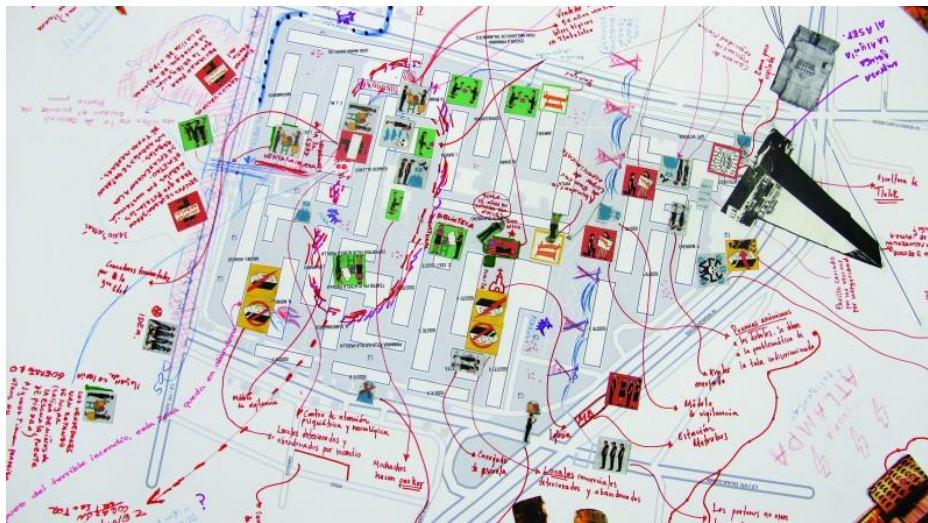
Este torna-se um recurso altamente potente, porque pela via metodológica proposta não apresenta um método qualitativo encerrado nas pressuposições da pesquisadora/facilitadora acerca do assunto. É um método aberto, com uma série de ferramentas que são apresentadas a fim de incitar possibilidades expressivas da forma que o/a participante melhor se identificar. Nele, a condução do processo é necessária para nortear e ancorar a atividade, mas o fundamental é a criação da narrativa que se construirá através da conscientização sobre os movimentos que conformam essas tramas urbanas.

Foi usado como base o *Manual de Mapeo Colectivo*, desenvolvido por Risler e Ares em seu coletivo, Iconoclasistas, que elenca uma série de diretrizes, ferramentas e experiências de oficinas realizadas por eles, que desenvolvem processos com grupos a partir desse caminho metodológico (ver mapas 15 e 16). Juntou-se a isso a experiência da autora dessa pesquisa em colaboração com outra pesquisadora<sup>108</sup>, em elaboração de

---

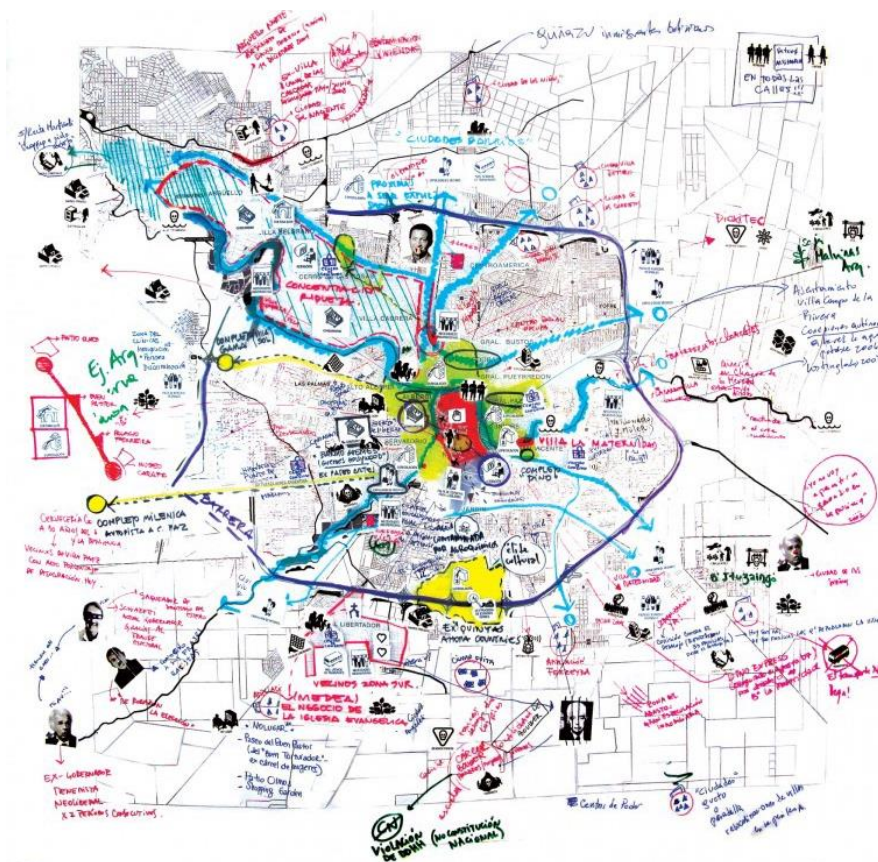
<sup>108</sup> A elaboração das oficinas, sua estruturação, a reflexão acerca das ferramentas a serem adotadas, o percurso metodológico e a facilitação, todas as etapas foram feitas em parceria com a pesquisadora e designer Júlia Sá Earp, que também participou do processo de elaboração dos mapas de distribuição territorial. Foram entendidas como duas etapas de um mesmo caminho, onde a discussão sobre a criação de ferramentas gráficas para os mapas de distribuição territorial estava relacionada ao que seria expresso nas oficinas de cartografia afetiva.

oficinas e trabalhos com grupos sobre experiência no território e expressão disso através de recursos gráficos e visuais.



Mapa 15: Mapa realizado com vizinhos e vizinhas do complexo habitacional Nonoalco-Tlatelolco situado no DF, México, 2012 (Iconoclastas).

Fonte: site Ecologia Política. Disponível em: <<http://www.ecologiapolitica.info/?p=1918>> Acesso 25 out 18.



Mapa 16: Mapa do emprego precário, especulação imobiliária e poluição em Córdoba, decorrente de dois workshops realizados em 2008 e 2010 (Iconoclastas).

Fonte: Latin Art. Disponível em: <<https://www.iconoclastas.net>> acesso: 25 out 18.

### 5.1.1. Oficinas: expressão de si no território e reconhecimento das vivências

A proposta destas oficinas se deu no contexto das aulas de português oferecidas pela Cáritas RJ. Um grande desafio foi encontrar uma maneira de reunir os refugiados especificamente para a oficina proposta – já que isso inclui a disponibilidade de tempo e deslocamento<sup>109</sup>, emocional e necessidade de construção de algum tipo de vínculo prévio para que haja essa abertura à expressão e diálogo. Tendo em vista essas condicionantes, a Cáritas trouxe a possibilidade de as oficinas serem feitas no horário das aulas de português que são oferecidas aos refugiados e solicitantes, a fim de aproveitarmos uma estrutura já conformada de encontro de um grupo. O objetivo inicial foi o levantamento de material conforme descrito acima, no entanto, no diálogo com as professoras e a pedagoga da Cáritas, percebeu-se que era importante manter algum tipo de ênfase no contexto da aula de idioma, até para que as pessoas não se sentissem mais uma vez, como eles mesmos reclamam muito, “objetos de pesquisas e que sentem não dar retorno a eles”.

Com base na definição de Paulo Freire para a Pedagogia do Oprimido:

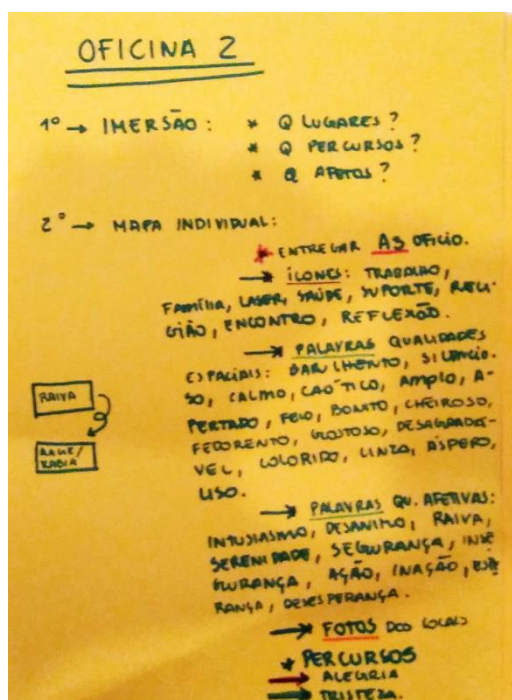
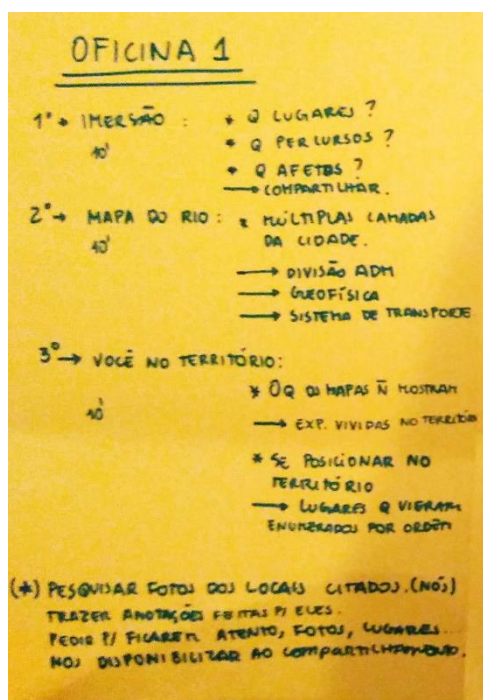
Aquela que tem de ser forjada *com* ele e não *para* ele (o oprimido), enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (FREIRE, 1970, p.32)

Temos assim a busca de construção de um percurso de oficinas que estivessem em um contexto de formação e aproximação dos refugiados da cultura brasileira, o idioma, um dos mais fortes e necessários recursos de integração local. Trabalhamos na construção de um caminho de pensar espaço e território a partir das experiências, usando o vocabulário da vida urbana e cotidiana como recurso expressivo. Buscando criar assim um canal de comunicação entre pesquisa acadêmica e aula de idioma, entre experiência no território e a possibilidade de expressão disso, entre a vida na escala do indivíduo e a leitura do território em que vive a partir de uma possibilidade mais ampla e geral. Ou seja, uma aproximação e interlocução cultural que teve como canais de força o território e as palavras, abrindo possibilidade de maior apropriação tanto de um quanto do outro, contribuindo ao exercício do engajamento e da autonomia.

---

<sup>109</sup> Leva-se em consideração que muitos moram bem longe da região central do Rio de Janeiro, sede da Cáritas (localizada no bairro do Maracanã).

As oficinas foram pensadas para três dias de aula<sup>110</sup>, ocupando metade da aula, 45 minutos. Inicialmente seriam feitas com duas turmas, a de hispanófonos (vindos da Venezuela, Colômbia e Cuba) e francófonos (vindos da República Democrática do Congo). No entanto, a primeira oficina com a turma de hispanófonos não foi bem-sucedida, o que levou a uma simplificação de sua estrutura para a turma de francófonos, que teve uma boa aceitação. Avaliamos este resultado com a turma de hispanófonos por dois motivos. Primeiro, a oficina inicialmente entrava em um exercício de abstração e memória sobre o espaço vivido aqui, que não foi bem aceito no contexto da aula de idioma. Segundo, a oficina demandava um momento de pró-atividade dos participantes, como será explicado a seguir, e, talvez, por questões de ordem mais cultural, ou pela própria conformação da turma, não houve interação. Por fim, eles não quiseram continuar com o processo e as próximas oficinas foram suspensas, já que a disponibilidade e interesse das pessoas em participar das oficinas é o fator mais importante para que estas ocorram. Finalmente, a descrição que segue é referente às três oficinas realizadas com a turma de francófonos.<sup>111</sup>



Figuras 33 e 34: Imagem da estrutura das oficinas de cartografia afetiva com refugiados – oficinas 1 e 2

<sup>110</sup> As oficinas tiveram um espaçamento de uma semana, tendo sido realizadas nos dias 31/10/17, 07/11/17 e 14/11/17

<sup>111</sup> O francês é o idioma oficial na RDC, e esta turma era ministrada por uma professora de francês-português. No entanto, é importante ressaltar que o país conta com quatro línguas nacionais: Lingala, Quicongo, Kituba, Suaflí e Tshiluba, além de centenas de dialetos. Dessa forma, o francês era idioma comum a todos os participantes, mas a maioria falava também algumas das línguas nacionais e dialetos.

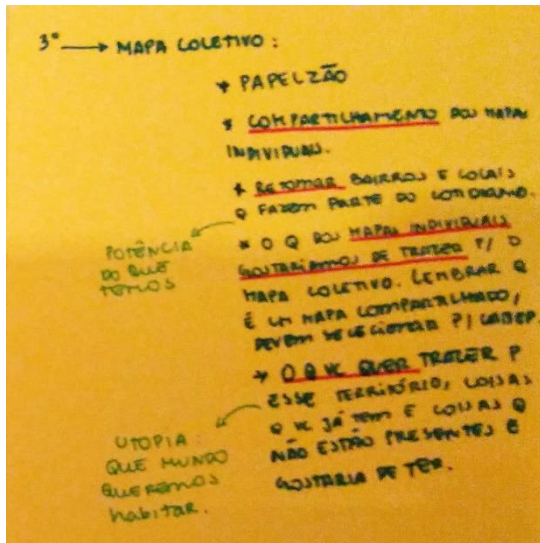


Figura 35: Imagem da estrutura das oficinas de cartografia afetiva com refugiados – oficina 3.

A estrutura metodológica das oficinas foi pensada a partir do exercício de preparação de oficinas que vem sendo desenvolvido pelo escritório Terceira Margem Arquitetura, do qual a autora dessa pesquisa já fez parte.<sup>112</sup> Mesmo sendo um objetivo e tema distintos do que a proposta do escritório abordava de forma geral, teve significativa influência do decorrer deste processo o exercício de pensar uma estrutura de oficinas que permitisse construir um caminho de acesso à memória, experiências e dinâmicas dos participantes.

Contudo, apesar de ter uma estrutura que norteou o processo, as oficinas foram remodeladas a partir de questões que foram sendo observadas: o desinteresse da turma de hispanófonos em continuar – e que pontos foram falhos e que despertaram isso; ajuste ao tempo previsto e o tempo real que tivemos para aplicar a oficina; a demora que alguns processos demandaram, para diálogo e interesse dos participantes, disponibilidade, entendimento da atividade, o que levou a encurtar outras atividades da oficina.

<sup>112</sup> As oficinas oferecidas pelo Terceira Margem Arquitetura trabalhavam com a apresentação de disparadores corporais, sensoriais e criativos aos participantes, buscando suscitar questões referentes à sua experiência no território a partir de uma problemática específica. Essa problemática é o canal norteador das oficinas, que oferece base para sua estruturação. No entanto, o que emerge no processo é aberto e trazido como material tanto de projeto de arquitetura e urbanismo, quanto como base para o que se precisar criar de acordo com o objetivo da oficina.

## Oficina 1: reconhecendo o território e trabalhando em macroescala

- Apresentação do território e reconhecimento de possibilidades de leitura deste;
- Reconhecimento e expressão de si no território.

Para introduzir o tema do território em questão, em um primeiro momento foi feita a apresentação de um mapa grande do município do Rio de Janeiro e arredores, com divisões municipais, principais vias, elementos geofísicos e locação dos bairros<sup>113</sup>. Foram feitas sobre o mapa três camadas em papel vegetal, trazendo a tônica de que é possível olhar para o território de diversas formas, em várias camadas de compreensão: a divisão político-administrativa (áreas de planejamento); mobilidade (linhas férreas, de metrô e malha viária principal); geofísica (serras, maciços e lagoas). Ver figuras 36, 37 e 38.

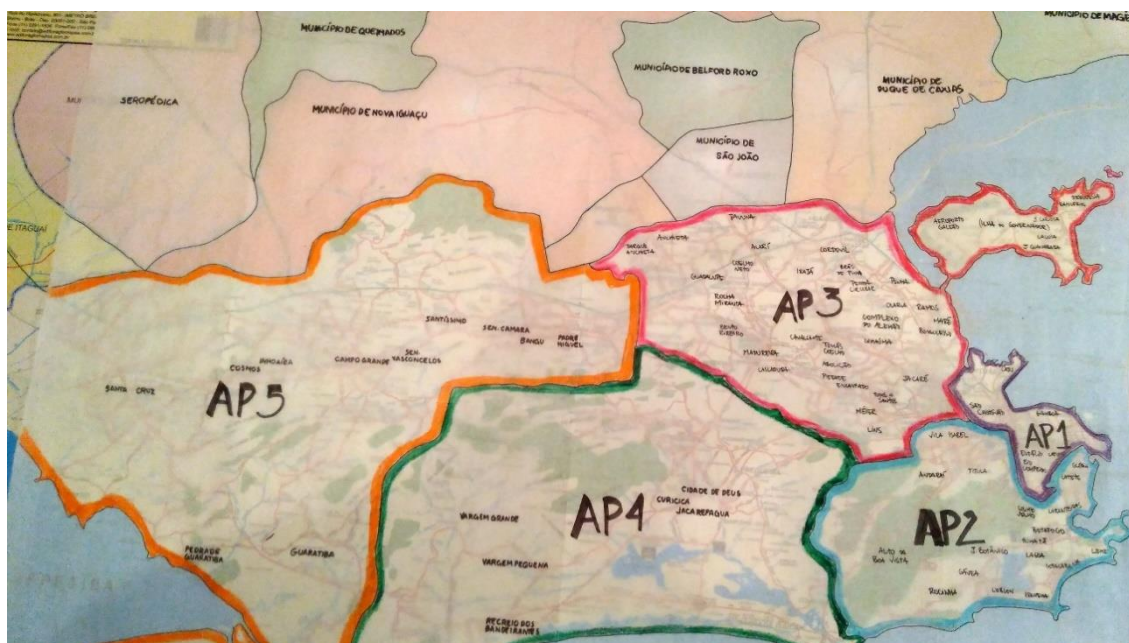


Figura 36: Imagem da camada político-administrativa (APs) feita em papel vegetal sobre mapa físico do município do Rio de Janeiro e adjacências.

Fonte: acervo pessoal

<sup>113</sup> Somente no município do Rio, já que não foi encontrado mapa físico que contemplasse todos os municípios



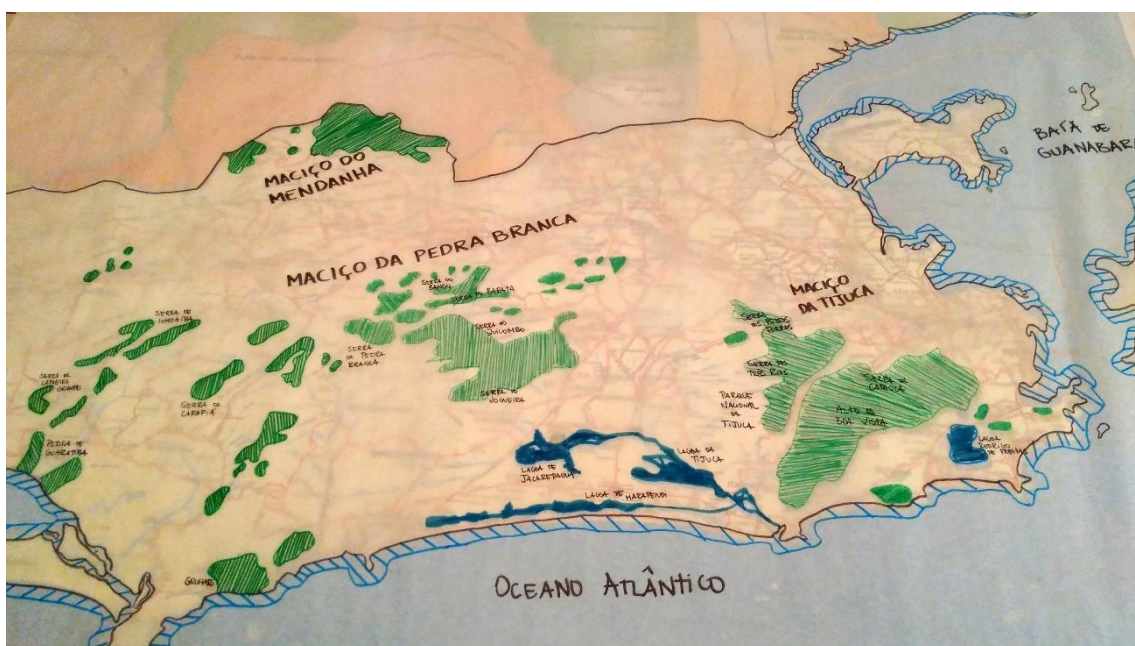


Figura 37: Imagem da camada geofísica feita em papel vegetal sobre mapa físico do município do Rio de Janeiro e adjacências. Fonte: acervo pessoal

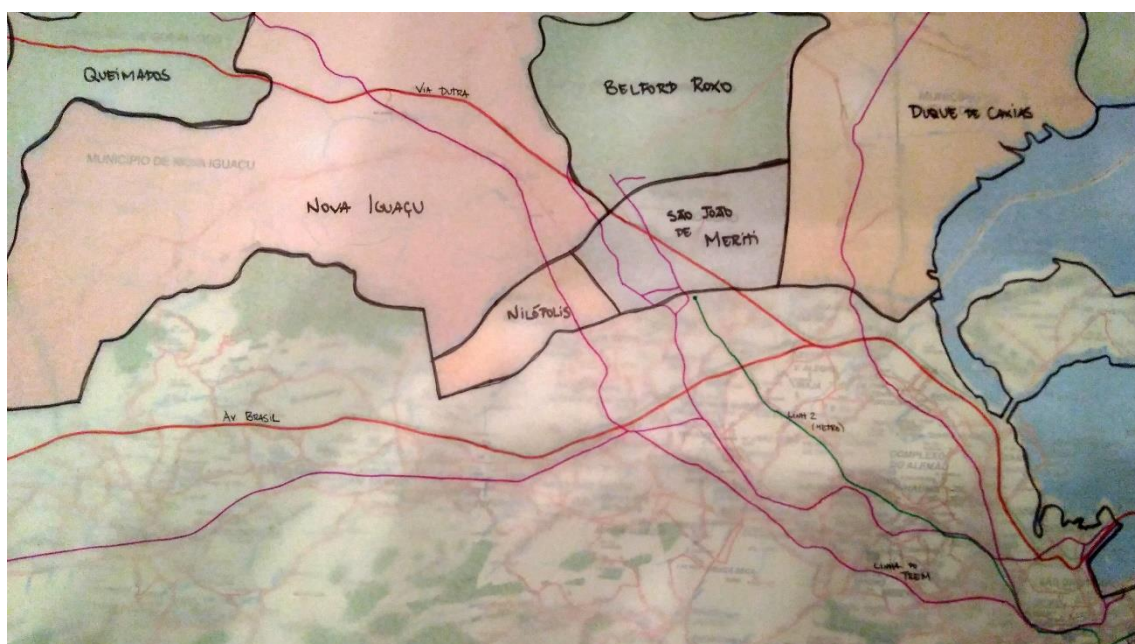


Figura 38: Imagem da camada de malha viária feita em papel vegetal sobre mapa físico do município do Rio de Janeiro e adjacências. Fonte: acervo pessoal

É importante ressaltar que a oficina teve espaço na segunda metade da aula, e contou com um total de sete participantes. A primeira metade da aula trabalhou o tema do subúrbio e da cidade, através de uma música, abrindo a temática para a oficina que

seguia<sup>114</sup>. Inicialmente as camadas de papel vegetal iam sendo apresentadas uma a uma e, ao mesmo tempo que era trazida aquela perspectiva de apreensão do território, explicávamos sobre a conformação histórica do subúrbio em relação com a linha de trem, e como a divisão político-administrativa revelava muito sobre investimentos, interesses e decisões políticas sobre o território. Foi percebido como esse tipo de abordagem e introdução é tanto bem-vinda quanto urgente, pelas as dúvidas que eram suscitadas, a forma como eles se mostravam mais esclarecidos sobre onde estavam e ao darem-se conta de como funcionavam algumas dinâmicas em seus cotidianos.

Por fim, foi solicitado a eles que se identificassem naquele território. Cada um escolheu uma cor para se representar, e pedimos para que marcassem seu local de residência, e também, se assim desejassem, outros pontos da cidade por onde já tivessem passado. Só o fato de poderem falar, ter voz, se expressar, mostrar onde frequentam, já foi o suficiente para ficarem muito à vontade no exercício, tendo havido um excelente retorno e bastante dinâmica.

Percebemos que essa postura abre mais possibilidade para que eles se entendam como conhecedores a partir de sua experiência prática e fiquem com menos vergonha para se expressarem (figuras 39, 40 e 41). Foi solicitado também que cada um escrevesse em um papel os locais por onde já havia passado, morado, trabalhado, informações necessárias para que pudéssemos preparar o material para a oficina 2.

Dessa maneira, o objetivo principal dessa primeira oficina foi apresentar o território abrindo uma margem de diálogo sobre isso, já que os refugiados são obrigados a se incorporar de forma instantânea a complexas lógicas sociais e culturais. E também abrir um primeiro espaço para reconhecimento neste território e afirmação de sua presença e de seus movimentos no mesmo. Isto é, eles serem autores de sua própria desinvisibilização, e nos contarem suas narrativas, tramas e trajetórias em macroescala.

---

<sup>114</sup> Articulação feita em parceria com a professora responsável.



Figura 39: imagem da oficina 1- reconhecimento no território.



Figura 40: imagem da oficina 1- reconhecimento no território.



Figura 41: imagem da oficina 1- reconhecimento no território.

## Oficina 2: trajetos, experiências pessoais e formas de construir suas tramas

- Vocabulário que expresse questões afetivas em relação ao território;
- Ferramentas gráficas que permitam a expressão de seu espaço de vivência;
- Elaboração de material individual que expresse suas tramas urbanas.

Neste segundo momento, foram elaborados pelas facilitadoras alguns materiais que pudessem dar suporte e suscitar memórias e experiências relacionadas à vivência no espaço urbano. O objetivo foi trazer a atenção e trabalhar a conscientização sobre a relação com o espaço, como ele nos afeta e como essa percepção pode ser a base para que tenhamos elementos concretos sobre como o espaço nos potencializa ou nos constrange (GUIZZO, 2014).

Guizzo, ao discorrer sobre a ética, em referência ao filósofo Spinoza, indica que ela não propõe modelos, mas que, seguindo na direção oposta, indica um caminho de seleção dos encontros para que sua potência de agir aumente, reconhecendo a si a outros corpos e identificando o que lhe convém (2014, p.220). Segundo a autora:

Cada um, a partir da sua experimentação pode descobrir o que lhe convém. Selecionar é o mesmo que se colocar, ao máximo, em situações nas quais o seu corpo se componha diretamente com outros corpos (...) a Ética propõe uma questão: como se colocar nas relações de modo a aumentar a sua potência de agir? E será aumentando a sua potência, e não a constrangendo, que melhor se poderá se compor com a sua comunidade. (GUIZZO, 2014, p.220)

Com base no material disponibilizados no Manual de Mapeo Colectivo, dos Iconoclasistas, foram elaboradas, de acordo com o contexto urbano local, o grupo de refugiados e as questões trazidas na oficina anterior, as seguintes ferramentas:

- Fotografias dos locais indicados por cada participante na oficina 1. Cada pessoa recebeu um grupo de imagens do que havia descrito como parte de seus espaços de vivência aqui. Havia também imagens de outros lugares que não tinham sido descritos, caso lembrassem e desejassem incluir;
- Ícones de atividades (figura 42);
- Palavras escritas em papéis individuais, que pudessem qualificar os lugares, percursos, ícones. Havia também papéis em branco para a inclusão de novas palavras;
- Canetas coloridas;

- Uma folha em formato A3 para ser usada como base.

1) Momento 1: vocabulário. Palavras/vocabulário em português, com conteúdo referente a qualidades espaciais e afetivas relacionadas ao espaço. Foram colocadas no quadro as palavras, eles anotaram, e depois a professora foi passando uma a uma, o significado e sonoridade delas.

-Qualidades espaciais: barulho, silêncio, calmo, agitado, grande, pequeno, amplo, apertado, bonito, feio, cheiroso, fedorento, quente, frio, cheio, deserto, seguro, inseguro, gostoso, desagradável, colorido, cinza

-Qualidades afetivas: alegre, triste, engraçado, legal, chato, tenso, tranquilo, entusiasmo, desânimo, raiva, tranquilidade, esperança, desesperança.





























































 PONTO DE ÔNIBUS	 PONTO DE ÔNIBUS	 PONTO DE ÔNIBUS	 TRABALHO	 TRABALHO	 TRABALHO	 TREM	 TREM	 TREM	 IGREJA
 ATIVIDADE FÍSICA	 ATIVIDADE FÍSICA	 ATIVIDADE FÍSICA	 TRABALHO	 TRABALHO	 TRABALHO	 METRÔ	 METRÔ	 METRÔ	 HOSPITAL
 CÁRITAS	 CÁRITAS	 CÁRITAS	 COMIDA	 COMIDA	 COMIDA	 CARRO	 CARRO	 CARRO	 PARQUE
 BICICLETA	 BICICLETA	 BICICLETA	 PARQUE	 PARQUE	 PARQUE	 ÔNIBUS	 ÔNIBUS	 ÔNIBUS	 IGREJA
 COMIDA	 COMIDA	 COMIDA	 POLÍCIA	 POLÍCIA	 POLÍCIA	 AVIÃO	 AVIÃO	 AVIÃO	 HOSPITAL
 PRAIA	 PRAIA	 PRAIA	 ESCOLA	 ESCOLA	 ESCOLA	 CASA	 CASA	 CASA	 PARQUE

Figura 42: imagem dos ícones de atividades para elaboração dos mapas.

2) Momento 2: construção dos mapas afetivos individuais. O conjunto de imagens foi entregue e pedimos para, na folha A3 - que representava seu espaço de vivência na cidade - colassem aquelas imagens da forma que desejassem; usando ainda canetas coloridas que pudessem simbolizar percursos, ícones que representavam espaços e equipamentos que fazem parte do cotidiano e as palavras escritas no quadro.

Assim, somando os espaços de vivência na cidade, descrições das qualidades afetivas e espaciais, construção de percursos e trajetos e pontuação de espaços físicos de vivência cotidiana, foram construindo seus mapas. Houve uma orientação constante das facilitadoras, estimulando-os, já que no início existia uma certa dificuldade por conta da falta de orientação direta sobre o que fazer com os elementos. Ficávamos com eles e com elas, lembrando espaços, perguntando se era esse, aquele, ou algum que não estava ali. No caso de haver espaços que não tinham representação trazida por nós, escrevíamos junto (figuras 43, 44, 45 e 46).

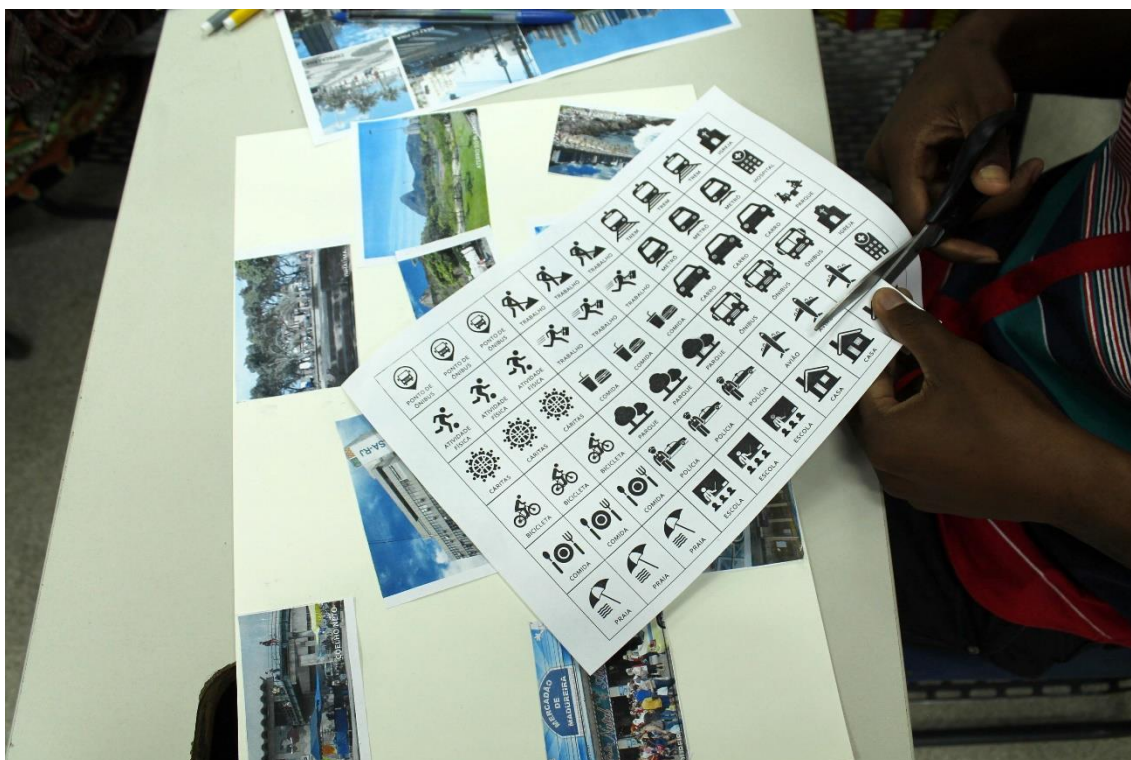


Figura 43: imagem da oficina 2 - elaboração dos mapas.



Figura 44: imagem da oficina 2 - elaboração dos mapas.



Figura 45: imagem da oficina 2 - elaboração dos mapas.



Figura 46: imagem da oficina 2 - elaboração dos mapas.

A atividade do segundo dia de oficina contou com cinco participantes, sendo que desses três estavam presentes no primeiro dia de oficina. Este foi um fator frágil para a oficina, já que a maioria das pessoas não participou da atividade de maneira integral. De toda forma, houve um excelente retorno, tanto nas falas deles quanto no fato de desejarem continuar a atividade. Notamos o contentamento em identificarem as fotos dos locais que disseram que frequentavam; em colocarem, escreverem, todos os lugares que já frequentaram ou que frequentam na/nas cidade(s) - alguns precisaram de duas, até três folhas - em falar das atividades que faziam aqui, reclamar da qualidade do transporte. Ao longo do exercício, uma das participantes se deu conta de que só conhecia “lugares feios da cidade” e comparando seu mapa (mapa 2) ao de outras pessoas, percebeu como não conhecia vários lugares, explicitando assim a necessidade de conhecer melhor a cidade onde vive.

Foi de suma importância no contexto dessa pesquisa e de suas etapas anteriores, comprovar a hipótese de que, no seletivo grupo de participantes desta atividade, a grande maioria vivia na periferia da cidade ou em municípios vizinhos, e quase todos em áreas de favela. Pelos ícones usados, o meio de transporte majoritário foi trem ou ônibus.

No mapa 17, um longo percurso em relação a duas imagens que estão fisicamente próximas no mapa, pode indicar os tempos de trajetos que percorrem cotidianamente. Em outro (mapa 19), foi feita uma grande massa verde (provavelmente o Maciço da Pedra Branca) separando as duas zonas de vivência do participante: zona norte e zona oeste. Consideramos essa uma expressão muito valiosa da atividade, sugerindo a riqueza de percepção do espaço urbano local, como o tecido se conforma com a geografia da cidade, como há uma clara segregação entre zonas e à quais delas seu universo de vivências está associado.

O mapa 21 e relatos de um participante que não participou dessa oficina, mas esteve presente na primeira e na terceira, deixam claro a importância das redes de acolhimento. Esses dois foram os participantes com maior circulação pela cidade, que fazem uso de equipamentos públicos, parques, conhecem praças e uma variedade maior de regiões; os dois estão associados a grupos religiosos, que promovem encontros e atividades sociais para sua comunidade.

De forma geral, há uma expressão muito clara sobre os espaços que frequentam e como os qualificam, sobre o valor dos espaços de encontro e atividades sociais, a







Mapa 19: mapa produzido ao longo da oficina 2.



Mapa 20: mapa produzido ao longo da oficina 2.



Mapa 21: mapa produzido ao longo da oficina 2.

### Oficina 3: compartilhamento das vivências urbanas

- Vocabulário e tempos verbais futuros: o que eu mudaria na minha realidade?
- Compartilhamento dos mapas e troca de experiências urbanas

O objetivo inicial dessa última oficina, dentro da construção metodológica proposta, foi fazer um mapa coletivo. Após uma discussão sobre os mapas individuais, trabalharíamos sobre os aspectos que cada um gostaria de levar do seu mapa individual para o mapa coletivo. Em outras, palavras, o que dos espaços de vida, práticas e experiências pessoais, cada um acha importante de levar para o espaço compartilhado. Com isso trabalharíamos a força da construção coletiva e partir das potências individuais, e como é possível perceber, viver e transformar o espaço a partir o encontro e da construção coletiva. Como já diria Guizzo sobre a composição direta de corpos, “Pressupõe uma experimentação tanto quanto uma postura ativa, e não passiva, em relação aos próprios encontros” (2014, p.220).

No entanto esta etapa não pôde ser desenvolvida da forma como foi idealizada, pelo fato de que a primeira metade da aula (não destinada à oficina) se estendeu demais e não houve tempo hábil e nem disposição dos participantes para seguirmos este caminho, que demandava mais uma vez disponibilidade deles. Por outro lado, outras potências surgiram nesse rearranjo. Na aula foram trabalhados tempos verbais futuros e foram preparadas pela professora questões como “o que você mudaria no Rio de Janeiro?”(1); “diga dois lugares que seu amigo não visitaria no Rio de Janeiro”(2); e “três coisas que você desejaria que houvessem no Rio de Janeiro”(3).

Em relação à primeira pergunta, “o que você mudaria no Rio de Janeiro? ”, as respostas foram as seguintes: “eu mudaria problema de documentos”; “eu mudaria a violência”; “eu mudaria a polícia”; “eu mudaria as favelas”; “eu mudaria casa”; “eu mudaria emprego”.

Em relação à segunda pergunta, “diga dois lugares que seu amigo não visitaria no Rio de Janeiro”, as respostas foram as seguintes: “ela não visitaria a favela da Rocinha”; “ela não visitaria a favela da Formiga”; “ela não visitaria Magé”.

Sobre a terceira pergunta, “três coisas que você desejaria que houvessem no Rio de Janeiro”, as respostas foram as seguintes: “desejaria que dessem nossos documentos” (duas pessoas disseram o mesmo, em relação ao registro nacional de estrangeiro - RNE); “desejaríamos que houvesse uma polícia competente no Rio de Janeiro”; “nós desejaríamos que houvesse muito emprego no Rio de Janeiro”.

O compartilhamento dos mapas foi um exercício importante de fala, construção de uma narrativa sobre as trajetórias urbanas. Trouxe seus lugares de moradia, que, de forma geral, eram classificados como “perigosos”. Os locais de maior circulação, no que diz respeito a espaços de convivência, sociabilidade, comércio, eram em geral na zona norte. Os bairros da zona sul, os que já visitaram foram a passeio e qualificam como “bonitos e alegres”. Os participantes mais ativos e que mais circulam pela cidade, o fazem tanto porque mantêm algum tipo de vínculo com entidades da sociedade civil, sejam elas religiosas, que promovem passeios e atividades em grupo, ou com a Cáritas que atua na integração local através da promoção ou facilitação de cursos, cursos profissionalizantes, passeios, entre outros. Outro relato bastante recorrente era sobre a discriminação racial, coisa que não haviam experimentado até chegar aqui, já que em seu país praticamente toda a população é negra.

Falas que mais uma vez relatam a realidade na qual vive o grupo que, nesse caso aqui, representa a população da RDC. Os incômodos e desejos de mudança são de forma geral relacionados à questão da regularização de seu status migratório, dos locais de moradia e os problemas de violência que acompanham seus espaços de vivência, bem como o desemprego. Ratificando a discussão do capítulo dois, reforçado nas entrevistas feitas para o capítulo três, de que essas populações de refugiados, dependendo do país de onde vieram e de sua condição social, vão se inserir nas mesmas dinâmicas das populações brasileiras que estão nas margens – em sua grande maioria, pobres e negras.

## 5.2. PRÁTICAS URBANAS

### 5.2.1. Acolhimento como resposta à permanente transitoriedade

A partir da relevância das formas de acolhimento como sendo um dos primeiros canais de alternativa de moradia e de integração local para boa parte das pessoas em situação de refúgio, retomo a noção de assimilacionismo ou o processo assimilacionista (ARENDETT, 1943). Segundo Cavalcanti (2014), é baseada na ideia que a equidade e a igualdade podem ser alcançadas através da plena adoção de regras e valores coletivos da república, evitando diferenciações de caráter cultural. Por outro lado, temos o relato de Mireille que sugere um movimento espontâneo, já existente e que conforma as tramas de articulação social e ocupação territorial dos refugiados no Rio de Janeiro. Um forte e potente movimento que dá contorno, nesse contexto, ao que Bourdieu define como espaço social: onde se organizam as diferenças sociais e onde são articuladas as posições sociais dos agentes (indivíduos), as disposições (habitus) e as tomadas de posição (práticas).

Sylvie Courtine-Denamy, coloca a questão: “como ser do mundo e não apenas estar no mundo?” (COURTINE-DENAMY, 2004, p.12). Nesse sentido, pensar espaços e territórios de acolhimento sugerem uma reflexão sobre o próprio sentido de acolher, ou, segundo a metáfora de Kristeva do espelho (1988), como olhamos para o outro e o incorporamos à nossa realidade. Se por um lado, se pode sugerir uma transformação social e conseqüentemente espacial, pela forma, pelo modelo, pelas regras estabelecidas, por outro podemos olhar para os movimentos e tramas que se constituem e o que isso nos

conta, o que nos revela. Em relação ao deserto sobre o qual discorre Arendt, e sobre a ação política de resistência, Courtine-Denamy coloca:

Responder pelo mundo supõe a capacidade de se opor às mutações sofridas pelo mundo, lutar contra a opressão, combater, agir, buscar a constitucionalização do dever de desobediência a fim de marcar nosso dissentimento para com os crimes perpetrados em nosso nome. Em uma palavra: resistir.

Responder pelo mundo, ser seu fiador, suporia, também, a capacidade de representar, de imaginar o destino futuro dos homens, de preservar a herança contra a ameaça constante do deserto. Assim, a política aparece simultaneamente como condição do *vir-a-ser mundo* e condição do *vir-a-ser do mundo*, construí-lo contra a morte, torná-lo um mundo no qual os homens fossem livres para agir e pensar, onde a pluralidade, que é o seu fundamento, fosse preservada, onde os direitos universais estivessem garantidos sem que se abolissem os particularismos indenitários.” (COURTINE-DENAMY, 2004, p.12)

O acolhimento surge então como uma resposta política, um movimento que nasce e cresce a partir da identificação de uma urgência, que se inicia aqui através da resistência social da população (sejam refugiados ou não) que acolhe como uma resposta pelo mundo. Nesse contexto, uma micropolítica urbana, de resposta a um problema latente: a ausência de políticas – macropolíticas - de acolhimento e abrigamento. As tomadas de posição, práticas, sugeridas por Bourdieu, são peças desse rico mosaico que já se apresenta aqui há anos, de forma ainda pouco incorporada em políticas públicas e com tímida expressividade midiática.

Temos assim ferramentas para pensar, discutir e agir sobre esses espaços urbanos de acolhimento. Fica o convite para trazermos mais força e possibilidade de articulação a eles, bem como incorporação na forma de se pensar políticas de acolhimento. Expandir a discussão teórica e técnica para além de soluções que endossam a lógica da provisoriedade e, conseqüentemente, da exclusão.

### **5.2.2. Movimentos sociais, autonomia e visibilidade**

Marfleet aponta que os refugiados urbanos estão, em um movimento mais global, tornando-se mais organizados e expressivos. Segundo ele isto é, em parte, uma reação ao aumento da pressão das autoridades locais sobre a determinação do reforço de acampamentos rurais ou deportação (2007, p.42). Isso indica que há um movimento de resposta à irresolução de sua situação, seja pelas alternativas encontradas para o gradativo

fechamento de fronteiras, lentidão no processo ou extremo rigor nas análises das solicitações de refúgio, e sua invisibilização e categorização como marginais no espaço urbano.

Se por um lado a situação é altamente crítica, por outro mostra que há uma força contrária à opressão, de desejo de expressividade, movimentos de união, organização, autogestão. A busca por um espaço de representatividade torna-se latente. Mesmo que não tenhamos mais “crises de interpretação” – como coloca Valla - enquanto sociedades, um dos primeiros passos para a integração e um acolhimento digno, é somarmos da maneira que pudermos, oferecermos força, trabalho e troca aos movimentos que as populações refugiadas vêm empreendendo. Em um primeiro momento, como buscamos trazer ao longo dessa dissertação, é necessário sim olharmos para a questão, desnaturalizarmos algumas construções pessoais e sociais, e abrir espaço à voz, visibilidade e ação a essas populações. Esse primeiro reconhecimento é fundamental para nós, enquanto sociedade, e a hipótese aqui é que a desinvisibilização espacial tem muito a contribuir nesse processo.

Em um segundo momento, é enxergarmos as tendências que se revelam a nós. Para sua força, sua beleza, sua grandeza. Relembrando o guia de ruas da Maré, visto no capítulo 3, temos um exemplo da potência de uma ação política que parte de organização comunitária dentro de um processo participativo que buscou trazer para o campo do visível um território altamente estigmatizado. A invisibilização e sua legitimação pelo Estado é também ferramenta de manutenção dessa estigmatização. Esta torna-se uma resposta muito concreta a um desejo de reconhecimento social, político e cultural da população local através de sua visibilização no território.

Seguindo esse percurso, tomo o exemplo da ONG, África do Coração, fundada em 2013 em São Paulo, mas que teve sua formalização apenas em 2016. Recentemente um pequeno grupo de refugiados reconhecidos abriu uma sede no Rio de Janeiro. Esta é a primeira ONG de refugiados e imigrantes criada e formada por eles e para eles; atuam tanto na assistência social, quanto no suporte à integração local dessas populações na sociedade brasileira. Tem como preocupação também combater o racismo, a xenofobia, a islamofobia, e todas as formas de preconceito. É importante notar que as ênfases dadas pela gestão da organização são reflexo direto dos problemas que os refugiados notaram a partir de sua condição e que buscam, por meio dessa, construir bases de ação e suporte

para os novos que aqui chegam. O nome da organização diz muito sobre sua compreensão de mundo, de territórios e de cultura:

“A África é um grande continente que possui inúmeros países com costumes diferenciados, no entanto, é uma comunidade que sofre e partilha os ideais de fraternidade. O Brasil tem muito da África, haja vista a sua história de imigração, a sua descendência, ou seja, todos fazemos parte do mesmo coração. África é o berço da humanidade e nosso coração reside e repousa neste berço.”<sup>115</sup>

---

<sup>115</sup> Fonte: site África do Coração. Disponível em: < <http://africadocoracao.org/quem-somos-africa-do-coracao/>> Acesso em 16/10/2018



## **Considerações finais**

## **Conclusões e contribuições ao debate**

Este trabalho buscou trazer um olhar para a temática dos refugiados urbanos no campo disciplinar do urbanismo, através da visibilização de sua presença no território. Para isso, foi necessário pensar o processo de significação do sujeito refugiado no espaço urbano, bem como as determinações políticas que serão consequentes dessa leitura. A fim de entender o que revelam os mapas no contexto territorial da pesquisa – a Região Metropolitana do Rio de Janeiro - foi necessária também uma análise socioespacial local em perspectiva histórica, e as consequências sociais relacionadas.

Os mapas de distribuição territorial que ilustram a distribuição de solicitantes de refúgio ao chegarem no território em questão, identificando o primeiro bairro de moradia registrado, tendem a confirmar a hipótese levantada pela base teórica construída ao longo dos dois primeiros capítulos. Isto é, a população em situação de refúgio tem uma tendência a acompanhar o processo de deslocamento para os municípios periféricos, subúrbios e favelas, havendo também uma relação mais específica com os grupos nacionais que terão maior tendência a esse movimento. O movimento dos refugiados no contexto local é uma consequência direta de acontecimentos, guerras e conflitos pelo mundo, em determinados períodos históricos; logo, sua chegada no território em estudo e as lógicas de inserção territorial que nortearão suas vidas serão em relação direta a esses períodos históricos.

Essa lógica de ação busca contribuir também ao debate sobre pensar o refugiado no contexto urbano a partir de um olhar para sujeitos que constituem um grupo heterogêneo, e não necessariamente uma massa única classificada tradicionalmente como “refugiados”. A análise de um problema social fazendo uso de ferramentas de identificação dele no espaço mostrou-se altamente necessária e esclarecedora ao longo dessa investigação.

Os mapas ilustram onde os refugiados se instalam e qual seu movimento dentro do território, enquanto grupos nacionais. Também revelam quais são as regiões com maiores tendências a aglomerações, e como isso está relacionado às nacionalidades, o que ajuda a abordar mais estrategicamente o problema.

Foi notada também a importância de se trabalhar a análise espacial em diversas escalas, para que se possa pensar instrumentos de ação e resposta em contextos urbanos mais específicos. A exemplo disso, observamos concentração de grupos nacionais tais

quais angolanos, congoleses e venezuelanos, e que têm variações no volume demográfico em determinados bairros que ocupam. É possível notar que apresentam mudanças ao longo dos anos, tanto no que diz respeito aos locais de moradia quanto ao volume dos grupos. Estudar mais especificamente os movimentos, seja de grupos de nacionalidades específicas, ou da aglomeração em determinados recortes do território, são novos caminhos de pesquisas que se revelam. Esses elementos inauguram outras problemáticas, que podem ser analisadas em maiores especificidades, outras escalas e recortes.

Trabalhar em diferentes escalas, além da proposta nessa investigação, bem como com recortes sociais mais específicos de pessoas em situação de refúgio, pode ser um fator de grande contribuição para pensar políticas públicas para integração local e atenção à população refugiada. Podem ser pensadas soluções de forma mais estratégica e pontual, em consonância com especificidades dos grupos, mas considerando também as contradições e conflitos existentes no território em questão. As entrevistas feitas e o que foi mostrado nos mapas, planilhas e gráficos que identificam como é feito o acolhimento da população refugiada no momento da chegada no Rio de Janeiro, mostram a urgência da ênfase em políticas de acolhimento, sobretudo neste, que é o momento mais vulnerável para eles.

A identificação entre a escala global do fenômeno e a escala local da cidade, possibilitam a reflexão e proposição conceitual sobre o significado dos espaços e políticas de acolhimento. Para além da reflexão, foram oferecidos subsídios, seja através dos mapas criados, seja através da metodologia desenvolvida, trazendo a espacialização tanto como recurso para reconhecimento das contradições analisadas, quanto para a atuação mais estratégica sobre a questão em escala urbana. Isto é, em diálogo com as pessoas, organismos e instituições envolvidas.

Aos mapas de distribuição territorial, se soma a experiência, relatos e caminho pedagógico construído para as oficinas de mapeamento participativo com pessoas refugiadas, e como trazer possibilidades de inclusão e autonomia através do esclarecimento e tomada de consciência sobre onde vivem e o que isso significa nesse contexto. Uma conscientização também sobre como o espaço, a mobilidade, a dinâmica urbana local, as relações sociais discriminatórias, influenciam diretamente suas vidas e a forma como viverão aqui – o que se pode chamar, nesse contexto, de impactos sobre a integração local.

Os marcos teóricos adotados foram fundamentais para a desnaturalização da questão do ponto de vista socioespacial, em escala local e global, tanto para assumir o significado político e social que os mapas representam nessa temática, quanto oferecendo subsídio para sua melhor compreensão.

Através das noções de exclusão inclusiva (AGAMBEN, 2007), permanente transitoriedade (ROLNIK, 2015), e territórios e populações de margens (TELLES, 2010) e invisibilidade (CUNHA, PORTO et al., 2015) foram elaboradas as categorias que permitiram criar subsídios para analisar a condição em que vivem os refugiados urbanos residentes no Rio de Janeiro. Sua heterogeneidade como grupo, a partir das nacionalidades identificadas individualmente nos mapas, também revela quais grupos de refugiados se incorporarão mais às dinâmicas urbanas e grupos sociais brasileiros que podem ser incorporados às categorias elencadas.

Foi trabalhada a noção de refugio humano (BAUMAN, 2004) e provisoriedade como condição socialmente construída para pessoas em situação de refúgio, e endossada por respostas de caráter espacial (AGAMBEN, 2007; AGIER, 2002; ARENDT, 1951). A isto podemos classificar como permanente temporalidade (ROLNIK, 2015) a condição a qual os refugiados são associados, de forma geral, em países onde buscam refúgio. As respostas espaciais e esta condição, por serem de natureza técnica, de forma geral seguem norteadas por essa lógica, e acabam por contribuir para sua manutenção. De forma geral, as soluções espaciais encontradas para lidar com o refugiado, acabam sendo assim tanto de caráter de confinamento quanto de provisoriedade (AGIER, 2002; ARENDT, 1951), levando a uma exclusão inclusiva (AGAMBEN, 2007).

Verificamos como os refugiados acabam sendo incorporados em espaços e condições classificadas como ilegais, seja pelo corpo social, seja como consequência da ausência de políticas de acolhimento que ofereçam a devida atenção ao tema. Acabam por se somar, de forma geral, pela condição social e espacial que ocupam, às populações já em situação de vulnerabilidade que são cidadãs brasileiras, e se mesclam à condição de invisibilidade, provisoriedade e constante desenraizamento (CUNHA, PORTO et al., 2015).

## **Desafios**

O maior desafio que se mostrou ao trabalhar território urbano e refúgio, foi o fato de serem dimensões que já carregam, em si, uma contradição enorme. Contradição por situações sociais, econômicas, políticas e culturais constituídas socialmente, abrindo precedentes para que conflitos já existentes se intensifiquem.

Pela forma como o fenômeno do refúgio se apresenta, pela construção social do problema, tendemos a relacionar a condição de não pertencimento como algo inerente à aquela pessoa, assim como a condição de ilegalidade pela situação em que são socialmente colocadas, e invisibilidade por inseri-la em lógicas urbanas naturalizadas.

Do ponto de vista propositivo, trabalhar com populações em fluxo desafia às possibilidades de controle populacional – o que é inclusive um enorme desafio para os órgãos públicos competentes - origens e destinos, massas que chegarão em território nacional. Sua condição de fluxo e um grau de imprevisibilidade se projetam em uma direção quase oposta à como poderão ser organizados e identificados no território. Sua condição de invisibilidade socioespacial acaba sendo uma estratégia da população refugiada para lidar com as burocracias e certos partidarismos que acompanham a avaliação de sua solicitação de refúgio, o que fortalece a manutenção dessa lógica política.

O desafio maior que fica é, não só para o campo disciplinar do urbanismo, mas para qualquer campo que estude refúgio, aprender a lidar com a fluidez de pessoas no espaço, sua invisibilidade social e territorial, e como incorporá-las, dada essa conjuntura, como sujeitos contemplados por políticas intersetoriais.

## **Pensar *no* e *com* o mundo**

No âmbito da população refugiada que vive em ambientes urbanos, é essencial pensar soluções que estejam em diálogo com a realidade local. No caso do Rio de Janeiro, considerar a problemática em escala local, e quais estratégias de sobrevivência nesta cidade os refugiados adotam para se adaptarem ao cenário de precário acesso à moradia e ao espaço urbano, de forma geral. Indo para além de acesso aos serviços públicos, mas também de reconhecimento social de sua condição, e de visibilidade de sua presença e de sua estada no Brasil, recurso que fortalece sua atenção por políticas públicas. Em síntese, criando um diálogo entre direitos e acesso, reconhecendo quais são as tendências e

contradições que não permitem que os direitos sejam garantidos, e quais caminhos podemos seguir para potencializar ações, sejam elas existentes – a exemplo das estratégias de acolhimento local pela sociedade civil – ou diretrizes de planos e programas de organismos intergovernamentais e governamentais, bem como políticas intersetoriais.

Para nós, enquanto sociedade brasileira, as populações imigrantes mostram o desafio de buscarmos ultrapassar o que limita nossa visão ao nos apegarmos a soberania nacional, a dimensão do que deve ser um Estado-nação, e todas as outras estratégias de manutenção do controle do que “é nosso”. Entendermos que a construção social desses conceitos é o que permite que se fortaleçam e continuem reproduzindo lógicas de exclusão.

No início do processo dessa investigação tínhamos elementos que pareciam ser apenas reveladores de um cenário catastrófico no que tange refugiados; ao final dele, temos algumas sugestões de reflexões sobre o que podemos transformar na nossa relação com o assunto, e tudo o que podemos criar a partir disso. Reelaborar ferramentas de trabalho; rever nossa relação com o outro, com nós mesmos e com nosso território; aprender a acolher sem podar o que é diferente. Olhar para o espaço como um recurso de acolhimento e o urbano como possibilidade de reconhecimento das diversidades.

Como podemos trabalhar juntos, pensando políticas públicas, pesquisas acadêmicas, cursos de formação, formas de trabalho, em diálogo com organizações e movimentos sociais? Indo para além de uma postura assistencialista, mas uma postura de aprendizado e abertura para que essas pessoas ocupem os mesmos lugares que nós ocupamos nessa sociedade. Para que contribuam da melhor forma que podem, para que tragam tanto de si para nós. Para que nos reconstruamos, constantemente, enquanto sociedade e nos reconheçamos, constantemente, como humanidade.

Encerro com o fotógrafo Sebastião Salgado, que com seu trabalho *Êxodos*, foi o responsável por um dos meus primeiros despertares para o assunto, sendo de forte inspiração para o desdobramento desta pesquisa. Ficam suas palavras, e uma imagem de sua obra, que oferecem subsídio para repensarmos a postura que viemos adotando enquanto sociedade, na leitura da temática dos refugiados, ou dos exilados, ou dos invisíveis, dos que extrapolam nossa lógica de organização e controle do que pode ser o outro – e do que podemos ser nós.

Fica também o convite para olharmos para o exemplo de Pacaraima, e o do Rio de Janeiro, como um aprendizado, sobre o que significam as tensões e conflitos que emergem em um território comum, a partir do encontro com o outro; o que o presente revela, e como é urgente que nos ressignifiquemos enquanto humanos, para que assim, possamos nos ressignificar enquanto sociedade.

Mais do que nunca sinto que a espécie humana é uma só. Há diferenças de cor, de idioma, de cultura e de oportunidades, mas os sentimentos e as reações das pessoas se parecem muito. Elas fogem das guerras para esquivar-se da morte, migram para melhorar de vida, edificam novas vidas em países estranhos, adaptam-se a condições extremamente adversas. Em todo lugar, impera o instinto individual de sobrevivência. Mesmo assim, como espécie, parecemos propensos à autodestruição.

Talvez nossa reflexão deva começar por aí: pelo fato de que nossa sobrevivência está ameaçada. O novo milênio é apenas uma data no calendário de uma das grandes religiões, mas pode ser a ocasião para fazermos um balanço. Temos a chave do futuro da humanidade, mas para poder usá-la temos de compreender o presente. Estas fotografias mostram parte desse presente. Não podemos nos permitir desviar os olhos. (Sebastião Salgado. Êxodos, 2000)



Figura 47: fotografia de Sebastião Salgado.  
Fonte: Êxodos,  
Sebastião Salgado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de A. Evolução urbana do Rio de Janeiro. 4ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, [1987] 2013.

ACNUR. Declaração e Plano de Ação Brasil. Publicado em 2014. Disponível em <<http://www.acnur.org/cartagena30/pt-br/declaracao-e-plano-de-acao-do-brasil/>> Acesso: 20 de jan 2018.

ACNUR. Plano de Ação México. Disponível em: <[http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Declaracao\\_e\\_Plano\\_de\\_Acao\\_do\\_Mexico.pdf](http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_e_Plano_de_Acao_do_Mexico.pdf)> Acesso em: 20 mar 2017

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. Tradução: Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AGIER, Michel. Between war and city: towards an urban anthropology of refugee camps. Ethnography. Londres, Thousand Oaks, CA e Nova Délhi, 2002.

ARANTES, O. Urbanismo em fim de linha. São Paulo: Edusp, 1998.

ARENDETT, Hannah. O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem. In: Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. 9ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1951] 1989.

————— We refugees [1943]. In: Altogether elsewhere: writers on exile. Londres: Faber & Faber, 1994.

BARRETO, Luis Paulo Telles Ferreira. Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. ACNUR e Ministério da Justiça, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Tradução Mauro Gamma e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

————— Vidas desperdiçadas. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BOSI, Ecléa. O Tempo Vivo da Memória: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico em BOURDIEU, P. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei Nº 826/2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1049255> Acessado em 01/04/2018.

CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DO RIO DE JANEIRO. Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.caritas-rj.org.br>> Acesso: 30 abril 2017.



CASTELLS, M. (2000). A questão urbana. Coleção Pensamento Crítico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTI, Leonardo. SIMÕES, Gustavo F. Assimilacionismo x multiculturalismo: reflexões teóricas sobre os modelos de recepção dos imigrantes. Revista Esferas, nº 3, 2014.

CEPERJ. Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Disponível em:  
<[http://www.ceperj.rj.gov.br/noticias/Mar\\_14/27/novo\\_mapa.html](http://www.ceperj.rj.gov.br/noticias/Mar_14/27/novo_mapa.html)> Acesso: 30 abril 2017

CHOAY, Françoise. O urbanismo. Tradução: Dafne Nascimento Rodrigues. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, [1965] 2005.

Cities of Tomorrow: Refugee Camps Require Longer-Term Thinking. Entrevista com Kilian Kleinschmidt. Disponível em: <<http://weburbanist.com/2015/12/01/cities-of-tomorrow-refugee-camps-require-longer-term-thinking>> Acesso: 31 out 2016.

COSTA, Fernando. Gueto ou favela? In: *Romanica Olomucensia* p.37–45. 2013.

COURTINE-DENAMY, Sylvie. Diálogo entre Hannah Arendt e alguns de seus contemporâneos. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2004.

CUNHA, Marize B. PORTO, Marcelo F.S. PIVETTA, Fátima. ZANCAN, Lenira. FRANCISCO, Mônica S. PINHEIRO, Alan B. MELO E SOUZA, Fabiana. CALAZANS, Raphael. O desastre no cotidiano da favela: reflexões a partir de três casos no Rio de Janeiro. Revista O Social em Questão - Ano XVIII - nº 33 – 2015. p. 95 – 122.

Declaração de Cartagena, 1984. Disponível em:  
<[http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Declaracao\\_de\\_Cartagena.pdf](http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf)> Acesso: 18 jan 2017.

Declaração e Plano de Ação México para fortalecer a proteção internacional dos refugiados na América Latina. Disponível em:  
<[http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Declaracao\\_e\\_Plano\\_de\\_Acao\\_do\\_Mexico](http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_e_Plano_de_Acao_do_Mexico)>  
Acessado em: 18 janeiro 2017.

FOUCAULT, M.; Senellart, M. & Davidson, A. I., Security, territory, population: lectures at the Collège de France, 1977-1978. Houndmills/ Basingstoke/Hampshire/New York, Palgrave: Macmillan, 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

Global Trends Forced Displacement in 2015. Disponível em:  
<<http://www.acnur.org/portugues/recursos/publicacoes>> Acesso: 25 julho 2016.

GUIZZO, Iazana. Micropolíticas urbanas: uma aposta da cidade expressiva. Dissertação (Mestrado em psicologia). Niterói: ICHF – UFF, 2008.

GUIZZO, Iazana. Dos métodos de concepção do espaço comum: a participação em Christopher Alexander, Lina Bo Bardi e Hassan Fathy. Tese (Doutorado em urbanismo). Rio de Janeiro: Prourb – UFRJ, 2014.

HADDAD, Emma. *The refugee in international society: between sovereigns*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HAESBAERT, Rogério. (2006), “Muros, campos e reservas: o processo de reclusão e exclusão territorial”, in José Borzachiello da Silva, Luiz Cruz Lima, Denise Elias e Wanderley Correia Dantas (orgs.), *Panorama da geografia brasileira*, São Paulo, Annablume, vol. 1.

HATHAWAY, J. C. *The law of refugee status*. Canadá: Butterworths, 1991.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, [1989] 1992.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1975*. Tradução: Luciano Costa Neto. 3ª ed. Editora Paz e Terra, 1975.

HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HULL- HOUSE MAPS AND PAPERS. *A presentation of nationalities and wages in a congested district of Chicago. Residents of Hull-House, a social settlement*. Chicago: Thomas Y. Cromwell & Co, 1895.

JUBILUT, Liliana Lyra. *Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro*. São Paulo: Método, 2007.

KRISTEVA, Julia Kristeva. *Étrangers à nous-mêmes*. Paris: Fayard, 1988.

LACERDA, Jan Marcel de A. F, SILVA, Amanda Arruda de S., NUNES, Rayanne Vieira G. *O caso dos refugiados sírios no Brasil e a política internacional contemporânea*. *Revista Estudos Internacionais*, 2015.

LAVANCHY, Philippe. *ACNUR e a América Latina: estratégias regionais e soluções aos problemas do continente*. ACNUR: Genebra.

LIMA, João B.B, MUÑOZ, Fernanda P.F, NAZARENO, Luísa de A., AMARAL, Nemo. *Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)*. Brasília: IPEA, 2017.

LEÃO, Renato Zerbini R. ; VERMEY, Anton ; SILVA, Ariel. *A percepção Brasileira dos refugiados (2000)*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000100011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000100011&script=sci_arttext)> Acesso: em 19 ago 2018

LEFÈBVRE, Henri. *Espaço e política*. Trad. Margarida Maria de Andrade, Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1972] 2008.

————— *O direito à cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. 5ª Ed. São Paulo: Centauro, [1968] 2008.

MARFLEET, Philip. “Forgotten”, “Hidden”: Predicaments of the urban refugee. *Refuge*, 2007. Pág. 36-45.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Refugiados e CONARE. Disponível em: <[www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/153-refugiados-e-o-conare](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/153-refugiados-e-o-conare)> Acesso: 27 julho 2016.

MOREIRA, Julia Bertino. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. *REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, Ano XXII, n. 43, p. 85-98, jul./dez. 2014

MOULIN, Carolina. Os direitos humanos dos humanos sem direitos. Refugiados e a política do protesto. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, núm. 76, junio, 2011, pp. 145-155.

O que muda com a nova lei de migração. Publicado em 20/04/2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-muda-com-a-nova-lei-de-migracao>> Acessado em 01/04/2018.

PORTAS, N. Os Tempos das Formas, Volume I: A Cidade Feita e Refeita. 1ª Ed. Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho. 2005.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano [1915]. Tradução: Sérgio Magalhães Santeiro. In: VELHO, Otávio Guilherme. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

TANNURI, Maria Regina P. Refugiados Congolezes no Rio de Janeiro e Dinâmicas de “Integração Local”: das ações institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes sociais. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2 v. Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, M. A. C. S. Notas sobre o urbanismo no Brasil: construções e crises de um campo disciplinar. In: PINHEIRO MACHADO, D.B; PEREIRA, M. A. C. S.; COUTINHO M. DA SILVA, Rachel. *Urbanismo em questão*. Rio de Janeiro: Editora Prourb, 2003.

PINHEIRO MACHADO, D.B. KÓS, J. R. Desafios do urbanismo contemporâneo: considerações sobre a representação digital nas pesquisas urbanas. In: PINHEIRO MACHADO, D.B; PEREIRA, M. A. C. S.; COUTINHO M. DA SILVA, Rachel. *Urbanismo em questão*. Rio de Janeiro: Editora Prourb, 2003.

Refugiados no Brasil: vitimização diante da política habitacional. Disponível em: <<https://petripuc.wordpress.com/author/arielafhalpern/>> Acesso: 29 março 2018

RISLER, Julia; ARES, Pablo. *Manual de mapeo colectivo*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

RODRIGUES, Gilberto M. A. O futuro do refúgio no Brasil e seu papel no cenário humanitário. In: *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas*

Américas.

Disponível em: <[www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/.../2010](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/.../2010)> Acesso: 21 julho 2016.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 5ª Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Edusp, [1993] 2002.

\_\_\_\_\_. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 5ª Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000.

REDES DA MARÉ, OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. Guia de ruas da Maré. Disponível em: <[http://redesdamare.org.br/wp-content/uploads/2012/10/GuiaMare\\_Web.pdf](http://redesdamare.org.br/wp-content/uploads/2012/10/GuiaMare_Web.pdf)> Acesso: 15 set 18

SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia A. SILVEIRA, Maria Laura. Território, globalização e fragmentação. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, Anpur, 1998.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. Orgs. RIBEIRO, Ana Clara T., CAMPOS, Andreilino, DA SILVA, Cátia Antonia. Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas. Editora Lamparina, Rio de Janeiro. 2011.

SASSEN, Saskia. The Global City: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RJ. Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=900875>. Acesso: 01 abril 2018.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. Refúgio em números. Disponível em: <[http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados- apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros\\_1104.pdf/view](http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados- apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf/view)> Acesso: 20 nov 2018. Sistema de refúgio brasileiro: desafios e perspectivas. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/publicacoes>> Acesso em 25 julho 2016.

TELLES, Vera da Silva. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

UNHCR. Global Trends Forced Displacement in 2017. Publicado em 2018. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/globaltrends2017/>> Acesso: 20 nov 2018.

VALLA, Victor Vincent. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. Revista Educação e realidade, 1996.

VENTURA, Deisy. Regulamento da lei de migração é uma catástrofe. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/regulamento-da-lei-da-migracao-e-uma-catastrofe-diz-especialista>> Acesso: 01 abril 2018

VIANNA, Adriana; FACUNDO, Ángela. Tempos e deslocamentos na busca por justiça entre "moradores de favelas" e "refugiados". *Cienc. Cult.*, São Paulo , v. 67, n. 2, p. 46-50. 2015.

WACQUANT, LoïcWacquant. *O que é gueto? Construindo um conceito sociológico*. *Revista de Sociologia e Política* 23, 155-164.

WALDELY, Aryadne Bittencourt. Narrativas da “vida em fuga”: a construção político-jurídica da condição de refugiado no Brasil. Dissertação (Mestrado em direito). Rio de Janeiro: FND-UFRJ, 2016.

XAVIER DA SILVA, João Guilherme C. M. L Granja. Por razões humanitárias: cidadanias, políticas públicas e sensibilidades jurídicas na reforma migratória brasileira. Tese (Doutorado em direito). Brasília: FD-UNB, 2017.

## **ANEXOS**



**CONARE**  
Comitê Nacional para os Refugiados

## **FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO**

Lei nº 9474/1997

Resolução CONARE Nº 22/2015

### **Instruções para o preenchimento do formulário**

Antes de preencher o formulário, leia atentamente as instruções a seguir.

Todo estrangeiro tem direito a solicitar a proteção como refugiado no Brasil, conforme o artigo 7º da Lei nº 9.474/1997.

A solicitação deverá ser apresentada por meio do presente FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO, devidamente preenchido, o qual deverá ser entregue em qualquer Unidade da Polícia Federal.

O presente Formulário contém as perguntas necessárias para compilar as informações relevantes para a análise de sua solicitação de refúgio, como as circunstâncias da sua entrada no Brasil e as razões que o fizeram deixar o seu país de origem ou residência habitual.

### **ORIENTAÇÕES GERAIS**

O Formulário de Solicitação de Refúgio está disponível no site <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/estrangeiros/refugio>, nas Unidades Descentralizadas da Polícia Federal e também nas organizações da sociedade civil parceiras do CONARE.

Preencha todas as perguntas. Nos casos onde a pergunta não se aplica a sua situação, escreva **NÃO APLICÁVEL**. Não deixe respostas em branco.

Caso você não entenda alguma pergunta, peça ajuda antes de responder. As organizações da sociedade civil poderão auxiliá-lo no preenchimento deste. No final deste formulário (ANEXO II), bem como na página eletrônica do CONARE, você encontrará os endereços disponíveis.

Preencha o FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO no computador (quando possível) ou com letra legível. Caso precise de mais espaço, você poderá usar folhas extras e entregá-las juntamente com este Formulário.



### **IMPORTÂNCIA**

As informações constantes neste documento serão usadas como evidência para decisão de sua solicitação de refúgio. Por isso, é fundamental que toda a informação prestada seja verdadeira e o mais completa possível.

A prova da falsidade de documentos invocados para o reconhecimento da condição de refugiado poderá implicar no não reconhecimento de sua solicitação ou na perda de sua condição de refugiado e você estará sujeito às medidas compulsórias previstas na Lei nº 6.815/1980.

### **CONFIDENCIALIDADE**

É importante que você saiba que toda informação relativa à sua solicitação de refúgio é confidencial, de acordo com o previsto no Artigo 20 da Lei nº 9474/1997.

### **GRUPOS FAMILIARES**

Em casos de grupos familiares, cada indivíduo maior de 18 anos deve preencher um formulário próprio.

### **DOCUMENTOS**

Juntamente com este formulário você deverá apresentar o original de seus documentos de país de origem ou residência habitual (passaporte; identidade; e qualquer outra documentação que você possua). Caso não possua documentação, você deverá explicar nos campos apropriados deste documento as razões para não possuí-los.

Você também poderá anexar outros documentos que você acredita que sejam relevantes para o seu pedido de refúgio, incluindo a prova de filiação em organizações políticas, relatórios médicos ou psicológicos, boletim de ocorrência, registro de empresas, recortes de jornais, vistos ou documentos de viagem (bilhete de avião).

### **IDIOMA E INTÉRPRETE**

Este formulário está disponível também em inglês, espanhol e francês.

Caso este formulário esteja sendo preenchido com o auxílio de um intérprete, este deverá assinar o Termo de Responsabilidade do Intérprete (DECLARAÇÃO C).

### **COMUNICAÇÃO E ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO**

Todas as comunicações do seu procedimento de solicitação de refúgio serão feitas através de seu e-mail pessoal, o qual deverá ser **obrigatoriamente** informado neste formulário. Caso você não possua um, peça ajuda para a criação no momento da solicitação. Não sendo possível indicar um e-mail para





**CONARE**  
Comitê Nacional para os Refugiados

contato, justifique, no campo próprio, os motivos e informe outro meio de comunicação a ser utilizado para informação oficial por parte do CONARE.

Caso haja alguma alteração do seu e-mail, este deverá ser atualizado através de mensagem para o endereço [cadastro.conare@mj.gov.br](mailto:cadastro.conare@mj.gov.br).

Você poderá ter acesso a todas as informações da sua solicitação e acompanhá-la até a decisão final através de um link de acompanhamento que será encaminhado ao e-mail informado.

Você deve sempre manter seus contatos e endereços atualizados junto ao CONARE e à Polícia Federal, a fim de que sejam efetuadas as notificações para a entrevista de elegibilidade e demais atos processuais, sob pena de arquivamento de sua solicitação, segundo artigo 6º da Resolução Normativa n. 18 de 30 de abril de 2014.

#### **ARQUIVAMENTO**

Será passível de arquivamento pelo CONARE, sem análise de mérito, a solicitação de reconhecimento da condição de refugiado daquele que:

- I - não compareça por duas vezes consecutivas à entrevista para a qual foi previamente notificado, com intervalo de 30 (trinta) dias entre as notificações, sem justificção; ou
- II - deixe de atualizar o seu endereço perante à CGARE num prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da sua última notificação.

O pedido de desarquivamento deverá ser apresentado em qualquer Unidade da Polícia Federal ou a CGARE, através do qual se dará regular seguimento ao feito.



**CONARE**  
Comitê Nacional para os Refugiados

## FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO

Lei nº 9474/1997

Resolução CONARE Nº 22/2015



### 1- IDENTIFICAÇÃO

**Nome Completo:** \_\_\_\_\_

Prenome / Nome do meio / Nome de família

**Sexo:**  Feminino

Masculino

**Local de nascimento:** \_\_\_\_\_

País / Estado (Província)/ Cidade

**Data de nascimento:** \_\_\_\_\_

Dia/ mês/ ano

**Nome do pai:** \_\_\_\_\_

**Nome da mãe:** \_\_\_\_\_

**Língua materna:** \_\_\_\_\_

**Outros idiomas/dialetos que você fala:** \_\_\_\_\_



**Estado civil:** \_\_\_\_\_

**Religião:** \_\_\_\_\_

**Etnia:** \_\_\_\_\_

**Você é nacional de algum país? De qual (ais)?**

Caso possua mais de uma nacionalidade, liste todas.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Liste todos os países onde você viveu nos últimos cinco anos**

<b>País</b>	<b>Data em que entrou no país</b> (aproximada)	<b>Data em que saiu do país</b> (aproximada)	<b>Status migratório</b> (nacional; migrante; refugiado; irregular)
1.			
2.			
3.			
4.			
5.			



## 2- CONTATOS

Informe seus contatos no país de procedência

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Informe seus contatos no Brasil

**Endereço:** \_\_\_\_\_

**Cidade:** \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Caso não seja possível indicar um e-mail para contato, justifique.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## 3- EDUCAÇÃO

**Grau de Escolaridade:**

Educação básica

Educação  
superior

Ensino fundamental

Ensino médio

Ensino superior

Indique anos de educação e treinamentos que você possui.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



**Liste as instituições de educação que você freqüentou:**

<b>Nome da instituição</b>	<b>País e cidade onde se localiza a instituição</b>	<b>Data de início (aproximada)</b>	<b>Data de término (aproximada)</b>	<b>Diploma adquirido</b>

#### **4- EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

**Indique a atividade exercida em seu país antes da viagem ao Brasil.**

---

---

---

---

**Liste os empregos que você teve nos últimos cinco anos:**

<b>Que trabalho que você desempenhava</b>	<b>Nome da instituição</b>	<b>País e cidade onde se localiza a instituição</b>	<b>Data de início</b>	<b>Data de término</b>



## 5- SERVIÇO MILITAR

**O serviço militar é obrigatório em seu país de origem ou residência habitual?**

Sim

Não

Em caso afirmativo, a partir de qual idade e por quanto tempo?

---

---

**Você prestou serviço militar?**

Sim

Não

Em caso afirmativo, de maneira compulsória ou voluntária?

---

---

**Caso tenha prestado serviço militar, informe com detalhes, o período em que esteve no serviço militar, suas responsabilidades e cargos que ocupou.**

Informe os tipos de treinamento que teve e se já participou em combates.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



## 6- INFRAÇÕES PENAIS

**Você já foi preso?**  Sim

Não

Em caso afirmativo, explique onde, por quais motivos e por quanto tempo ficou preso.

---

---

---

---

---

---

---

---

**Você já foi acusado de cometer algum crime? Se sim, passou por julgamento?**

Explique a natureza do crime cometido e sentença recebida.

---

---

---

## 7- VIAGEM

**Data de saída do país de origem ou residência habitual:** \_\_\_\_\_

Dia/ mês/ ano

**Cidade de partida:** \_\_\_\_\_

Cidade / País

**Meio de transporte:**  Aéreo

Marítimo

Terrestre



**Indique o itinerário desde a saída do país de origem ou residência habitual até o Brasil (incluir os dados dos voos; horários, cia aérea e conexões).**

Caso possua, anexe os tickets aéreos ou outro comprovante de viagem.

---

---

---

**Você precisou de visto ou algum tipo de permissão para sair de seu país de origem ou residência habitual?**

Em caso afirmativo, forneça informações sobre o documento (cópia; número; data da emissão; país emissor).

---

---

---

**Você precisou solicitar um visto para entrar no Brasil?**

Em caso afirmativo, informe onde o visto foi emitido e anexe uma cópia.

---

---

**Data de chegada ao Brasil:** \_\_\_\_\_

Dia/ mês/ ano

**Cidade de chegada:** \_\_\_\_\_

**Com qual documento entrou no Brasil?** \_\_\_\_\_

**Tem algum documento de identidade ou de viagem?**

Sim

Não

Em caso afirmativo, indique qual:

Passaporte nacional     Autorização de viagem     Cédula de identidade

Carteira de motorista     Certidão de nascimento     Outros





**Por favor, anexe a cópia integral do(s) documento(s) informado(s) e complete com os seguintes dados:**

<b>Tipo de documento</b>	<b>Número</b>	<b>Expedido por (Autoridade e lugar)</b>	<b>Data de expedição</b>	<b>Data de expiração</b>

**Para sair de seu país e solicitar refúgio no Brasil, você precisou se utilizar de documentos falsos?**

De acordo com a legislação nacional, você não é obrigado a responder a esta pergunta. Em consonância com o Artigo 8º da Lei nº 9.474/1997, o ingresso irregular no território nacional não constitui impedimento para o estrangeiro solicitar refúgio no Brasil. Contudo, a prova da falsidade de documentos invocados para o reconhecimento da condição de refugiado poderá ensejar no não reconhecimento de sua solicitação ou na perda de sua condição de refugiado.

---

---

---

---

---

---

---

**Se, no momento da solicitação, você não tiver documento de identidade algum, explique o motivo para tanto e o que aconteceu com seus documentos:**

---

---

---

---

---

---

---



## 8- INFORMAÇÕES SOBRE FAMILIARES

Familiares que permaneceram no país de origem ou em outro país:

Nome do familiar que permanece no país de origem ou em outro país	Data de nascimento	Relação de parentesco (filho, pai, irmão, etc).	Nacionalidade
1.			
2.			
3.			
4.			
5.			

**Familiares que o (a) acompanha (m) no Brasil (esposo (a), filhos (as), pais e outros):**

Nome do familiar que está no Brasil	Data de nascimento	Relação de parentesco (filho, pai, irmão, etc).	Nacionalidade
1.			
2.			
3.			
4.			
5.			
6.			

**Caso seja mulher, você está grávida?**

Sim      Se sim, de quantos meses? \_\_\_\_\_

Não

**Existem menores de 18 anos que o (a) acompanham no Brasil?**

Sim

Não



Em caso afirmativo, responda a opção adequada:

- Você é o pai ou a mãe desta criança.  
Indique o grau de parentesco: \_\_\_\_\_
- Você é membro da família desta criança.  
Indique sua relação com este menor: \_\_\_\_\_
- Você não tem grau de parentesco com esta criança.

**Se você não é o pai ou a mãe da criança, você tem todos os documentos legais ou autorização por escrito que permitam cuidar ou viajar com a criança?**

Em caso afirmativo, quais são estes documentos? Caso não tenha explique o motivo.

---

---

---

---

---

---

---

---

**Você tem conhecimento de algum familiar que é solicitante de refúgio no Brasil?**

Em caso afirmativo, informe nome completo.

---

---

---

**Você tem conhecimento de algum familiar que foi reconhecido como refugiado no Brasil?**

Em caso afirmativo, informe nome completo.

---

---



**Você tem conhecimento de algum familiar que foi reconhecido como refugiado em outro país?**

Em caso afirmativo, informe o nome da pessoa, o grau de parentesco e o país de refúgio.

---

---

**Você tem conhecimento de algum familiar que vive no Brasil em outra situação migratória, que não a de refugiado?**

Em caso afirmativo, informe nome completo e condição migratória.

<b>Nome do familiar que vive no Brasil</b>	<b>Data de nascimento (Aproximada)</b>	<b>Relação de parentesco (filho, pai, irmão, etc).</b>
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		



## 9- PROTEÇÃO INTERNACIONAL

### Já solicitou refúgio no Brasil?

Sim Se sim, quando? \_\_\_\_\_

Não

### Já solicitou refúgio em outro país?

Sim Se sim, onde? \_\_\_\_\_

Não

### Já foi reconhecido como refugiado antes?

Sim

Não

### Se já foi reconhecido como refugiado, escreva:

Data em que foi reconhecido: \_\_\_\_\_

País (ou países) em que foi reconhecido: \_\_\_\_\_

Possui documentos que possam demonstrar este fato (anexe documentos)?

\_\_\_\_\_





**Você buscou proteção estatal em seu país de origem ou residência habitual?**

Sim

Não

Em caso afirmativo, explique que tipo de proteção você buscou e quais medidas foram adotadas pelo seu país. Se não, explique os motivos para não ter buscado a proteção de seu país de origem ou residência habitual.

---

---

---

---

**Você se deslocou internamente dentro do território de seu país de origem ou residência habitual em busca de proteção?**

Sim

Não

Em caso afirmativo, explique por quais cidades passou, indicando datas e locais sempre que possível.

---

---

---

---

**O que aconteceria se você regressasse ao seu país de origem ou residência habitual?**

---

---

---

---

---

---



**Você teme sofrer alguma ameaça a sua integridade física ou mental ou à sua liberdade caso você regresse ao seu país?**

Explique quem poderia ameaçá-lo e qual é a razão para ter sua integridade ameaçada. Indique datas, nomes e lugares, sempre que possível.

---

---

---

**Você ou algum membro de sua família pertence ou pertenceu a algum partido ou grupo político?**

Indique quais eram as atividades desempenhadas.

---

---

---

**Você retornou ao seu país de origem ou residência habitual depois de ter entrado no Brasil?**

Sim

Não

Em caso afirmativo, favor descrever as circunstâncias, datas e motivação.

---

---

---

---

---





## **11- DOCUMENTOS**

**Liste abaixo todos os documentos do país de origem e outros que você deseja utilizar como suporte à sua solicitação de refúgio.**

**DOCUMENTO 1:** \_\_\_\_\_

**DOCUMENTO 2:** \_\_\_\_\_

**DOCUMENTO 3:** \_\_\_\_\_

**DOCUMENTO 4:** \_\_\_\_\_

**DOCUMENTO 5:** \_\_\_\_\_

**Caso você não possua nenhum documento do seu país de origem, explique as razões.**

---

---

---

---

---

---

---



## **12- MOTIVOS PELOS QUAIS VOCÊ PRECISA DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL COMO REFUGIADO NO BRASIL**

Para responder a estas perguntas, consultar o Anexo I deste formulário.

**Eu solicito o reconhecimento como refugiado por que possuo fundado temor de perseguição por:**

- raça
  - religião
  - nacionalidade
  - grupo social
  - opinião política
  - situação de grave e generalizada violação de direitos humanos
  - outros motivos.  
Explique:
- 

**Eu solicito o reconhecimento como refugiado, pois temo que poderei ser vítima de tortura ou tratamento cruel, desumano ou degradante caso retorne ao meu país de origem ou residência habitual.**

- Sim
- Não



### 13- INFORMAÇÕES ADICIONAIS

No Brasil, você terá acesso aos serviços e ações de saúde nos termos da legislação nacional e sua condição de saúde não será motivo para rejeição ou arquivamento do seu caso.

#### Você possui alguma doença?

Sim Se sim, qual? \_\_\_\_\_

Não

#### Você está recebendo tratamento médico ou psicológico no Brasil?

Sim Se sim, qual? \_\_\_\_\_

Não

#### Você tem alguma deficiência física, auditiva ou visual?

Sim Se sim, qual? \_\_\_\_\_

Não



## 14- DECLARAÇÃO

### Declaração A

**Preencher somente quando o solicitante NÃO tenha contado com a ajuda de um intérprete.**

Eu declaro formalmente que as informações por mim emitidas são verídicas. Eu declaro que sou capaz de ler e escrever em português e que eu entendo todo o conteúdo do FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO.

Assinatura do solicitante: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

### Declaração B

**Preencher somente quando tenha havido a participação de um intérprete.**

Eu recebi assistência de um intérprete para ler e preencher este formulário e as informações por mim emitidas a ele são verídicas.

Assinatura do solicitante: \_\_\_\_\_

Assinatura do intérprete: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_



## Declaração C

### Termo de Responsabilidade do Intérprete

Eu \_\_\_\_\_,  
portador do documento de identidade \_\_\_\_\_ declaro que, com respeito  
ao meu trabalho como intérprete, tenho a responsabilidade de:

- a) manter em sigilo toda e qualquer informação inédita que eu tome conhecimento na execução do meu trabalho e de não publicar qualquer relatório ou documento com base em informações obtidas durante as entrevistas;
- b) ser imparcial e livre de julgamentos no exercício da minha função;
- c) traduzir fielmente o que está sendo narrado;
- d) confirmar as informações declaradas pelo solicitante para garantir que estão devidamente traduzidas;
- e) realizar minhas atividades de maneira consistente com os padrões do CONARE em relação as questões culturais, de gênero e idade.
- f) reportar qualquer fato adverso que possa vir a afetar minha competência em realizar o trabalho imparcial como intérprete.

Entendo que, se alguma das situações acima não for respeitada, o CONARE pode se recusar a aceitar meu trabalho como intérprete para fins do procedimento de solicitação de refúgio.

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

---

Assinatura do intérprete



## ANEXO I DEFINIÇÕES

### Definição de refugiado

- Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados , Art. 1º (Definição clássica):  
“Toda a pessoa que, em razão de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer fazer uso da proteção desse país ou, não tendo uma nacionalidade e estando fora do país em que residia como resultado daqueles eventos, não pode ou, em razão daqueles temores, não quer regressar ao mesmo”.
- Lei nº 9.474/1997, Art. 1º (Legislação nacional): será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:
  - I. devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
  - II. não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
  - III. devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.
- Declaração de Cartagena de 1984 (Definição ampliada): considera também como refugiadas as pessoas que fugiram de seus países porque sua vida, sua segurança ou liberdade foram ameaçadas:
  - I. pela violência generalizada;
  - II. por agressão estrangeira;
  - III. por conflitos internos;
  - IV. pela violação massiva de direitos humanos;
  - V. outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.



- Declaração do Brasil de 2014: incorpora a Declaração de Cartagena e considera também como refugiadas as pessoas que fugiram de seus países, entre outros fatores, por conta da atuação do crime organizado transnacional.
- Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes de 1984 Art. 1.: “1. Para os fins desta Convenção, o termo "tortura" designa qualquer ato pelo qual uma violenta dor ou sofrimento, físico ou mental, é infligido intencionalmente a uma pessoa, com o fim de se obter dela ou de uma terceira pessoa informações ou confissão; de puni-la por um ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir ela ou uma terceira pessoa; ou por qualquer razão baseada em discriminação de qualquer espécie, quando tal dor ou sofrimento é imposto por um funcionário público ou por outra pessoa atuando no exercício de funções públicas, ou ainda por instigação dele ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência, inerentes ou decorrentes de sanções legítimas.”



**ANEXO II**  
**CONTATOS ÚTEIS**  
(Disponível em: [www.justica.gov.br](http://www.justica.gov.br) )

<b>DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF)</b>	<b>DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU)</b>	<b>SOCIEDADE CIVIL</b>
<a href="http://www.dpf.gov.br">www.dpf.gov.br</a>	<a href="http://www.dpu.gov.br">www.dpu.gov.br</a>	
Boa Vista (95) 3621-1515 Brasília (61) 2024-8450 Caxias do Sul (54) 3213-9000 Corumbá (67) 3234-7800 Cuiabá (65) 3614-5600 Curitiba (41) 3251-7500 Epitaciolândia (68) 3546-5131 Fortaleza (85) 3392-4900 Guarulhos (11) 2445-2212 Manaus (92) 3655-1515 Paranaguá (41) 3422-2033 Pacaraima (95) 3592-1163 Porto Alegre (51) 3235-9000 Rio de Janeiro (21) 2203-4000 Santos (13) 3213-1800 São Paulo (11) 3538-5000 Tabatinga (97) 3412-2180	Boa Vista (95) 3212-3000 Brasília (62) 3214-1499 Campo Grande (67) 3324-1305 Cuiabá (65) 3611-7400 Curitiba (41) 3320-6400 Fortaleza (85) 3474-8750 Guarulhos (11) 2928-7800 Manaus (92) 3133-1600 Porto Alegre (51) 3216-6946 Rio Branco (68) 2106-7800 Rio de Janeiro (21) 2460-5000 Santos (13) 3325-4900 São Paulo (11) 3627-3400	<u>Instituto Migrações e Direitos Humanos</u> Tel: (61) 3340-2689 Quadra 07, Conjunto C, Lote 01 Vila Varjão/Lago Norte, Brasília, DF (Cep: 71540-400) Email: <a href="mailto:imdh@migrante.org.br">imdh@migrante.org.br</a> website: <a href="http://www.migrante.org.br">www.migrante.org.br</a>  <u>Cáritas Arquidiocesana do Rio De Janeiro</u> Tel: (21) 2567-4177 / 2567-4105 Rua São Francisco Xavier, n.º 483 Bairro Maracanã. Rio de Janeiro, RJ (Cep: 20550-011) Email: <a href="mailto:carj.refugiados@caritas-rj.org.br">carj.refugiados@caritas-rj.org.br</a>  <u>Cáritas Arquidiocesana de São Paulo</u> Tel. (11) 3241-3239 Rua Major Diogo, nº 834 – Bela Vista São Paulo, SP (Cep: 01324-000) Email: <a href="mailto:casp.refugiados@uol.com.br">casp.refugiados@uol.com.br</a>





ANEXO 3

1. Formulário de solicitação de refúgio - Levantamento de dados para mapeamento\_revisão 5 - versão final

	Código Cáritas	RNE / número protocolo	status	ano reconhecimento / solicitação	sexo	País Nascimento/nacionalidade	Ano nascimento	Primeira língua	Segunda língua	Terceira língua	Quantas línguas fala	Estado civil ao tempo do preenchimento	Religião	Etnia	contato na cidade de residência	
dia 1																
dia 2 (05/07/17)																
dia 3 (07/07/17)																

LEGENDA	
	categoria alterada
	categoria incluída







Endereço mais antigo declarado - rua (RJ)	complemento	Bairro	Município	Endereço mais recente declarado - rua (RJ)	complemento	Bairro	Município	ano do endereço mais recente	Foi acolhido por contêrrâneo	Número de pessoas morando na casa (no tempo do preenchimento da ficha)	Grau escolaridade	Profissão anterior / recente
			Rio de Janeiro				Rio de Janeiro		S - sim	NI - não informado	não alfabetizado	
			São Gonçalo				São Gonçalo		N - não	1	fundamental incompleto	
			Duque de Caxias				Duque de Caxias		NI - não informado	2	fundamental completo	
			Nova Iguaçu				Nova Iguaçu		brasileiros	3	médio incompleto	
			Niterói				Niterói		abrigo	4	médio completo	
			Belford Roxo				Belford Roxo		igreja	5	médio completo + técnico	
			São João de Meriti				São João de Meriti			6	superior incompleto	
			Magé				Magé			7	superior completo	
			Itaboraí				Itaboraí			8	pós-graduação incompleto	
			Mesquita				Mesquita			9	pós-graduação completo	
			Nilópolis				Nilópolis			10	pós-graduação (mestrado) incompleto	
			Maricá				Maricá			mais de 10	pós-graduação (mestrado) completo	
			Queimados				Queimados				pós-graduação (doutorado) incompleto	
			Itaguaí				Itaguaí				pós-graduação (doutorado) completo	
			Japeri				Japeri				Educação domiciliar	
			Seropédica				Seropédica				NI - não informado	
			Rio Bonito				Rio Bonito					
			Guapimirim				Guapimirim					
			Cachoeiras de Macacu				Cachoeiras de Macacu					
			Paracambi				Paracambi					
			Tanguá				Tanguá					
			outro				outro					
			NI - não informado				NI - não informado					



**Anexo 5 - total de nacionalidades dos solicitantes de refúgio**

Nacionalidade	quant. pessoas
Afeganistão	17
África do Sul	3
Alemanha	2
Angola	1442
Apátrida	3
Argentina	3
Bangladesh	17
Benim	16
Bielorrússia	1
Bolívia	16
Bósnia e Herzegovina	3
Burkina Faso	1
Burundi	3
Cabo Verde	5
Camarões	12
Chile	3
China	8
Colômbia	413
Congo Brazzaville	5
Costa do Marfim	11
Cuba	128
Egito	5
El Salvador	2
Equador	5
Eritreia	3
Espanha	1
EUA	4
Etiópia	8
França	1
Gâmbia	2
Gana	39
Geórgia	8
Guiné-Bissau	54
Guiné-Conacri	58
Haiti	14
Índia	1
Indonésia	1
Irã	19
Iraque	46
Israel	2
Itália	1
Iugoslávia	9
Jamaica	1

Continentes	quantidade pessoas
África	3092
América do Norte e Central	169
América do Sul	669
Ásia	374
Europa	40
Apátridas	3

\*considera-se solicitante porque era seu status na época do preenchimento dos formulários analisados; esta tabela não diferencia solicitantes e reconhecidos



Líbano	1
Libéria	86
Líbia	3
Mali	11
Marrocos	23
Mauritânia	1
México	4
Namíbia	2
Nepal	1
Nicarágua	1
Nigéria	50
Palestina	14
Panamá	2
Paquistão	55
Peru	10
Portugal	1
Quênia	1
RDC	1080
República Centro-Africana	2
República Dominicana	13
República Tcheca	1
Romênia	3
Ruanda	3
Rússia	13
São Tomé e Príncipe	8
Senegal	60
Serra Leoa	48
Sérvia	7
Síria	174
Somália	22
Sri Lanka	2
Sudão	6
Suécia	2
Tanzânia	2
Togo	14
Tunísia	2
Turquia	2
Ucrânia	13
Uganda	1
Uruguai	3
Venezuela	216
Vietnã	2
<b>Total identificado</b>	<b>4361</b>
<b>Total não-informado</b>	<b>6</b>
<b>Total analisado</b>	<b>4367</b>

**ANEXO 6 - SOLICITANTES DE REFÚGIO 1984 - 1989**

Município	Bairro	nacionalidade	quantidade
<b>Rio de Janeiro (7)</b>	Jardim Guanabara	El Salvador	1
Angola (6)	Copacabana	Angola	1
El Salvador (1)	Pavuna	Angola	4
	Méier	Angola	1
<b>Duque de Caxias (9)</b>	São Judas Tadeu	Angola	6
Angola (8)	Nova Campina	Angola	1
Sri Lanka (1)	Centro	Sri Lanka	1
	Sarapuí	Angola	1
<b>Nilópolis (1)</b>	Olinda	Angola	1
Angola (1)			
<b>São Gonçalo (1)</b>	Centro	Angola	1
Angola (1)			
<b>outro (7)</b>		Angola	6
		Iugoslávia	1

Município	quantidade bairros	nacionalidades (total 4)
Rio de Janeiro	4	2
Duque de Caxias	4	2
Nilópolis	1	1
São Gonçalo	1	1
outro		2

<b>Total pessoas</b>	<b>25</b>
<b>Total outros/NI fora RJ:</b>	<b>7</b>
<b>Total pessoas mapeadas</b>	<b>18</b>

país	quantidade total	quantidade mapeada
Angola	22	16
El Salvador	1	1
Sri Lanka	1	1
Iugoslávia	1	0

ANEXO 7 - SOLICITANTES DE REFÚGIO 1990 - 1994			
Município	Bairro	nacionalidade	quant.
<b>Cachoeiras de Macacu (1)</b>	Valério	Angola	1
<b>Duque de Caxias (74)</b>	25 de Agosto	Angola	2
Angola (50)		Angola	23
Libéria (2)	Centro	Palestina	5
Palestina (5)		RDC (Zaire)	5
Síria (1)		Síria	1
RDC (8)	Jardim Gramacho	Angola	5
Romênia (1)		RDC (Zaire)	2
NI Angola (3)	Jardim Leal	Angola	4
	Santa Lúcia	Angola	2
	Vila São Judas Tadeu	Angola	4
	Vila Sarapuí	Angola	2
	Vila Ideal	Angola	1
	Vila Leopoldina	Angola	7
		RDC (Zaire)	1
	Jardim Olavo Bilac	Libéria	1
	Imbariê	Romênia	1
	NI	Angola	3
<b>Itaboraí (1)</b>	Sambaetiba	Angola	1
<b>Nilópolis (10)</b>	Cabuis	Angola	1
Angola (10)	Centro	Angola	2
	Nova Cidade	Angola	4
	Olinda	Angola	3
<b>Niterói (8)</b>	Centro	Angola	2
Angola (5)	Cubango	Angola	1
Bósnia e Hez. (3)	Icarai	Angola	1
	Ingá	Bosnia e Herzegovina	3
	Vila Progresso (Pendotiba)	Angola	1
<b>Nova Iguaçu (8)</b>	Cacua	RDC (Zaire)	1
Angola (4)	Califórnia	Angola	3
RDC - Zaire (2)	Comendador Soares	Angola	1
NI Angola (2)	Parque Rosário	RDC (Zaire)	1
	Vila de Cava	Libéria	1
	NI	Angola	2
<b>Rio de Janeiro (511)</b>	Anil	Angola	1
Angola (422)	Barra da Tijuca	Angola	1
Cuba (2)	Bonsucesso	Angola	1
EUA (1)	Botafogo	Angola	3
Irã (1)		Peru	1
Iraque (4)	Campo Grande	Angola	4
Iugoslávia (3)		Angola	6
Libéria (28)	Catete	Libéria	11
Mali (1)		RDC (Zaire)	1
Nigéria (1)	Catumbi	Angola	5
Palestina (1)		Angola	111
Peru (2)	Centro	Irã	1
RDC-Zaire (38)		Libéria	3
Somália (3)		RDC (Zaire)	19
Sudão (3)		Somália	1
NI Angola (2)	Cidade Nova	Angola	38
NI Ruanda (1)		RDC (Zaire)	9
	Complexo do Alemão	EUA	1
		Angola	49
		Iraque	2
		Sérvia	1
	Copacabana	Libéria	1
		Palestina	1
		RDC (Zaire)	1
		Somália	2
		Sudão	2
	Cordovil	Angola	4
	Del Castilho	Angola	1
	Estácio	Angola	14
		RDC (Zaire)	1
	Flamengo	Angola	1
		Libéria	1
	Freguesia (Jacarepagua)	Angola	1
		Angola	1
	Gamboa	Libéria	1
		RDC (Zaire)	2
	Glória	Angola	2
		RDC (Zaire)	1
	Glória (CARJ)	Angola	15
		Libéria	2
	Guadalupe	Angola	1
	Humaitá	Libéria	1
	Inhaúma	Angola	1
	Inhoaiba	Angola	1
	Ipanema	Peru	1
		Iugoslávia	1
	Irajá	Angola	3
	Jacarepaguá	Angola	1
	Jardim Botânico	Cuba	1
	Jardim Carioca	Angola	1
	Jardim Guanabara	Angola	2
		Nigéria	1
		Angola	21
	Lapa	Cuba	1
		Libéria	1
		RDC (Zaire)	1

Município	quantidade bairros	nacionalidades (total 19)
Cachoeiras de Macacu	1	1
Duque de Caxias	11	7
Itaboraí	1	1
Nilópolis	4	1
Nova Iguaçu	4	2
Rio de Janeiro	57	26
São Gonçalo	6	2
São João de Meriti	3	2
Seropédica	1	1
NI		5
Outro		2
<b>Total pessoas:</b>	<b>679</b>	
<b>Total NI RJ:</b>	<b>8</b>	
<b>Total outros/NI fora RJ:</b>	<b>55</b>	
<b>Total mapeado:</b>	<b>616</b>	

país	quantidade total	quantidade mapeada
Angola	552	503
Libéria	34	31
Palestina	6	6
Síria	1	1
RDC	56	51
Romênia	1	1
Bósnia e Herzegovina	3	3
Cuba	4	2
EUA	1	1
Irã	1	1
Iraque	4	4
Iugoslávia	3	3
Sérvia	2	1
Mali	1	1
Nigéria	1	1
Peru	2	2
Ruanda	1	0
Somália	3	3
Sudão	3	3

	Laranjeiras	Angola	5
	Leme	Iraque	1
	Magalhães Bastos	Angola	1
	Maracanã	Angola	3
	Maré	Angola	26
	Olaria	Angola	7
		RDC (Zaire)	1
	Penha	Angola	2
	Pilares	Angola	2
	Praça da Bandeira	Angola	3
	Praça Seca	Angola	1
	Ramos	Angola	1
	Realengo	Angola	1
	Riachuelo	Angola	1
	Rio Comprido	Angola	10
	Rocha	Angola	1
	Santa Cruz	Angola	1
		Mali	1
	Santa Teresa	Angola	38
		Iugoslávia	1
	Santo Cristo	Angola	1
		Sudão	1
	São Cristóvão	Angola	4
		Angola	5
	Saúde	Libéria	7
		RDC (Zaire)	1
	Tanque	Angola	1
	Taquara	Angola	2
	Tauá	Angola	1
		Angola	16
	Tijuca	Iraque	1
		Iugoslávia	1
		RDC (Zaire)	1
		Angola	2
	NI	Ruanda	1
<b>São Gonçalo (6)</b> Angola (5) Libéria (1)	Brasilândia	Angola	1
	Jardim Alcântara	Angola	1
	Porto da Pedra	Angola	1
	Raul Veiga	Libéria	1
	Venda da Cruz	Angola	1
	Zé Garoto	Angola	1
<b>São João de Meriti (5)</b> Angola (2) RDC - Zaire (3)	Parque Novo Rio	RDC (Zaire)	3
	Vila São João	Angola	1
	Vilar dos Teles	Angola	1
<b>Seropédica (1)</b> Angola (1)	Fazenda Caxias	Angola	1
		Angola	32
<b>NI - não informado (42)</b>		Cuba	2
		Libéria	2
		RDC	5
		Sérvia	1
<b>Outro - fora do Rio de Janeiro (13)</b>		Angola	12
		Libéria	1

ANEXO 8 - SOLICITANTES DE REFÚGIO 1995 - 1999			
Município	Bairro	nacionalidade	quantidade
<b>Belford Roxo (1)</b>			
NI Angola (1)	NI	Angola	1
<b>Duque de Caxias (14)</b>			
Angola (14)	25 de Agosto	Angola	1
	Centro	Angola	3
	Jardim Gramacho	Angola	1
	Nova Campina	Angola	2
	Parque das Missões	Angola	6
	Vila São Judas Tadeu	Angola	1
	Centro	Angola	6
<b>Nilópolis (12)</b>			
Angola (12)	Nova Cidade	Angola	1
	Olinda	Angola	4
	Paio de Pólvora	Angola	1
	Fátima	Angola	1
<b>Niterói (6)</b>			
Angola (2)	Piratininga	Angola	1
Colômbia (2)	Ponta de Areia	Libéria	1
Libéria (1)	São Francisco	Colômbia	2
Uruguai (1)	São Lourenço	Uruguai	1
<b>Nova Iguaçu (2)</b>			
Angola (1)	Prados Verdes	RDC	1
	Bairro da Luz	Angola	1
<b>Rio de Janeiro (281)</b>			
	Andaraí	Angola	1
Angola (200)	Barra da Tijuca	Colômbia	1
Apátrida (1)	Barros Filho	Angola	4
Colômbia (5)		Angola	8
Congo Brazzaville (1)	Bonsucesso	Libéria	8
Cuba (4)		Serra Leoa	1
Etiópia (1)	Botafogo	Angola	9
Gana (3)	Bras de Pina	Angola	1
Guiné-Bissau (1)	Campo Grande	Angola	4
Iraque (6)		Etiópia	1
Iugoslávia (1)	Catete	Libéria	2
Libéria (35)		Ruanda	1
Líbia (2)	Catumbi	Angola	1
Mauritânia (1)		Angola	10
Nigéria (3)		Congo Brazzaville	1
Palestina (2)	Centro	Gana	1
RDC (1)		Libéria	2
Ruanda (1)		Líbia	1
Serra Leoa (7)	Cidade de Deus	Angola	1
Somália (2)		Angola	9
Turquia (1)	Cidade Nova	Serra Leoa	1
NI Angola (2)		Angola	14
NI Cuba (1)		Cuba	2
NI Espanha (1)	Copacabana	Iraque	4
NI Libéria (1)		Turquia	1
		Iugoslávia	1
	Estácio	Angola	3
		Somália	1
	Flamengo	Colômbia	2
	Gamboa	Colômbia	1
	Glória (CARI)	Palestina	2
		Gana	1
	Glória	Angola	6
	Grajaú	Angola	1
	Guadalupe	Angola	3
	Honório Gurgel	Angola	1
		Serra Leoa	1
	Inhoaíba	Angola	1
	Jacarepaguá	Angola	3
	Lapa	Nigéria	1
	Laranjeiras	Libéria	1
	Manguinhos	Angola	5
	Maracanã	Nigéria	1
		Angola	86
		Gana	1
	Maré	Libéria	13
		Líbia	1
		Mauritânia	1
		RDC	1
		Serra Leoa	3

Município	quant. bairros	nacional. (total 23)
<b>Belford Roxo</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Duque de Caxias	6	1
Nilópolis	4	1
Niterói	5	4
Nova Iguaçu	2	1
Rio de Janeiro	49	21
São Gonçalo	1	1
São João de Meriti	1	1
NI	-	6
Outro		11

<b>Total pessoas:</b>	<b>353</b>
<b>Total NI RJ:</b>	<b>6</b>
<b>Total outros/NI fora RJ:</b>	<b>35</b>
<b>Total mapeado:</b>	<b>312</b>

país	quantidade total	quantidade mapeada
Angola	242	230
Congo Brazzaville	1	1
Etiópia	1	1
Gana	3	3
Guiné-Bissau	1	0
Guiné-Conacri	2	0
Libéria	44	36
Líbia	2	2
Mauritânia	1	1
Nigéria	3	2
RDC	3	2
Ruanda	1	1
Serra Leoa	9	7
Somália	4	2
Tanzânia	1	1
Irã	2	0
Iraque	6	6
Palestina	2	2
Paquistão	2	0
Turquia	1	1
Espanha	1	0
Iugoslávia	5	1
Sérvia	1	0
Cuba	5	3
Colômbia	8	7
Uruguai	1	1
Apátrida	1	1

Méier	Angola	1	
Moneró	Angola	1	
Paciência	Angola	1	
Padre Miguel	Angola	1	
Pedra de Guaratiba	Apátrida (Uganda)	1	
Penha	Serra Leoa	1	
	Libéria	1	
Praça da Bandeira	Angola	1	
Praça Seca	Iraque	2	
Ramos	Angola	2	
Rio Comprido	Angola	2	
Rocha	Colômbia	1	
Santa Teresa	Angola	3	
	Cuba	1	
Santo Cristo	Angola	2	
	Somália	1	
São Cristóvão	Angola	6	
São Francisco Xavier	Angola	1	
Saúde	Libéria	6	
Senado Camará	Angola	1	
	Angola	2	
Taquara	Cuba	1	
	Libéria	2	
Tijuca	Angola	3	
Vargem Pequena	Angola	1	
Vila da Penha	Angola	1	
	Angola	2	
NI	Cuba	1	
	Espanha	1	
	Libéria	1	
<b>São Gonçalo (1)</b>			
Tanzânia (1)	Jardim Catarina	Tanzânia	1
<b>São João de Meriti (1)</b>	Jardim Iris	Angola	1
Angola (1)			
		Angola	2
		Colômbia	1
<b>NI - não informado (10)</b>		Guiné-Bissau	1
		Libéria	4
		Serra Leoa	1
		Somália	1
		Angola	7
		Guiné-Conacri	2
		Irã	2
		Iugoslávia	4
<b>Outro - fora do Rio de Janeiro (25)</b>		Sérvia	1
		Libéria	3
		Nigéria	1
		Paquistão	2
		RDC	1
		Serra Leoa	1
		Somália	1

ANEXO 9 - SOLICITANTES DE REFÚGIO 2000 - 2004			
Município	Bairro	nacionalidade	quantidade
<b>Belford Roxo (1)</b>			
Angola (1)	Parque das Ferreiras	Angola	1
<b>Duque de Caxias (3)</b>			
Angola (4)	Centro	Angola	1
	Jardim Gramacho	Angola	2
	Vila Leopoldina	Angola	1
<b>Nilópolis (1)</b>			
Angola (1)	Centro	Angola	1
<b>Niterói (3)</b>			
Angola (1)	Centro	Angola	1
		Colômbia	1
	São Francisco	Colômbia	1
<b>Nova Iguaçu (2)</b>			
Angola (2)	Centro	Angola	2
<b>Rio de Janeiro (187)</b>			
	Abolição	Angola	2
Angola (131)	Bangu	Angola	1
Colômbia (19)	Barra da Tijuca	Colômbia	2
Guiné-Bissau (1)	Barros Filho	Angola	1
Iraque (6)	Bonsucesso	Angola	6
Libéria (3)		RDC	1
Nigéria (1)	Botafogo	Angola	2
RDC (21)		Colômbia	6
Ruanda (1)	Bras de Pina	Angola	1
Serra Leoa (3)		RDC	6
Somália (1)	Campo Grande	Angola	1
	Catete	Serra Leoa	1
	Catumbi	Angola	6
		Angola	17
		Colômbia	1
	Centro	Iraque	3
		Libéria	3
		RDC	3
		Somália	1
	Cidade de Deus	RDC	2
	Cidade Nova	Angola	7
		RDC	2
	Cordovil	RDC	1
	Encantado	Angola	1
	Estácio	Angola	3
	Flamengo	Angola	2
	Freguesia (Jacarepaguá)	Colômbia	3
	Galeão	Angola	1
	Gamboa	Ruanda	1
	Glória	Colômbia	1
	Grajaú	Nigéria	1
	Guaratiba	Guiné-Bissau	1
	Honório Gurgel	Angola	2
	Lapa	Angola	1
		RDC	1
	Magalhães Bastos	Angola	1
	Manguinhos	Angola	4
	Maré	Angola	49
	Olaria	Angola	2
	Paciência	Angola	1
	Padre Miguel	RDC	1
	Penha	Angola	3
	Piedade	Colômbia	1
	Praça da Bandeira	Angola	2
	Praça Seca	Iraque	3
	Ramos	Angola	1
	Realengo	Serra Leoa	1
	Ricardo de Albuquerque	Colômbia	1
	Rio Comprido	Angola	1
		RDC	1
	Santa Cruz	Angola	1
	Santa Teresa	Angola	2
	São Conrado	Angola	1
	São Cristóvão	Angola	5
	São Francisco Xavier	Angola	2
	Saúde	RDC	2
		Serra Leoa	1
	Senador Camará	RDC	1
	Tijuca	Angola	2
		Colômbia	3
	Vista Alegre	Colômbia	1
<b>São Gonçalo (1)</b>			
Angola (1)	Boaçu	Angola	1
<b>São João de Meriti (4)</b>			
Angola (1)	Jardim Meriti	Angola	1
Burundi (1)	Tomazinho	Burundi	1
Nigéria (2)	Vilar dos Teles	Nigéria	2
<b>NI - não informado (17)</b>			
		Angola	7
		Camarões	1
		Colômbia	2
		Costa do Marfim	1
		Cuba	2
		RDC	2
		Serra Leoa	2
<b>Outro - fora do Rio de Janeiro (25)</b>			
		Angola	6
		Colômbia	9
		Costa do Marfim	1
		Cuba	1
		Iraque	2
		Paquistão	1
		RDC	2
		Serra Leoa	1
		Somália	1
		Uruguai	1

Município	quant. bairros	nacional. (total 14)
Belford Roxo	1	1
Duque de Caxias	3	1
Nilópolis	1	1
Niterói	2	2
Nova Iguaçu	1	1
Rio de Janeiro	48	10
São Gonçalo	1	1
São João de Meriti	3	3
NI		7
Outro		25
<b>Total pessoas:</b>	<b>245</b>	
<b>Total NI RJ:</b>	<b>0</b>	
<b>Total outros/NI fora RJ:</b>	<b>42</b>	
<b>Total mapeado:</b>	<b>203</b>	

país	quantidade total	quantidade mapeada
Angola	155	142
Burundi	1	1
Camarões	1	0
Colômbia	32	21
Costa do Marfim	2	0
Cuba	3	0
Guiné-Bissau	1	1
Iraque	8	6
Libéria	3	3
Nigéria	3	3
Paquistão	1	0
RDC	25	21
Ruanda	1	1
Serra Leoa	6	3
Somália	2	1
Uruguai	1	0

ANEXO 10 - SOLICITANTES DE REFÚGIO 2005 - 2009			
Município	Bairro	nacionalidade	quant.
<b>Duque de Caxias (38)</b>	Campos Elíseos	RDC	1
Angola (3)	Centro	RDC	3
Colômbia (2)	Imbariê	Colômbia	2
RDC (32)	Jardim Gramacho	Angola	1
NI RDC (1)		RDC	12
	Jardim Leal	Angola	1
		RDC	2
	Leopoldina	RDC	1
	Parque Senhor do Bonfim	Angola	1
	Vila Ideal	RDC	1
	Vila Leopoldina	RDC	11
	Vila Sarapuí	RDC	1
	NI (não informado)	RDC	1
<b>Itaboraí (1)</b>	Vila Nova - Aldeia do Prata	RDC	1
RDC (1)			
<b>Niterói (5)</b>	Fátima	Angola	1
Angola (2)	Icaraí	Angola	1
Colômbia (2)		Colômbia	2
NI RDC (1)	NI (não informado)	RDC	1
<b>Nova Iguaçu (3)</b>	Centro	RDC	3
RDC (3)			
<b>Rio de Janeiro (186)</b>	Bangu	EUA	1
Angola (23)	Barra da Tijuca	Colômbia	1
Cabo Verde (1)		Senegal	1
China (1)	Benfica	Cabo Verde	1
Colômbia (29)	Bonsucesso	RDC	1
Costa do Marfim (1)	Botafogo	Geórgia	1
Cuba (1)		Angola	1
EUA (1)		Colômbia	1
Gana (1)	Bras de Pina	Nigéria	1
Geórgia (1)		RDC	45
Guiné-Bissau (10)		Somália	1
Irã (1)	Caju	RDC	1
Iraque (2)	Campo Grande	Guiné-Bissau	3
Nigéria (1)	Catumbi	Colômbia	3
Peru (1)		Angola	2
RDC (106)		Colômbia	3
Romênia (1)	Centro	Gana	1
São Tomé e Príncipe (2)		RDC	13
Senegal (1)		São Tomé e Príncipe	1
Somália (1)	Cidade Nova	RDC	6
	Colégio	Angola	1
		Colômbia	1
		Cuba	1
	Copacabana	Irã	1
		Peru	2
		RDC	3
	Cordovil	RDC	4
	Engenho Novo	Angola	1
	Gamboa	RDC	3
	Glória	Colômbia	1
		Guiné-Bissau	1
	Higienópolis	Angola	1
	Inhaúma	RDC	1
	Inhoaíba	Angola	1
	Irajá	RDC	9

Município	quant. bairros	nacional. (24)	
Duque de Caxias		10	3
Itaboraí		1	1
Niterói		2	3
Nova Iguaçu		1	1
Rio de Janeiro		47	19
São Gonçalo		3	3
NI			9
Outro			7

<b>Total pessoas:</b>	<b>302</b>
<b>Total NI RJ:</b>	<b>2</b>
<b>Total outros/NI fora RJ:</b>	<b>68</b>
<b>Total mapeado:</b>	<b>232</b>

país	quantidade total	quantidade mapeada
Angola	32	28
Bolívia	1	0
Cabo Verde	2	1
Camarões	1	0
China	2	2
Colômbia	71	33
Costa do Marfim	1	1
Cuba	5	1
EUA	1	1
Gana	2	1
Geórgia	1	1
Guiné-Bissau	18	10
Irã	2	1
Iraque	2	2
Mali	1	1
Nigéria	1	1
Peru	2	2
RDC	150	142
República Centro-African	1	0
Romênia	1	1
São Tomé e Príncipe	2	2
Senegal	2	2
Síria	1	0
Somália	2	1



Jacaré	Guiné-Bissau	1	
	RDC	1	
Jacarepaguá	Angola	1	
	Angola	1	
Lapa	Iraque	1	
	Romênia	1	
Laranjeiras	Costa do Marfim	1	
Madureira	Colômbia	10	
	Angola	1	
Maracanã	Colômbia	1	
	Guiné-Bissau	1	
	Iraque	1	
Maré	Angola	3	
Marechal Hermes	RDC	2	
Méier	Angola	1	
Penha	RDC	2	
Penha Circular	RDC	2	
Portuguesa	Colômbia	3	
Ramos	RDC	2	
Riachuelo	Angola	2	
	São Tomé e Príncipe	1	
Rio Comprido	RDC	3	
Rocha	Angola	1	
	Guiné-Bissau	1	
Santa Cruz	Angola	1	
Santa Teresa	Colômbia	5	
Santissimo	Angola	1	
Santo Cristo	RDC	1	
São Cristóvão	RDC	2	
São Francisco Xavier	Angola	1	
	Guiné-Bissau	2	
Senador Vasconcelos	Guiné-Bissau	1	
Taquara	Angola	1	
Tijuca	Angola	1	
	China	1	
Vaz Lobo	RDC	5	
	Angola	1	
<b>São Gonçalo (3)</b>	Centro	China	1
China (1)	Venda da Cruz	Mali	1
Mali (1)	Vista Alegre	Senegal	1
Senegal (1)			
<b>NI - não informado (53)</b>		Angola	3
		Camarões	1
		Colômbia	30
		Cuba	2
		Guiné-Bissau	8
		Irã	1
		Gana	1
		RDC	6
	República Centro-Africana	1	
<b>Outro - fora do Rio de Janeiro (15)</b>		Angola	1
		Bolívia	1
		Cabo Verde	1
		Colômbia	8
		Cuba	2
		Síria	1
		Somália	1

ANEXO 11 - SOLICITANTES DE REFÚGIO 2010 - 2014			
Município (nº pessoas)	Bairro	nacionalidade	quantidade
<b>Belford Roxo (17)</b>	Nova Aurora	Angola	1
Angola (1)	Nova Pian	Colômbia	3
Colômbia (15)	Parque Amorim	Cuba	1
Cuba (1)	Parque São Vicente	Colômbia	8
	Piam	Colômbia	3
	Vila Rica	Colômbia	1
<b>Duque de Caxias (56)</b>	Campos Elíseos	Angola	1
Angola (10)		Angola	1
Colômbia (3)	Centro	Gana	1
Gana (3)		RDC	4
Guiné-Conacri (1)	Jardim Gramacho	Angola	4
RDC (39)		RDC	16
	Jardim Leal	RDC	2
	Jardim Primavera	Colômbia	1
	Parque Centenário	RDC	2
	Parque Paulicéia	RDC	4
	Parque Senhor do Bonfim	Angola	3
		Guiné-Conacri	1
	Santa Cruz da Serra	RDC	1
	Saracuruna	Colômbia	1
	Vila Itamarati	RDC	3
	Vila Leopoldina	Angola	1
		RDC	5
	Vila Maria Helena	Gana	1
		RDC	2
	Vila Meriti	Gana	1
	NI	Colômbia	1
<b>Magé (1)</b>	Piabetá	Nicarágua	1
Nicarágua (1)			
<b>Maricá (1)</b>	Bambuí	República Dominicana	1
República Dominicana (1)			
<b>Nilópolis (5)</b>		Angola	1
Angola (1)	Centro	Colômbia	3
Colômbia (1)			
Guiné-Conacri (1)		Guiné-Conacri	1
<b>Niterói (66)</b>	Badu	Colômbia	1
Angola (1)	Boa Viagem	Palestina	1
Africa do Sul (1)		Camarões	2
Camarões (2)		Colômbia	4
Colômbia (6)	Centro	Guiné-Conacri	13
Guiné-Conacri (14)		Indonésia	1
Indonésia (1)		Mali	4
Iraque (1)		Senegal	23
Mali (4)	Fonseca	Angola	1
México (1)		RDC	1
Nigéria (1)	Icarai	México	1
Palestina (1)	Ingá	Venezuela	1
RDC (1)	Itaipu	Nigéria	1
Senegal (27)		África do Sul	1
Venezuela (2)	Piratinga	Colômbia	1
NI Guiné-Conacri (2)		Venezuela	1
NI RDC (1)	Ponta de Areia	Senegal	4
NI Senegal (1)	Santa Rosa	Iraque	1
		Guiné-Conacri	2
	NI	RDC	1
		Senegal	1
<b>Nova Iguaçu (25)</b>	Botafogo	Colômbia	3
Angola (4)	Cabuçu	Angola	1
Cabo Verde (1)		Cabo Verde	1
Camarões (1)		Colômbia	1
Colômbia (4)	Centro	Gana	1
Gana (1)		Guiné-Bissau	2
Guiné-Bissau (2)		Guiné-Conacri	1
Guiné-Conacri (1)		Síria	2
RDC (7)	Chacrinha	Senegal	1
Senegal (1)	Dom Rodrigo	Angola	1
Síria (2)	Geneciano	RDC	1
NI RDC (1)	Jardim Canaã	Camarões	1
		RDC	5
	Jardim Nova Era	RDC	1
	Lafaiete	Angola	1
	Luz	Angola	1
	NI	RDC	1
<b>Rio de Janeiro (801)</b>	Abolição	Angola	1
Afganistão (6)	Água Santa	Cuba	1
Africa do Sul (1)	Alto da Boa Vista	Angola	1
Alemanha (1)		Libano	1
Angola (95)	Anchieta	Burundi	2
Apátrida / Burundi (2)		Apátrida (Burundi)	2
Bangladesh (1)		Venezuela	1
Benim (6)	Andaraí	Angola	2
Bielorrússia (1)		Síria	1
Bolívia (1)	Anil	Tunísia	1
Burkina Faso (1)		Angola	2
Burundi (2)	Bangu	Paquistão	1
Camarões (3)		RDC	7
China (3)	Barros Filho	RDC	7
Colômbia (60)	Benfica	Alemanha	1
Congo Brazaville (1)	Bonsucesso	Angola	1
Costa do Marfim (3)		RDC	1
Cuba (18)		Afganistão	5
Egito (2)		Angola	1
Equador (1)	Botafogo	RDC	1
Gambia (1)		Serra Leoa	1
Gana (10)		Síria	1

Município	quantidade bairros	nacionalidades (65)
Belford Roxo	6	3
Duque de Caxias	15	5
Magé	1	1
Maricá	1	1
Nilópolis	1	3
Niterói	10	14
Nova Iguaçu	10	11
Rio de Janeiro	105	55
São Gonçalo	7	7
São João de Meriti	4	4
Seropédica	1	1
NI	-	25
Outro	-	28
<b>Total pessoas:</b>	<b>1143</b>	
<b>Total NI RJ:</b>	<b>11</b>	*quantidade de nacionalidades conta co
<b>Total outros/NI fora RJ:</b>	<b>268</b>	
<b>Total mapeado:</b>	<b>864</b>	

país	quantidade total	quantidade mapeada	outros
Afganistão	8	6	
Africa do Sul	2	2	
Alemanha	1	1	
Angola	132	117	
Apátrida	2	2	
Bangladesh	13	1	
Benim	9	6	
Bielorrússia	1	1	
Bolívia	1	1	
Burkina Faso	1	1	
Burundi	2	2	
Cabo Verde	1	1	
Camarões	7	6	
China	3	0	
Colômbia	194	92	
Congo Brazaville	2	1	
Costa do Marfim	4	3	
Cuba	25	19	
Egito	4	4	
Equador	5	1	
EUA	2	0	
Gambia	1	1	
Gana	18	14	
Guiné Bissau	19	18	
Guiné-Conacri	24	20	
Haiti	7	1	
Índia	1	1	
Indonésia	1	1	
Irã	8	8	
Iraque	6	4	
Israel	1	1	
Italia	1	1	
Libano	1	1	
Libéria	1	1	
Líbia	1	0	
Mali	7	7	
Marrocos	11	11	
México	2	2	
Namíbia	1	1	
Nicarágua	1	1	
Nigéria	25	14	
Palestina	4	2	
Panamá	2	0	
Paquistão	25	12	
Peru	6	1	
Portugal	1	0	
Quênia	1	1	
RDC	355	337	
República Dominicana	3	1	
Romênia	1	1	
Rússia	1	1	
São Tomé e Príncipe	5	2	
Senegal	44	34	
Serra Leoa	8	4	
Síria	67	47	
Somália	6	4	
Sudão	2	1	
Suécia	2	0	
Tanzânia	1	0	
Togo	10	8	
Tunísia	2	1	
Turquia	1	1	
Ucrânia	6	6	
Venezuela	32	26	

Guiné-Bissau (16)	Ucrânia	3
Guiné-Conacri (1)	Angola	2
Haiti (1)	Benim	1
Índia (1)	Burkina Faso	1
Irã (8)	Colômbia	1
Iraque (3)	Gana	1
Israel (1)	Guiné-Conacri	1
Itália (1)	Irã	1
Libano (1)	Israel	1
Libéria (1)	Libéria	1
Mali (3)	Mali	1
Marrocos (11)	Marrocos	5
México (1)	Nigéria	2
Namíbia (1)	Paquistão	3
Nigéria (13)	RDC	113
Palestina (1)	Serra Leoa	1
Paquistão (12)	Síria	1
Peru (1)	Somália	3
Quênia (1)	Togo	1
RDC (282)	Angola	4
Romênia (1)	Angola	1
Rússia (1)	Colômbia	1
São Tomé e Príncipe (2)	Guiné-Bissau	5
Senegal (5)	RDC	6
Serra Leoa (4)	Senegal	2
Síria (43)	Venezuela	1
Somália (4)	RDC	3
Sudão (1)	Colômbia	1
Togo (8)	RDC	3
Tunísia (1)	Guiné-Bissau	1
Turquia (1)	Angola	4
Ucrânia (6)	Colômbia	3
Venezuela (23)	Costa do Marfim	1
NI Angola (3)	Cuba	5
NI Congo Brazaville (1)	Gana	4
NI RDC (1)	Guiné-Bissau	1
NI Togo (1)	Peru	1
	RDC	19
	Serra Leoa	1
	Síria	6
	Ucrânia	1
	Venezuela	1
Cidade Nova	RDC	15
	Venezuela	1
Cidade Universitária	Benim	1
	Haiti	1
	Quênia	1
Coelho Neto	RDC	4
	Síria	7
	Togo	4
	Angola	2
	Camarões	1
	Colômbia	11
	Cuba	1
	Gambia	1
	Gana	1
	Irã	1
	Marrocos	2
	Rússia	1
	Síria	2
	Turquia	1
	Venezuela	3
Cordovil	Angola	2
	Camarões	2
	RDC	7
Cosme Velho	Bielorrússia	1
Cosmos	Angola	1
Del Castilho	RDC	1
Encantado	Angola	1
Engenheiro Leal	Senegal	1
Engenho da Rainha	Benim	1
	RDC	4
Engenho de Dentro	Angola	3
	China	1
Engenho Novo	Costa do Marfim	1
	Síria	3
Estácio	RDC	3
	Venezuela	1
Flamengo	Colômbia	1
	Palestina	1
	Síria	4
Freguesia (Ilha)	RDC	1
	Iraque	1
Freguesia (Jacarepaguá)	Nigéria	1
	RDC	1
Galeão	Angola	1
	Colômbia	2
	Mali	1
	Colômbia	5
Gamboa	Marrocos	1
	RDC	4
Gardênia Azul	Romênia	1
Gávea	Venezuela	1

Glória	Síria	2
	Venezuela	4
Guadalupe	Angola	1
Higienópolis	RDC	2
Humaitá	Bolívia	1
Ilha do Governador	Irã	6
	Paquistão	3
	Bangladesh	1
Inhaúma	RDC	2
	Sudão	1
Inhoaíba	Colômbia	2
Irajá	RDC	6
	Senegal	1
Itanhangá	Síria	1
	Angola	1
	Benim	1
Jacarepaguá	Equador	1
	Marrocos	3
	Nigéria	1
	RDC	2
Jardim Botânico	Venezuela	2
Jardim Guanabara	Colômbia	1
Jardim Sulacap	Egito	1
	China	1
	Colômbia	1
Lapa	Costa do Marfim	1
	Itália	1
	RDC	1
	Colômbia	6
Leme	México	1
	Síria	1
	Ucrânia	1
Lins de Vasconcelos	Angola	2
	Angola	3
	Colômbia	1
Madureira	Cuba	1
	Nigéria	1
	RDC	14
Magalhães Bastos	Angola	1
Mangueira	Angola	1
Manguinhos	Angola	1
	Cuba	1
Maracanã	Gana	1
	Guiné-Bissau	3
	Síria	2
Maré	Angola	14
	Cuba	5
Méier	Angola	1
Moneró	Serra Leoa	1
Paciência	São Tomé e Príncipe	1
	RDC	1
Padre Miguel	Índia	1
	Senegal	1
Parada de Lucas	Colômbia	1
Pavuna	Nigéria	1
	RDC	1
Penha	RDC	3
	Angola	5
Penha Circular	Colômbia	2
	RDC	10
Quintino Bocaiuva	Namíbia	1
	RDC	1
	Angola	4
Ramos	Benim	2
	Cuba	1
	RDC	1
Realengo	Angola	5
	Nigéria	4
Recreio dos Bandeirantes	Togo	1
Riachuelo	Angola	1
Ribeira	Cuba	3
	Angola	3
Rio Comprido	Nigéria	1
	RDC	3
Rocha	Guiné-Bissau	2
	Congo Brazaville	1
Rocha Miranda	RDC	1
	Síria	2
Rocinha	Afganistão	1
	Angola	3
Sampaio	Guiné-Bissau	2
	RDC	1
	África do Sul	1
Santa Cruz	Colômbia	1
	RDC	3
	Colômbia	2
Santa Teresa	Iraque	1
	Síria	2
	Angola	1
Santíssimo	Colômbia	4
	Paquistão	4
	Venezuela	2
Santo Cristo	Colômbia	6
	Gana	2

	Angola	2
	Síria	1
São Cristóvão	Somália	1
	Ucrânia	1
	Venezuela	1
São Francisco Xavier	Angola	1
	Guiné-Bissau	2
	São Tomé e Príncipe	1
Senador Camará	Angola	1
	Paquistão	1
Senador Vasconcelos	Colômbia	2
	Síria	1
Tanque	Venezuela	1
	Angola	3
Taquara	Gana	1
	Nigéria	1
	RDC	10
	Venezuela	1
Tauá	RDC	1
	Angola	4
	China	1
Tijuca	Colômbia	1
	Iraque	1
	RDC	3
	Síria	6
Todos os Santos	Togo	1
Tomas Coelho	Colômbia	1
Usina	Colômbia	1
Vargem Grande	Venezuela	1
Vaz Lobo	Angola	1
	RDC	11
Vicente de Carvalho	RDC	1
	Egito	1
Vidigal	Togo	1
	Venezuela	1
Vigário Geral	Angola	1
	RDC	4
Vila Isabel	Angola	2
	Mali	1
	Venezuela	1
Vila Kosmos	Colômbia	3
Vila Valqueire	Nigéria	1
	Angola	3
NI	Congo Brazaville	1
	RDC	1
	Togo	1
<b>São Gonçalo (13)</b>	RDC	2
Angola (1)	Venezuela	1
Egito (2)	Angola	1
Guiné-Conacri (1)	Egito	1
Senegal (1)	Síria	1
Síria (1)	RDC	4
RDC (6)	Marambaia	1
Venezuela (1)	Maria Paula	1
	Porto Novo	1
	Senegal	1
<b>São João de Meriti (5)</b>	Coelho da Rocha	1
Angola (1)	Indiara	2
Colômbia (1)	Jardim Paraíso	1
RDC (2)	Parque Novo Rio	1
Síria (1)		
<b>Seropédica (1)</b>	Boa Esperança	1
Angola (1)		
<b>NI - não informado (97)</b>	Angola	9
	Bangladesh	3
	Camarões	1
	Colômbia	30
	Cuba	5
	Equador	1
	EUA	2
	Gana	3
	Guiné-Bissau	1
	Guiné-Conacri	1
	Haiti	5
	Iraque	1
	Nigéria	5
	Panamá	2
	Paquistão	1
	Peru	5
	Portugal	1
	RDC	8
	República Dominicana	1
	Senegal	1
	Serra Leoa	4
	Síria	3
	Somália	1
	Tanzânia	1
	Venezuela	2

Outro - fora do Rio de Janeiro (171)		
	Afeganistão	2
	Angola	5
	Bangladesh	9
	Benim	3
	Chile	2
	Colômbia	72
	Costa do Marfim	1
	Cuba	1
	Equador	3
	Gana	1
	Guiné-Conacri	3
	Haiti	1
	Iraque	1
	Líbia	1
	Nigéria	6
	Palestina	2
	Paquistão	12
	RDC	7
	República Dominicana	1
	São Tomé e Príncipe	3
	Senegal	8
	Síria	17
	Somália	1
	Sudão	1
	Suécia	2
	Togo	1
	Tunísia	1
	Venezuela	4

ANEXO 12 - SOLICITANTES DE REFÚGIO 2015 - 2017			
Município (nº pessoas)	Bairro	nacionalidade	quantidade
<b>Belford Roxo (7)</b>	Parque São Bento / Malhapão	Togo	1
Colômbia (6)	Parque São Vicente	Colômbia	3
Togo (1)	São Vicente	Colômbia	1
	Shangri-La	Colômbia	2
<b>Duque de Caxias (158)</b>	Carolina	Venezuela	1
Angola (28)		Angola	2
Benim (1)		Gana	1
Gana (1)	Centro	Guiné-Conacri	2
Guiné-Conacri (3)		RDC	2
Iraque (1)		Serra Leoa	5
Paquistão (1)	Chacrinha	Angola	1
RDC (112)	Dr. Laureano	Angola	1
Serra Leoa (10)		Angola	9
Venezuela (1)	Jardim Gramacho	Benim	1
		Paquistão	1
		RDC	64
	Jardim Leal	Angola	1
	Jardim Olavo Bilac	Iraque	1
	Jardim 25 de Agosto	Serra Leoa	1
	Parque Barão do Amapá	RDC	1
	Parque Duque	Angola	1
	Parque Felicidade	Angola	1
	Parque Paulicéia	RDC	9
	Parque Senhor do Bonfim	Angola	1
	Taquara	Angola	1
	Vila Leopoldina	Angola	2
		RDC	28
	Vila Meriti	Guiné-Conacri	1
		RDC	1
		Serra Leoa	3
	Vila Paula	Serra Leoa	1
	Vila São José	RDC	1
	Vila São Luis	Angola	7
		RDC	4
	Vila Sarapuí	Angola	1
		RDC	2
<b>Itaboraí (1)</b>	Joaquim de Oliveira	RDC	1
RDC (1)			
<b>Itaguaí (1)</b>	Vila Margarida	Venezuela	1
Venezuela (1)			
<b>Magé (7)</b>	Ipiranga	República Centro-Africana	1
República Centro-Africana (1)	Plabetá	Venezuela	3
Venezuela (5)	Santo Aleixo	Venezuela	1
NI Cuba (1)	Vila Carvalho	Venezuela	1
	NI	Cuba	1
<b>Maricá (4)</b>	Caxito	Colômbia	3
Colômbia (4)	Flamengo	Colômbia	1
<b>Mesquita (1)</b>	Centro	Cuba	1
Cuba (1)			
<b>Niterói (29)</b>	Boa Viagem	Egito	1
Angola (2)		Angola	1
Egito (1)		Guiné-Bissau	2
Guiné-Bissau (2)	Centro	Guiné-Conacri	11
Guiné-Conacri (14)		Mali	2
Mali (2)		RDC	3
Nigéria (1)		Senegal	1
RDC (3)		Venezuela	1
Senegal (2)	Icaraí	Angola	1
Venezuela (2)	Ititioca	Senegal	1
	Santa Rosa	Venezuela	1
	Santo Antônio	Nigéria	1
	São Domingos	Guiné-Conacri	3
<b>Nova Iguaçu (13)</b>	Austin	RDC	1
Angola (2)	Centro	Bangladesh	1
Bangladesh (3)		Síria	1
RDC (7)	Jardim Canaã	RDC	5
Síria (1)	Jardim Palmares	Angola	1
	Jardim Tropical	Bangladesh	2
	Marapicu	Angola	1
	Prados Verdes	RDC	1
<b>Queimados (4)</b>	Vila do Tinguá	Paquistão	4
Paquistão (4)			
<b>Rio de Janeiro (872)</b>	Água Santa	Cuba	1
Afganistão (6)	Álto da Boa Vista	Angola	1
África do Sul (1)	Anchieta	Angola	1
Alemanha (1)	Andaraí	Síria	2
Angola (173)		República Dominicana	1
Argentina (3)	Anil	Síria	1
Benim (3)		Venezuela	1
Bolívia (1)		Angola	1
Chile (1)		Colômbia	1
China (2)		Cuba	1
Colômbia (23)	Bangu	Guiné-Conacri	1
Congo Brazzaville (2)		Nigéria	1
Costa do Marfim (2)		Portugal	1
Cuba (65)		Venezuela	1
Eritreia (1)		Etiópia	1
Etiópia (2)	Barra da Tijuca	Síria	2
França (1)		Ucrânia	2
Gâmbia (1)	Barros Filho	Angola	11
Gana (7)		RDC	16
Guiné-Bissau (5)		Angola	2
Guiné-Conacri (5)		Cuba	3
Haiti (5)	Bonsucesso	Guiné-Bissau	1
Iraque (3)		RDC	1
Marrocos (8)		Venezuela	2
México (2)		Afganistão	4
Namíbia (1)		Colômbia	1
Nepal (1)		Cuba	1

Município	quant. bairros	nacion. (49)
Belford Roxo	4	2
Duque de Caxias	20	9
Itaboraí	1	1
Itaguaí	1	1
Magé	4	3
Maricá	2	1
Mesquita	1	1
Niterói	7	9
Nova Iguaçu	7	4
Queimados	1	1
Rio de Janeiro	104	41
São Gonçalo	10	6
São João de Meriti	7	4
NI	-	20
Outro	-	12

<b>Total pessoas:</b>	<b>1296</b>
<b>Total NI RJ:</b>	<b>22</b>
<b>Total outros/NI fora RJ:</b>	<b>134</b>
<b>Total mapeado:</b>	<b>1140</b>

país	quantidade total	quantidade mapeada	outros
Afganistão	8	6	
África do Sul	1	1	
Alemanha	1	1	
Angola	240	211	
Argentina	3	3	
Bangladesh	3	3	
Benim	7	4	
Bolívia	1	1	
Cabo Verde	1	0	
Chile	1	1	
China	2	2	
Colômbia	35	33	
Congo Brazzaville	2	2	
Costa do Marfim	2	2	
Cuba	76	67	
Egito	1	1	
Eritreia	1	1	
Etiópia	2	2	
França	1	1	
Gâmbia	1	1	
Gana	11	8	
Guiné-Bissau	8	7	
Guiné-Conacri	26	23	
Haiti	7	6	
Irã	3	0	
Iraque	7	4	
Israel	1	0	
Mali	2	2	
Marrocos	12	8	
México	2	2	
Namíbia	1	1	
Nepal	1	1	
Nigéria	14	14	
Paquistão	24	13	
Portugal	1	1	
RDC	451	428	
República Dominicana	10	9	
República Centro-Africana	1	1	
República Tcheca	1	0	
Rússia	12	5	
Senegal	6	5	
Serra Leoa	23	16	
Síria	91	74	
Somália	4	2	
Togo	4	3	
Ucrânia	7	7	
Uganda	1	1	
Venezuela	179	160	
Vietnã	2	2	
<b>Outros</b>			
África	24		9
Ásia	12		4
América do Norte	2		3
América do Sul	5		2
Europa	3		1

Nigéria (13)		Eritreia	1
Paquistão (8)		Etiópia	1
Portugal (1)		França	1
RDC (255)		Gâmbia	1
República Dominicana (9)		Gana	2
Rússia (5)		Guiné-Conacri	1
Senegal (3)	Botafogo	Iraque	3
Serra Leoa (6)		Marrocos	2
Síria (70)		Nigéria	2
Somália (2)		Paquistão	2
Togo (2)		RDC	1
Ucrânia (7)		Síria	10
Uganda (1)		Ucrânia	1
Venezuela (144)		Venezuela	6
Vietnã (2)		Vietnã	2
		Angola	13
NI Afeganistão (2)	Bras de Pina	Nigéria	1
NI Angola (1)		RDC	83
NI Colômbia (1)		Serra Leoa	1
NI Cuba (1)	Cacua	Venezuela	1
NI Iraque (1)		Angola	2
NI Marrocos (1)		Haiti	1
NI RDC (5)	Campo Grande	RDC	6
NI Rússia (6)		Síria	1
NI Serra Leoa (1)		Venezuela	3
NI Síria (4)		Angola	6
NI Venezuela (1)	Cascadura	Cuba	1
		RDC	12
		Síria	1
		Angola	1
	Catete	Cuba	1
		Marrocos	1
		Angola	10
		Bolívia	1
		China	1
		México	1
		Nigéria	1
		RDC	7
		Serra Leoa	1
		Síria	16
		Ucrânia	1
		Venezuela	4
	Cidade Nova	RDC	7
		Venezuela	13
	Cidade Universitária	Colômbia	1
		Guiné-Bissau	1
		Angola	1
	Cocota	Gana	1
		RDC	1
	Coelho Neto	RDC	12
		Togo	2
		Alemanha	1
		Angola	4
		Argentina	2
		Chile	1
		Colômbia	5
		Cuba	37
		Haiti	1
		Marrocos	3
		Nepal	1
		Rússia	1
		Senegal	1
		Síria	3
		Venezuela	20
	Cordovil	Angola	10
		RDC	10
	Cosmos	RDC	1
	Curicica	Haiti	1
		Venezuela	6
	Encantado	Angola	1
	Engenheiro Leal	Angola	2
	Engenho da Rainha	RDC	1
		Angola	3
		Cuba	1
		Síria	2
		Venezuela	3
	Estácio	Angola	1
		Venezuela	11
	Flamengo	Venezuela	1
	Freguesia (Ilha)	Namíbia	1
		RDC	1
	Freguesia (Jacarepaguá)	RDC	2
		Venezuela	1
	Galeão	Colômbia	1
		Marrocos	1
	Gamboa	RDC	4
		México	1
		Nigéria	1
		RDC	7
		Venezuela	1
	Gavea	Cuba	2
		África do Sul	1
	Glória	Argentina	1
		Síria	1
		Venezuela	2
	Guaratiba (Barra de)	Nigéria	1
		Somália	1



Higienópolis	Angola	2
Honório Gurgel	RDC	2
	Angola	1
Ilha do Governador	Cuba	1
	Gana	1
	Venezuela	1
Inhaúma	Angola	1
	RDC	1
	Venezuela	1
Ipanema	Venezuela	1
Irajá	RDC	1
	Venezuela	1
Itanhangá	Guiné-Conacri	3
	Venezuela	1
	Haiti	1
	RDC	1
Jacarepaguá	Senegal	1
	Serra Leoa	1
	Síria	1
	Venezuela	5
Jardim Botânico	Venezuela	2
Jardim Carioca	Angola	1
	Venezuela	1
Jardim Guanabara	Angola	3
	Benim	1
	China	1
	Colômbia	1
Lapa	RDC	1
	Rússia	1
	Síria	4
	Venezuela	7
Laranjeiras	Síria	1
	Venezuela	1
Leme	Ucrânia	1
	Venezuela	4
Lins	Angola	1
	Angola	7
Madureira	RDC	5
	Venezuela	1
Magalhães Bastos	Paquistão	1
Manguinhos	Angola	1
	Angola	9
	Benim	1
	Colômbia	1
	Cuba	1
Maracanã	Marrocos	1
	RDC	19
	Rússia	1
	Serra Leoa	1
	Síria	2
	Somália	1
Maré	Angola	32
	Haiti	1
	RDC	2
	Venezuela	2
Marechal Hermes	Venezuela	2
Meier	Angola	1
	Venezuela	2
Olaria	Angola	1
Paciência	RDC	10
	Venezuela	1
Padre Miguel	Angola	1
Parada de Lucas	Síria	1
Pavuna	Angola	1
Pechincha	Angola	1
	Síria	2
Pedra de Guaratiba	Venezuela	1
Penha	Angola	3
	Cuba	1
	RDC	4
Penha Circular	Angola	4
	RDC	4
Portuguesa	Angola	1
Praça da Bandeira	Angola	1
	RDC	4
Quintino	Angola	3
	Angola	2
Ramos	RDC	1
	Venezuela	2
Realengo	Nigéria	1
	Venezuela	1
	Afganistão	1
	Cuba	4
Recreio	Paquistão	5
	República Dominicana	2
	Rússia	1
	Venezuela	7
Riachuelo	Angola	1
	Colômbia	7
	Angola	3
Rio Comprido	República Dominicana	4
	Serra Leoa	1
	Síria	2
Rocha	Angola	1
	Angola	1
Rocha Miranda	Congo Brazzaville	2
	Venezuela	2

	Rocinha	Afeganistão	1
		Cuba	4
		República Dominicana	2
	Santa Cruz	Angola	2
		Colômbia	1
		RDC	1
	Santa Teresa	Cuba	3
		Guiné-Bissau	2
		Rússia	1
		Ucrânia	2
		Venezuela	7
	Santíssimo	Angola	1
	Santo Cristo	Senegal	1
		Venezuela	2
	São Cristóvão	Colômbia	1
		Uganda	1
	São Francisco Xavier	Angola	1
		Gana	1
		Guiné-Bissau	1
	Senador Camará	Costa do Marfim	1
	Senador Vasconcelos	Angola	1
	Sepetiba	Venezuela	1
		Angola	3
		Nigéria	1
	Tanque	RDC	5
		Síria	4
		Venezuela	1
		Angola	3
		Benim	1
	Taquara	Nigéria	2
		RDC	7
		Síria	3
		Venezuela	2
		Angola	4
		Colômbia	2
	Tijuca	Cuba	1
		Síria	8
		Venezuela	8
	Todos os Santos	Venezuela	1
	Tomas Coelho	Síria	1
	Usina	Gana	1
	Vargem Grande	Gana	1
	Vargem Pequena	Nigéria	2
	Vasco da Gama	Colômbia	1
	Vaz Lobo	Angola	1
		RDC	9
	Vicente de Carvalho	Angola	1
		RDC	1
		Angola	1
	Vidigal	Cuba	1
		Síria	1
		Angola	2
	Vigário Geral	RDC	2
		Síria	1
	Vila Isabel	Costa do Marfim	1
	Vila Kosmos	RDC	3
		Serra Leoa	1
		Afeganistão	2
		Angola	1
		Colômbia	1
		Cuba	1
		Iraque	1
	NI	Marrocos	1
		RDC	5
		Rússia	1
		Serra Leoa	1
		Síria	4
		Venezuela	1
<b>São Gonçalo (59)</b>	Columbandê	Venezuela	1
Angola (4)	Guaxindiba	Venezuela	1
Guiné-Conacri (1)		Angola	3
Haiti (1)	Jardim Catarina	Guiné-Conacri	1
RDC (45)		RDC	42
Síria (2)	Laranjal	Venezuela	1
Venezuela (5)	Nova Cidade	Angola	1
	Pacheco	Venezuela	1
NI Angola (1)	Porto Novo	Síria	2
	Raul Veiga	Haiti	1
	Tenente Jardim	Venezuela	1
	Trindade	RDC	3
	NI	Angola	1
<b>São João de Meriti (11)</b>	Centro	RDC	1
Angola (2)	Eden	RDC	1
RDC (5)		Síria	1
Síria (1)	Indiara	RDC	2
Venezuela (2)	Jardim Meriti	Venezuela	1
NI RDC (1)	Jardim Noya	Angola	1
	Jardim Paraíso	RDC	1
	Vilar dos Teles	Angola	1
		Venezuela	1
	NI	RDC	1
<b>NI - não informado (91)</b>		Angola	24
		Cabo Verde	1
		Cuba	7
		Gana	2
		Guiné-Bissau	1
		Guiné-Conacri	2
		Irã	3

	Iraque	2
	Israel	1
	Marrocos	2
	RDC	17
	República Dominicana	1
	República Tcheca	1
	Rússia	1
	Senegal	1
	Serra Leoa	4
	Síria	13
	Somália	2
	Togo	1
	Venezuela	5
<b>Outro - fora do Rio de Janeiro (43)</b>	Angola	3
	Benim	3
	Colômbia	1
	Cuba	1
	Gana	1
	Guiné-Conacri	1
	Haiti	1
	Marrocos	1
	Paquistão	11
	Rússia	5
	Serra Leoa	2
	Venezuela	13

## ANEXO 13

### **Crêterios de análise das informa es, adequa o às categorias determinadas e cria o de novas categorias**

A primeira versão da planilha de levantamento de dados a partir dos formulários foi feita com 22 categorias de análise/colunas, criadas a partir do Formulário de Solicita o de Refúgio da resolu o Conare n 22/2015. O critério de levantamento de informa es para o banco de dados foi sempre o que era referente ao momento de chegada da pessoa no Brasil, o que era posterior a isso.

- 1) Nome. Questão presente no item 1 do formulário – identifica o. Apenas como forma de identifica o da pessoa e eventual necessidade de legitima o das informa es, ou de precisarmos buscarmos novamente sua pasta ao longo do levantamento. Esta informa o, no entanto, seria uma das que seriam mantidas em sigilo. Como veremos adiante, a partir de reconsidera o da Cáritas sobre esta forma de identifica o, mudamos o sistema.
- 2) Sexo. Questão presente no item 1 do formulário – identifica o.
- 3) Local de nascimento. Questão presente no item 1 do formulário – identifica o. Item referente ao país de nascimento. Escrito por extenso na planilha.
- 4) Data de nascimento. Questão presente no item 1 do formulário – identifica o. Op o de anos: 1950 até 2017.
- 5) Língua materna. Questão presente no item 1 do formulário – identifica o. Escrito por extenso na planilha.
- 6) Quantos idiomas fala. Questão presente no item 1 do formulário – identifica o. Op es: 1 a 6
- 7) Estado civil. Questão presente no item 1 do formulário – identifica o. Op es: S (solteiro/a), C (casado/a), D (divorciado/a), V (vi vo/a).
- 8) Religião. Questão presente no item 1 do formulário – identifica o. Escrito por extenso na planilha.
- 9) Etnia. Questão presente no item 1 do formulário – identifica o. Escrito por extenso na planilha.
- 10) Contato no Brasil. Questão presente no item 2 do formulário – contatos / “informe seus contatos no Brasil”. Apenas informando se a pessoa tinha ou não algum

contato aqui quando chegou no país. Opções: S (sim), N (não), NI (não informado).

- 11) Endereço no Brasil; bairro. Questão presente no item 2 do formulário – contatos/ “informe seus contatos no Brasil”. Escrito por extenso na planilha. Referente à rua e bairro declarados nos contatos. Por ser este formulário o primeiro documento oficial que a pessoa preenche quando solicita refúgio, se considerou este como o primeiro endereço de moradia). A rua seria levantada com a finalidade de buscar o bairro (já que em muitos casos eles não colocavam essa informação, para a qual também não havia um campo específico) e a localização geográfica neste caso houvesse necessidade mais adiante.
- 12) Município. Questão presente no item 2 do formulário – contatos, retirada a partir do campo “cidade”. Opções com os municípios que compõem a região metropolitana do Rio de Janeiro, e também uma opção “outro” para os que declarassem municípios fora da área de recorte da pesquisa.
- 13) Grau escolaridade. Questão presente no item 3 do formulário – educação. Opções disponíveis no questionário e conseqüentemente na planilha: ensino fundamental, ensino médio, ensino superior.
- 14) Profissão. Questão presente no item 4 do formulário – experiência profissional. Escrito por extenso na planilha.
- 15) Data chegada. Questão presente no item 7 do formulário – viagem. Referente à data de chegada declarada, no território brasileiro. Opções: 1990 a 2017.
- 16) Cidade chegada. Questão presente no item 7 do formulário – viagem. Referente à cidade de chegada declarada, no território brasileiro. Escrito por extenso na planilha.
- 17) Familiares acompanhando. Questão presente no item 8 do formulário – informações sobre familiares / “familiares que o(a) acompanha(m) no Brasil (esposo(a), filho(a), pais e outros)”. Apesar de ser descrito no formulário o nome e grau de parentesco, as informações eram levantadas de forma quantitativa. Opções: 1 a 10; N (não, quando não havia nenhum/a declarado/a); NI (não informado, quando o campo ficava em branco). Por haver um máximo de seis linhas para preenchimento, supõe-se que em vários casos haviam mais de seis familiares, que não eram descritos por ausência de espaço. Em outros casos, as pessoas escreviam em outros espaços das páginas.

- 18) Tem familiar solicitante. Questão presente no item 8 do formulário – informações sobre familiares / “você tem contato de algum familiar que é solicitante de refúgio no Brasil?”. Opções: S (sim), N (não), NI (não informado).
- 19) Tem familiar reconhecido. Questão presente no item 8 do formulário – informações sobre familiares / “você tem contato de algum familiar que foi reconhecido como refugiado no Brasil?”. Opções: S (sim), N (não), NI (não informado).
- 20) Foi reconhecido antes. Questão presente no item 8 do formulário – proteção internacional / “já foi reconhecido como refugiado antes?”. Opções: S (sim), N (não), NI (não informado).
- 21) Motivo da proteção. Questão presente no item 12 do formulário – motivos pelos quais você precisa da proteção internacional como refugiado no Brasil / “eu solicito o reconhecimento como refugiado porque possuo fundado temor de perseguição por”. Opções disponíveis no questionário e conseqüentemente na planilha: raça, religião, nacionalidade, grupo social, opinião política, situação de grave e generalizada violação de direitos humanos, outros motivos.
- 22) Teve tratamento médico. Questão presente no item 13 do formulário – informações adicionais / “você está recebendo tratamento médico ou psicológico no Brasil?”. Opções: S (sim), N (não), NI (não informado). Item escolhido para compor a relação de dados levantados por ser o único que trazia alguma informação de acesso a políticas públicas no Brasil.

A última versão da planilha de levantamento de dados a partir dos formulários ficou com 45 categorias de análise/colunas, modificadas ao longo da pesquisa de campo a partir de necessidades que surgiam. Elas vinham da identificação de outros modelos de formulário, da aparição de novas informações que não conhecíamos sobre o assunto e configuravam novas opções de escolha, ou exigências da Cáritas. Apesar de terem havido várias mudanças, o critério de levantamento de informações permaneceu o mesmo, sendo referente ao momento de chegada da pessoa no Brasil, o que era posterior a isso. Segue a descrição das categorias finais, sendo sublinhadas as que foram alteradas (com a categoria antiga entre parênteses). Em alguns casos, a alteração foi unicamente nas opções, que sofreram acréscimos. **Em negrito as categorias que foram acrescentadas.**

- 1) **Data da análise.** Campo criado quando foi percebida a necessidade de se ter uma referência temporal do processo, para o caso de se precisar buscar alguma

informação específica sobre alguém. Também, para manter um controle sobre quanto estava sendo analisado por dia, já que havia uma grande quantidade a analisar, e um limite curto de tempo. Por fim, foi fundamental ter o registro das datas, já que algumas categorias/colunas foram inseridas depois e, sabendo quando foram inseridas, é possível saber o percentual do total ao qual aquela análise se refere

- 2) **Código Cáritas (Nome).** Por ter sido avaliado pela Cáritas como uma forma muito expositiva de identificar as pessoas, foi solicitado que se alterasse o sistema de identificação, que passou a ser feito pelo código interno da CARJ. Dessa forma, pegávamos a pasta da pessoa, e procurávamos o seu nome em uma lista fornecida pela Cáritas, que tinha a relação de todas as pessoas registradas e seus respectivos códigos internos. Encontrado o código, esta seria a forma de identificação. No entanto, essa nova forma de identificação começou a acontecer ao final do segundo mês de levantamento, o que levou à necessidade de converter 931 linhas de pessoas já analisadas para o novo formato.
- 3) **RNE/número protocolo.** Número do RNE (Registro na Nacional de Estrangeiro) ou número de protocolo de registro da solicitação na polícia federal. Objetiva legitimar as bases de pesquisa caso seja necessário comprovar se os sujeitos levantados são de fatos solicitantes ou refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro. Não será usado para fins de divulgação de forma alguma, é um recurso interno da gestão do banco de dados, encontrado para que o este não fique com as referências das pessoas levantadas totalmente atrelada ao sistema interno de organização da Cáritas. Sua necessidade se deu no momento em que foram alteradas as formas de identificação; dessa forma, como esses dados não haviam sido coletados antes, foi necessário acessar novamente os dossiês analisados até então para pegar este registro.
- 4) **Status.** Referente ao status de reconhecimento. Status. Referente ao status de reconhecimento. Opções: “solicitante” (cujo processo está em análise pelo Ministério da Justiça), “reconhecido” (cujo processo foi deferido pelo MJ) e “reconhecido por reunião familiar” (incluída no segundo mês de trabalho), sobre a qual ainda não tínhamos conhecimento. Esta é baseada num princípio de unidade familiar como direito do refugiado, a Lei 9.474/97, em seu art. 2º, prevê a possibilidade de extensão dos efeitos da condição de refugiado ao cônjuge, ascendente, descendente, e demais membros da família que dependam

economicamente do refugiado. Também, os reconhecidos eram identificados pois havia em seu dossiê o número do RNE (registro nacional de estrangeiro) ou eventuais documentos da polícia federal que indicavam o status. Era possível saber o status através da própria organização dos arquivos na CARJ, que os dividia na época do trabalho de campo desta pesquisa, em “reconhecidos” e “solicitantes”. Há de se considerar que no tempo de preenchimento do formulário (informação que norteia várias das próximas categorias, que podem variar em função do tempo de estadia aqui, como emprego, estado civil, etc) todas as pessoas eram solicitantes. Havia um grande número de registros de pessoas cujos processos foram indeferidos ou estão em recurso após serem negados, no entanto esses dossiês não entraram no recorte da pesquisa.

- 5) **Ano reconhecimento/solicitação.** Ano em que a pessoa foi reconhecida (no caso dos reconhecidos) ou que fez a solicitação (no caso dos solicitantes), ou seja, ano ao qual os documentos RNE ou protocolo, são vinculados.
- 6) **Sexo.**
- 7) País de nascimento/nacionalidade (local de nascimento). Foram surgindo vários casos de pessoas que eram nascidas em um país, e tinham nacionalidade de outro (neste caso, nacionalidade no que se refere ao país com o qual a pessoa guarda vínculo de cidadania). Se fosse este o caso, era escrito da seguinte forma, por exemplo “Angola / República Democrática do Congo”. Para efeito dos mapas que foram produzidos para esta dissertação, foram consideradas as informações de países de nacionalidade. Houve um total de 74 pessoas nesta situação, isto é, 1,7% das 4.367 pessoas analisadas.
- 8) Ano de nascimento. Houve uma alteração nas opções disponíveis, já que foram surgindo pessoas nascidas antes de 1950; após algumas adaptações, ficamos com opções entre 1900 e 2017.
- 9) Primeira, segunda, terceira língua (Língua materna). Como nem todos os formulários tinham esse campo, não podíamos ter certeza de qual era a primeira língua da pessoa, no sentido da língua materna. Então esse campo foi substituído por “primeira língua” e foram acrescentados campos para “segunda” e “terceira”, sendo registrados na ordem em que a pessoa eventualmente declarava os idiomas que falava. Isto se alterou a partir dos casos de formulários antigos, em que havia a pergunta sobre os idiomas que a pessoa falava.



- 10) **Quantas línguas fala.** A soma do total de idiomas, já que em vários casos passava de 3 e não era possível criar novas colunas para que a planilha não se estendesse mais ainda. No entanto, nos casos em que haviam mais de três idiomas, os demais ficavam registrados no campo “observações” ao final da planilha.
- 11) Estado civil ao tempo do preenchimento. Foi acrescentado a especificação “ao tempo do preenchimento”, ao nos depararmos com muitas variações em determinantes sociais, e ser necessário ter especificado referente à que etapa de registro daquela pessoa a informação dizia respeito. Ademais, foram acrescentadas as opções: U (união estável), M (menor) e NI (não informado).
- 12) Religião
- 13) Etnia
- 14) Contato na cidade de residência (contato no Brasil). Foi sendo identificado nos formulários antigos, os primeiros a serem analisados, que essa era uma questão contemplada. Sendo mais específica, o que indica que um contato na cidade de residência pode pressupor um acolhimento, mais do que na escala do território nacional, ela foi alterada.
- 15) Endereço mais antigo declarado. Só o título da categoria foi alterado, tendo visto que foram encontrados documentos com endereços em várias datas. Foram escolhidos então o mais antigo e o mais recente, já que as variações na quantidade de endereços declarados eram muitas, sendo difícil estabelecer um padrão, o que tornaria a planilha ainda mais extensa. Para o antigo, era sempre considerado o declarado no formulário de solicitação de refúgio, se mantendo o tipo de análise deste dado.
- 16) **Complemento.** Ao procurarmos determinadas ruas no Google Maps, a fim de confirmar a rua declarada bem como os bairros, já que ambos, em muitos casos, além de terem a legibilidade comprometida, não condiziam com nomes de rua existentes – sendo adaptações e nomes coloquiais – e os bairros não eram coerentes com as ruas declaradas. Dessa forma, o complemento surgiu como categoria de suporte para confirmar essas informações, bem como localizar a coordenadas geográfica de certas ruas que se estendiam por mais de um bairro, e cujo trecho poderia ser significativo para o trecho do bairro no qual a pessoa residia.
- 17) Bairro
- 18) Município

- 19) Endereço mais recente declarado. Conforme explicado acima, eram considerados todos os endereços declarados nos dossiês. Na maior parte dos casos eles vinham acompanhados de uma data, o que tornava possível identificar qual era o mais recente.
- 20) Bairro
- 21) Município
- 22) **Ano do endereço mais recente**. Haviam dossiês que não tinham atualização há 20 anos, e outros tinha atualizações muito recentes. Nesse caso, torna-se fundamental saber o ano de atualização daquele endereço, para trabalhar a legitimidade dos locais declarados.
- 23) **Foi acolhido por conterrâneo**. Opções disponíveis: S (sim), N (não), NI (não identificado). A resposta foi coletada de forma bastante objetiva, ao passo que aparecia nas entrevistas, e foi uma das duas informações das entrevistas que fomos autorizados a acessar. Após 2,5 meses do início, foram incluídos os campos “brasileiros”, “abrigo”, “igreja”, ao passo que quando algum tipo de acolhimento surgia e não se encaixava nas categorias existentes, era marcado como “S” e colocada uma observação ao final. Na sistematização dos dados, todas as observações feitas até o momento da criação dos campos foram incorporadas às novas categorias criadas.
- 24) **Número de pessoas morando na casa no tempo de preenchimento da ficha**. Opções disponíveis: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, mais de 10, NI (não informado). Foi uma das duas informações das entrevistas que fomos autorizados a acessar.
- 25) Grau escolaridade. Foram surgindo novos tipos de grau de escolaridade, já que essa questão aparecia por extenso nos formulários anteriores, e o formulário usado como base não especificava se o ensino fundamental, médio ou superior eram completos ou incompletos. Foi então especificado dessa forma na planilha, e, após uma pesquisa sobre classificação de graus de escolaridade, foram acrescentados também especificidades de nível técnico, pós-graduação, não-alfabetizado, educação domiciliar e não-informado.
- 26) Profissão anterior / recente. Tendo em vista que muitos formulários recentes da polícia federal, conforme as atualizações periódicas necessárias, exigiam que se colocasse a profissão, esta também foi levantada – considerando-se as mais recentes

- 27) Ano reportado de chegada no Brasil. Só alteração no título, o critério de análise se manteve, restringindo-se unicamente ao ano.
- 28) Cidade de chegada
- 29) **Estado**. Estado de chegada, incluído para facilitar a organização das informações previamente.
- 30) **Ano de chegada no município de residência**. Incluído para identificar temporalmente a chegada no último endereço declarado.
- 31) **Município de residência**.
- 32) **Estado (de residência)**.
- 33) Acompanhantes (familiares acompanhando). Alterada a partir da constatação que em muitos dos casos os/as acompanhantes não eram familiares, mas grupos de amigos, conhecidos, ou mesmo pessoas desconhecidas provenientes do mesmo país. Categoria identificada por quantitativo, de 1 a 20, havendo também as opções de “N - não” (sem acompanhante), “NI” (não informado)
- 34) Acompanhante solicitante ao tempo do preenchimento (tem familiar solicitante). Já que nem sempre a pessoa que acompanha é membro/a da família.
- 35) Tem familiar reconhecido? (Tem familiar reconhecido já estabelecido no território?). Considerar se a pessoa membra da família já está estabelecida, ou está sem moradia fixa. Tipos de resposta: sim / não / não informado.
- 36) **Tem familiar que pretende solicitar refúgio no Brasil?** Incluída ao se observar grande incidência de declarações de familiares que ainda estavam no país de origem, mas com intenção de vir para o Brasil. Possibilidade de se pensar estatísticas de fluxos futuros. Tipos de resposta: sim / não / não informado.
- 37) **Familiares que permaneceram no país de origem**. Quantidade de familiares mencionados na declaração anterior, com variação de 1 a 20.
- 38) Foi reconhecido antes.
- 39) **Solicitou refúgio antes**. Analisar, a depender do contexto social da pessoa, a dificuldade de se conseguir o reconhecimento como refugiado.
- 40) Motivo da proteção/solicitação.
- 41) Teve tratamento médico?
- 42) **Observações**.